

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATÁLIA CRISTINA GRANATO

**O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964 E  
SUAS LUTAS POLÍTICAS**

CURITIBA

2016

NATÁLIA CRISTINA GRANATO

**O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964 E  
SUAS LUTAS POLÍTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Granato, Natália Cristina

O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas / Natália Cristina Granato – Curitiba, 2016.

276 f.: il. (algumas color.); 29 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

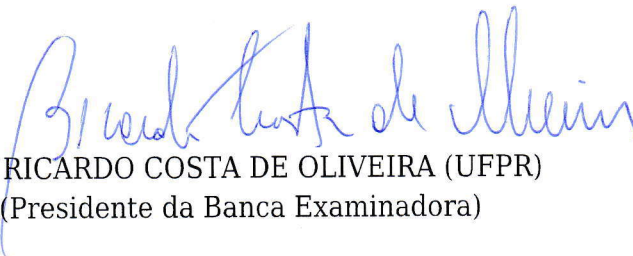
1. Paraná - Política e governo - 1964. 2. Golpes de estado - Ciência política. 3. História - Paraná. I. Título.

CDD 321.098162

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **NATALIA CRISTINA GRANATO**, intitulada: "**O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964 E SUAS LUTAS POLÍTICAS**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 24 de Março de 2016.



Prof RICARDO COSTA DE OLIVEIRA (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)



Prof MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART (UTFPR)



Prof OSVALDO HELLER DA SILVA (UFPR)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, que esteve presente nos momentos mais importantes para a produção desta dissertação, especialmente à minha mãe e ao meu irmão.

Também agradeço ao meu orientador, o Professor Ricardo Costa de Oliveira, pelo incentivo e apoio desde a minha graduação em Ciências Sociais, na qual também foi meu orientador. Um exemplo intelectual e humano que me faz crescer cada vez mais na minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao apoio financeiro da CAPES, que me proporcionou uma bolsa desde o início do curso de Mestrado. A mesma foi imprescindível para a realização desta dissertação. Também destaco a qualidade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do seu corpo docente, importantes para a produção desta dissertação.

Meus agradecimentos aos membros da banca de qualificação e defesa, a Professora Mônica Helena Harrich Silva Goulart e o Professor Osvaldo Heller da Silva, ambos pela qualidade dos comentários e considerações feitas nas duas ocasiões.

## RESUMO

O golpe de 1964 foi um acontecimento político que afetou profundamente a sociedade e a economia brasileira, implementando uma ditadura que comprometeu o aprofundamento da democracia registrado no início dos anos 1960. Nosso objeto de estudo é a análise do Paraná nesta conjuntura. Entendemos que antes de 1964 existia uma democracia que assistia à ascensão dos movimentos sociais na política e que ao mesmo tempo convivía com a instabilidade política fruto de sucessivas crises de legitimidade posteriores ao fim da ditadura do Estado Novo. Este cenário foi modificado a partir de abril de 1964 com a instalação de uma ditadura militar que promoveu uma série de arbitrariedades contra a Constituição vigente e contra opositores políticos. Todo esse contexto reflete no âmbito local da política paranaense. Partimos da ideia de que o “campo político” paranaense no período pré-golpe de 1964 se modificou consideravelmente a partir do golpe de 1964 e com a publicação do Ato Institucional nº2, que instituiu o bipartidarismo. Tais modificações se aprofundaram com a edição do Ato Institucional nº5. A presente dissertação se utiliza de revisão bibliográfica, análise das trajetórias sócio biográficas dos agentes políticos, embasando-se na obra de Pierre Bourdieu e fontes jornalísticas, no caso, o “Diário do Paraná” para compreender como o “campo político” paranaense se organizava no contexto do golpe de 1964, temporalmente recortado entre os anos de 1960 e 1969, focalizando os anos de 1963, 1964 e 1965, caracterizados pela polarização dos debates políticos.

Palavras-chave: Política Paranaense; Campo Político; Golpe de 1964.

## **ABSTRACT**

The 1964 coup was a political event that deeply affected the society and the Brazilian economy, implementing a dictatorship that committed the deepening of democracy recorded in early 1960. Our object of study is the analysis of Paraná at this juncture. We understand that before 1964 there was a democracy that watching the rise of social movements in politics and at the same time lived with the result of political instability successive subsequent legitimacy crisis at the end of the Estado Novo dictatorship. This scenario has been modified from April 1964 with the installation of a military dictatorship that promoted a series of outrages against the current Constitution and against political opponents. This context reflects the local level of Paraná policy. We start from the idea that the "political field" Paranaense in 1964 pre-coup period has changed considerably since the 1964 coup and the publication of Institutional Act No. 2, which established bipartisanship. Such changes have deepened with the publication of Institutional Act No. 5. This Dissertation uses literature review, analysis of biographical partner trajectories of political agents, to provide input in the work of Pierre Bourdieu and journalistic sources, in this case, the "Diary of Parana" to understand how the "political field" Paranaense was organized in the context of the 1964 coup, temporally cut between the years 1960 and 1969, focusing on the years 1963, 1964 and 1965, characterized by the polarization of the political debate.

**Keywords:** Paranaense Policy; Political field; 1964 coup.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| QUADRO 1- DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- UDN- LEGISLATURA<br>1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES ..... | 91  |
| QUADRO 2: DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- PSD- LEGISLATURA<br>1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES ..... | 96  |
| QUADRO 3: DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- PTB- LEGISLATURA<br>1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES ..... | 101 |
| QUADRO 4: DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- PDC- LEGISLATURA<br>1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES ..... | 104 |
| QUADRO 5: SECRETÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ (1961- 1965) .....   | 120 |
| <b>Indicador não definido.</b>   |     |
| QUADRO 6: DIRETORES DE ÓRGÃOS DO ESTADO DO PARANÁ (1961-1965)<br>.....   | 124 |
| QUADRO 7: AGENTES POLÍTICOS PARANAENSES CASSADOS PELO ATO<br>INSTITUCIONAL Nº1 .....                                 | 151 |
| QUADRO 8: DEPUTADOS FEDERAIS DO PTB- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                   | 176 |
| QUADRO 9: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PTB- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                  | 177 |
| QUADRO 10: DEPUTADOS FEDERAIS DO PDC- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                  | 177 |
| QUADRO 11: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PDC- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                 | 178 |
| QUADRO 12: DEPUTADOS FEDERAIS DO PSD- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                  | 178 |
| QUADRO 13: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSD- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                 | 179 |
| QUADRO 14: DEPUTADOS FEDERAIS DA UDN- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                  | 180 |
| QUADRO 15: DEPUTADOS ESTADUAIS DA UDN- LEGISLATURA 1963-1966-<br>CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....                 | 180 |
| QUADRO 16: DEPUTADOS ESTADUAIS- PRP-PTN-PST-PSP-MTR<br>LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964.....    | 181 |
| QUADRO 17: SENADORES DO PARANÁ: CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE<br>1964 .....  | 182 |



|  |     |
|--|-----|
| GRÁFICO 1: SENADORES ELEITOS EM 1958 E 1962: PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ATO INSTITUCIONAL N°2.....                        | 183 |
| GRÁFICO 2: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1962: PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ATO INSTITUCIONAL N°2 .....                     | 184 |
| GRÁFICO 3: DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 1962: PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ATO INSTITUCIONAL N°2 .....                    | 184 |
| QUADRO 18: CAPITAIS SOCIAIS E POLÍTICOS DA 1° COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO DA ARENA: SEÇÃO PARANÁ .....                       | 185 |
| QUADRO 19: CAPITAIS SOCIAIS E POLÍTICOS DA 1° COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO DO MDB: SEÇÃO PARANÁ .....                         | 189 |
| QUADRO 20: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1966: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR E PÓS AI-2 .....                             | 191 |
| GRÁFICO 4: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL N°2 DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELA ARENA EM 1966.....  | 192 |
| GRÁFICO 5: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL N°2 DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELO MDB EM 1966.....    | 193 |
| QUADRO 21: DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 1966: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR E PÓS AI2.....                              | 193 |
| GRÁFICO 6: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL N°2 DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PELA ARENA EM 1966..... | 195 |
| GRÁFICO 7: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL N°2 DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PELO MDB EM 1966.....   | 195 |
| GRÁFICO 8: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1963 E 1964 NO PARANÁ POR PARTIDO.....   | 196 |
| GRÁFICO 9: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1968 NO PARANÁ POR PARTIDO.....  | 197 |
| QUADRO 22: AGENTES POLÍTICOS PARANAENSES CASSADOS PELO ATO INSTITUCIONAL N°5.....  | 199 |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 1- DESEMPENHO ELEITORAL UDN PARANÁ (1945-1962)..... | 89  |
| TABELA 2- DESEMPENHO ELEITORAL PR PARANÁ (1945-1962).....  | 94  |
| TABELA 3- DESEMPENHO ELEITORAL PSD PARANÁ (1945-1962)..... | 96  |
| TABELA 4- DESEMPENHO ELEITORAL PTB PARANÁ (1945-1962)..... | 98  |
| TABELA 5- DESEMPENHO ELEITORAL PDC PARANÁ (1945-1962)..... | 103 |

## LISTA DE SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| ADP        | Ação Democrática Parlamentar                                 |
| AI-1       | Ato Institucional nº1  |
| AI-2       | Ato Institucional nº2  |
| AI-5       | Ato Institucional nº5  |
| ALEP       | Assembleia Legislativa do Estado do Paraná                   |
| AP         | Ação Popular   |
| ARENA      | Aliança Renovadora Nacional                                  |
| BADEP      | Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S/A             |
| BAMERINDUS | Banco Mercantil e Industrial do Paraná                       |
| BANCIAL    | Banco Comercial do Paraná                                    |
| BANESTADO  | Banco do Estado do Paraná                                    |
| BNDE       | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico                  |
| BPP        | Biblioteca Pública do Paraná                                 |
| CAFÉ       | Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná        |
| CELEPAR    | Companhia de Informática do Paraná                           |
| CGT        | Comando Geral dos Trabalhadores                              |
| CNTI       | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria         |
| CODEPAR    | Companhia de Desenvolvimento do Paraná                       |
| COHAPAR    | Companhia de Habitação do Paraná                             |
| CONTAG     | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura       |
| COPEL      | Companhia Paranaense de Energia Elétrica                     |
| CPDOC      | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea  |
| CREAI-BB   | Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil |
| CSN        | Companhia Siderúrgica Nacional                               |
| DAE        | Departamento de Águas e Energia                              |

|           |  |
|-----------|--|
| DGTC      | Departamento de Geografia, Terras e Colonização            |
| DHBB      | Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro                 |
| DNER      | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem               |
| DNPS      | Departamento Nacional de Previdência Social                |
| ELETOBRAS | Centrais Elétricas Brasileiras                             |
| ESG       | Escola Superior de Guerra                                  |
| FEB       | Força Expedicionária Brasileira                            |
| FGV       | Fundação Getúlio Vargas                                    |
| FIEP      | Federação das Indústrias do Estado do Paraná               |
| FMI       | Fundo Monetário Internacional                              |
| FMP       | Frente de Mobilização Popular                              |
| FPN       | Frente Parlamentar Nacionalista                            |
| FUNDEPAR  | Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná          |
| GB        | Guanabara  |
| GETSOP    | Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná            |
| IAPS      | Institutos de Aposentadorias e Pensões                     |
| IAPI      | Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários   |
| IBAD      | Instituto Brasileiro de Ação Democrática                   |
| IBC       | Instituto Brasileiro do Café                               |
| IBPT      | Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas             |
| IBRA      | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária                    |
| IPMs      | Inquéritos Policial-Militares                              |
| ISEB      | Instituto Superior de Estudos Brasileiros                  |
| IBOPE     | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística      |
| IPARDES   | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| IPASE     | Instituto Nacional de Previdência Social                   |
| IPES      | Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais                   |

|           |   |
|-----------|---|
| ITT       | International Telephone and Telegraph       |
| JK        | Juscelino Kubitschek                        |
| MEC       | Ministério da Educação                      |
| MDB       | Movimento Democrático Brasileiro            |
| MTR       | Movimento Trabalhista Renovador             |
| OAB       | Ordem dos Advogados do Brasil               |
| PCB       | Partido Comunista Brasileiro                |
| PDC       | Partido Democrata Cristão                   |
| PDS       | Partido Democrático Social                  |
| PFL       | Partido da Frente Liberal                   |
| PETROBRAS | Petróleo Brasileiro                         |
| PIB       | Produto Interno Bruto                       |
| PL        | Partido Libertador                          |
| PLADEP    | Plano de Desenvolvimento do Paraná          |
| PMDB      | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PPB       | Partido Progressista Brasileiro             |
| PR        | Paraná                                      |
| PR        | Partido Republicano                         |
| PRP       | Partido de Representação Popular            |
| PRT       | Partido Republicano Trabalhista             |
| PSD       | Partido Social Democrático                  |
| PSDB      | Partido da Social Democracia Brasileira     |
| PSP       | Partido Social Progressista                 |
| PST       | Partido Social Trabalhista                  |
| PTB       | Partido Trabalhista Brasileiro              |
| PTN       | Partido Trabalhista Nacional                |
| PUA       | Pacto de Unidade e Ação                     |

|         |  |
|---------|--|
| SAMDU   | Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência     |
| SANEPAR | Companhia de Saneamento do Paraná                        |
| SESI    | Serviço Social da Indústria                              |
| SP      | São Paulo  |
| SUPRA   | Superintendência de Promoção da Reforma Agrária          |
| TELEPAR | Telecomunicações do Paraná S/A                           |
| TCE-PR  | Tribunal de Contas do Estado do Paraná                   |
| TRE-PR  | Tribunal Regional Eleitoral do Paraná                    |
| UDN     | União Democrática Nacional                               |
| ULTAB   | União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil |
| UNE     | União Nacional dos Estudantes                            |
| UST     | União Sindical dos Trabalhadores                         |

## SUMÁRIO

|          |  |    |
|----------|--|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 18 |
| <b>2</b> | <b>REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO GOLPE DE 1964 E DO “CAMPO POLÍTICO PARANAENSE”</b> .....                | 26 |
| 2.1      | O GOLPE DE 1964 COMO AÇÃO CONSPIRATÓRIA DAS CLASSES DOMINANTES CONTRA A ASCENSÃO DOS MOMENTOS POPULARES .              | 27 |
| 2.2      | O AUTORITARISMO: TIPOLOGIA E IDEOLOGIA POLÍTICA .....  | 32 |
| 2.3      | A INSTITUIÇÃO MILITAR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DE SUAS IDEIAS POLÍTICAS .....                     | 35 |
| 2.4      | O “CAMPO POLÍTICO” COMO FERRAMENTA TEÓRICA PARA A COMPREENSÃO DO GOLPE DE 1964 NO PARANÁ .....                         | 41 |
| 2.5      | A “FAMÍLIA” E A REPRODUÇÃO DOS CAPITAIS POLÍTICOS E ECONÔMICOS .....   | 48 |
| <b>3</b> | <b>O CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO DO BRASIL E DO PARANÁ NO PERÍODO ENTRE O FINAL DO ESTADO NOVO E O GOLPE DE 1964</b> ..... | 51 |
| 3.1      | OS DEBATES SÓCIO-POLÍTICOS NO BRASIL NO PERÍODO PÓS-ESTADO NOVO: DE EURICO GASPAR DUTRA A JUSCELINO KUBITSCHK 52       |    |
| 3.2      | A CRISE POLÍTICA DE 1961 E O IMPASSE INSTITUCIONAL DO INÍCIO DO GOVERNO DE JOÃO GOULART .....                          | 55 |
| 3.3      | O GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART: INSTABILIDADES E POLARIZAÇÕES .....  | 59 |
| 3.4      | AS RUPTURAS INSTITUCIONAIS PROMOVIDAS PELO GOLPE DE 1964   | 63 |
| 3.5      | A POLÍTICA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS DO PARANÁ NO PERÍODO 1945-1960.....                                    | 66 |
| <b>4</b> | <b>OS PARTIDOS POLÍTICOS NO SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO DO PERÍODO 1945 A 1965 E SUAS ORGANIZAÇÕES NO PARANÁ</b> .....     | 73 |
| 4.1      | OS PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS .....  | 74 |
| 4.1.1    | A União Democrática Nacional (UDN) .....   | 75 |
| 4.1.2    | O Partido Republicano (PR) .....   | 77 |
| 4.1.3    | O Partido Social Democrático (PSD) .....   | 78 |
| 4.1.4    | O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) .....   | 80 |
| 4.1.5    | O Partido Democrata Cristão (PDC) .....  | 83 |

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| 4.1.6    | O Partido Comunista do Brasil (PCB) .....  | 84         |
| 4.2      | OS PARTIDOS POLÍTICOS LOCAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES .....   | 87         |
| 4.2.1    | A União Democrática Nacional- Seção Paraná.....  | 88         |
| 4.2.2    | O Partido Republicano: Seção Paraná.....   | 92         |
| 4.2.3    | O Partido Social-Democrático: Seção Paraná .....   | 95         |
| 4.2.4    | O Partido Trabalhista Brasileiro: Seção Paraná .....   | 97         |
| 4.2.5    | O Partido Democrata Cristão: Seção Paraná .....  | 103        |
| 4.2.6    | O Partido Comunista do Brasil: Seção Paraná .....  | 105        |
| <b>5</b> | <b>AS LUTAS POLÍTICAS NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NA<br/>CONJUNTURA QUE ANTECEDEU O GOLPE DE 1964.....</b>                                      | <b>107</b> |
| 5.1      | AS DIVISÕES NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NAS ELEIÇÕES<br>DE 1960 .....   | 107        |
| 5.2      | O PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO E O GOVERNO<br>NEY BRAGA .....   | 113        |
| 5.3      | O GOVERNO NEY BRAGA E A TECNOCRACIA .....  | 119        |
| 5.4      | O GOVERNO NEY BRAGA E A QUESTÃO REFORMISTA: RELAÇÕES<br>ENTRE O SEU GOVERNO E AS PROPOSIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL<br>ANTES DA CRISE POLÍTICA ..... | 127        |
| 5.5      | O BLOCO DE APOIO ÀS REFORMAS PROMOVIDAS POR JOÃO<br>GOULART NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE.....  | 130        |
| 5.6      | O ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA PARANAENSE E SUAS<br>MANIFESTAÇÕES NOS SUBCAMPOS POLÍTICOS.....  | 133        |
| <b>6</b> | <b>AS LUTAS ENTRE OS AGENTES E SUBCAMPOS DA POLÍTICA<br/>PARANAENSE NA CONJUNTURA DO GOLPE DE 1964.....</b>                                      | <b>138</b> |
| 6.1      | AS DISPUTAS PARTIDÁRIAS ANTES DO GOLPE .....   | 138        |
| 6.2      | A CONSPIRAÇÃO GOLPISTA E A PARTICIPAÇÃO DO EXECUTIVO<br>PARANAENSE.....  | 144        |
| 6.3      | OS EXPURGOS E AS CASSAÇÕES NO PARANÁ .....   | 150        |
| 6.4      | AS ELEIÇÕES DE 1965 NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964.....  | 155        |
| <b>7</b> | <b>AS CONSEQUÊNCIAS QUE AS RUPTURAS INSTITUCIONAIS<br/>PROMOVIDAS PELO GOLPE DE 1964 PROVOCARAM SOBRE O CAMPO<br/>POLÍTICO PARANAENSE.....</b>   | <b>170</b> |
| 7.1      | O CONTEXTO DA EDIÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL N°2.....   | 170        |
| 7.2      | AS RUPTURAS QUE O GOLPE DE 1964 PROVOCOU NO CAMPO<br>POLÍTICO PARANAENSE.....  | 175        |
| 7.3      | A COMPOSIÇÃO INICIAL DOS DIRETÓRIOS DA ARENA E DO MDB<br>NO PARANÁ .....   | 185        |



|  |            |
|--|------------|
| 7.4 AS ELEIÇÕES DE 1966 NO PARANÁ E OS DESEMPENHOS DA ARENA E DO MDB .....   | 191        |
| 7.5 OS EXPURGOS QUE O ATO INSTITUCIONAL Nº5 PROVOCOU NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE.....   | 198        |
| <b>8 CONCLUSÃO .....</b>   | <b>210</b> |
| <b>9 BIBLIOGRAFIA .....</b>  | <b>214</b> |
| APÊNDICE 1- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DA UDN- ELEIÇÕES DE 1962 .....  | 226        |
| APÊNDICE 2- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PSD- ELEIÇÕES DE 1962.....   | 231        |
| APÊNDICE 3- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PTB- ELEIÇÕES DE 1962.....   | 236        |
| APÊNDICE 4- QUADROS SÓCIO-BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PDC- ELEIÇÕES DE 1962 .....  | 243        |
| APÊNDICE 5- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO PR-PRP-PTN-PSP-MTR- ELEIÇÕES DE 1962 .....  | 249        |
| APÊNDICE 6- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS - ARENA- ELEIÇÕES DE 1966.....  | 252        |
| APÊNDICE 7- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS - MDB- ELEIÇÕES DE 1966 .....   | 261        |
| APÊNDICE 8- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS SENADORES COM MANDATO NA DÉCADA DE 1960 .....  | 264        |
| APÊNDICE 9: ELEIÇÕES PARA PREFEITO NOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA, LONDRINA, FOZ DO IGUAÇU, PONTA GROSSA, PARANAGUÁ, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, GUARAPUAVA, CASCAVEL E MARINGÁ (1947-1964)..... | 266        |
| APÊNDICE 10- DADOS ELEITORAIS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1962, 1963 E 1964 .....   | 267        |
| APÊNDICE 11- DADOS ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1968. 272   |            |
| APÊNDICE 12- ORGANOGRAMA GOVERNO DO PARANÁ- GESTÃO NEY BRAGA (1961-1965) .....   | 276        |

## 1 INTRODUÇÃO

O golpe de 1964 foi um acontecimento político que afetou profundamente a sociedade e a economia brasileira, implementando uma ditadura que comprometeu o aprofundamento da democracia registrado no início dos anos 1960. Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil passava por intensas transformações sociais, tais como o êxodo rural, urbanização, crescimento da população, ao mesmo tempo em que a luta de classes sociais no campo e na cidade se fortalecia. Somado a esses fatores, a inflação aumentava seus índices a cada ano e a recessão econômica era um dos principais desafios enfrentados pelo governo. As possíveis soluções para tais impasses era a realização de reformas estruturais no capitalismo brasileiro. O reformismo era a principal pauta de todos os grupos políticos nesse contexto, cada um defendendo os seus próprios pontos de vista.

De um lado, temos o governo de João Goulart e o seu projeto de reformas sociais nacionalistas e aglutinadoras das bandeiras dos movimentos sociais sindicais e populares, que exigiam do próprio presidente medidas concretas para a realização de tais reformas. De outro, os grupos que viam com desconfiança a defesa integral das reformas sociais como desejavam os movimentos populares, propondo reformas de acordo com os princípios da Constituição de 1946, que não ameaçavam diretamente os setores que teriam seus privilégios ameaçados, como as classes agrárias. Esse acalorado debate sobre o Brasil e seus dilemas foi atravessado por uma crise político institucional que culminou no golpe civil-militar em 1º de abril de 1964, movimento que enfraqueceu e reduziu ao mínimo possível as lutas populares e sindicais com o seu projeto autoritário e repressor das oposições e do pluralismo democrático.

Nosso objeto de estudo é a análise do Paraná na conjuntura descrita acima. Entendendo-se que, antes de 1964, existia uma democracia que assistia à ascensão dos movimentos sociais na política e que ao mesmo tempo convivía com a instabilidade política fruto de sucessivas crises de legitimidade posteriores ao fim da ditadura do Estado Novo. Com esse cenário, a partir de abril de 1964 assistimos à instalação de uma ditadura militar, que, embora revestida de “democrática” pelas lideranças envolvidas promove uma série de arbitrariedades contra a Constituição vigente e contra opositores políticos, cometendo crimes contra os direitos civis, políticos, sociais e humanos. Todo esse contexto reflete no âmbito local da política paranaense.

O estudo da política no contexto paranaense pré e posterior ao golpe possui uma importância acadêmica e sobretudo social. Passados mais de 50 anos, um estudo sistemático sobre o golpe de 1964 no Paraná e a conjuntura que o desencadeou ainda não existe<sup>1</sup>. Informações sobre os partidos políticos e suas ideologias são praticamente inexistentes<sup>2</sup>. O mesmo se verifica em relação aos movimentos sindicais<sup>3</sup> em ascensão no Paraná. Entender sociologicamente tal contexto possibilita um entendimento de como a sociedade se dividia em posições políticas e ideológicas em um momento de inflexão que proporcionou consequências observáveis até os dias de hoje. Atores e grupos que estavam em ascensão durante o período pré-golpe de 1964, como os trabalhistas e o movimento sindical<sup>4</sup> foram enfraquecidos ou impossibilitados de darem continuidade aos seus projetos. Atores e grupos que se fortaleceram com o golpe de 1964 deram continuidade às suas carreiras políticas e possuem herdeiros políticos até os dias atuais. Entender quais grupos estavam em disputa, quais eram os projetos políticos alternativos são propósitos dessa dissertação, que tem a intenção de aprimorar algumas indagações presentes na monografia “PTB, Ministério do Trabalho e Governo João Goulart: A trajetória política do trabalhista paranaense Amaury de Oliveira e Silva”<sup>5</sup>, que analisou a trajetória do ministro do Trabalho de Goulart até a sua derrubada pelo golpe de 1964, procurando explicar como o mesmo ascendeu ao Ministério, juntamente com as lutas sindicais vivenciadas no final do governo Goulart em contexto de crise política e econômica. A presente dissertação possui grande diálogo com o período histórico analisado pela monografia de graduação, aprofundando e aprimorando questões que surgem no processo de pesquisa.

Partimos da ideia de que o “campo político”<sup>6</sup> paranaense no período pré-golpe de 1964 se modificou consideravelmente a partir do golpe de 1964 e com a publicação do Ato Institucional nº2, que instituiu o bipartidarismo. A política paranaense antes do

---

<sup>1</sup> Destacamos o imprescindível trabalho que a Comissão Estadual da Verdade e seus pesquisadores vêm fazendo a partir de sua criação no estado do Paraná.

<sup>2</sup> Exceto a recente tese de Doutorado de Alessandro Batistella (2014), intitulado “ O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)”, no qual o autor analisa, com grande arsenal de fontes jornalísticas e revisão de literatura, a trajetória do PTB no Paraná no período.

<sup>3</sup> Exceto a obra de Osvaldo Heller Silva (2006), sobre os sindicatos comunistas e católicos rurais no Paraná e suas lutas reivindicatórias na conjuntura do período.

<sup>4</sup> Bem como as Ligas Camponesas, movimentos feministas, quilombolas, indígenas, entre outros.

<sup>5</sup> GRANATO, Natália Cristina. PTB, Ministério do Trabalho e Governo João Goulart: a trajetória política de Amaury de Oliveira e Silva. Monografia. Graduação em Ciências Sociais. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

<sup>6</sup> No que se refere ao “campo político”, nos concentramos na sua esfera institucional, restringindo-nos às instituições políticas e partidárias no contexto geral.

golpe se dividia entre o Partido Democrata Cristão de Ney Braga, a União Democrática Nacional, lacerdista e anti-reformista; o Partido Trabalhista Brasileiro, identificado com o projeto reformista de Goulart, e o Partido Social Democrático, herdeiro político do ex-governador Moysés Lupion, além do Partido Republicano, do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Entendemos os partidos políticos no Paraná como *subcampos*, nos quais os “agentes” disputam o “espaço político” através de disputas, lutas, ideias e discursos, mobilizando também os seus respectivos “capitais” políticos. Com as mudanças nas “regras do jogo” que o golpe de 1964 provocou, esta luta entre os agentes políticos foi modificada, de modo que alguns agentes perderam espaço no “campo político” paranaense, tendo os seus “capitais” anulados e/ou neutralizados. Em contrapartida, muitos agentes políticos tiveram seus capitais incrementados e/ou potencializados com o golpe de 1964. Em vista disto, nossa primeira e principal pergunta é: como os grupos e atores políticos disputavam o poder no campo político paranaense no período pré-golpe de 1964 e quais mudanças esta ruptura provocou neste campo com a publicação do Ato Institucional nº2 e outras arbitrariedades cometidas pela ditadura?

Nossa análise cobrirá o início do governo Ney Braga e João Goulart (1961) até o ano de 1966, ano de organização da ARENA e do MDB no Paraná, pois nesses anos já estão presentes como se caracterizavam os grupos políticos no período pré-1964 que modificaram a organização política do período anterior, reduzindo-a a dois partidos (ARENA e MDB). Nos deteremos também às consequências que o Ato Institucional nº 5 provocou no campo político paranaense.

Esta pesquisa seguirá uma investigação qualitativa. Utilizaremos a revisão bibliográfica, que desempenha um papel estratégico e ao mesmo tempo teórico. Para Deslauriers e Kerisit (2008, p.142), a revisão bibliográfica se refere a um campo particular de conhecimento ampliado a outros domínios, em um conhecimento particular e geral. Nosso objeto de pesquisa necessita dos conhecimentos de diferentes campos (História, Jornalismo, Ciência Política, além da própria sociologia), além do desafio de articulação entre o caso geral (o contexto político brasileiro) com o caso específico (o contexto político paranaense). Nosso objeto de pesquisa é qualitativo, na medida em que se constrói em ligação com o campo de análises dos documentos e fontes históricas do período em questão. A relação dessa pesquisa com a teoria estará em permanente contato com a revisão de literatura sobre o tema, a teoria utilizada, o “meio social” da política paranaense do período em questão, sua “ideologia” e a

“dialética de representações, ações e interpretações” dos atores sociais em questão em relação ao meio pesquisado (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008).

Nosso campo de pesquisa é documental. Conforme o já visto, nosso objeto é o campo político paranaense entre 1961 e 1966, e o nosso foco será entre os anos de 1963 e 1965, correspondendo um ano anterior ao golpe de 1964 e um ano posterior ao golpe de 1964. Tal evento de crise revela regularidades, mudanças e rupturas observáveis no nosso objeto de estudo, um típico exemplo de “estudo do transitório”. Tratando-se desta conjuntura, o golpe de 1964, e sua investigação sociológica, torna-se necessária a compreensão da “amplitude de concepção histórica e o uso pleno de materiais históricos” (MILLS, 1965, p.159).

Nosso objeto de estudo pretende compreender: (1) quais os impactos que o golpe de 1964 proporcionaram aos quadros da política paranaense (cassações, exílios, continuidades, fortalecimento, enfraquecimentos dos atores políticos e partidos políticos) e (2) quais foram as lutas políticas entre atores políticos (agentes e partidos políticos) em tal conjuntura.

Para a operacionalização de tal análise, serão necessários embasamentos teóricos que permitirão nossa reflexão sobre a política paranaense no contexto do golpe de 1964. Trataremos, no primeiro capítulo, da revisão de literatura sobre pesquisadores das Ciências Sociais e da História que refletiram sobre o golpe de 1964 no Brasil. Nos concentraremos nas interpretações de Wanderley Guilherme dos Santos (1962), Caio Navarro de Toledo (1983; 2004; 2006; 2014), René Armand Dreifuss (1981) e Guillermo O’Donnell (1982). Após a revisão destas interpretações, visualizaremos brevemente a produção acadêmica da tradição autoritária do Brasil, e seus expoentes Oliveira Vianna (1974) e Francisco Campos (1983). Situaremos também uma breve trajetória das Forças Armadas na política brasileira, suas divisões e relacionamentos com os governos durante o período republicano, destacando o desenvolvimento do imaginário anticomunista e do crescimento do setor identificado com os valores ideológicos anti reformistas, não redistributivistas, internacionalistas e conspiracionistas nos anos anteriores ao golpe de 1964. Estabelecidas as bases para a compreensão do golpe de 1964, o autoritarismo e a instituição militar, faremos considerações teóricas para o estudo dos agentes políticos inseridos em tal conjuntura. Nosso principal referencial teórico será a obra de Pierre Bourdieu e suas considerações sobre o campo político. Entenderemos o mesmo como composto de agentes com capitais políticos desiguais que visam garantir a sua continuidade no jogo político,

garantindo a sua reprodução. Tal “campo” teve as suas regras modificadas pelas consequências que o golpe de 1964 provocaram sobre o mesmo. Os agentes políticos possuem capitais sociais, acadêmicos, partidários, econômicos e familiares que muitas vezes estão integrados para a garantia da reprodução de suas posições, que tendem a ser de longa data, como verificamos no caso paranaense, mesmo no contexto intensas mudanças econômicas, demográficas, políticas e sociais características do período. Para a compreensão do conceito sociológico de “família” articulado à reprodução das estruturas sociais de longa duração, contaremos com a obra de Ricardo Costa de Oliveira (2000) e suas reflexões sobre estas dinâmicas sociais na política paranaense.

No segundo capítulo, iremos contextualizar sócio historicamente os rumos da política brasileira a partir da queda da ditadura do Estado Novo, até os Atos Institucionais números 1 e 2, baixados pela ditadura militar, que modificaram radicalmente as regras do jogo democrático e pluripartidário existentes no país até o golpe de 1964. Após isso, contextualizaremos as transformações demográficas e econômicas vivenciadas pelo Paraná no período entre 1945 e 1964 e seus reflexos na política paranaense até o segundo governo de Moysés Lupion, pois o governo de Ney Braga será analisado pormenorizadamente em capítulos posteriores. Este capítulo de contextualização nos oferecerá bases para a reflexão sociológica de “cruzamento” entre a história e as biografias/trajetórias sociais (MILLS, 1965) dos agentes políticos inseridos neste contexto, que serão pormenorizadas no decorrer da dissertação.

No terceiro capítulo, nos debruçaremos sobre os partidos políticos existentes no Brasil no período entre 1945 e 1964. Também dedicaremos nossa atenção às seções paranaenses desses partidos. Associamos a atuação dos agentes políticos paranaenses no período em questão vinculada ao grupo político em que os mesmos se encontravam. Mills (1965, p.174-175) defende que a análise da biografia dos indivíduos deve incluir a localização dos seus ambientes interpessoais, relacionada às estruturas sociais e às instituições dentro das quais tais biografias se desenrolam. Deste modo, pretendemos entender quais eram as características das principais agremiações políticas existentes no Brasil neste período, atentando-nos às características locais de cada uma destas agremiações políticas. Tais seções regionais são entendidas como “subcampos” dentro do “campo político”. Entendemos que há uma correlação entre ação política e as ideias defendidas entre os atores políticos e as instituições (ou partidos) em questão. Verificaremos o desempenho eleitoral desses partidos no Paraná, suas figuras de destaque e suas organizações políticas no estado do Paraná. Analisaremos quais os

capitais sociais, políticos e familiares mobilizados pelos agentes políticos pertencentes aos partidos políticos correspondentes, sob uma perspectiva bourdieusiana. Tal perspectiva visa observar os “deslocamentos no espaço social” desses agentes no campo político/subcampos, relacionados às “diferentes espécies de capital” em jogo em tal campo (BOURDIEU, 1998, p.190), verificando as posições que estes agentes ocupavam nesse espaço, como os mesmos se organizavam no Paraná, procurando também uma interpretação sobre o perfil biográfico de uma amostra de seus membros, eleitos pelo Paraná no pleito de 1962.

No quarto capítulo, analisaremos as disputas políticas no Paraná no início da década de 1960, procurando dialogar com o contexto social, econômico e demográfico característicos do estado em pleno processo de modernização. Após isso, identificaremos quais as disputas no campo político paranaense estavam em jogo na conjuntura que antecedeu o golpe de 1964. Começaremos pelas eleições de 1960 e as disputas entre os dois principais grupos políticos em disputa nesse contexto: o PTB e o PDC. Ney Braga, do PDC ganhou a eleição estadual, tendo como principal objetivo a construção do “Projeto Paranaense de Desenvolvimento”. Analisaremos ação da classe dominante local na construção de tal projeto, bem como os elementos da tecnocracia presentes no seu governo que fazem correspondência com o projeto colocado em prática pelos agentes do golpe de 1964. Também nos debruçaremos sobre as aproximações e os afastamentos de Ney Braga em relação aos projetos de reformas defendidos por João Goulart e colocados em prática no decorrer do seu governo. A aproximação de Goulart com os setores populares provocava blocos de apoio e resistência a tais reformas. Nesse sentido, o capítulo também discutirá quem formava o bloco de apoio às reformas de Goulart no “campo político” paranaense, destacando a atuação do trabalhista paranaense Amaury de Oliveira e Silva no Ministério do Trabalho e sua política dialógica com o sindicalismo urbano e rural. Juntamente com a ascensão dos movimentos reivindicatórios populares, a oposição a tais movimentos também era crescente, na maioria das vezes embasada na ideologia anticomunista, que visualizaremos na sexta seção deste capítulo.

No quinto capítulo, analisaremos as lutas entre os agentes e subcampos da política paranaense na conjuntura do golpe de 1964, focando as disputas entre os partidos políticos no contexto de instabilidade política que resultou no golpe de 1964. Faremos uma exposição sobre os fatos que antecederam o golpe de 1964, assinalando quais eram as principais forças de apoio ao movimento que depôs João Goulart,

registradas no estado do Paraná. Destacaremos também quais foram os primeiros expurgos que o golpe provocou sobre os agentes políticos paranaenses que eram “alvos” da “revolução”, concretizados com o Ato Institucional nº1, apresentando informações biográficas que revelam as trajetórias políticas dos mesmos. Analisaremos também as eleições de 1965 no Paraná, buscando responder como os grupos políticos se posicionaram frente aos candidatos Paulo Pimentel (governo) e Bento Munhoz da Rocha Netto (oposição), ainda sobre o sistema pluripartidário, no qual os agentes políticos podiam disputar posições com relativa liberdade de ações e escolhas dentro do “jogo” político, no contexto autoritário.

No sexto capítulo, pretendemos analisar as consequências que as mudanças institucionais promovidas a partir do golpe de 1964 provocaram sobre o “campo político” paranaense. Contextualizaremos a edição do Ato Institucional nº2, as resistências e críticas a tal Ato, bem como as adesões imediatas a tal ação do governo federal. Também buscaremos responder sobre quais as mudanças que o golpe de 1964 provocou no “campo político” paranaense, utilizando os dados sócio biográficos dos deputados e senadores eleitos no pleito de 1962, indagando-nos se tais trajetórias foram prejudicadas ou não pelo golpe de 1964, se tais agentes deram continuidades às suas carreiras políticas, se sofreram expurgos e qual foi o engajamento dos mesmos agentes políticos após a edição do Ato Institucional nº 2 e a divisão partidária entre a ARENA e o MDB. As composições dos diretórios da ARENA e do MDB no Paraná serão visualizadas, bem como os desempenhos eleitorais de ambos os partidos nas eleições de 1966, as primeiras sob o contexto bipartidário. Finalizando o capítulo, trataremos dos expurgos que a edição do Ato Institucional nº5 provocou no “campo político” paranaense.

Além da revisão de literatura sobre o período em questão, analisaremos os perfis sócio biográficos de muitos agentes políticos inseridos em tal conjuntura. Buscaremos informações sobre capitais sociais, familiares, acadêmicos, econômicos, partidários e políticos dos deputados federais e estaduais eleitos em 1962 e 1966, além dos senadores eleitos em 1962 e 1966<sup>7</sup>. Também buscaremos informações sobre os capitais políticos

---

<sup>7</sup> Todas as fichas sócio biográficas encontram-se nos anexos desta dissertação. Buscaremos informações nas obras de Maria Nicolas (s/d; 1976; 1984), que reúnem dados biográficos de senadores, deputados federais e senadores, juntamente com os perfis dos deputados federais presentes na página da Câmara dos Deputados, informações sobre as legislaturas presentes na página da Assembleia Legislativa, dados eleitorais e partidários presentes na página do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e na coletânea do IPARDES (1987), entre outras fontes.



dos principais disputantes ao governo do estado nas eleições de 1960 e 1965, bem como dos secretários de estado do governo Ney Braga. Associaremos a atuação desses agentes vinculada ao grupo político em que os mesmos se encontravam. Mills (1965, p.174-175) defende que a análise da biografia dos indivíduos deve incluir a localização dos seus ambientes interpessoais relacionada às estruturas sociais e às instituições dentro das quais tais biografias se desenrolam. Também levaremos em consideração os “deslocamentos no espaço social” desses agentes no campo político relacionados às “diferentes espécies de capital” em jogo em tal campo (BOURDIEU, 1998, p.190), verificando as posições que estes agentes ocupavam nesse espaço.

Outra importante fonte que adotaremos para a análise do “campo político” paranaense será o jornal “Diário do Paraná”, disponível na página da Hemeroteca Digital Nacional<sup>8</sup>, procurando visualizar o jogo político, as disputas dentro dos partidos e em relação aos demais partidos políticos. Poderemos averiguar como estes viam a ascensão política de movimentos populares antes do golpe de 1964, quais as opiniões a respeito do comunismo, do governo Goulart, do “movimento” de 1964, além de seus pensamentos ideológicos no contexto de inflexão política ocasionado pelo golpe de 1964.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/> Acesso em 20/07/2014.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO GOLPE DE 1964 E DO “CAMPO POLÍTICO PARANAENSE”

Este capítulo pretende expor os principais referenciais teóricos que servirão de base para reflexão sobre o nosso objeto. No primeiro momento, buscaremos nos apoiar sobre a literatura que afirma ser o golpe de 1964 uma ação organizacional das classes dominantes. Apresentaremos as considerações de Wanderley Guilherme dos Santos (1962) sobre o golpe de 1964, na qual o autor divide a sociedade brasileira em dois campos: de um lado a “minoridade dominante” que via seus privilégios ameaçados pelas políticas reformistas de João Goulart e de outro as classes que se viam incluídas progressivamente no processo político brasileiro. Também apresentaremos as interpretações de Caio Navarro de Toledo (1983; 2004; 2014) e sua análise da divisão da sociedade brasileira na conjuntura do golpe. Outro autor indispensável para a análise do golpe de 1964 é René Armand Dreifuss (1981), que discorre sobre o desenvolvimento dos ideais nacionalistas e desenvolvimentistas a partir do governo de Getúlio Vargas e a ação das classes sociais contrárias a tal projeto, que se organizaram entre civis e militares segundo os ideais da Doutrina de Segurança Nacional.

Sendo o movimento de 1964 um golpe de ação de classe que impôs o autoritarismo sobre a sociedade brasileira, visualizaremos na segunda seção a tipologia e as características do autoritarismo na América Latina, assinaladas por Guillermo O’Donnell (1982) e David Collier (1982). Para a ideologia política do autoritarismo no Brasil, nos debruçaremos sobre as produções de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

O golpe de 1964 contou com uma participação civil significativa, mas a sublevação do mesmo ocorreu principalmente através de iniciativa militar. Sendo assim, na terceira seção do presente capítulo, pretendemos apresentar uma breve trajetória da instituição militar no Brasil e suas principais ideias políticas que forjaram a ação golpista contra o governo Goulart, que segundo as suas lideranças, estaria “contaminado” de agentes “subversivos” e “corruptos”. Assinalaremos as suas divisões e o fortalecimento da corrente alinhada com o ideário da Escola Superior de Guerra.

Na quarta seção, apresentaremos qual será a nossa principal base teórica para a reflexão sobre o golpe de 1964 e seus desdobramentos na política paranaense. Identificaremos importantes pontos na obra de Pierre Bourdieu (1989; 2004; 2009;

2011) e suas considerações sobre o conceito de “campo político”. Para isso, localizaremos alguns conceitos-chave para a apreensão de sua obra, como o *habitus*, campo, subcampo, capitais, jogo social, suas disputas, etc. Estabeleceremos diálogos entre a sua teoria e o entendimento do contexto empírico analisado.

Na quinta seção do presente capítulo, apresentaremos o conceito de “família” para a reprodução de capitais políticos e econômicos de longa duração no contexto paranaense, embasando-nos na obra de Ricardo Costa de Oliveira (2000) e suas considerações para o estudo dessas famílias.

## 2.1 O GOLPE DE 1964 COMO AÇÃO CONSPIRATÓRIA DAS CLASSES DOMINANTES CONTRA A ASCENSÃO DOS MOMIMENTOS POPULARES

Vários autores analisaram o golpe de 1964, expondo diversas narrativas e pontos de vista sobre esse evento. Um dos primeiros autores a analisar essa conjuntura foi Wanderley Guilherme dos Santos (1962), na onda dos acontecimentos. Em seu ensaio “Quem dará o golpe no Brasil?”, Santos inicia sua explanação afirmando que o governo João Goulart nasceu sob o espectro do golpe de direita, quando os ministros militares de Jânio Quadros não aceitavam a sua posse na presidência. O autor completa tal ideia com a afirmação de que a ameaça de golpe no Brasil é recorrente, e acontece sempre que os trabalhadores se organizam reivindicando os seus direitos, contra os privilégios da minoria. Tal ascensão das lutas dos trabalhadores na democracia foi complementada pela inédita luta dos trabalhadores camponeses iniciada na década de 1950, visando “alterar a estrutura agrária, responsável pela miséria no campo e encarecimento das cidades” (SANTOS, 1962, p.3). Afirmando que o golpe que estava em marcha no Brasil era de direita, e não de esquerda, Santos (1962, p.12) complementa que esse golpe tinha grandes chances de ser militar, levando em consideração a tradição latino-americana e o fato da alta hierarquia militar pertencer a famílias componentes da “minoria dominante” (SANTOS, 1962, p.24). Esse golpe alteraria “as regras do jogo político estabelecido pela minoria dirigente, regras e leis que apresentava ao povo, no afã de submetê-lo permanentemente como intocáveis e imutáveis” (SANTOS, 1962, p.13). O golpe em marcha visava assegurar os privilégios da “minoria dominante” e contaria com o apoio das Forças Armadas, estabelecendo a “ditadura do governo forte”, caracterizada pelo fato do governo estabelecer medidas autoritárias oficiais cuja justificativa repousaria na segurança nacional. Sobre tal ideia, Wanderley Guilherme dos Santos discorre:

“A partir daí não é difícil aos porta-vozes da ditadura do governo forte, do golpe que está em marcha no Brasil, apresentarem atraente solução de que só é possível remediar o descabro e o impasse que se encontra o país se for constituído um governo acima dos partidos, com autoridade suficiente para impor, contra a vontade dos partidos, se necessário, aquelas medidas que consultem aos verdadeiros interesses de segurança e de salvação nacionais” (SANTOS, 1962, p29).

Tal golpe, além de ser de direita e liderado pelos militares, alteraria todas as regras do jogo democrático e modificaria a Constituição, para conservar os interesses da minoria dominante. Ela só seria “intocável” se ameaçasse os seus privilégios, não possibilitando uma revisão do seu texto no tocante à Reforma Agrária, por exemplo. Essa ditadura estabeleceria um governo “forte”, “acima dos partidos”, que estabeleceria a “ordem” necessária para a “segurança” e “salvação” da Nação, abolindo os próprios partidos, se necessário. O restabelecimento da “ordem” repousaria na repressão às reivindicações das massas trabalhadoras, colocando o povo na ilegalidade, pois suas manifestações, reivindicações, debates sobre reformas sociais ameaçariam os privilégios da minoria dominante. Todos esses pontos apresentados por Wanderley Guilherme dos Santos se confirmaram com o golpe e a sua política posterior. Ele ainda acrescentou que essa ditadura do governo forte, acima dos partidos, defensora dos “altos interesses nacionais” tentaria solucionar os problemas do país através da “técnica” na política. Mas essas soluções técnicas se dariam a favor dos interesses da minoria dominante, a promotora de tal “ditadura reacionária e antipopular” (SANTOS, 1962, p.39).

Outro autor de destaque na interpretação do golpe de 1964 é Caio Navarro de Toledo. O autor estudou o governo João Goulart e escreveu diversos artigos<sup>9</sup> sobre o tema na sua produção teórico-analítica. Para esse autor, o governo Goulart foi caracterizado pela ascensão social e política dos movimentos populares do campo e da cidade, além da promoção e defesa das reformas de base, necessárias, sob o ponto de vista desses movimentos, para a solução da crise econômica que assolava o país. Por outro lado, houve paralelamente a “organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais” nesse contexto, (TOLEDO, 2004, p.13), o que gerou uma crise que possui as seguintes características: a) crise econômico-financeira prolongada e intensificada com a inflação e a recessão; b) crises político-institucionais; c) mobilização política de classes populares e da classe média, esta segunda a partir de

---

<sup>9</sup> Ver Toledo (1983), (2014), (2004).

1963; d) fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores do campo e das cidades; e) crise no sistema partidário; e) “acirramento da luta ideológica de classes” (TOLEDO, 2014, p.39). Esse conjunto de fatores acarretaram no golpe de 1964, um golpe antipopular e antidemocrático

“um movimento *contra* as reformas sociais e políticas, uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.” (TOLEDO, 2004, p.15) Grifos no original.

Esse debate ideológico teve grande mobilização das classes trabalhadoras, redefinindo-se as discussões políticas, que não ficavam restritas apenas ao Congresso, e sim se alastravam pelas ruas e locais de trabalho (TOLEDO, 2014, p.41). As classes populares e seus representantes se organizavam pelas seguintes agremiações: FMP (Frente de Mobilização Popular), FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Ligas Camponesas, Partido Comunista Brasileiro, (TOLEDO, 2014, p.45) entre outras agremiações, como sindicatos, na luta por reformas, especialmente a agrária.

Mas, nesse mesmo contexto, a direita, sentindo-se ameaçada com esse aprimoramento democrático proporcionado pelo avanço nos debates políticos sobre o Brasil impulsionado pelas classes populares, organizou-se fortemente no Congresso, na tentativa de minar a base de sustentação de Goulart e enfraquecer o seu governo. Algumas dessas organizações eram “amplamente financiados pela embaixada norte-americana e por empresas multinacionais” (TOLEDO, 2014, p.46). Nesse sentido, o complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)/IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), ADP (Ação Democrática Parlamentar), Igreja Católica<sup>10</sup>, Associações Femininas, que se posicionavam contra a “subversão”, a “comunização”, a “desordem e a agitação” resultantes, segundo esse ponto de vista, da política colocada em prática por João Goulart (TOLEDO, 2014, p.46).

Caio Navarro Toledo discorre sobre tais considerações sobre o governo de João Goulart e o golpe de 1964 em grande parte dialogando com o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss e sua monumental obra “1964: a conquista do Estado”.

---

<sup>10</sup> No entanto, destacamos que também existiam setores da Igreja Católica progressistas que mobilizavam-se pelas reformas sociais, com posturas favoráveis aos movimentos populares. Também existiam movimentos femininos engajados nesse sentido, muitas vezes sob a organização do Partido Comunista.

Dreifuss identifica que a partir do final da Segunda Guerra Mundial, fortalecem-se os debates ideológicos no Brasil, dando início a uma polarização que se estenderia e aprofundaria com o governo João Goulart. Tal fase corresponde ao final do Estado Novo. Vargas, nesse período, intensificava os debates sobre o desenvolvimento, numa perspectiva nacionalista, estatizante e distributiva. Nesse mesmo momento, os industriais promoviam encontros, organizados por Roberto Simonsen, “procurando fortalecer suas ligações com interesses multinacionais na tentativa de conseguir capital e tecnologia” (DREIFUSS, 1981, p.28). Tais ideias foram colocadas em prática no governo Dutra, que reabriu a economia ao capital estrangeiro, beneficiando os Estados Unidos. Por sua vez, essas medidas fizeram com que o nacionalismo desenvolvimentista estatizante promovido anteriormente por Vargas entrasse em retrocesso. Dutra também inaugurou a Escola Superior de Guerra (ESG), órgão anti-varguista e simpático aos Estados Unidos (DREIFUSS, 1981, p.29). Esse órgão era composto de militares que se identificaram ideologicamente e militarmente com os Estados Unidos quando ambos países lutaram na Itália na Segunda Guerra Mundial, identificação reforçada, mais tarde, em “cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos” (DREIFUSS, 1981, p.78).

A posição favorável ao capital nacional associado as multinacionais perdeu fôlego com a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. Inicialmente, Vargas tentou colocar em prática uma política econômica de acordo com esses interesses, sem alcançar êxito quanto a recuperação da crise econômica vivenciada por seu governo. Vargas então acena a sua principal base de apoio, os trabalhadores urbanos, e intensifica as práticas nacionalistas no seu governo, como o apoio a indústria nacional e os limites ao capital estrangeiro, o que provoca a onda de provocações vindas do Exército, de Carlos Lacerda e da UDN, simpáticos às multinacionais e opositores do bom relacionamento entre o governo e os trabalhadores (DREIFUSS, 1981).

Os interesses das multinacionais e dos capitais associados foram fortalecidos no governo de Café Filho. Esses interesses se fortaleceram com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Na medida em que o capital industrial se acumulava, também se aprofundava a extrema concentração de terras. Nesse contexto, as Ligas Camponesas se inseririam no debate sobre a Reforma Agrária e os trabalhadores urbanos se organizavam vigorosamente, enriquecendo o debate sobre nacionalismo com tônica distributiva (DREIFUSS, 1981).

Observamos, portanto, um debate entre duas posições ideológicas: de um lado, a defesa de ideias nacionalistas, distributivistas e estatizantes, debatido e impulsionados

por trabalhistas, comunistas, sindicalistas, etc. De outro, a defesa de um capitalismo aberto ao capital estrangeiro, hostil à extensão do debate democrático aos trabalhadores rurais e urbanos, alinhado aos Estados Unidos. Dreifuss argumenta que por volta de 1960 esse segundo grupo se tornou a força socioeconômica dominante, e nesse processo:

“(...)um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileiras. Esses agentes formaram um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos a produção a administração política do bloco econômico multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981, p.71).

Tais agentes eram diretores de corporações multinacionais ou associadas, administradores de empresas privadas, técnicos de estatais e oficiais militares. Os mesmos eram ligados aos empresários por interesses e coincidência de valores de gerência científica da administração pública, incorporados através de seminários na ESG, Associações Comerciais e Industriais, além de clubes sociais (DREIFUSS, 1981, p.73-74).

Juntamente com o apogeu das ideias do grande capital multinacional e associado fortemente integrado à ação política de classe na ESG, no complexo IPES/IBAD, no movimento feminino e estudantil, na Igreja Católica e em alguns sindicatos urbanos e rurais, também ocorreu a ascensão dos debates sobre reformas de base, desenvolvimentismo, nacionalismo em múltiplas organizações como as já citadas FMP, FPN, sindicatos rurais, CGT, PCB, PUA (Pacto de Unidade e Ação), AP (Ação Popular) e UNE (União Nacional dos Estudantes). Além disso, Dreifuss (1981, p.138) salienta a crescente tendência de sucesso eleitoral dos partidos reformistas como o PTB em detrimento do PSD e UDN. As políticas distributivistas e reformistas promovidas pelo governo Goulart desagradavam o grande capital multinacional e associado, que requeria o congelamento de salários para a diminuição da inflação e o corte nos gastos públicos em prol da estabilização da economia (DREIFUSS, 1981, p.134). O avanço dos movimentos sindicais rurais e urbanos e a ascensão do PTB fizeram uma ação organizada de classe para combater tais organizações e ideologias através do IPES, que atuou ostensivamente na mídia, nos movimentos de classe média e no Congresso Nacional, transformado em “campo de batalha” (DREIFUSS, 1981 p.319). Políticos alinhados ao IPES receberam ajuda financeira em suas campanhas, além de diretrizes para suas ações políticas antes e depois das eleições (DREIFUSS, 1981, p.333).

Dreifuss indica que essa ação política de classe organizada contribuiu para a crise que derrubou o governo João Goulart, estimulou o acirramento das lutas políticas e lograram êxito com a ação das Forças Armadas na intervenção conspiratória anticomunista, antirreformista e antipopular.

Para fundamentarmos nossa pesquisa sobre o campo político paranaense no contexto do golpe de 1964, é necessário também uma explicação sobre o autoritarismo e o regime político instaurado a partir de então.

## 2.2 O AUTORITARISMO: TIPOLOGIA E IDEOLOGIA POLÍTICA

Um autor que nos ajuda a entender a tipologia dos regimes autoritários na América Latina é Guillermo O'Donnell e seu conceito de Estado Autoritário-Burocrático ou Burocrático-Autoritário, com a ênfase nas suas características definidoras. Esse tipo de Estado se apresenta às nações como “solucionador” das aparentes “crises” que as mesmas atravessavam antes de sua instalação, oferecendo soluções “técnicas”, “racionais” e “imparciais” acima dos conflitos entre grupos, atentando-se à nação como um todo (O'DONNELL, 1982, p.268). Esses Estados surgem a partir da “derrota política esmagadora do setor popular e seus aliados”, e desse modo, não se legitimam por si mesmos. O'Donnell parte da ideia que tais Estados são capitalistas, e sua dominação está relacionada a uma estrutura de classe fundamentada “no funcionamento e reprodução das relações capitalistas de produção” (O'DONNELL, 1982, p.269). Sendo assim, as características do Estado Autoritário-Burocrático são: a) Tais Estados tem como base social a alta burguesia oligopolizada e transnacionalizada, que subordina as demais classes; b) seu objetivo é “normalizar a economia” através de organizações compostas de especialistas em coação com a justificativa de “restaurar a ordem”, desativando a mobilização política do setor popular; c) Trata-se de um “sistema de exclusão política de um setor popular previamente ativado”, eliminando-o por rigoroso controle em prol da “ordem”. Isso é essencial para a consolidação da dominação do capital transnacionalizado; d) A exclusão do setor popular “envolve a supressão da cidadania”, suprimindo as instituições democráticas, os papéis e os caminhos institucionais de acesso ao governo. O Estado Autoritário-Burocrático se coloca como solucionador de uma profunda crise causada pela contaminação dos “numerosos inimigos internos”, promovendo uma “limpeza”. Desse modo, suprime o



setor popular, seus aliados e a cidadania; e) esse Estado promove a “transnacionalização crescente da estrutura produtiva”; f) esse Estado também busca despolitizar os debates sociais, tratando-os “em termos dos critérios supostamente neutros e objetivos da racionalidade técnico” (O’DONNELL, 1982, p.273-276).

O Estado Autoritário-Burocrático se auto define como um Estado Nacional. No entanto, essa retórica é acompanhada de uma privatização da economia. O’Donnell afirma que essa incongruência relaciona-se com o fato dos agentes do Estado Autoritário-Burocrático (Forças Armadas e tecnocratas) encararem os interesses gerais da nação como a promoção do sucesso das instituições de Estado que garantem a “ordem” social para a estabilização da economia, garantindo o sistema capitalista, visto como ameaçado pelos inimigos internos. Nesse sentido, esse Estado reprime as “organizações políticas e de classe que serviam como canais para a ativação política do setor popular” (O’DONNELL, 1982, p.278).

Corroborando com os argumentos de Guillermo O’Donnell, David Collier (1982), reitera como características definidoras do Estado Autoritário-Burocrático a eliminação do setor popular crescente na arena política, cujos atores principais da coalização dominante transnacionalizada refere-se a tecnocratas civis e militares, inseridos ou não inseridos no Estado, trabalhando em associação com o capital estrangeiro, promovendo a eliminação da competição eleitoral e controlando com severidade a participação política dos setores populares (COLLIER, 1982, p.36).

A tradição autoritária está presente na América Latina de forma intensa, e ditaduras correspondentes à tipologia do Estado Autoritário-Burocrático floresceram no continente nesse contexto.

No caso brasileiro, podemos afirmar que tal tradição está ancorada na produção acadêmica de intelectuais influentes nas experiências antidemocráticas vivenciadas no Brasil Republicano. Tratam-se de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

Francisco José de Oliveira Vianna, em sua obra “Instituições Políticas Brasileiras”, publicada em 1949, enfatiza a falha da experiência democrática e parlamentar no Brasil questionando a eficácia de ambas. Vianna indica que a defesa do sufrágio direto e universal, do governo de partidos e do Parlamento é falaciosa no contexto brasileiro. Essas instituições são contaminadas pela influência dos partidos locais e da política de clã “em que o Estado ou a Administração é o *meio de vida e serviço dos amigos*” (VIANNA, 1974, p. 147, grifos no original). A solução contra

essas práticas, para Oliveira Vianna, repousaria não na eliminação de tais oligarquias, mas no esclarecimento das mesmas, que fariam o “governo dos melhores”. Desse modo, o estabelecimento de uma tradição democrática repousaria no combate aos interesses mesquinhos dos detentores do poder dos estados por um governo central capaz de promover isso. A função do poder executivo no Brasil exige do representante predicados que não deveriam se “confundir com os simples predicados dos *representantes do povo*” (VIANNA, 1974, p.156, grifos no original). Não necessariamente, portanto, o chefe do executivo deveria ser eleito por sufrágio, até porque o mesmo é questionável, visto que o povo não tem condições de exercer esse direito. A restrição do direito democrático no Brasil ao “povo-massa” se justificaria pelo fato do mesmo ser analfabeto e não ter conhecimento para o exercício do sufrágio:

“nem como *homem da cidade*, nem como *homem do campo*- o nosso homem do povo nunca pôde organizar instituições sociais que educassem na prática do direito de voto e na tradição de escolha dos seus administradores e dirigentes, habituando-o a manejar esta pequenina arma delicada: uma *cédula de eleitor*” (VIANNA, 1974, p.159-160).

A “incapacidade” política do povo brasileiro é um dos traços mais enfatizados por Oliveira Vianna na sua análise política. As teses de Vianna sobre a política influenciaram a Escola Superior de Guerra (SANTOS, 2006, p.70). O questionamento da democracia, da realização de eleições, do funcionamento dos Partidos Políticos e do Parlamento (este deveria ser substituído por técnicos subordinados ao executivo) feitos por Oliveira Vianna (SANTOS, 2006, p.70), correspondem ao ideário autoritário de setores do Exército que posteriormente organizarão o golpe de 1964.

Outro autor característico do pensamento autoritário é Azevedo Amaral. Identificado com o Estado Novo, esse autor questionava a democracia e as práticas de eleições diretas, temporalidade dos mandatos, restrições ao poder executivo, sistema representativo e divisão de poderes, além do sufrágio universal, pois todas essas práticas falhavam devido à ação dos controladores da máquina política viciada que manipulava o “povo massa”, que seria despreparado para opinar no jogo político (SANTOS, 2006, p.65). Azevedo Amaral previa a realização de eleições indiretas para os cargos legislativos e a presidência, podendo-se também optar por um sistema de votação plebiscitária, para neutralizar as contradições que tal processo gerava. O grande marco de combate a esses interesses localistas se refere ao Estado Novo, liderado por Getúlio

Vargas, uma “resposta histórica à realidade nacional” (SANTOS, 2006, p.68). Azevedo Amaral viu no Estado Novo a concretização de seu ideário político, que também incluía a prática de ocupantes do aparelho estatal serem meritocraticamente escolhidos (SANTOS, 2006, p.68).

Francisco Campos (1983) é outro autor que estima o Estado Novo e a experiência autoritária, esta, seria “necessária” para a superação dos “erros” e “vícios” da antiga ordem. Um líder predestinado (Getúlio Vargas) promove a criação de um novo Estado para uma nova Nação, representando o “interesse coletivo” para a “salvação nacional”. Desse modo, Francisco Campos questiona os principais fundamentos da democracia política, como o funcionamento dos partidos, “simples massas de manobra e instrumentos mecânicos de manipulação eleitoral” (CAMPOS, 1983, p.118), a democracia de partidos, que seria uma “guerra civil organizada” (CAMPOS, 1983, p.119) o Parlamento, “órgão de inibição das iniciativas realmente úteis ou proveitosas aos interesses nacionais” (CAMPOS, 1983, p.123) e o sufrágio universal, impróprio dada a incompetência do eleitorado (CAMPOS, 1983, p.134). Francisco Campos faz a defesa decidida do Estado Novo, um estado que seria democrático, pois esse representava a vontade do povo, que apoiava o presidente em contato direto com o povo. O Estado, personificado em Getúlio Vargas, seria um Estado forte, centralizador, unificador e garantidor dos interesses da nação, que solucionava o problema da desordem da democracia de partidos existente antes do mesmo. O Estado Novo seria uma alternativa ao liberalismo e ao comunismo. O Estado Novo estabeleceria a “ordem” numa sociedade em luta e conflitos, harmonizando as relações sociais.

### 2.3 A INSTITUIÇÃO MILITAR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DE SUAS IDEIAS POLÍTICAS

Para entendermos o golpe militar de 1964, devemos ter em mente que o mesmo foi articulado por autoridades civis, como os governadores, que conspiraram contra um governo democrático conduzido por João Goulart, juntamente com os setores militares que ofereceram a base para a deflagração do movimento que depôs João Goulart. O entendimento sobre a instituição militar no Brasil nesta conjuntura perpassa pela “Doutrina de Segurança Nacional”, formulada pela Escola Superior de Guerra. Boa parte dos elementos ideológicos que sustentavam o golpe de 1964 estão presentes nessa doutrina militar e política, produzida por importantes setores da intelectualidade das

Forças Armadas, em consonância com o pensamento de muitas lideranças políticas que se incomodavam com os rumos que os movimentos sindicais e sociais vinham tomando, bem como com as políticas redistributivistas e reformistas que o governo João Goulart promovia, intensificadas com o seu governo presidencialista.

A instituição militar no Brasil recorrentemente influenciou os rumos da política, intensificando sua atuação com a Guerra do Paraguai e a criação do Clube Militar em 1887, além de sua ação no golpe que proclamou a república, em 1889. O Movimento Tenentista da década de 1920 demonstra a rebeldia militar contra as práticas políticas adotadas pelas oligarquias regionais durante a República Velha. Nos manifestos da Revolução Tenentista de 1924, ocorrida em São Paulo com maior intensidade, presentes na obra de Edgard Carone (1975, pp. 271-279) estão evidenciadas a insatisfação dos militares quanto às atitudes do governo em relação aos mesmos (sentiam-se “desvalorizados”, isto, para os militares, seria um desrespeito à própria “nação”, uma vez que os mesmos eram seus representantes), além de críticas ao sistema eleitoral, que seria para os mesmos repleto de “vícios”, como o nepotismo, a “incompetência técnica” na alta administração, a falta de “integridade moral”, a “perversão” dos costumes políticos, entre outras críticas. Os anseios deste movimento repousavam na liberdade de opinião e de imprensa, no equilíbrio entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, na defesa do voto secreto, da justiça gratuita e da instrução pública. Os programas da Coluna Miguel Costa- Luís Carlos Prestes, presentes na obra de Edgard Carone (1975, pp. 309-316), também assinalam os mesmos anseios do movimento de 1924, tendo como novidade algumas preocupações sociais, com o seu principal líder, Luís Carlos Prestes aderindo às ideias do Partido Comunista, anos mais tarde. As aspirações do Movimento Tenentista foram incorporadas, em grande proporção, à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república, em 1930, representante das oligarquias dissidentes (fora do eixo São Paulo- Minas Gerais).. A Plataforma da Aliança Liberal criticava as práticas eleitorais do governo de Washington Luís e defendia a renovação dos costumes políticos, a valorização do setor militar, a reforma no ensino e uma preocupação com a questão social (PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL, 1996). A candidatura de Getúlio Vargas foi derrotada nas urnas, em março de 1930, o que não era uma surpresa, pois toda oposição era neutralizada, devido a fragilidade do sistema “democrático” existente, extremamente limitado<sup>11</sup> e elitista<sup>12</sup>. Em

---

<sup>11</sup> O voto era restrito a homens, alfabetizados, maiores de 21 anos, o que já excluía a maior parte da população, composta por mulheres e analfabetos.

outubro do mesmo ano, Getúlio Vargas foi o principal líder civil que sublevoou a Revolução de 1930, juntamente com os militares que promoveram o golpe.

A presença de líderes tenentistas no governo provisório de Vargas foi uma das bases de sustentação de seu governo. Dentro das Forças Armadas, haviam militares com diferentes orientações políticas, que se envolviam em revoltas contra o governo central. A primeira delas foi a “Revolução Constitucionalista”, ocorrida em São Paulo, liderada por representantes da antiga oligarquia dominante paulista e oficiais insatisfeitos com Vargas. Segundo José Murilo de Carvalho (1999, p.342), 508 oficiais foram expulsos após participação em tal revolta. Estes expurgos foram recorrentes nas revoltas posteriores, como a de 1935. Uma parcela de militares e tenentes aderiu à Aliança Nacional Libertadora, uma frente antifascista e anti-imperialista que ansiava um governo “nacional-revolucionário”. A ANL foi colocada na ilegalidade pela Lei de Segurança Nacional, após manifestos de repúdio ao governo de Vargas. Depois da ilegalidade, as ações da ANL culminaram na sublevação do Levante Comunista de 1935, em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, reprimida pelo governo. Militares liderados por Goés Monteiro fizeram tal levante como pretexto para a justificação do golpe de 1937, juntamente com Eurico Gaspar Dutra. (ABREU, Alzira Alves de. Aliança Nacional Libertadora). Após a repressão do levante, 107 oficiais foram expulsos (CARVALHO, 1999, p.342). Após o Levante, a ideologia anticomunista passou a ser fortemente propagada pelas Forças Armadas nas suas instituições e escolas de formação. O aniversário da revolta, dia 27 de novembro, passou a ser lembrado nos anos posteriores pelas forças armadas, de modo a explicitar a “ameaça que os comunistas representam para a conservação do regime democrático” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Verbete Revolta Comunista de 1935).

Outra revolta ocorrida foi o levante dos integralistas, que resultou em mais 10 expulsões. José Murilo de Carvalho (1999, p.342-343) aponta que estes expurgos possibilitaram uma unidade no Exército do ponto de vista político e ideológico, unidade que foi comprometida a partir da promoção, por parte de Getúlio Vargas, de outro ator político durante o Estado Novo: o movimento operário, que redundou mais tarde no

---

<sup>12</sup> Décio Saes (1985) aponta que, embora realizassem-se eleições regularmente, as mesmas eram manipuladas de acordo com os interesses das frações de classe dominante hegemônicas. Os eleitores com direito ao voto eram provenientes, em sua maioria, do campo, sendo sujeitos à dominação pessoal dos grandes proprietários de terras, que os convertiam em “massa de manobra” através da inexistência do voto secreto, da falsificação das atas eleitorais, além do não reconhecimento por parte das instituições do poder legislativo locais da validade da vitória de candidatos pertencentes às oligarquias dissidentes.

Partido Trabalhista Brasileiro. Isto afastou os militares de Getúlio Vargas, pois os mesmos divergiam da aproximação do movimento operário com os comunistas, e a ideologia anticomunista era muito forte entre os militares a partir do levante de 1935. Preparou-se um golpe militar que retirou Getúlio Vargas do poder, em 1945.

O governo de Getúlio Vargas desagradava os militares pelas políticas que o mesmo promovia em benefício dos trabalhadores urbanos e sindicalizados. Segundo Carlos Alberto Giannasi (2011, p.107) o apoio popular recebido por Vargas era temido pelos militares, que não desejavam revoluções populares, mobilizações dentro do exército e possíveis infiltrações comunistas. Além disso, Vargas promovia uma política de desenvolvimento econômico não subordinado ao capital estrangeiro, que também desagradava aos militares, simpáticos a atuação dos Estados Unidos no desenvolvimento econômico dos países capitalistas desde a participação na Segunda Guerra (GIANNASI, 2011, p.107). Após a deposição de Vargas em 1945, promovida principalmente pelos setores militares, o General Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da república pelo voto popular e com o apoio de Vargas, que se afastou do mesmo no decorrer do seu mandato, bem como o movimento sindical e trabalhista, desagradado pelas políticas de repressão às manifestações populares e reivindicações salariais, além das recorrentes intervenções nas organizações sindicais. Gaspar Dutra tinha uma linha de desenvolvimento econômico aberta ao capital estrangeiro e simpática aos Estados Unidos. Foi durante o governo Gaspar Dutra que o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade.

Em 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra, que propagou entre os militares e civis que frequentavam os seus cursos a “Doutrina de Segurança Nacional” (GIANNASI, 2011, p.85). Tal Doutrina propagava que o mundo estava dividido entre o capitalismo e o comunismo, e que após a Segunda Guerra Mundial era o comunismo o principal inimigo a ser combatido. Esta Doutrina teve a inspiração do “National War College”, que “expressava os temores dos governos direitistas, conservadores ou liberais democráticos” (GIANNASI, 2011, p.144) dos países alinhados aos Estados Unidos em relação ao comunismo. Esta linha de pensamento influenciou a criação de grupos como o IPES e o IBAD, anos mais tarde. Em geral, tal linha propagava que a América Latina fazia parte de um bloco de países em desenvolvimento que poderia ser alvo de “demagogos” e “revolucionários”, cabendo aos governantes e aos militares a promoção do desenvolvimento econômico desses países e a “promoção preventiva e repressiva da segurança contra os agentes subversivos” (GIANNASI, 2011, p. 113). O

desenvolvimento econômico, nesse caso, seria subserviente ao capital estrangeiro, hegemonicamente liderado pelos Estados Unidos.

A Doutrina de Segurança Nacional em grande parte uniu política e ideologicamente as correntes anticomunistas da Forças Armadas e os setores civis dentro de uma visão de que era necessário combater a “subversão”, reprimindo qualquer tipo de reivindicação trabalhista/sindical por direitos e pela valorização salarial. Tal ideário justificava a ação desenfreada do capital estrangeiro no Brasil, que promovia um desenvolvimento não-redistributivista, possibilitando ao grande capital, subordinado ao capitalismo internacional, uma intensa acumulação e consequente aprofundamento das desigualdades sociais.

Outros elementos componentes da Doutrina de Segurança Nacional correspondem à divisão de que o mundo estava dividido entre o ocidente, que seria “cristão e democrático” e o oriente, que seria “comunista e ateu” (GIANNASI, 2011, p.145). O mundo, nessa perspectiva, seria dividido entre “amigos” e “inimigos” (URÁN, 1987, p.177). Esta doutrina propagava também que os militares seriam a “nata da elite”, vanguarda aliada a setores civis que compartilhavam de seu ideário, oposto aos “políticos tradicionais” e as práticas de “demagogos” que manipulariam as “massas” e promoveriam a “desordem” social, que poderia possibilitar a infiltração de comunistas no poder. Outro ponto chave desta doutrina dizia respeito à ideia de segurança, que só seria uma realidade se houvesse ordem e estabilidade, pré-condições do desenvolvimento (GIANNASI, 2011, p. 147). A Doutrina de Segurança Nacional propagava a existência de um “Bem Comum”, que unificaria todo o projeto de nação com apenas um interesse e uma vontade não existindo espaço para divergências ou conflitos sociais e políticos, pois havia apenas um poder e um “Bem Comum” (GIANNASI, 2011, p.145). Os conflitos sociais eram vistos como uma ação inimiga do comunismo internacional, e o interesse da sociedade eram unificado, ordenado, sem conflitos.

Além da corrente anticomunista “cosmopolita” (CARVALHO, 1999), havia também os militares anticomunistas nacionalistas, que se opunham à ação desenfreada do capital estrangeiro no Brasil. Outra linha existente no Exército era o setor “nacionalista de esquerda”, que não era contrário ao comunismo, muitas vezes era simpático à esta ideologia, tendo como representante Estilac Leal. (CARVALHO, 1999, p.344). Estilac Leal foi escolhido por Getúlio Vargas para o Ministério da Guerra, estrategicamente escolhido para o apoio à política desenvolvimentista nacionalista

adotada pelo governo (SKIDMORE, 2010, p.139). A ala nacionalista apoiou a campanha para a criação da Petrobrás e era favorável a uma política externa independente (SKIDMORE, 2010, p.141).

Mudanças dentro do setor militar aconteceram meses depois. Os militares anticomunistas (tanto os favoráveis ao capital estrangeiro quanto os nacionalistas) se aliaram nas eleições do Clube Militar em 1952, derrotando a corrente nacionalista, conseguindo o dobro de votos em relação a esta corrente (SKIDMORE, 2010, p.142). A identificação entre as correntes anticomunistas e a ideologia “liberal, elitista, antipopular e golpista” (GIANNASI, 2011, p.106) propagada pela UDN era muito intensa. Estes setores militares e a UDN temiam as organizações sindicais e a mobilização dos trabalhadores, bem como eram contrários às políticas promovidas por Getúlio Vargas nesse setor. A revolta de tais setores com a nomeação de João Goulart ao Ministério do Trabalho, e a intensificação da oposição frente as práticas adotadas pelo mesmo quanto à valorização do salário e intenso diálogo com os movimentos sindicais<sup>13</sup> foram em grande parte as principais motivações para a crise que resultou no suicídio do presidente Vargas, em 1954. Segundo José Murilo de Carvalho (1999, p.344), a luta entre o grupo nacionalista de esquerda e o grupo anticomunista nas Forças Armadas durou até o golpe de 1964, sendo o segundo grupo citado o vitorioso e o primeiro esmagado, bem como o movimento sindical.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência da república em 1955 e o não reconhecimento de sua vitória nas urnas por parte da UDN e dos militares anticomunistas foi uma nova demonstração do autoritarismo destes setores, que se repetiu nas crises de 1961 (quanto à posse de João Goulart) e 1964 (deposição de João Goulart). O que podemos assinalar é o caráter ideológico e de classe das forças oposicionistas golpistas anti trabalhistas que, somadas à influência econômica, política, ideológica e cultural dos Estados Unidos, depuseram João Goulart através do golpe de Estado. O crescente movimento sindical e popular durante o governo de João Goulart foi visto como inimigo pelos setores militares que adotavam a Doutrina de Segurança Nacional. Após o golpe de 1964, todas as oposições ao regime militar eram vistas como:

---

<sup>13</sup> O Memorial dos Coronéis protestava contra aumento de 100% do salário mínimo, o que significaria um desprestígio para as Forças Armadas, já que o salário mínimo poderia se equiparar aos da oficialidade. Trata-se de uma manifestação do receio classe média ser proletarizada através da medidas de Vargas em prol dos trabalhadores.



“irracionalistas, demagogos, pseudonacionalistas e pseudodesenvolvimentistas, uma vez que, de acordo com a visão sistêmica e organizacional da vida social que os militares adotaram, por ser um modelo funcional, era altamente burocratizado e não comportava divergências. O binarismo característico da visão militar assim os levava a pensar a vida nacional, não admitindo dissidências, que eram vistas com grande reprovação, tal como é o caso da insubordinação, no caso das casernas” (GIANNASI, 2011, p.155).

A influência da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional para a ação conspiratória que retirou João Goulart da presidência pode ser verificada com a presença de seus ativos formuladores nos acontecimentos que desembocaram no golpe, entre eles o marechal Cordeiro de Faria (integrou a Força Expedicionária Brasileira e tentou impedir a posse de João Goulart em 1961), o marechal Castelo Branco (também ex-integrante da FEB) e o general Carlos de Meira Mattos, além do general Golbery do Couto e Silva, também ex-febiano em intenso contato com os militares norte-americanos na Itália e após a Segunda Guerra (GIANNASI, 2011, p.157).

Todas as divergências políticas após o golpe de 1964 eram vistas como inimigas, combatidas com o uso policial e repressivo em nome da segurança da nação (GIANNASI, 2011, p.208).

## 2.4 O “CAMPO POLÍTICO” COMO FERRAMENTA TEÓRICA PARA A COMPREENSÃO DO GOLPE DE 1964 NO PARANÁ

A presente análise pretende compreender como as disputas no campo político paranaense ocorriam no contexto do golpe de 1964. Utilizamos a categoria sociológica de “campo político” a partir do referencial teórico da obra de Pierre Bourdieu, direcionando as nossas indagações aos atores e aos grupos políticos que disputavam o poder no período pré-1964 e quais as mudanças essa ruptura provocou nesse campo com a publicação do Ato Institucional nº2. A primeira questão que estas perguntas provocam é a relação entre esses grupos (ou partidos) e os atores políticos no campo político. Ou seja, trata-se de uma relação entre a estrutura (o grupo) e os indivíduos (os atores políticos), entre a sociedade e os indivíduos. Uma das principais preocupações teóricas de Pierre Bourdieu é a necessidade de superação da dicotomia entre o objetivismo e o subjetivismo. Para isso, ele recorre ao conceito de *habitus*, que escapa ao “*realismo da estrutura*”, característico do objetivismo, que, segundo Bourdieu, torna

as “relações objetivas” como “realidades já construídas fora da *história* do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social” (BOURDIEU, 2009, p.86, grifos no original). Bourdieu, segundo Renato Ortiz (1983) procura articular o ator social e a estrutura social, o homem e a história, pelo conceito de *habitus*. *Habitus*, segundo Bourdieu, são:

Sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores de práticas e de representações (BOURDIEU, 2009, p.87, grifos no original)

Para Patrice Bonnewitz (2003, p.77), as disposições (“atitudes, inclinações para sentir, pensar, fazer”) são adquiridas pelo indivíduo através da socialização, e são interiorizadas a partir de suas “condições objetivas de existência” como “princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão”, tal interiorização torna os “comportamentos e valores apreendidos considerados como óbvios”.

*Habitus*, portanto, diz respeito ao social incorporado no corpo dos agentes sociais. Bourdieu (2004, p.83) compara o social com o jogo, pois ambos são regradados e regulares. O *habitus* fundamenta as condutas regulares e faz com que os agentes sociais se comportem de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Verifica-se uma tendência para a sua ação regular dos agentes dotados do mesmo *habitus*, obedecendo a uma “lógica prática” (BOURDIEU, 2004, p.98).

Na obra “O poder simbólico”, Bourdieu discorre sobre o senso prático da seguinte maneira:

Os ‘sujeitos’ são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* (...) de um sistema adquirido de preferências, de princípios e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação- o que chamamos, no esporte, o senso de jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo (BOURDIEU, 1989, p.42)

Por intermédio do senso prático inerente aos agentes em seus *habitus*, há a possibilidade de previsão das ações dos sujeitos no mundo social. Bourdieu, conforme o visto acima, compara tal previsibilidade de ações com um jogo, no qual os jogadores preveem as jogadas dos outros justamente porque todos estão envolvidos de tal modo com a dinâmica, as repetições dos movimentos, o ritmo e as regras do jogo que são capazes de prever os movimentos dos demais, pois todos compartilham das mesmas práticas.

Em Bourdieu, os agentes operam sobre o princípio da “não-consciência”, pois, em “O ofício de Sociólogo”, Bourdieu afirma que o sociólogo não deve atentar-se às opiniões e pré-noções dos agentes, bem como as razões invocadas pelos agentes pelas causas do que os mesmos fazem, pois elas escapam à sua consciência (DUBAR, 2004, p.58). Os agentes são dotados de *habitus*, princípio gerador de práticas e representações que tende a reproduzir a estrutura social, dado que o *habitus* é um conjunto de disposições sociais incorporados nos corpos dos agentes. O que os agentes pensam e sentem não é um dado apenas individual, é também coletivo, que ocorre muitas vezes de maneira inconsciente.

Bourdieu, segundo Renato Ortiz (1983) procura articular o ator social e a estrutura social, o homem e a história, pelo conceito de *habitus*. O *habitus* dos agentes é um produto da história. Ele garante

A presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p.90).

Através do *habitus*, as instituições colocam em prática suas realizações plenas, por meio da incorporação, por parte dos agentes, do sentido objetivado das instituições (BOURDIEU, 2009, p.94). Podemos afirmar que há um *habitus* característico de um grupo político ou de uma fração de classe dominante, bem como a incorporação de determinados *habitus* nos agentes em seus respectivos *campos*, reforçando o pertencimento do mesmo no microcosmo social ao qual está inserido.

Sendo o *habitus* produtor de práticas e representações, agentes que possuem o mesmo *habitus* tendem a reproduzir tais práticas e representações. O *habitus* varia segundo a posição que os agentes ocupam em determinado espaço no mundo social (BOURDIEU, 2004, p.158-159). Bourdieu refere-se a tais espaços como *campos*. Cada

*campo* possui diferentes tipos de *capital*, como o econômico, o político, o social e o simbólico. Cada *campo* é um microcosmo, uma parcela do mundo social (ou macrocosmo) relativamente autônomo em relação à totalidade do mundo social (BOURDIEU, 2011, p.195). Relativa autonomia, pois “os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomos. Eles se articulam entre si” (BONNEWITZ, 2003, p.62). A autonomia preservada e característica de cada campo refere-se à ideia de que os mesmos possuem suas próprias regras ou leis, “que são diferentes das leis do mundo social ordinário” (BOURDIEU, 2011, p.195). Bourdieu propõe o estudo de uma teoria geral dos campos. Tal estudo permitiria descrever a forma específica de mecanismos e conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho) característicos de cada campo. Compreender a gênese social de um dado campo possibilitaria ao pesquisador “apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 1989, p.69), entre outras coisas. A gênese dos campos se define como a “história das lutas entre os agentes para subsistir e reproduzir material e simbolicamente” (CARNEIRO, 2006, p.44).

Introduzimos brevemente as definições dos principais conceitos de Pierre Bourdieu (*habitus*, campos e capitais) necessários para pensar a política. Nossa atenção nesse momento estará voltada para a exposição das principais características do campo político para Pierre Bourdieu. A partir do conceito de campo político, analisaremos como este se relaciona com o nosso objeto de estudo.

O campo político, como os demais campos, é um campo de forças e de lutas, que possui agentes com determinadas condutas correspondentes às suas posições na “estrutura da relação de forças” relacionadas ao campo em determinado momento (BOURDIEU, 2011, p.201).

O “campo político” possui agentes dotados de capitais políticos desiguais. Bourdieu relaciona o campo de poder com o conceito de “classe dominante”, pois tal conceito refere-se a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, esta classe possui vantagens em relação às outras desde o momento de sua entrada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28). A análise da luta política deve levar em consideração, portanto, aos determinantes econômicos e sociais dos agentes que se encontram na política. Pesquisar a posição que os agentes políticos ocupam no macrocosmo (social), relacionando os campos político, econômico,

social, cultural, etc; juntamente com as posições que os agentes políticos ocupam no microcosmo (o campo político) é tarefa do pesquisador que pretende compreender as práticas de tais agentes políticos, pois os agentes (indivíduos ou instituições), são caracterizados:

“pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sobre a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil.” (BOURDIEU, 2004, p.24).

Bourdieu oferece uma série de considerações sobre o microcosmo do campo político e suas especificidades. O autor enfatiza a necessidade da investigação da posição que os agentes políticos ocupam no interior dos partidos políticos e a verificação se há a tendência de concentração de poder nas mãos de uma oligarquia (BOURDIEU, 2011 p.196) e a conseqüente reprodução do aparelho (no caso, os partidos políticos) pelos agentes políticos interessados nessa reprodução e na própria reprodução da posição que eles mesmos ocupam no aparelho, pois o “capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido” (BOURDIEU, 2011, p.204). Quanto à relação entre os agentes políticos com os partidos, Bourdieu também tece algumas importantes considerações. Uma delas é a relação entre o partido e a classe, ou entre “a luta das organizações políticas e a luta das classes” (BOURDIEU, 1989, p.175). Bourdieu defende que os membros das classes dominantes se organizam em grupos de pressão e partidos políticos (organizações permanentes) para a conquista do poder. Essas organizações possuem uma doutrina ou programa que orientam o pensamento e a ação dos militantes e eleitores (BOURDIEU, 1989, p.166-167). Observa-se aí a relação entre o social (partido) e os indivíduos (militantes e eleitores) e a lógica da reprodução da dominação e da reprodução social e política.

O capital político, para Bourdieu, é uma forma de capital simbólico “firmado na *crença* e no *reconhecimento*” que os agentes em questão conferem a uma pessoa (BOURDIEU, 1989, p.187, grifos no original). Notoriedade, popularidade e reputação são componentes do capital político que podem ser adquiridos por aspectos da trajetória social dos agentes (como, por exemplo, no exercício de profissões liberais que permitem tempo livre e o capital cultural suficiente para a atividade política), mas esses

componentes do capital político estão relacionados principalmente à associação de tais agentes com os partidos políticos. Essas organizações acumularam “no decurso da história um capital simbólico de *reconhecimento* e de *fidelidade*” (BOURDIEU, 1989, p.191, grifos no original); e são elas que controlam o “acesso à *notoriedade pessoal*, controlando por exemplo o acesso às posições *mais em vista* ( a de secretário-geral ou de porta-voz)” (BOURDIEU, 1989, p.193, grifos no original). Portanto, grande parcela do capital político acumulado pelos agentes está relacionada à posição que este ocupa no macrocosmo social (e seus campos e capitais, que incluem o econômico, o cultural, o social, o familiar, etc) e no microcosmo social (no caso do campo político, nas posições que os agentes ocupam no interior das organizações partidárias, como no exemplo descrito acima). Tal jogo é dinâmico e está em permanente movimento.

Entendemos que os partidos políticos fazem parte do campo político como *subcampos*. Neles, localizam-se as lutas, as disputas políticas, os diferentes interesses e forças políticas que lutam entre si (ou entre partidos políticos, neste caso), cada um deles com o objetivo de continuar no jogo, levando em consideração também os diferentes níveis de acumulação de capitais políticos e as regras estabelecidas por este jogo (GOULART, 2014). Para Mônica Harrich Goulart, os agentes estão localizados no jogo político de acordo com o acúmulo de seus capitais políticos, obtidos em grande parte através dos partidos políticos nos quais os mesmos estão inseridos. Se os mesmos em grande parte, transmitem uma boa quantia de capitais políticos, os agentes que fazem parte do jogo político se esforçam em “se firmarem em torno do grupo que detém o situacionismo político” (GOULART, 2014, p.40).

Os agentes sociais (no caso, políticos), mobilizam estratégias para a “conservação” ou “apropriação” do capital e suas diferentes ‘espécies’ para a “reprodução da ordem social” (nesse caso, a ordem política) (BONNEWITZ, 2003, p.67). Para permanecerem no jogo é preciso também que os agentes desenvolvam os seus *habitus*, compartilhando suas práticas individuais que também são coletivas (GOULART, 2014 p.43). O campo é a estrutura objetiva onde se realizam as disputas e lutas e os agentes não são meras partículas conduzidas pelas forças de determinado campo justamente porque os mesmos são dotados de *habitus*, de disposições adquiridas ao longo de suas trajetórias. Os agentes podem ter disposições que o campo exige, aderindo às forças do campo, ou também podem opor-se às mesmas forças. Nessa perspectiva, Bourdieu considera que:

“Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados (...). Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentam modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p.28-29).

O campo político, como todo campo, possui uma lógica própria com suas próprias regras em um “espaço de conflitos no qual os agentes dominantes visam reproduzir a sua dominação” (BONNEWITZ, 2003, p.44-45). Bourdieu compara o campo como um jogo, que objetiva “conservar e/ou acumular o máximo de capital respeitando as regras do jogo” (BONNEWITZ, 2003, p.61). Há também, porém, a possibilidade dos jogadores procurarem “transformar estas regras, por exemplo, desacreditando a espécie de capital sobre a qual repousa a força de seus adversários” (BONNEWITZ, 2003, p.61).

O jogo político faz com que os seus jogadores se submetam aos valores do campo político<sup>14</sup>, tal adesão ocorre porque os jogadores não querem correr “o risco de se ver excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem” (BOURDIEU, 1989, p.173).

Entendemos que o “campo político paranaense” é um campo de forças e lutas entre agentes que disputam posições no espaço político. Tais lutas foram acirradas com o processo que desencadeou o golpe de 1964, e este fez com que agentes que ocupavam determinados espaços no campo político antes de 1964 tivessem suas forças e posições reduzidas ou anuladas; ao passo em que houve agentes que tiveram suas forças e espaços potencializados a partir de tal conjuntura.

Tal campo de lutas possui agentes com capitais políticos desiguais. Os agentes dominantes querem permanecer na posição dominante, reproduzindo a favor de si mesmos as próprias relações em detrimento dos demais agentes, “que não dispõem das mesmas condições, sejam elas materiais ou simbólicas” (GOULART, 2014, p.35) dentro do campo em questão. Nossa análise pretende averiguar quais as posições ocupadas por alguns destes agentes políticos paranaenses nos campos político,

---

<sup>14</sup> Bourdieu, referindo-se aos campos de maneira geral, argumenta: “O princípio do movimento perpétuo que agita o campo (...) reside nas ações e nas reações dos agentes que, a menos que se excluam do jogo e caiam no nada, não tem outra escolha a não ser lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera (...)” (BOURDIEU, 1989, p.85).

econômico, social e cultural para a presente análise sociológica. Nossa análise adotará a perspectiva bourdieusiana de que o partido está associado a luta de classes, envolvendo a questão da reprodução das desigualdades e das posições que os agentes do campo político possuem, relacionando-as a outros campos.

A partir do golpe de 1964, as “regras do jogo” político tiveram intensas modificações. Com isso, alguns grupos políticos sofreram exclusões políticas, outros tiveram a potencialização de suas forças, houve grupos que se mantiveram neutros ou se submeteram às novas regras para não se verem excluídos do jogo político. Analisaremos como se deu tal processo de mudanças nas regras do jogo no Paraná, a partir do golpe de 64 e a promulgação do AI-2, que extinguiu os partidos políticos existentes, criando a ARENA e o MDB. Partimos do pressuposto de que houve resistências como também adesões, submissões e conciliações políticas entre os grupos que eram anteriormente rivais políticos.

## 2.5 A “FAMÍLIA” E A REPRODUÇÃO DOS CAPITAIS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Temos também como referência teórica as obras de Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2004; 2012), que analisam a conexão entre o poder político e as famílias que dominam a política paranaense há séculos, desde os tempos coloniais. O autor argumenta que aproximadamente 50 famílias históricas do período colonial perpetuam a sua dominação ao longo dos séculos, em detrimento das transformações políticas e modernização no capitalismo. Essas famílias articulam os seus poderes econômicos, políticos e culturais para a dominação (OLIVEIRA, 2000, p.2). Dessa maneira, a classe dominante paranaense é formada “a partir de um reduzido conjunto de famílias, bastante aparentadas entre si e compartilhando inúmeros ascendentes em comum” (OLIVEIRA, 2000, p.5). Isso é reforçado pela tendência característica do Brasil à continuidade e reprodução dos poderes políticos e econômicos pela classe dominante desde a Colônia (OLIVEIRA, 2000, p.16). O autor também articula sua discussão com o conceito marxista de “classe dominante”, no qual o Estado defende os interesses da fração de classe hegemônica economicamente, bem como o conceito poulantziano de Bloco no Poder, que divide a classe dominante em diferentes frações que lutam entre si no interior do Estado (OLIVEIRA, 2000, p.15). O principal material empírico que comprova as ideias desenvolvidas por Oliveira corresponde à Genealogia Paranaense,



de Francisco Negrão, que separa por volumes os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná Tradicional a partir de títulos genealógicos, localizando as famílias e as alianças matrimoniais entre si. O volume I corresponde aos descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis, o volume II corresponde aos descendentes de João Rodrigues Seixas, o volume III corresponde aos descendentes de João Rodrigues de França. A partir do volume IV, são variados títulos genealógicos<sup>15</sup>. A respeito desses títulos, Oliveira explica que:

“ O título é o retrato da evolução de uma rede de parentesco, a partir da família do titular, em um efeito progressivo, em cascata. Todos os personagens de um título têm vínculos de parentesco, ou ancestrais em comum, por mais distantes e remotos que sejam. (...) A partir dos quatro grandes troncos familiares que constituem o cerne da classe dominante no Paraná, com uma estruturação política de quase trezentos anos de organização familiar reconhecida, podemos compor unidades familiares menores, pertencendo isoladamente a um ou a vários troncos centrais. Listando as famílias que ofereceram titulares a alta elite política, famílias economicamente importantes e ainda aquelas com ideólogos da identidade paranaense, ou com todas essas características reunidas na síntese que é uma classe dominante concreta, teríamos, como diziam os antigos documentos coloniais, uma lista “*das principais famílias*” (OLIVEIRA, 2000, p.214, grifos no original).

Ao todo, são 6 volumes da Genealogia Paranaense, trabalhadas pelo autor minuciosamente. Na análise dos capitais acumulados pelos agentes políticos no contexto do golpe de 1964, pretendemos verificar quais são os capitais familiares desses agentes, suas ligações com a classe dominante paranaense organizada em famílias históricas<sup>16</sup> por nascimento e casamento.

Sobre o capital familiar adquirido pelo matrimônio, Bourdieu define que isso corresponde a um conjunto de estratégias mobilizadas pelos atores, nas quais

---

<sup>15</sup> Volume IV: Títulos Laras, Moraes Cordeiro, Mateus Leme, Teixeira de Azevedo, Xavier Pinto, Teixeira Coelho, Pereira Braga e Oliveira Cardoso. Volume V: Títulos Corrêa de Bittencourt, Cardoso de Lima, Taques, Oliveira Vianna, Goés Siqueira, Alves, Marques da Cunha e Azevedo da Silveira. Volume VI: Títulos Macedo, Laynes, Morocine Borba, Martins Lopes, Brandão de Proença, Simas, Souza Pinto, Rodrigues Vianna, Gonçalves Marques, Marques de Jesus, Silva Pereira, Santos, Nascimento de Farias, Maravalhas, Pereiras, Mendonça, Pereira Branco, Freitas de Saldanha, Alvares de Araújo, Soares da Costa, Xavier da Silva, Falcão Bastos, Moreira da Rocha, Gonçalves dos Santos, Pletz, Muller, Kalckman e Bley. (OLIVEIRA, 2000, pp.380-385).

<sup>16</sup> Ricardo Costa de Oliveira (2000) identificou aproximadamente 45 famílias históricas dominantes na política, economia e intelectualidade paranaense.

“se pretendem sempre, pelo menos nas famílias mais favorecidas, fazer um ‘bom casamento’ e não somente um casamento, isto é, maximizar os benefícios econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação, elas são comandadas em cada caso pelo valor do patrimônio material e simbólico que pode ser engajado na transação (...)” (BOURDIEU, 2009, p.245).

Na visão de Bourdieu, o habitus presente nos indivíduos é produto de uma estrutura que tende a se reproduzir, e as estratégias matrimoniais praticadas pelos agentes sociais se relacionam com essa ideia. A partir da análise de suas etnografias, Bourdieu observa uma tendência nas sociedades nas quais “as estruturas de parentesco desempenham uma função política” (BOURDIEU, 2009, p.280). O poder simbólico, nesse sentido, está associado aos nomes próprios, ao prestígio embasado na posição genealógica e nos títulos, que proporcionam aos agentes “direitos privilegiados sobre o patrimônio do grupo” (BOURDIEU, 2009, p.280). Dessa maneira, o casamento possui a função a reprodução das relações sociais que o produziu. Observaremos, na presente dissertação, quais são as redes familiares nas quais os agentes políticos estão inseridos, bem como quais os laços matrimoniais os mesmo adquiriram, na medida do possível. O casamento é uma aliança também política, que trata

“a mulher como um instrumento político, como uma espécie de sinal, ou como uma moeda de troca, apropriada para fornecer benefícios simbólicos. Ocasão de proceder à exibição público e oficial perfeitamente legítima, portanto, do capital simbólico da família, de oferecer, caso se possa dizer, uma *representação* de seu parentesco, e dessa forma, aumentar esse capital, mediante gastos bastante importantes, ele obedece, em todos os momentos, a busca da acumulação do capital simbólico (...)” (BOURDIEU, 2009, p.298, grifos do autor).

Em síntese, pretendemos dialogar tais produções teóricas com o material empírico sobre o golpe de 1964 no Brasil e no Paraná.

### **3 O CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO DO BRASIL E DO PARANÁ NO PERÍODO ENTRE O FINAL DO ESTADO NOVO E O GOLPE DE 1964**

O período entre 1945 e 1964 corresponde a um contexto sócio-político de intensas transformações ocorridas no Brasil por diversos fatores. Recém-saído da ditadura do Estado Novo, o Brasil se organizava no sistema multipartidário, lidava com questões como a entrada efetiva do capital estrangeiro, o desenvolvimento industrial, as desigualdades e problemas sociais do campo, a urbanização, o crescimento dos movimentos reivindicatórios urbanos e rurais, as demandas da classe média urbana, além dos tradicionais interesses do Brasil agrário e seus produtos para exportação.

Na primeira seção do presente capítulo, discorreremos sobre os principais debates sociais e políticos em voga no Brasil no período pós-Estado Novo. A redemocratização trouxe à cena política partidos que se organizaram nacionalmente, sob o sistema multipartidário. Identificaremos quais eram as principais forças políticas em disputa no período em questão e a ação de Getúlio Vargas em tal processo. As características do seu segundo governo e seus opositores serão assinaladas para a compreensão da crise política que resultou no seu suicídio em 1954. Nesta crise já são perceptíveis as principais divisões da sociedade brasileira que assolaram os anos que antecederam o golpe de 1964. Discorreremos brevemente sobre o governo de Juscelino Kubitschek.

Na segunda e na terceira seção, analisaremos a crise política de 1961, resultante da renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da república. Tal crise disseminou a instabilidade no governo de João Goulart no restante do mandato, nas fases parlamentarista (1961-1962) e presidencialista (1963-1964), culminando na sua deposição. Os grupos opositores aos seus projetos de reformas se viram representados no primeiro momento pelo golpe de 1964, porém tal movimento alterou significativamente as regras do jogo político que os agentes estavam acostumados. Assinalaremos quais foram as mudanças institucionais promovidas pelo golpe de 1964 na quarta seção do presente capítulo.

A quinta seção busca apresentar a política e a sociedade paranaense nas décadas de 1940 e 1950, suas transformações demográficas e econômicas e o processo de modernização promovidas pelos governos de Moysés Lupion (1947-1950/1956-1960) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1954)

### 3.1 OS DEBATES SÓCIO-POLÍTICOS NO BRASIL NO PERÍODO PÓS-ESTADO NOVO: DE EURICO GASPAR DUTRA A JUSCELINO KUBITSCHEK

A intensificação dos debates sobre o Brasil data do final do Estado Novo. Vargas promovia a defesa das empresas estatais, da indústria nacional, da legislação trabalhista para os trabalhadores urbanos, do nacionalismo econômico, da regulação da atuação do capital estrangeiro no Brasil, entre outros debates. O seu governo contribuiu para gerar essas discussões, características de um país que modernizava as suas estruturas integrando novas classes sociais (burguesia industrial ascendente com o operariado urbano) mantendo as antigas formas de dominação (classes latifundiárias monocultoras exportadoras reprodutoras da miséria no campo).

A onda democratizante se evidenciou a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças que combateram o nazi-fascismo. Vivia-se uma contradição: se externamente defendíamos a democracia, internamente presenciávamos uma ditadura, com cerceamento de liberdades de opinião, organização política, sem o funcionamento do Poder Legislativo, comandados por um presidente que concentrava poder para o Executivo, personificando-se no próprio Estado. Oposições se organizaram pela retirada de Vargas do poder, aglutinando a classe média, os antigos oligarcas opostos a política corporativista impulsionada pelo governo Vargas, saudosistas das políticas liberais e elitistas características do período pré-1930.

Vargas percebeu essa movimentação e iniciou o processo de organização de partidos políticos nacionais para combater a defesa integral dos interesses localistas das oligarquias mais poderosas do período pré-1930, dividindo suas bases entre dois partidos. Primeiramente, o Partido Social Democrático, responsável em representar os interesses das classes agrárias e conservadoras integrantes do seu governo nas interventorias dos estados. O segundo, o Partido Trabalhista Brasileiro, responsável em representar os interesses da classe operária urbana beneficiária de suas políticas sociais, trabalhistas e previdenciárias. A oposição também se organizava, formando a União Democrática Nacional. Também formada por oficiais que combateram na Segunda Guerra Mundial, entrando em contato com os Estados Unidos, formando uma orientação simpática ao americanismo, alguns membros da alta cúpula das Forças Armadas promoveram um golpe que depôs Getúlio Vargas.

Dessa maneira, organizávamos um sistema político pluripartidário, na medida do possível nacional (a política oligárquica não foi totalmente superada), com a volta do funcionamento do Poder Legislativo, retomada da realização de eleições, produzindo-se uma nova Constituição, que substituiria a autoritária de 1937, além do fim do cerceamento da liberdade de expressão. O Partido Comunista foi legalizado nessa época.

O primeiro presidente eleito foi o General Eurico Gaspar Dutra, do PSD, não por acaso era agremiação que tinha a melhor organização e estrutura partidária, obtendo os melhores resultados eleitorais nos estados. Seu governo conviveu com o espectro da herança varguista, rompendo, aos poucos, seu vínculo às políticas de Getúlio Vargas. Dutra promovia políticas favoráveis ao desenvolvimento do capital estrangeiro no Brasil, não se relacionava amistosamente com os sindicatos urbanos (que se desenvolviam livremente a partir do fim do Estado Novo, inclusive com a presença de líderes comunistas), reprimindo-os. Foi no seu governo que o Partido Comunista voltou à ilegalidade, cassando o seu registro de funcionamento.

Voltando à arena política, Vargas disputou as eleições de 1950, defendendo as bandeiras do nacionalismo econômico, industrialização e defesa dos direitos trabalhistas com valorização dos salários do operariado urbano, não tocando, porém, em temas como a reforma agrária (DREIFUSS, 1981, p.30). Saiu-se vitorioso, passando a governar o Brasil tendo que lidar com a democracia e os múltiplos interesses dos atores envolvidos. Tentou dialogar com as oposições e combater a crise econômica com a ocorrência da inflação, pedido ajuda inclusive aos Estados Unidos no início do seu governo, não alcançando êxito (DREIFUSS, 1981, p.32). No decorrer de seu mandato, Vargas aproxima-se de suas bases de apoio no movimento sindical, tendo ajuda de seu novo Ministro do Trabalho, João Goulart, que passou a promover uma política de valorização salarial para aliviar os efeitos da inflação sobre o consumo do operariado urbano. Vargas também defendeu o capital nacional com empresas como a Petrobrás, num esforço em garantir o direito de exploração do Petróleo pelo Estado, e não uma empresa estrangeira. Essas políticas varguistas geraram reação da oposição, que acusava Vargas de ser o responsável pela “anarquia” vivenciada pelo país, com a ocorrência de greves, crescimento do movimento operário, além de ser contrária às políticas estatizantes promovidas pelo seu governo. Acusado de promover a corrupção no seu governo, a crise econômica aprofundou a crise política no seu governo, tendo seu

suicídio como o seu desfecho, o que provocou comoção do povo em relação ao líder e revolta em relação aos opositores de Vargas.

A oposição a Vargas foi governo apenas no curto período de agosto de 1954 e o ano de 1955, no governo Café Filho, que compôs um ministério majoritariamente udenista. Porém, o legado getulista foi decisivo para a vitória da aliança entre o PSD e o PTB nas eleições de 1955, levando Juscelino Kubitschek (PSD) à presidência, obtendo 36% dos votos, contra 30% do udenista Juarez Távora (SKIDMORE, 2010, p.185). Novamente a oposição em torno da UDN não reconheceu a legitimidade do resultado da eleição, revelando sua face autoritária e conspiratória. Seus argumentos correspondiam ao fato de JK ter sido eleito com o apoio do Partido Comunista, ilegal no Brasil desde 1947, além de não ter obtido a maioria dos votos. Estes, segundo Skidmore (2010, p.186), citando o anúncio da “Cruzada Brasileira Anticomunista”, seriam inválidos, pois o eleitorado era formado pela “massa ignorante, sofredora, desiludida, trabalhada pela mais sórdida das demagogias e envenenada pela propaganda solerte do Partido Comunista”. Em meio dessas turbulências, Café Filho adoeceu, assumindo no seu lugar o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, colaborador com os golpistas que não queriam dar posse ao presidente recém-eleito. A crise foi resolvida pelo golpe que derrubou Carlos Luz sob a liderança do então ministro da guerra, o general Lott (SKIDMORE, 2010, p.191).

Juscelino Kubitschek governou em meio de intensos debates sobre o desenvolvimentismo. O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) inclusive contribuiu para a formulação de seu “Plano de Metas” (HIPPOLITO, 2012, p. 165). Juscelino conviveu com os setores mais conservadores de seu partido, juntamente com os setores modernos. Seu governo foi atravessado por um aprofundamento da luta de classes no campo, visível desde a Revolta de Porecatu, no Paraná, em 1950, a formação e consolidação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, que denunciavam a extrema miséria no campo e a falta de direitos. JK não incentivou debates parlamentares sobre a reforma agrária, pois esta estava envolvida diretamente com as bases agrárias e conservadoras do PSD, ao mesmo tempo em que sua “Ala Moça” envolvia-se intensamente nos debates sobre reformas sociais para a neutralização dos efeitos das crises econômicas resultantes das contradições sociais do país.

O desenvolvimentismo de JK buscava integrar o Brasil, promovendo um ambicioso projeto rodoviário, além da construção da nova capital do Brasil, Brasília, na região central do país, já prevista pela Constituição de 1946. Juscelino conviveu com

uma relativa estabilidade política, devido ao desenvolvimento econômico e a boa relação de João Goulart com os sindicalistas, neutralizando a luta de classes. Também é característico desse período a maior abertura ao capital estrangeiro.

Convém explicitar as consequências do seu governo, que gerou o aumento da dívida externa e do processo inflacionário, no seu período final. O governo que assumiria depois de seu mandato teria de lidar com essas contradições.

### 3.2 A CRISE POLÍTICA DE 1961 E O IMPASSE INSTITUCIONAL DO INÍCIO DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

Jânio Quadros foi eleito presidente em 1960 com uma votação de destaque, aglutinando em torno de si, além da minúscula legenda PTN (Partido Trabalhista Nacional), a UDN (União Democrática Nacional). Jânio Quadros se deparou com um contexto econômico dificultoso. Para neutralizar essas dificuldades, congelou salários e tentou combater a inflação. Tais políticas, porém, não surtiram grandes efeitos (SKIDMORE, 2010). Com um estilo excêntrico de governar, Jânio Quadros também promoveu medidas polêmicas de cunho moralista. Ao mesmo tempo, seu governo foi marcado por uma política externa independente. Essas ambiguidades causaram o seu isolamento, sua base política também o deixou à deriva e Jânio Quadros não conseguiu conter a crise econômica ao mesmo tempo em que desagradava setores da sociedade ligados ao capital transnacional que viam com desagrado suas relações amistosas com os países socialistas devido à sua política externa independente. Diante desse contexto, Quadros renunciou à presidência da república em agosto de 1961, provocando uma grave crise política no país.

O ocupante do cargo de presidente por direito era João Goulart, eleito vice-presidente pela chapa opositora a Jânio Quadros nas eleições de 1960. No entanto, os ministros militares não aceitaram a posse de João Goulart, que se encontrava na China, em viagem oficial. Em um Manifesto, os ministros afirmaram que era dever constitucional das Forças Armadas manifestar ao país a inconveniência do regresso de João Goulart ao país e a sua posse, pois na presidência ele mergulharia o país no “caos, na anarquia e na luta civil” (CARONE, 1980, p.184). Essa postura em relação à João Goulart datam da época em que o mesmo foi Ministro do Trabalho, no governo Vargas. Promovendo a defesa de aumento real do salário mínimo a classe operária urbana, sua política a frente do ministério causou descontentamento e revolta dos militares, que

viam como uma provocação a ameaça de seus respectivos padrões de vida alcançados por operários, insatisfação típica da classe média, encontrando na UDN a representante dos seus interesses na luta contra as políticas varguistas. Vemos claramente o distanciamento dos militares com relação às políticas trabalhistas promovidas por Getúlio Vargas, conforme o visto no capítulo 1, na seção sobre os militares como atores políticos. Essa revolta contra Goulart se manifesta nos seguintes trechos:

“Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o sr. João Goulart demonstrava, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras (...) E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele ministério, até em postos-chaves da sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas” (MANIFESTO DOS MINISTROS DAS TRÊS ARMAS CONTRA A POSSE DE GOULART, 30/08/1961, In CARONE, 1980, p.183).

Percebe-se nesse discurso a revolta dos militares com as organizações sindicais e o relacionamento das mesmas com Goulart, afirmando, em nome da classe trabalhadora, que esse tipo de política não era de seu interesse. Nesse sentido, o autoritarismo presente nesse trecho é visível, pois os militares supostamente sabiam “os interesses da classe trabalhadora”. Também se percebe o anticomunismo e anti esquerdismo nesse trecho do Manifesto. Outra característica a ser observada é a auto conclamação do Exército como “árbitro” político do regime. As Forças Armadas sempre exerceram papel de destaque na política brasileira, e esse poder foi somado ao fato de Vargas promover o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do Exército, que sempre manteve independência em relação as políticas varguistas (SOUZA, 1983, p.101). Também visualizamos claramente a ideologia autoritária dos militares quando estes questionam as regras do jogo democrático, ou seja, a de que o vice-presidente eleito deva ter o direito de tomar posse do cargo de presidente quando o titular não exerça suas prerrogativas.

Os ministros militares estavam decididos em prender João Goulart se ele pisasse em território nacional. A imprensa conclamava aos militares o dever de assumir a presidência no lugar de João Goulart (TOLEDO, 1983, p.12).

Mas nem todos os integrantes das Forças Armadas eram contrários a posse de Goulart. O seu companheiro de chapa nas eleições de 1960, o Marechal Lott, era



defensor da legalidade de sua posse, o que provocou a sua prisão pelo Ministro da Guerra (SKIDMORE, 2010, p.252). As Forças Armadas estavam divididas entre golpistas e legalistas.

Um movimento popular pela legalidade da posse de João Goulart foi encabeçado pelo seu cunhado, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul pelo PTB. Ele instalou a “Cadeia da Legalidade”, uma rede de emissoras de rádio com o objetivo de promover a posse de Goulart. Somando-se a tal movimento, diversos sindicatos organizados pelo Comando Geral de Greve promoveram greves políticas em prol da legalidade (TOLEDO, 1983, p.18).

Os governadores dos estados, a Igreja Católica e parcelas da classe média viam com desconfiança a posse de Goulart, encarado como “agitador” e promotor da “república sindicalista”. Sua posse só poderia ser aceita por “observação” (SKIDMORE, 2010, p.254).

Em consequência da divisão das Forças Armadas, das manifestações populares em prol da posse de Goulart, o Congresso Nacional articulou a “Solução de Compromisso”, aprovando a emenda que tornava Brasil parlamentarista. Goulart aceitou essa condição, que restringiria quase por completo seus poderes, que passavam a ser exercidos pelos ministros, escolhidos pelo Congresso Nacional (TOLEDO, 1983, p.19).

Em resumo, a crise de 1964 possui mitos paralelos com a crise de 1961. Percebemos a influência crescente das Forças Armadas na política brasileira, a polarização político-ideológica sobre a aceitação ou protesto em relação a posse de Goulart, a facilidade em modificar o texto constitucional que garantia o regime presidencialista e a organização das esquerdas em prol da posse de Goulart.

João Goulart acatou a decisão do Congresso aceitando a sua posse como presidente em 7 de setembro de 1961, com poderes simbólicos e restritos, pois quem de fato iria governar era o ministério, eleito pelo Congresso Nacional.

O incipiente regime parlamentarista teria de lidar com a crise econômica, herdada do governo de Juscelino Kubitschek e não superada por Jânio Quadros, que se aprofundava. De acordo com Caio Navarro de Toledo (1983), o crescimento industrial impulsionado pelo governo de JK, gerou o aumento da população urbana e o incremento do poder de consumo dos assalariados, o que acentuou a demanda por alimentos. A produção agrícola de alimentos para o mercado interno era insuficiente para cobrir essa demanda, o que gerou uma crise de abastecimento, agravando a

inflação. A consequência desse processo foi o crescimento dos movimentos reivindicatórios no campo e nas cidades (TOLEDO, 1983, p.24). A solução desses problemas repousaria na realização de reformas sociais aliada à estabilização econômica, com a retomada do crescimento e da contenção da inflação.

O primeiro ministério parlamentarista foi o gabinete de Tancredo Neves, primeiro-ministro que se manteve no poder por nove meses. Durante esse período, não conseguiu-se conter a inflação e os crescentes conflitos sociais (BANDEIRA, 2010, p.149). Brochado da Rocha assumiu o cargo no lugar de Neves, com orientação reformista e de centro, com duração de dois meses. Rocha enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que antecipava a votação para a antecipação do plebiscito para outubro de 1962, coincidindo com as eleições. No entanto, o Congresso não aprovou essa iniciativa e uma greve geral comandada pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi decretada, reunindo as categorias dos operários navais, gráficos, petroleiros, têxteis, aviários, portuários e ferroviários em prol da realização do plebiscito e recomposição salarial, obtendo-se êxito nas duas reivindicações (DELGADO, 1986, p.58). O Plebiscito foi marcado para janeiro de 1963, e o presidencialismo ganhou do parlamentarismo numa proporção de 5 votos a 1 (TOLEDO, 1983, p.39). A maior parte da população acreditava que o Parlamentarismo não respondia adequadamente à crise econômica e aos problemas sociais que o Brasil enfrentava, sem uma liderança capaz de reverter tal situação. O regime parlamentarista também se revelava ineficiente do ponto de vista administrativo, pois a Constituição de 1946 foi moldada para o regime presidencialista, prevendo a autoridade do executivo na solução de eventuais crises políticas e econômicas.

Nesse período de crise de legitimidade política, encabeçado pelas Forças Armadas a partir de 1961, o a burguesia e o capital transnacionalizado intensificaram suas organizações de classe pelo intermédio do IPES e o IBAD, combatendo as reformas de base e o governo Goulart, juntamente com sua política trabalhista, que questionava a livre atuação das empresas estrangeiras no Brasil. A ofensiva contra Goulart cresce ainda no governo parlamentarista, quando os restritos poderes que João Goulart exercia representavam ameaça às oposições e os interesses da burguesia transnacionalizada. Goulart defendeu medidas favoráveis a Cuba na Organização dos Estados Americanos e na Conferência de Punta del Este, reatou as relações diplomáticas com a União Soviética, enviou projetos de reforma agrária ao Congresso (CARONE, 1980, p.226).

Em resposta a essas medidas, o IPES e o IBAD financiaram os candidatos com suas mesmas orientações ideológicas nas eleições de 1962. Embora o complexo IPES/IBAD, liderado pelo general Golbery, tenha mobilizado recursos econômicos, técnicos e administrativos aos políticos conservadores de partidos de centro-direita alinhados ao capital multinacional e associado, não se impôs por consenso na sociedade brasileira em tal disputa, não sendo capaz de conter a vitória de políticos pertencentes ao bloco nacional-reformista e da Frente Parlamentar Nacionalista. No entanto, logrou êxito na sua campanha político-ideológica de “esvaziar o apoio homogêneo ao Executivo e foi capaz de estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista” (DREIFUSS, 1981, p.337).

### 3.3 O GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART: INSTABILIDADES E POLARIZAÇÕES

Goulart tomou posse como presidente com todas as suas prerrogativas por direito em janeiro de 1963. Desse modo, ele reunia poder necessário para colocar em prática seu projeto de reformas sociais e controlar a crise econômica juntamente com a inflação. Para tanto, ele colocou em prática o Plano Trienal, que visava a mudança econômica estrutural, pois eram nas estruturas que estavam localizadas as soluções para os problemas econômicos do país, na visão de seus autores. A inflação, por exemplo, era um problema econômico cuja raiz está na estrutura econômica do país, que deveria ser alterada por reformas sociais, como a agrária<sup>17</sup>, que resolveriam tal contradição, juntamente com o aprofundamento da industrialização. O êxito do Plano Trienal dependia necessariamente da aprovação, pelo Congresso, das reformas administrativa, tributária, bancária e, sobretudo, a agrária. Essa última dependia de uma mudança no texto da Constituição de 1946. João Goulart encaminhou para o Congresso o projeto de reforma agrária, modificado pela UDN e rejeitado pela ala conservadora do PSD pois a reforma agrária colocaria em risco suas próprias bases clientelistas de poder, compostas por antigos oligarcas e coronéis. O PSD, que sempre foi o partido de centro,

---

<sup>17</sup> A manutenção do latifúndio não expandia o mercado interno nem a produção de alimentos, o que acarretava no não abastecimento suficiente do mercado interno. Isso gerava inflação. Para conter esse processo, reformas, como a agrária, eram essenciais. A maior divisão de propriedades rurais entre trabalhadores rurais aumentaria a produção de alimentos, que abasteceriam adequadamente o mercado interno cada vez crescente, devido a urbanização, ao mesmo tempo em que gerava o abrandamento da miséria no campo e da imigração para as cidades, evitando a favelização.

estabilizador da política nacional (HIPOLITO, 2012) não conseguiu lidar com essa situação, agravando as dificuldades do governo.

João Goulart percebeu que a aprovação das reformas pelo Congresso não seria fácil, e também tinha dificuldades em fazer com que os trabalhadores e os industriais aderissem ao Plano Trienal. O Congresso não aprovava as reformas com a agilidade que o Plano necessitaria para ter êxito, e tanto os industriais quanto trabalhadores não aderiram ao Plano (MORAES, 2012, p.3). A crise econômica e a inflação não cessaram, o que fez com que a ação política de Goulart se voltasse para o outro objetivo do seu governo, que repousava na promoção das reformas estruturais, que agradavam suas bases de apoio político, que exigia cada vez mais do presidente a realização de tais reformas. Para abrandar os efeitos da inflação para a classe trabalhadora, Goulart promoveu

“(...)uma política distributivista através de aumentos salariais e, indiretamente, através da alocação de uma parte maior de recursos públicos para a educação gratuita, para serviços de assistência médica gratuita, para a habitação e transporte público. O governo implementou uma política de controle de preços sobre bens de consumo, ao mesmo tempo que tenta controlar os lucros desmedidos das companhias multinacionais” (DREIFUSS, 1981, p.133).

Até então, a “inflação brasileira sempre foi uma forma extremamente conveniente de transferir renda dos assalariados ao capital” (SINGER, 2014, p.23). Encarando a inflação como um problema, Goulart tentou proteger os assalariados dos efeitos da mesma.

O governo Goulart conviveu com a efervescência do movimento operário, com um número cada vez maior de greves em prol de aumentos salariais deteriorados pela inflação e pela realização de reformas de base. O movimento dos trabalhadores do campo também ganhava destaque, com o incentivo do Ministério do Trabalho. Os sindicatos rurais recém-criados eram dirigidos por católicos, trabalhistas e comunistas, que aliavam suas reivindicações com a luta pela reforma agrária, a principal delas no ponto de vista dos trabalhistas, pois promoveria a distribuição de terras para quem trabalhasse e produzisse alimentos para as cidades, acarretando na diminuição da inflação. O setor agrário arcaico era o símbolo do atraso e do subdesenvolvimento nesse pensamento. O projeto de reforma agrária aprofundada proposto pelos trabalhistas e o conjunto das esquerdas nacionalistas desagradava o PSD, aliado histórico do PTB. O

PSD não compartilhava das bases urbanas de apoio sindical do PTB, também não tinha compromisso com as reformas<sup>18</sup> como a agrária, conforme o proposto pelo PTB, e a realização da reforma agrária era incompatível com os interesses da principal classe social que o PSD representava: a dos proprietários rurais.

As oposições às políticas de Goulart cresciam na medida em que este defendia a realização de reformas, a regulamentação estatal do capital estrangeiro, o voto dos analfabetos, a legalidade do Partido Comunista, a reforma agrária e urbana, que remetia a discussão sobre a função social da propriedade, da manutenção dos direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos e da extensão de tais direitos aos trabalhadores rurais, ineditamente assistidos após o crescimento de sua organização. Goulart pretendia com isso, aumentar as suas bases eleitorais promovendo um salto qualitativo no desenvolvimento do capitalismo no país, com o campo deixando de ser sinônimo de atraso, miséria e extrema desigualdade social. Todas essas propostas desagradavam a “minoría dominante” (SANTOS, 1962) que se organizou contra o governo utilizando-se de diversas estratégias. Os governadores dos principais estados do país, São Paulo, com Adhemar de Barros e Guanabara com Carlos Lacerda combatiam incessantemente as políticas de Goulart, reprimiam com suas forças policiais as greves realizadas em seus estados, boicotando-as. Somando-se a isso, soltavam notas na imprensa nacional e internacional sobre o risco iminente de golpe comunista no Brasil, acusando Goulart de ser o promotor da “República Sindicalista”, líder do caos, da desordem e do desgoverno.

“A hostilidade contra o movimento sindical, sobretudo contra a participação na política, aumentava nas Forças Armadas. Eram os preconceitos fechados de classe que se desnudavam. As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as atividades patronais podiam expressar-se livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição no governo, sem nenhum constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não. Os trabalhadores não tinham o direito de participar da política, pois as classes dirigentes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões do seu estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam os empresários e os fazendeiros”. (BANDEIRA, 2010, p.243).

---

<sup>18</sup> Convém a ressalva feita por Lúcia Hippolito (2012) de que o PSD era um partido dividido, com alas jovens que se identificavam com os debates sobre desenvolvimento e reformas, que entrava em conflito com setores tradicionais do PSD. Hippolito divide tais grupos entre “reformistas” ou “Ala Moça” e “raposas”.

O governo Goulart foi caracterizado pelo fortalecimento dos movimentos sociais e da esquerda reformista no país. Tais forças encontram resistências sobretudo em parcelas significativas das Forças Armadas, com seus projetos políticos e ideológicos conflitantes com a maneira como os trabalhistas defendiam as reformas sociais, a democracia e a ascensão dos movimentos sociais.

A crise do governo João Goulart se aprofundou a partir do comício da Central do Brasil, no qual foi feita uma defesa enfática das reformas sociais, sobretudo a agrária, selando ainda mais a união entre as esquerdas e o governo trabalhista. Isso pode ser conferido no seguinte trecho do discurso de João Goulart:

“Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício (...). Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações (GOULART, 2010, p.80).(...) A Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia, quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; quer que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada à representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações, ideológicas ou religiosas (GOULART, 2010, p.82)

Reações a essa mobilização de massa ganharam fôlego com a Marcha da Família, em São Paulo, reação contra a crescente “comunização”. Opositores também se mobilizaram e conspiraram para a derrubada do presidente contra as reformas que desenvolveriam o capitalismo no Brasil e contra a extensão da democracia para os mais amplos setores da população. A “Democracia”, para os conspiradores, não deveria abrir

espaço para as reivindicações de comunistas, sindicalistas, grevistas, estudantes. As reformas sociais deveriam ser feitas dentro da “ordem” e da “legalidade”, não abrindo espaço para os movimentos sociais, restaurando a pureza democrática “desvirtuada” pelo governo Goulart.

Após o discurso de João Goulart no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, as tropas do general Mourão Filho saíram de Juíz de Fora, Minas Gerais, rumo ao Rio de Janeiro. O general Krueel, em São Paulo, também aderiu à sublevação contra o presidente, mandando seus tanques rumo ao Rio de Janeiro. João Goulart rumou à Brasília e posteriormente à Porto Alegre, vendo sua situação como insustentável. (SKIDMORE, 2010). Navios norte-americanos estavam na costa brasileira para apoiar o movimento contra o presidente Goulart (BANDEIRA, 2010). O presidente do Senado, Moura Andrade, declarou vaga a presidência da república, mesmo com o presidente João Goulart estando em território nacional. Após o Terceiro Exército aderir à revolta, o general Assis Brasil convenceu João Goulart em pedir asilo no Uruguai, no dia 4 de abril de 1964 (SKIDMORE, 2010, p.348).

### 3.4 AS RUPTURAS INSTITUCIONAIS PROMOVIDAS PELO GOLPE DE 1964

Uma das primeiras medidas do governo militar, após a deposição de Goulart foi a publicação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), que reduziu os poderes do Congresso, aumentando os do Executivo<sup>19</sup>.

O Ato Institucional nº 1, baixado pelo presidente sem a prévia votação pelo Congresso foi redigido pelo jurista Francisco Campos (o mesmo autor da Constituição de 1937, do Estado Novo) e pelo advogado Carlos Medeiros da Silva (SKIDMORE, 1988, p.48). Nele, estão presentes as frases de que “a revolução vitoriosa legitima-se a si própria”, e que esta representava os “interesses e a vontade de uma nação” (SKIDMORE, 1988, p.48). Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984, p.54-55), tal Ato suspendeu por seis meses a estabilidade e a vitaliciedade previstos pela Constituição, o que permitia afastar os membros da burocracia e setores militares de

---

<sup>19</sup> Segundo Boris Fausto (1995, p.466) “O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado, caso contrário, seriam considerados aprovados. Como era fácil obstruir votações no Congresso e seus trabalhos normalmente se arrastavam, a aprovação de projetos do Executivo ‘por decurso do prazo’ se tornou um fato comum”.

seus cargos se estes fossem ligados ao regime anterior. Os expurgos imediatos ao Ato foram permitidos pelo artigo 10º, que autorizava a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de governantes de todos os níveis (municipal, estadual e federal). João Goulart e muitos dos integrantes do seu círculo político foram alvos imediatos desse Ato. Thomas Skidmore (1988, p.49) assinala que o maior impacto desse Ato foi sobre a presidência da república. Se, pela Constituição de 1946, os membros das Forças Armadas eram proibidos de ocupar cargos públicos e as eleições para presidente e vice-presidente deveriam se realizar em 30 dias no caso da vaga presidencial ter sido desocupada, o AI-1 tornou possível a elegibilidade dos militares e determinou a realização da eleição para presidente e vice-presidente em apenas 2 dias. Dessa forma, um militar (o general Castelo Branco) foi eleito pelo Congresso presidente da república, como candidato único, e com apoio dos militares e governadores oposicionistas de João Goulart. Não houve tempo para uma possível organização de forças não-golpistas no Congresso.

Castelo Branco possuía fortes ligações com a ideologia da Escola Superior de Guerra, juntamente com os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias e Ernesto Geisel. Este grupo ficou conhecido como “castelista”. Outro setor do Exército que participou ativamente do golpe foi o grupo chamado de “linha-dura”, que muitas vezes criticava as ações do grupo de Castelo Branco por considera-las “moderadas”. Seu líder era o Ministro da Guerra Arthur Costa e Silva.

A partir de abril de 1964, Castelo Branco intensificou os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que criavam comissões de expurgos em todos os níveis do governo para investigar a possível existência de ameaças “subversivas”. Tais inquéritos eram muitas vezes utilizados por políticos da UDN para expurgar seus concorrentes políticos, acusando-os de subversão mesmo que as acusações não tivessem provas (ALVES, 1984, p.57). Pelos IPMs houve também vários expurgos dentro das Forças Armadas. A onda de cassações e perseguições já estava em marcha desde o primeiro momento do golpe, assim como as possíveis resistências dos grupos da esquerda sindical eram prontamente reprimidas. Não apenas as esquerdas trabalhistas e comunistas envolvidas com o governo Goulart foram reprimidas, como também políticos tidos como “moderados”, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, do PSD. JK, que era pré-candidato à presidência nas eleições de 1965, foi acusado de “corrupção e colaboração com os subversivos” (SKIDMORE, 1988, p.62). A cassação de seus direitos políticos



foi desejada pelo grupo “linha-dura” e pelos políticos udenistas, especialmente Carlos Lacerda, que também era pré-candidato à presidência nas eleições de 1965.

O governo Castelo Branco possuía a maior parte de seus ministros da UDN, e uma de suas primeiras medidas foi a consolidação de um plano de estabilização econômica aos moldes do Fundo Monetário Internacional (FMI). Um dos objetivos era o controle da inflação e retomada do crescimento econômico com o incentivo do capital estrangeiro no país. Seu principal alvo foi a política salarial, eliminando com a repressão as demandas de líderes sindicalistas em prol dos aumentos salariais. Nesse contexto as eleições de 1965 seriam realizadas para a disputa do cargo de governador em nove estados pelo voto direto. Embora os comandantes do golpe de 1964 se autolegitimassem com o argumento de que tinham apoio popular<sup>20</sup>, um importante revés político aconteceu nessas eleições. Dois desses estados, Guanabara e Minas Gerais, eram de importância central para a medição de aprovação do regime, especialmente pela atuação destacada dos ex-governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto no desencadeamento do golpe. Seus dois candidatos à sucessão perderam para o PSD coligado ao PTB representando a oposição, que mesmo enfraquecida superou a máquina governamental nacional e local. A oposição venceu ainda em Santa Catarina e Mato Grosso. Segundo Boris Fausto (1995, p. 474), a ala “linha-dura” das Forças Armadas acusou Castelo Branco de ser complacente com seus “inimigos” e com a “corrupção”. Nesse contexto, Castelo Branco assinou o Ato Institucional n°2, no dia 17 outubro de 1965.

Tal ato determinou que as eleições para presidente e vice-presidente<sup>21</sup> seriam realizadas indiretamente, por meio da votação nominal no Congresso Nacional, sem voto secreto (FAUSTO, 1995, p.474). O AI-2 estabeleceu a abolição dos partidos políticos existentes criando o bipartidarismo, com a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de sustentação ao governo; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição ao governo (SKIDMORE, 1988, p.105). De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984, p.95), o fim dos partidos políticos desarticulou ainda mais a

---

<sup>20</sup> Os chefes do golpe de 1964 auto afirmavam que representavam os interesses da nação, mas recebiam disputar eleições diretas para testar tal apoio. O mandato de Castelo Branco legalmente deveria acabar em janeiro de 1966, com a posse do candidato eleito para ocupar a presidência nas eleições de novembro de 1965. No entanto, segundo Skidmore(1988, p 90) uma emenda constitucional aprovou a prorrogação do mandato de Castelo Branco até março de 1967, com a justificativa de que os “revolucionários” precisavam de tempo para afastar os “subversivos” e os “corruptos” para a realização de “reformas”.

<sup>21</sup> Carlos Lacerda foi contra tal medida, que afastava-o da possibilidade de chegar à presidência.

oposição. O AI-2 foi complementado com o AI-3, de fevereiro de 1966. Tal ato estabelecia que as eleições para os governos de estado se dariam de forma indireta, votadas pelas Assembleias Legislativas (FAUSTO, 1995, p.474).

A ditadura militar se radicalizou ainda mais em 1967, com a promulgação da nova Constituição, e em 1968, com a publicação do Ato Institucional nº5, que cassou e perseguiu opositores políticos com mais intensidade. Pretendemos visualizar as arbitrariedades cometidas contra a Constituição de 1946, os expurgos, cassações de mandatos, repressões aos movimentos sindicais e o enfraquecimento da oposição com o bipartidarismo. Nosso objeto de estudo é a análise do Paraná na conjuntura descrita acima. Entendendo-se que, antes de 1964, existia uma democracia que assistia à ascensão dos movimentos sociais na política e que ao mesmo tempo convivia com a instabilidade política fruto de sucessivas crises posteriores ao fim da ditadura do Estado Novo<sup>22</sup>. Com esse cenário, a partir de abril de 1964 assistimos à instalação de uma ditadura militar, que, embora revestida de “democrática”, promove uma série de arbitrariedades contra a Constituição vigente e contra opositores políticos. Todo esse contexto reflete no âmbito local da política paranaense.

### 3.5 A POLÍTICA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS DO PARANÁ NO PERÍODO 1945-1960

Entre as décadas de 1940 e 1960 o Paraná passou por transformações demográficas e econômicas que contribuíram decisivamente para os rumos das políticas governamentais. Segundo Balhana:

“Na década de 1950 e 1960, por incentivo direto da cafeicultura, triplicou o número de propriedades agrícolas no Paraná, que se elevou de 90 mil para 271 mil (...). A população paranaense que, em 1920, contava apenas 685 mil habitantes, ascende, em 1940, a

---

<sup>22</sup> Um golpe militar depôs Getúlio Vargas e permitiu a ascensão de um político eleito diretamente nas eleições de 1945 foi um primeiro sinal da fragilidade democrática, somando-se à não aceitação por parte da UDN da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950, à crise política que levou ao suicídio do presidente Vargas em 1954, em 1955, quando novamente a UDN se declara contra a posse dos candidatos eleitos para a presidência e vice-presidente (Juscelino Kubitschek e João Goulart), e em 1961, com a inexplicável renúncia de Jânio Quadros, abrindo a crise que não legitimava a posse do então vice-presidente, João Goulart por parcela dos militares do governo Jânio Quadros e novamente a UDN.

1.236.000, a 2.115.000 em 1950, e a 4.200.000 em 1960”  
(BALHANA, 1969, p.223)

Tais transformações foram resultados da política de colonização ‘recente’ do Norte do Paraná (de 1860 a 1925) e a ‘novíssima’ colonização (de 1925 a 1960). Companhias de Colonização incentivavam a compra de terras paranaenses com propagandas direcionadas aos paulistas, mineiros, nordestinos e estrangeiros, preconizando a facilidade nas prestações, transporte e assistência inicial aos colonos promovidos por intermédio das mesmas (BALHANA, 1969, p.215). As transformações demográficas do período de colonização do Norte foram notáveis. Entre elas, verifica-se que a composição populacional do Paraná nos anos de 1949 e 1950 dividia-se principalmente entre paranaenses, paulistas, mineiros, gaúchos, entre outros estados.

Esse impulso populacional se deu, em grande parte, devido à ascensão da economia cafeeira no Norte do Paraná. O estado de São Paulo, o maior produtor de café do país, restringiu as plantações de café em seu território a partir de 1902, dado o aumento excessivo da produção do produto, a escassez de terras e a supervalorização das mesmas, além da baixa fertilidade. Isso fez com que cafeicultores paulistas adentrassem o território paranaense, expandindo sua produção (PRIORI, et al, 2012, p.93). A economia cafeeira paranaense era uma extensão da economia cafeeira paulista e as políticas governamentais do Paraná incentivavam a ocupação do território (CANCIAN, 1981, p.14).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, houve uma demanda do mercado mundial pelo café, ocasionando em novos cafezais incrementados por novas tecnologias de plantio, armazenamento e secagem do produto, o que aumentou a sua rentabilidade. Um ponto interessante a ser destacado é o fato do crescimento da economia cafeeira ser acompanhado do crescimento industrial do Paraná, dada a correspondência com as atividades de beneficiamento do café. No período entre 1939 e 1949, o Paraná registra crescimento industrial de 10%, maior do que São Paulo (9,8%) e Brasil (7,8%) (BRAGUETO, 1999, p.152).

As plantações de café aumentaram significativamente entre 1949 e 1953, alcançando a média anual de aproximadamente 135 milhões de pés (PRIORI, et al, 2012, p.101). Esse número se multiplicou até chegar a 500 milhões em 1965, gerando mais riquezas do que todo o estado do Paraná (MAGALHÃES FILHO, 2011, p.120). Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, o Paraná passou a produzir 60% da produção nacional de café, tornando-se o maior produtor brasileiro

(WACHOWICZ, 2002, p.274), produzindo quase um terço da produção mundial (BALHANA, 1969, p.223). Dada a importância econômica do produto, o Paraná Tradicional (região de antiga colonização, corresponde às regiões de Curitiba, Litoral e Campos Gerais) passou a olhar com desconfiança o predomínio dos paulistas na região. O Paraná não possuía uma rede de estradas e ferrovias suficientes para escoar a produção de café pelo Porto de Paranaguá. Em 1951 houve a elaboração do Plano Rodoviário sob a responsabilidade de Luiz Carlos Pereira Tourinho, que previa a ligação do Norte do Paraná com o Paraná Tradicional. Isso possibilitaria que a produção deixasse de ser escoada pelo Porto de Santos, ao mesmo tempo em que integrava as regiões do Paraná, desintegradas por falta de redes de transporte que as ligassem. Uma das preocupações da classe dominante local nesse momento era “paranizar” o Norte, e essa foi a principal medida para isso se concretizar (WACHOWICZ, 1987, p.125). O escoamento da produção via Porto de Paranaguá ajudou a economia paranaense em seu conjunto, atingindo seu auge entre os anos de 1946 e 1954. Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro de Café (IBC), órgão estatal que intervia na defesa dos preços e no incentivo do plantio e da produção de café (CANCIAN, 1981, p.44).

A região de colonização recente se desenvolvia em termos econômicos e populacionais, e isso repercutiu na política paranaense, até então exclusivamente dominada pelos quadros do “Paraná Tradicional”. No período em questão, a população do Norte ultrapassou a população do Paraná Tradicional. Somado à isso, o número de eleitores do Paraná por regiões mudou drasticamente em menos de 20 anos. Em 1947, o eleitorado do Paraná Tradicional somava 70,5% do eleitorado total. Em 1960, a proporção caiu para 38,3%. Já o Norte cafeeiro possuía 24,7% do eleitorado em 1947. Essa proporção subiu para 50,2% do eleitorado total do Paraná (MAGALHÃES FILHO, 2011, p.124).

Tais modificações demográficas e econômicas trouxeram consequências na política paranaense. De acordo com Ricardo Costa de Oliveira (2000, p.5), a classe dominante paranaense é formada por um pequeno número de famílias unidas por conexões de parentesco entre si com ascendentes comuns. Tais famílias dominam política e economicamente a região desde o período colonial e da fundação das primeiras vilas de Paranaguá e Curitiba, datadas entre o final do século XVII e início do século XVIII. Trata-se, portanto, de um domínio político das mesmas famílias na região do Paraná Tradicional, de antiga ocupação. Essas famílias também detinham o poder econômico, em consonância com os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da

erva-mate e da madeira. Esse cenário sofre algumas alterações a partir da ascensão da economia do café e do incremento e diversificação populacional do Norte. A classe dominante tradicional a partir desse momento, toma medidas integradoras com relação a essa região, que deve se ligar com a capital via desenvolvimento dos transportes, e aos poucos ter seus elementos em conexão política com os novos atores políticos do Norte, por vínculos partidários e de parentesco. Já não é possível ignorar essas novas forças sociais no Paraná nessa conjuntura, tendo, ao mesmo tempo, o objetivo da continuidade da dominação das antigas famílias estabelecidas no Paraná em termos econômicos e políticos desde o século XVII. Nesse sentido, o Paraná moderniza-se conservando os seus antigos quadros econômicos e políticos.

O primeiro governador do Paraná eleito no período pós-estadonovista foi Moysés Lupion. Herdeiro político do ex-interventor do Paraná, Manoel Ribas, Lupion foi uma das principais figuras da seção local do PSD. Empresário, suas atividades proporcionaram o acúmulo de um notável capital, sendo um dos homens mais ricos do Brasil. Casado com uma das netas de Telêmaco Borba, prefeito de Tibagi, deputado provincial e estadual, Lupion era fortemente integrado a classe dominante tradicional local, influente a partir do século XIX (OLIVEIRA, 2000, p.386). Seu primeiro mandato (1947-1951) coincidiu com a ascensão da cafeicultura, da indústria madeireira (da qual era o principal empresário) e da política de incentivo de correntes migratórias de colonização do Norte e do Sudoeste do Estado.

O sucessor de Lupion foi Bento Munhoz da Rocha. Filho do ex-presidente do Paraná Caetano Munhoz da Rocha, Bento é proveniente de uma das mais tradicionais famílias estabelecidas na política, desde os tempos coloniais, descendente de Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.358). Importante quadro político da República Velha, Munhoz da Rocha perpetuou a influência política da família após a Revolução de 1930 e a redemocratização de 1945. Casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha do ex-presidente do Paraná, Affonso Alves de Camargo, também descendente dos primeiros povoadores do Paraná Tradicional, sua aliança matrimonial consagra a união de velhas e tradicionais famílias políticas do Paraná, continuando uma tradição que vem dos tempos coloniais, perpassa o império e a república velha e continua no processo de modernização presenciada no estado e no país intensificada nas décadas de 1940 e 1950. Munhoz da Rocha é o símbolo do Paraná Tradicional e das forças estabelecidas no decorrer dos séculos. Seu governo lidou com a ascensão da economia cafeeira, preocupando-se em incentivá-la. Seu ex-assessor Fausto

Castilho, em entrevista ao livro “Sobre Política Paranaense”, organizado pelo IPARDES, argumenta que

A economia do café, no Brasil, dependia basicamente de duas instâncias federais, que eram o Banco do Brasil e o IBC. Esses dois organismos sempre foram monopólio dos paulistas. O Banco do Brasil é a Carteira de Crédito Agrícola Industrial, chama-se CREAL, que era, antes da expansão do BNDE, o instrumento de financiamento agrícola e industrial. Munhoz conseguiu as duas para o Paraná, enfrentando forte oposição. Para que a renda gerada no estado não evadisse para bancos paulistas, fortalecimento do BANESTADO e criação do Banco Comercial do Paraná (BANCIAL, posteriormente comprado pelo BAMERINDUS) e BAMERINDUS (IPARDES, 1989, p.32)

Bento Munhoz, através de negociações políticas e seu bom relacionamento com Café Filho, conseguiu importantes nomeações de políticos paranaenses de seu grupo para a ocupação de cargos nas instâncias federais de proteção ao café, proporcionando benefícios para a economia local. O banqueiro Adolpho de Oliveira Franco foi indicado para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil<sup>23</sup>. A diretoria do Instituto Brasileiro de Café foi ocupada por Felizardo Gomes da Costa (KUNHAVALIK, 2004a, p.208). Com essas indicações, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da economia cafeeira no Norte do estado foram efetivadas, juntamente com a concretização do Plano Rodoviário do general Tourinho de ligação entre as regiões do Norte e o Paraná Tradicional.

O governo Munhoz da Rocha modernizou a capital do estado, Curitiba, com um ambicioso projeto de construção de um Centro Cívico, agregando as instalações dos poderes e instâncias governamentais. O momento era de comemoração do centenário da emancipação política. Obras como o Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública do Paraná foram concretizadas no seu governo. A Universidade do Paraná foi federalizada nessa ocasião. Tal apogeu modernizador vivenciado por Curitiba fez com que projetos em prol da ideia da mudança da capital para o Norte fossem abandonados. No entanto, Bento Munhoz foi apontado por seus opositores e críticos como um governador que gastava as riquezas produzidas pelo Norte na capital do Paraná, fazendo um governo

---

<sup>23</sup> Antes disso, Adolpho de Oliveira Franco ocupava o Instituto Brasileiro de Café, sob nomeação do então presidente Getúlio Vargas (SCHMIDT; OLIVEIRA FRANCO JR, 2013, p.217)

priorizando o Paraná Tradicional, seguindo suas raízes. Isso contribuiu para a vitória de Lupion nas eleições de 1955.

Após o governo Munhoz da Rocha, Moysés Lupion governou pela segunda vez o estado do Paraná. O seu segundo governo foi marcado por conflitos agrários que envolviam as empresas de Colonização e a política de Terras do seu governo, que provocou o Levante do Sudoeste, em 1957, também conhecido como o Levante dos Posseiros. Tal levante envolvia colonos prejudicados com as arbitrariedades cometidas pela política de colonização do seu governo. Estes colonos se organizaram armando-se e ocupando escritórios das empresas colonizadoras, rasgando os contratos e os documentos das terras sob a posse das companhias. As rebeliões foram neutralizadas pela ação de políticos da UDN e do PTB, este sob a liderança do médico gaúcho Walter Pécoits, que promovia o diálogo entre os posseiros e o governo do estado (HELLER, 1988, p.93-94). No Paraná dos anos 1950, a luta de classes no campo era intensa, e essas lutas foram incrementadas no início da década de 1960 com a sindicalização rural. Além dos conflitos agrários<sup>24</sup>, Lupion sofria pesada oposição de grupos políticos que não se sentiam representados no seu governo.

Observamos um cenário de ascensão de uma classe dominante que ainda não se encontrava plenamente enraizada na política paranaense. Esta é dominada por famílias políticas ligadas por estruturas de parentesco arraigadas ao longo de nossa história, que permanecem mesmo com mudanças políticas como a independência, a república e a Revolução de 1930 (OLIVEIRA, 2000; OLIVEIRA, 2004). Tal núcleo de dominação política e econômica tende a agregar novos elementos, estabelecendo relações políticas, econômicas e familiares com os mesmos aos poucos, sem perder de vista a manutenção de seu domínio. Segundo Ruy Wachowicz (2002, p.286), “o norte demorava a assumir a fatia de poder a que tinha direito natural”. Tal cenário começa a se modificar a partir dos anos 1960, segundo o mesmo autor. Maria Helena Oliva Augusto (1978, p.47-48) apresenta interessantes dados correspondentes às eleições de 1962. A autora assinala que dos 45 deputados estaduais eleitos no pleito, 26 foram indicados pelo Norte (ou seja, mais da metade). Dos 26 deputados nortistas, 17 correspondiam ao Norte Novo e 9 para o Norte Velho. Os partidos e suas redes familiares tendiam a incorporar tais grupos em ascensão em seus quadros. As possibilidades de crescimento dos jovens políticos na região Norte eram mais facilitadas no Norte do que o Paraná Tradicional.

---

<sup>24</sup> Um importante estudo sobre a Revolta do Sudoeste é de autoria de Iria Zanoni Gomes, “1957: a revolta dos Posseiros”.

Em resumo, temos a seguinte contextualização: o Brasil passava por intensas transformações econômicas e sociais que impulsionaram o debate sobre as reformas, debatido por diversos grupos sócio-políticos a partir de diferentes interesses e pontos de vista, gerando uma polarização política evidente que desencadeou no golpe de 1964. Por outro lado, o Paraná também passava por mudanças sócio-econômicas que interferiram na política, e havia polarizações ideológicas entre os grupos políticos postas no estado. O Paraná também sofreu as consequências políticas do golpe de 1964 e vivenciou a conjuntura de crise característica do governo Goulart. Essas questões serão analisadas nos próximos capítulos, de maneira pormenorizada. O próximo capítulo apresentará as características dos principais partidos políticos brasileiros e suas organizações no diretório paranaense, antes de adentrarmos no governo de Ney Braga e suas relações com o governo Goulart e o golpe de 1964.



#### **4 OS PARTIDOS POLÍTICOS NO SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO DO PERÍODO 1945 A 1965 E SUAS ORGANIZAÇÕES NO PARANÁ**

Neste capítulo, pretendemos apresentar como os partidos políticos nacionais e locais se organizavam, entendendo os mesmos como “subcampos” dentro do “campo político”, tal como foi apresentado no primeiro capítulo da presente dissertação. No primeiro momento, apresentaremos como os partidos políticos se organizavam com cobertura nacional de suas seções, apresentando características do nascente sistema multipartidário registrado após o final do Estado Novo. Para tais reflexões, contaremos com as obras de Maria do Carmo Campello de Souza (1983) e Gláucio Ary Dillon Soares (2001). Apontaremos as principais características dos principais partidos políticos existentes no período em questão, a saber: a União Democrática Nacional, o Partido Republicano, o Partido Social Democrático, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Democrata Cristão e o Partido Comunista do Brasil, este último tornado ilegal logo no governo do general Eurico Gaspar Dutra. Mesmo clandestino, sua ação política na conjuntura que antecedeu ao golpe de 1964 foi de suma importância, visto a sua intensa participação nos movimentos populares e nos sindicatos, bem como em outros partidos políticos, lançando os seus próprios candidatos. Faremos menções às principais linhas políticas seguidas por estas legendas, bem como quais eram os seus principais líderes.

No segundo momento, pretendemos apresentar as características das seções paranaenses dos mesmos partidos, buscando informações nos livros de memórias de antigos integrantes, nas entrevistas e na produção bibliográfica sobre a política paranaense do período. Procuraremos traçar perfis coletivos destas seções/subcampos partidários, reunindo informações sobre as trajetórias sociais, familiares, acadêmicas, econômicas partidárias e políticas de seus membros. Utilizaremos a amostra de informações sobre os deputados estaduais e federais eleitos nas eleições de 1962 por estes partidos políticos para traçar tal perfil. Também refletiremos sobre o desempenho eleitoral das mesmas legendas nas eleições de 1945 (a primeira realizada após o final do Estado Novo), 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962 (esta última ainda sobre sistema multipartidário). Faremos menções às principais lideranças partidárias dessas seções no decorrer da seção.

#### 4.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS

Com a redemocratização de 1945, os partidos políticos começaram a se reorganizar nos estados e nos seus respectivos diretórios nacionais. Os principais estudos sobre o processo político partidário no período pré-1964 correspondem às obras de Maria do Carmo Campello de Souza (1983) e Gláucio Ary Dillon Soares (2001). O primeiro desafio criado no período posterior ao Estado Novo foi o processo de nacionalização que os partidos necessariamente teriam de passar para se adequarem à lei eleitoral. Isso fazia parte da legislação preparada pelo grupo político de Vargas no período de redemocratização para combater regionalismos ao estilo da República Velha (SOUZA, 1983, p.114). Mesmo assim pode-se observar a permanência de traços da política da República Velha e do período varguista, juntamente com o Estado Novo. No interior dos partidos políticos havia a articulação de velhas e novas tendências, mantendo algumas práticas do período oligárquico (como o coronelismo e o clientelismo) ao tempo em que se desenvolviam algumas características modernas da democracia (IANNI, 1965, p.37).

Os principais partidos políticos criados nesse momento dividem-se em dois blocos: o bloco getulista, composto pelo PSD e pelo PTB, o primeiro com bases municipais e das interventorias do Estado Novo e o segundo com base nas relações clientelistas urbanas sindicalizadas; e o bloco de oposição liberal, representada pela UDN, forjado na oposição a Vargas e ao Estado Novo, com bases sociais elitistas e conservadoras (SOUZA, 1983, p.135).

Campello de Souza (1983) e Dillon Soares (2001) assinalam que os partidos políticos nesse período, além de representarem interesses de classe, também elaboram projetos nacionais, conciliam interesses, planejam o desenvolvimento nacional e regional e pensaram sobre as reformas e as respostas que o processo de modernização brasileira criou nesse período. Os dois autores também argumentam que o período pós-45 foi caracterizado pelo crescimento de partidos com orientação reformista/trabalhista (PTB, PDC, PSP entre outros) e o declínio eleitoral cada vez maior de partidos com orientação conservadora (PSD, PR e UDN). As mudanças no eleitorado foram consequência do processo de industrialização e urbanização verificadas no Brasil desse período. O partido que mais cresceu em todas as eleições realizadas no período foi o PTB (HIPOLITO, 2012, p.69), e esse crescimento tendia a se aprofundar nos anos 1960, com a politização de operários e camponeses nos estados rurais e menos

industrializados, onde o PTB ainda não possuía uma organização fortalecida (SOARES, 2001, p.78).

Havia, nesse sistema partidário, uma tendência a divisão entre facções e tendências. A polarização ideológica do início da década de 1960 dividia os partidos ora na linha ideológica, ora na linha da luta entre frações oligárquicas (KINZO, 1988, p.22). Em linha de raciocínio parecida, Lúcia Hippolito destaca que em todos os partidos existia uma “frente geracional” de jovens políticos que discutiam as reformas sociais e formulavam projetos para tanto, além da linha tradicionalista (HIPPOLITO, 2012, p.193).

#### 4.1.1 A União Democrática Nacional (UDN)

Forças getulistas e antigetulistas integravam-se no sistema multipartidário, envolvendo-se em tais agremiações. A União Democrática Nacional tem grande parte de seus membros identificados com a política do período pré-1930, vendo os governos de Getúlio Vargas com muitas ressalvas e críticas. Elas são mobilizadas previamente a partir do Manifesto dos Mineiros<sup>25</sup>, de 1943, após Vargas, em nome do Estado brasileiro, apoiar os Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a França na 2ª Guerra Mundial contra as forças nazi-fascistas. Diversas forças sociais questionaram o fato do Brasil defender a democracia no contexto internacional estando, ao mesmo tempo, sob um regime autoritário internamente. Iniciou-se um movimento pela democratização brasileira, com a mobilização das oposições.

No entanto, Décio Saes (1985, p.107) argumenta que o Manifesto do Mineiros e a formação da UDN não envolvem apenas a defesa incondicional da democracia, pois esses mesmos grupos são saudosistas em relação às políticas da República Velha. Pertencentes aos grupos agro-exportadores e classes médias tradicionais, tais frações de classe eram opositores a política interventora do Estado na economia, bem como a política industrializante, além de se incomodar com as políticas sociais em prol da integração da classe operária e suas demandas frente ao Estado. Quando analisa-se a composição social dos quadros da UDN, verificam-se a recorrência da presença de

---

<sup>25</sup> Sérgio Miceli assinala que esse Manifesto foi assinado por integrantes da alta burguesia financeira, integrando “diretores-acionistas, executivos, consultores jurídicos e altos funcionários de grupos financeiros privados” que detinham controle acionário de bancos comerciais sediados em Minas Gerais e no Distrito Federal” (MICELI, 2007, p.688).

atores identificados às elites de grandes proprietários rurais e antigos clãs da Primeira República (MICELI, 2007, p.665), tendo seus quadros parlamentares compostos de prestigiados profissionais liberais e intelectuais, representantes patronais pertencentes aos grupos financeiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, além de pertencentes a clãs oligárquicos e familiares no âmbito local dos estados de atuação política (MICELI, 2007).

A UDN perdeu as eleições presidenciais de 1945 para o candidato Eurico Gaspar Dutra (PSD), perdeu novamente as eleições presidenciais de 1950, sendo derrotada por Getúlio Vargas. Nessa ocasião, a UDN não reconheceu o resultado das eleições, e desde o início do governo Vargas, na sua fase democrática a UDN fez permanente oposição. Vargas promovia uma política econômica nacionalizante propondo restrições a atuação do capital estrangeiro, bem como fortalecia e defendia as empresas estatais, como a PETROBRÁS. Movimentos sociais e parcelas da intelectualidade atuaram na campanha “O Petróleo e nosso”, em defesa da exploração do petróleo integralmente estatal. A UDN era contra tais medidas, pois defendia a internacionalização da economia, sem restrições ao capital estrangeiro, além de ver com negatividade a defesa do fortalecimento das estatais como a Petrobrás, justamente porque acreditava que o Estado não deveria intervir nas relações econômicas. Para Maria Victória Benevides, esse “antiestatismo” da UDN tinha a ver com o fato da mesma enxergar o Estado como a própria encarnação de Vargas, criticando, dessa maneira, todas as suas políticas. Somado a esses fatos, a oposição da UDN a Vargas se intensificou com o crescimento do movimento sindical nesse período, a recorrência das greves em prol de aumentos salariais.

Os udenistas, com seus ideários antipopulares, agregaram as aspirações da classe média, que foi negligenciada pelos trabalhistas (SKIDMORE, 2010, p.154). Na ocasião em que João Goulart foi Ministro do Trabalho e propôs 100% de aumento do salário mínimo, a classe média ficou horrorizada com a possibilidade de ver o seu padrão de vida alcançado pela classe operária urbana sindicalizada. A classe média identificou-se com a UDN, que via o movimento operário como “caótico e desordeiro” (BENEVIDES, 1981). João Goulart, nessa ocasião, passou a ser um dos principais alvos da UDN, que acusava o mesmo de incentivar e provocar a luta de classes. Nesse sentido, a antiga fórmula política de não ouvir as reivindicações do movimento operário era uma atitude adequada de se tomar, pois suas demandas apenas refletiam ideias “manipuladas” pela “demagogia” de Getúlio Vargas e seus seguidores. Nesse

sentido, a UDN era contra o voto dos analfabetos, contra as manifestações grevistas em prol de aumento salarial, além de ser contra a extensão de direitos trabalhistas a trabalhadores rurais (BENEVIDES, 1981, p.278). Em síntese, os udenistas eram “contra tudo o que pudesse ser interpretado como subversão ou como ameaça aos interesses dos proprietários de terras ou de ‘proletarização’ das classes médias” (BENEVIDES, 1981, p.278).

#### 4.1.2 O Partido Republicano (PR)

O Partido Republicano foi organizado nacionalmente a partir de uma divisão ocorrida entre os grupos antigetulistas organizados desde 1943 em torno da UDN, que agregava também o Partido Libertador e a Esquerda Democrática (SOUZA, 1983, p.115). Majoritariamente formado por políticos que pertenciam aos partidos republicanos regionais e locais do período pré-1930, tinha como liderança nacional a figura de Artur Bernardes, ex-presidente do Brasil na República Velha. Organizou-se com alguma expressão nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco, seus quadros defendiam bandeiras liberais ao estilo do período oligárquico: república federativa, autonomia política e administrativa dos estados, defesa da democracia, sufrágio universal, voto obrigatório direto e secreto, liberdade de opinião e associação, justiça eleitoral autônoma, entre outros (CARONE, 1980, p.394-395).

Os membros do Partido Republicano eram saudosistas em relação à democracia existente a Revolução de 1930, guardando rancores em relação à figura de Getúlio Vargas e a política adotada no Brasil a partir de então, pois esta política foi responsável pela incorporação de novas forças sociais na arena política, o que acarretou na perda do domínio político exclusivo da aliança entre os coronéis latifundiários e os chefes políticos locais, no sistema político “coronelista” ao estilo das características apontadas por Victor Nunes Leal (1993). A “democracia” política vivenciada na República Velha era extremamente questionável, uma vez que o voto era manipulável, pois as populações que votavam eram manipuladas pelos chefes locais numa relação de mando-obediência, troca de favores e coação. Além disso, o direito ao voto era destinado apenas aos homens maiores de 21 anos alfabetizados, o que excluía mais da metade da população brasileira composta de analfabetos e mulheres, sem direito ao voto. Nas eleições desse

período o voto não era secreto, havia a falsificação de atas eleitorais e não havia surpresas no processo decisório de escolha dos dirigentes, pois se algum chefe oligarca dissidente que não estivesse em posição dominante ganhasse a eleição, a legitimidade da mesma seria decidida pelos membros do legislativo locais (SAES, 1985).

O programa do Partido Republicano defendia a revisão da legislação do Estado Novo e seus elementos ditatoriais, além da defesa dos interesses da agropecuária e a limitação da ação do Estado na economia (CARONE, 1985, p.395-396).

#### 4.1.3 O Partido Social Democrático (PSD)

O PSD teve suas origens a partir da máquina de interventorias criadas no regime ditatorial estadonovista, com a abertura democrática ocorrida entre os anos de 1943 e 1945. Diretamente influenciado pelo próprio Getúlio Vargas, o PSD tendia representar o setor rural composto de grandes proprietários de terras, uma das bases de sustentação do regime varguista. Os ex-interventores lideraram a organização dos diretórios estaduais e os ex-prefeitos lideravam a organização dos diretórios municipais, formando um partido com fortes traços fisiológicos, no qual suas lideranças conseguiam recursos políticos a partir de uma rede de nomeações de correligionários e distribuição de verbas, empréstimos e obras em prol de conquistas eleitorais (SOARES, 2001, p.89).

Obtendo importantes resultados eleitorais em 1945, o PSD, nas suas origens era o mais forte partido político na recém-instaurada democracia, grande parte em razão do acúmulo de poder nos estados pelos agentes que compunham a máquina do Estado Novo. O PSD também reunia em suas bases membros das administrações estaduais, proprietários rurais, industriais e funcionários públicos (HIPOLITO, 2012, p.142).

Na análise de Sérgio Miceli sobre a composição social dos quadros parlamentares do PSD, com a verificação de suas trajetórias profissionais e vínculos com clãs oligárquicos, o autor destaca o grande número de representantes patronais e de setores agrários presentes em seus quadros. Tais representantes tinham grande entrosamento com os clãs oligárquicos que mesclavam interesses familiares, econômicos e políticos nas suas redes de solidariedade associadas por apadrinhamentos e cooptações. As lideranças políticas do PSD emergentes nas décadas de 1930 e 1940 eram

“elementos bastante chegados aos círculos dominantes em âmbito local, quer por relações de parentesco, quer pelo casamento, quer pelas proteções de toda espécie com que se beneficiavam” (MICELI, 2007, p.679).

O notável êxito do PSD no período de 1945 a 1964 devia-se em grande parte, pelas conexões fortemente estabelecidas pelas classes dominantes locais organizadas em redes familiares, partidárias, políticas e econômicas.

Sob influência de Getúlio Vargas, o PSD conquistou a presidência da república com o General Eurico Gaspar Dutra em 1945. Tendo como características a política de conciliação e moderação, ocupando o centro no espectro político, o PSD esteve presente em todas as administrações federais no período de 1945 a 1964<sup>26</sup>, excetuando-se o governo de Jânio Quadros (HIPOLITO, 2012). No governo Dutra, a Constituição de 1946 foi concretizada. Seu governo caracterizou-se pela relação amistosa com o capital estrangeiro, pelo anticomunismo e proibição do PCB, além da retenção do movimento sindical e grevista. O PTB desfez sua aliança com Dutra durante o seu governo, e Vargas rompeu com o mesmo. Ambos partidos uniram-se novamente nas eleições de 1950, em torno do nome de Getúlio Vargas. Em 1955, a aliança PSD-PTB elegeu Juscelino Kubitschek para a presidência. O PSD também fazia parte da base aliada de João Goulart, desfeita processualmente no seu governo. Para Lúcia Hippolito, a presença de pessedistas em tais governos garantia a manutenção de estabilidade nos mesmos (HIPOLITO, 2012, p.94).

O PSD era apoiado pelo eleitorado do interior conservador que tinham como seus representantes os líderes tradicionais, ao mesmo tempo em que via em suas bases a ascensão de jovens políticos mais identificados com uma política reformista e modernizadora, com uma agenda que condizia com as demandas de grandes parcelas do eleitorado urbano. Desse modo, o PSD

“apoia o monopólio estatal sobre o petróleo, a intervenção do Estado contra os abusos do poder econômico, as iniciativas desenvolvimentistas de Juscelino, luta pela extensão do voto ao analfabeto e por uma política nacional de energia nuclear. No entanto, opõe-se às medidas que ameaçam suas bases clientelistas: reforma administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária radical” (HIPOLITO, 2012, p.56).

---

<sup>26</sup> O PSD ocupou a presidência da república com Eurico Gaspar Dutra, apoiou o governo Getúlio Vargas, na aliança PSD, PTB e PSP, ocupou novamente a presidência com Juscelino Kubitschek, na aliança com o PTB e apoiou o Governo João Goulart, em aliança com o PTB e o PSP (HIPOLITO, 2012, pp79-90).

Lúcia Hippolito observa que a partir dos anos 1950 há uma divisão entre os integrantes do PSD entre “raposas” e “reformistas” (ou a “Ala Moça”). Enquanto os primeiros eram interessados na autopropetuação de seus poderes, os segundos estavam interessados na modernização do partido. Essa divisão, segundo a autora, comprometeu a unidade do PSD, provocando desagregação (HIPOLITO, 2012, p.162). A ascensão dos reformistas no interior do PSD se evidenciou com o governo Juscelino Kubitschek, no qual se presenciou o auge dos debates sobre o desenvolvimentismo, a industrialização, a urbanização, o mercado interno, o capital estrangeiro, etc. Reformas como a eleitoral, a administrativa, a agrária, a extensão dos direitos trabalhistas ao campo eram discutidas intensificadamente no PSD nesse contexto. Mesmo com essa modernização partidária, Lúcia Hippolito, porém, assinala que grande parte dos membros da Ala Moça eram ligados às oligarquias estaduais ou eram ligados ao Estado Novo (HIPOLITO, 2012, p.171). Estes elementos modernizadores entravam em conflito com as “raposas” nos estados do Maranhão, Paraíba, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (HIPOLITO, 2012). A Ala Moça registra crescimento na medida em que seus quadros se identificam com a Frente Parlamentar Nacionalista e o ISEB, defendendo posições nacionalistas em defesa da Petrobrás, a revisão sobre a remessa de lucros, o controle do capital estrangeiro (HIPOLITO, 2012, p.193). O processo de fragmentação do PSD aprofunda-se com o governo de João Goulart, um dos fatores de desestabilização desse governo segundo o argumento desenvolvido por Lúcia Hippolito (2012), uma das principais pesquisadoras desse partido.

#### 4.1.4 O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

O PTB, assim como o PSD, surgiu a partir da política varguista do Estado Novo. Suas origens estão vinculadas ao Movimento Queremista, que defendia a realização da Constituinte com Getúlio Vargas na presidência da república. Enquanto o PSD herdava toda a máquina dos interventores nos estados, o PTB herdava a máquina do Ministério do Trabalho montada nos anos do Estado Novo. A burocracia ministerial e os sindicalistas formavam as bases do PTB e também a sua clientela política, pois a estrutura do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência proporcionava uma extensa rede de benefícios e assistência aos sindicatos organizados sob a estrutura corporativa criada no Estado Novo. Tratava-se de um partido que se relacionava



diretamente com as bases do operariado urbano sindicalizado que se beneficiou das políticas getulistas em prol de direitos trabalhistas. O PTB também defendia a manutenção desses direitos atuando de forma vigilante a qualquer ameaça aos mesmos, propagando os ideais getulistas.

Surgido a partir do sindicalismo urbano, seu primeiro agente organizador foi o ex-ministro do Trabalho Marcondes Filho. Tinha em seus quadros a presença de sindicalistas e trabalhadores em sua direção (D'ARAUJO, 1996). O PTB, nos seus primeiros anos, era incipiente em comparação aos outros partidos, pois não era organizado em todos os estados, deixando de concorrer eleições em vários municípios (SOARES, 2001, p.66). Essa fraqueza inicial continuou no governo de Eurico Gaspar Dutra, sofrendo várias crises internas, muito em parte devido ao fato de quadros de sindicalistas e de trabalhadores perderem espaço na cúpula partidária para membros de status socioeconômico mais alto. Somado a isso o PTB rompeu com o governo de Eurico Dutra pela sua contestação em relação à política repressiva em relação aos movimentos grevistas e sindicais (ARAÚJO, 1996).

O PTB possuía uma estrutura fechada, hierarquizada e controladora, fazendo com que o diretório nacional intervisse quando quisesse nas seções regionais aniquilando dissidências internas. Segundo Maria Celina D'Araújo, esse estilo do PTB se manteve fortemente até mesmo nos anos 1960. Um líder que poderia amenizar tais divisões seria Getúlio Vargas. Este, porém, não fez questão de se envolver intensamente nas lutas partidárias.

O PTB começa a se fortalecer com a cassação do registro do Partido Comunista. Além de rivalizar com o PTB eleitoralmente, os partidos disputavam os sindicatos e a representação política do operariado urbano. Com o PCB na ilegalidade, abriu-se uma maior espaço para a consolidação do PTB frente as bases políticas citadas. Antigos membros do PCB inclusive apoiam candidatos do PTB ou disputaram eleições pela legenda (SOARES, 2001, p.74).

Somado a ilegalidade do PCB, outro fator que fortaleceu o PTB foi a vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950. O PTB se fortaleceu nessas eleições. Porém, mesmo com um petebista na presidência, o PTB ocupou apenas a pasta do Ministério do Trabalho, não tendo destaque no referido governo. Nesse período, a formulação de uma ideologia trabalhista foi uma preocupação dos quadros do PTB. Até meados da década de 1950, o PTB dividia-se em duas grandes tendências: a dos “getulistas pragmáticos” e a dos “doutrinários trabalhistas” (DELGADO, 2001). Os

primeiros eram formados predominantemente por sindicalistas e burocratas do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência Social, cultivando o carisma de Vargas com ação sindical e partidária atrelada ao Estado, não prevendo a autonomia dessas organizações (DELGADO, 2001, p.181). A segunda corrente era composta de intelectuais e profissionais liberais interessados em formular uma doutrina trabalhista identificada com o nacionalismo, o reformismo e a social-democracia, numa proposta de “terceira via”, alternativa ao comunismo e ao capitalismo desumanizado. Tinha como principal teórico Alberto Pasqualini, e pregava a desvinculação do partido em relação ao Estado e ao personalismo político (DELGADO, 2001, p.181).

Novas ideias começaram a vir a tona com a ida de João Goulart a presidência do PTB, a partir do segundo governo de Getúlio Vargas. A partir daí ocorreu um redirecionamento da legenda, com a promoção da integração do PTB e suas tendências, que passaram a ter maior liberdade nas atuações de seus parlamentares no Congresso e nas direções locais do partido. Houve também uma mudança no relacionamento entre o PTB e os sindicatos, buscando diálogos com os comunistas sindicalistas (D’ARAÚJO, 1996). Vargas convidou João Goulart a ocupar o Ministério do Trabalho no seu governo, no ano de 1953, cargo que acumulou com a presidência do PTB até 1961, quando assumiu a presidência. Nesse período, a ala janguista exerceu uma posição hegemônica, combatendo dissidentes e opositores. Goulart manteve a unidade do PTB com autoridade, fato que agradou Vargas, que passou a delegar a vinculação do seu nome e da ideologia trabalhista a João Goulart (GOMES, 2007, p.70).

A facção do PTB que se tornou hegemônica era a ligada a João Goulart. Tal facção é denominada de “pragmática reformista”<sup>27</sup> por Lucília Neves Delgado (2001). Essa tendência mesclava aspectos da ala “getulista pragmática” com a ala “doutrinária trabalhista”, mantendo o culto ao mito de Vargas adotando propostas de Pasqualini (DELGADO, 2001, p.193). Ao mesmo tempo em que agregava o paternalismo getulista, incorporava elementos do distributivismo salarial, reformismo e nacionalismo. Lucília Neves Delgado (1989) acrescenta ainda a existência da ala de “reformistas radicais” a partir dos anos 1960, composta de líderes como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Almino Affonso. Muitos dos integrantes dessa linha eram jovens políticos que não tiveram muito contato com a política de Vargas.

---

<sup>27</sup> Em uma publicação anterior, Delgado (1989) denomina tal ala de “reformista moderada”.

#### 4.1.5 O Partido Democrata Cristão (PDC)

O Partido Democrata Cristão foi fundado em 1945 por agentes ligados ao Estado Novo sem espaço político no PTB e no PSD. Composto de políticos, funcionários públicos e alguns religiosos católicos, tais agentes estavam mais interessados nas suas ambições políticas pessoais do que propriamente um ideário político. Esse partido se inspirou apenas nominalmente na social democracia cristã em ascensão na Europa, pois seus postulados pouco tinham a ver com os mesmos (BUSETTO, 2002, p.17).

A ideologia democrata cristã só foi efetivada, de fato, a partir de um grupo de jovens políticos<sup>28</sup> da seção de São Paulo levarem a sério tais postulados, alcançando “certa visibilidade e relativo crescimento no campo político nacional” (BUSETTO, 2002, p.17). Esses jovens não tinham ligações com fundadores e dirigentes do partido, e foram eles que impulsionaram o crescimento do partido durante meados da década de 1950 e início da década de 1960, com um ideário democrata, cristão e reformista. Tais agentes propunham a aplicação da “Terceira Via” no Brasil nesse período, seguindo as diretrizes da Doutrina Social da Igreja, do pensamento reformista de Jaques Maritain e Alceu Amoroso Lima, a democracia cristã internacional e o desenvolvimento da democracia cristã na América Latina (BUSETTO, 2002, p.295-296). Esses jovens militantes passaram a disputar com as antigas lideranças partidárias, de maneira que o PDC fosse dividido por dois tipos de políticos: o pedecista e o democrata cristão. Dessa maneira:

“O pedecista apenas valia-se da legenda partidária para atender aos seus interesses políticos pessoais, recorrendo aos expedientes da política clientelista, e quando se referia à Democracia Cristã era para associá-la, de maneira equivocada, com o pensamento católico reacionário. Já o democrata cristão pautava sua ação pelo compromisso com a difusão e o avanço da Democracia Cristã no Brasil, mantinha proximidade com os círculos da militância católica e empenhava-se para ver encampada pelo PDC uma diretriz política inspirada na Doutrina Social Cristã e no reformismo democrático formulado por Maritain, seguindo os passos do movimento democrata cristão internacional.” (BUSETTO, 2002, p.297).

A partir do final da década de 1950, os democrata-cristãos, principalmente integrantes do grupo paulista, conquistaram importantes cargos na direção nacional do

---

<sup>28</sup> Entre eles Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio.

PDC (BUSETTO, 2002, p.297), propondo uma consistente orientação ideológica. No início dos anos 1960, Paulo de Tarso do Santos e Plínio de Arruda Sampaio foram agentes do PDC favoráveis as mobilizações populares e soluções extrapartidárias em prol das reformas sociais, apoiados pela juventude democrata cristã. Eles formavam a tendência “nacionalista-reformista”. Outra ala do PDC era conduzida por Franco Montoro e Queiroz Filho, denominada por Áureo Busetto de “centro-reformista”. Uma terceira tendência, liderada por Juarez Távora, constituída de militantes do PDC do Rio de Janeiro era denominada de “conservadora” (BUSETTO, 2002, p.299). Observa-se, portanto, um partido dividido entre centro-esquerda, centro e centro-direita. O centro era a postura ideológica do partido em todas as suas facções, pois todos eram partidários da “Terceira Via”, a única forma de “evitar a revolução, a reação e promover as reformas com liberdade” (BUSETTO, 2002, p.300).

#### 4.1.6 O Partido Comunista do Brasil (PCB)

O Partido Comunista do Brasil surgiu em 1922, cinco anos após a Revolução Russa de 1917, que instalou o regime comunista neste país. Com a modernização das relações de produção no Brasil, o incremento da indústria e a formação da classe operária urbana, as duas principais classes sociais do capitalismo, a burguesia e o proletariado, intensificaram sua consolidação no Brasil. O movimento operário surgiu no início do século XX, sob liderança das orientações anarquistas. Contrapostos a essas orientações, os comunistas se organizavam em sindicatos e no partido com o objetivo de lutar pela revolução proletária no Brasil, que instauraria o comunismo em substituição ao capitalismo. Na fundação do PCB, foi estabelecido que os comunistas se filiariam à Internacional Comunista, aceitando as condições estabelecidas pela mesma para a aceitação do partido no comunismo internacional (SEGATTO, 1989, p.22). O partido se tornou ilegal após o governo decretar estado de sítio na ocasião do Levante Tenentista de Copacabana (SEGATTO, 1989, p.25). Nos anos posteriores das décadas de 1920 e 1930, o PCB ficou poucos meses na legalidade. No entanto, o PCB continua com as suas atividades políticas e sindicais, mesmo com as adversidades impostas pela ilegalidade.

Com a redemocratização e o fim do Estado Novo, o PCB obteve seu registro legal em 1945, participando das eleições realizadas nesse ano, obtendo êxitos eleitorais

com congressistas que participariam da elaboração da Constituição de 1946 (REIS, 1981, p.76). Sua organização partidária em todo o território nacional resultou em um número de militantes expressivo, que ultrapassava de cento e cinquenta mil, bem como de votos, que superaram o número de seiscentos mil nas eleições entre 1945 e 1947 (REIS, 1981, p.78). Em 1947, porém, o seu registro foi cassado novamente. Isso foi uma dura derrota para o PCB, pois o partido acreditava na sua atuação política dentro dos moldes legais, promovendo reformas para consolidar a burguesia e o capitalismo no Brasil, que ainda se encontrava incipiente. Os teóricos do PCB, influenciados pela linha do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, acreditavam que o Brasil, diferentemente dos países de capitalismo avançado (com alto grau de desenvolvimento capitalista e regime democrático burguês estabelecido, portanto com condições de realização de uma revolução socialista) encontrava-se em estágio semicolonial e deveria lutar por uma revolução democrático-burguesa (ou revolução nacional e democrática), que eliminaria os restos feudais, libertaria o grosso da população brasileira da miséria e opressão do latifúndio, expulsaria o imperialismo e, finalmente, estabeleceria uma sociedade democrática, só depois da consolidação dessa primeira etapa da revolução seria possível pensar na realização da revolução socialista (DUARTE, 2010; MANTEGA, 1984).

Para o Secretário- Geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, o Brasil necessitava passar por um processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo dentro de um regime democrático. A política industrialista teria de ser anti-agrarista, pois a agricultura brasileira (ou a oligarquia latifundiária) era semifeudal, voltada para a exportação de produtos primários coloniais, que impediam a expansão das forças produtivas industriais. Outro inimigo a ser combatido era o imperialismo, contrário ao desenvolvimento da nação e aliado das forças mais retrógradas da manutenção do status semicolonial.

Essa elaboração teórica do PCB proporcionou a possibilidade de alianças com os trabalhistas não só no plano partidário, mas também no campo sindical, de alguma maneira porque eles perceberam que o governo Vargas tinha promovido políticas de cunho nacionalista, pró-industrialização, além de promover uma política de proteção social e uma legislação trabalhista.

Após ter seu registro cassado, o PCB revê as suas políticas ‘aliancistas e eleitoreiras’, e faz uma autocrítica. O Manifesto de Maio de 1950<sup>29</sup> vê o governo Dutra como ditatorial e o IV Congresso Nacional do PCB<sup>30</sup> (1954) defende a derrubada imediata do governo Vargas (1950-1954). A atuação política revolucionária e de ruptura com a política tradicional torna-se a palavra de ordem dentro do PCB. No entanto, tais postulados foram revistos com o suicídio de Getúlio Vargas e a revolta das classes populares contra os seus opositores. Uma política de apoio e colaboração com os governos que propagavam as linhas do desenvolvimento do capitalismo foi adotada pelo PCB a partir de então. Nas eleições de 1955, o PCB apoiou Juscelino Kubitschek para a presidência<sup>31</sup> e em 1960, declarava apoio ao general Lott para presidência e João Goulart a vice- presidência.

Após o impacto produzido pelo relatório do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Khrutchev contra os crimes de Stalin, em fevereiro de 1956 no XX Congresso do PCUS, e a tentativa de autocrítica dos comunistas brasileiros que dividiu o PCB e uma série de questionamentos foram feitos. O PCB publica a “Declaração de Maio” em 1958, na qual reconhece o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil na indústria e no campo, crescimento do proletariado industrial e de uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país. Os pecebistas e seus intelectuais passaram a acreditar que a burguesia industrial brasileira estava propensa a se unir as camadas trabalhadoras da população para promover a revolução burguesa nacional e democrática: nacional porque as forças econômicas do imperialismo seriam os principais obstáculos para o desenvolvimento brasileiro, e ao mesmo tempo democrática, porque necessitavam de liberdade e apoio popular para derrubar os representantes do latifúndio concretizar seus interesses (MANTEGA, 1984, p.175). Nesse sentido, a política de apoio do PCB às políticas de João Goulart no início da década de 1960, no sentido impulsionador das reformas estruturais no capitalismo brasileiro, estava em harmonia com suas teses em prol do desenvolvimento do capitalismo e suas classes sociais na revolução democrático-burguesa em marcha sob o ponto de vista do partido. Tal revolução democrático burguesa seria uma primeira etapa para a revolução socialista.

---

<sup>29</sup> Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/30/politica.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/politica.htm)

<sup>30</sup> Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/index2.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm)

<sup>31</sup> Esse foi um dos motivos pelos quais a UDN e opositores de JK contestarem a legalidade da vitória da chapa PSD- PTB.

## 4.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS LOCAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES

Para o entendimento dos partidos políticos no Paraná como “subcampos” dentro de um “campo político” no qual os agentes disputam entre si capitais políticos, econômicos, sociais e familiares para garantirem a continuidade deles próprios no “jogo político”, é necessário que levem-se em consideração quais agentes políticos estavam envolvidos no contexto do golpe de 1964, catalogando informações biográficas de uma amostra destes agentes políticos para chegarmos às conclusões de que perfil cada subcampo possui dentro da política paranaense.

Um trabalho norteador que aplica tal procedimento é o estudo de Sérgio Miceli (2007). Em tal trabalho, Miceli levanta as características econômicas e sociais dos grupos dominantes de políticos nas décadas de 1930 e 1940, enfatizando os “componentes classistas” como a origem familiar, capitais das relações sociais, formação escolar, (MICELI, 2007, p. 662) além das relações entre grupos econômicos e organizações partidárias (MICELI, 2007, p. 708) e os “condicionantes institucionais”, como a trajetória profissional, seus condicionamentos regionais, seus vínculos com clãs oligárquicos, etc. (MICELI, 2007, p. 662). Tal análise visa revelar como se desenrola a inserção desses representantes na classe dirigente e quais são os núcleos de interesses alicerçados sobre esses mandatos (MICELI, 2007, p. 663). A comparação estabelecida por Miceli é entre políticos do PSD e UDN. Uma importante observação de Miceli quanto aos diferentes capitais portados pelos agentes políticos dessa época é a relação entre família, profissão e poder constatada em tal análise. Ele menciona a conservação coletiva de posições e status correlacionados os capitais familiares, transmitindo para as gerações cargos e carreiras (MICELI, 2007, p. 704).

Associaremos os agentes políticos com os grupos políticos nos quais os mesmos estavam inseridos, entendendo que os “traços pertinentes” da biografia de um indivíduo devem ser observados levando em consideração os “traços pertinentes” do grupo no qual o indivíduo circula (MONTAGNER, 2007, p.254).

Nossa amostra abrangerá os deputados federais e estaduais e senadores eleitos pelo Paraná nas eleições de 1962, somando o total de 69 eleitos<sup>32</sup>. Dados como o nome completo, filiação, casamento, local e ano de nascimento, região da base política,

---

<sup>32</sup> Do levantamento de dados obtidos através da publicação dos resultados eleitorais pelo IPARDES (1987), 14 deputados federais foram eleitos nas eleições de 1958 e 25 deputados federais eleitos em 1962; 46 deputados estaduais foram eleitos em 1958 e 41 deputados estaduais eleitos em 1962, 1 senador eleito em 1958 e 2 senadores eleitos em 1962.

formação, ocupação ou profissão, cargos políticos ocupados (níveis legislativo, executivo e judiciário). A organização desses dados permite a identificação de diferentes espécies<sup>33</sup> de capital político como o familiar<sup>34</sup>, o cultural, o social, o econômico, além do capital propriamente político. Tal análise permite identificar qual o perfil dos representantes políticos do período pré-1964 e verificar se as mesmas carreiras tiveram continuidades ou rupturas a partir do golpe de 1964. Tais dados serão obtidos com as obras de Maria Nicolas (s/d; 1976; 1984), que reúnem dados biográficos de senadores, deputados federais e senadores, juntamente com os perfis dos deputados federais presentes na página da Câmara dos Deputados<sup>35</sup>, informações sobre as legislaturas presentes na página da Assembleia Legislativa<sup>36</sup>, dados eleitorais e partidários presentes na página do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná<sup>37</sup> e na coletânea do IPARDES (1987), entre outras fontes<sup>38</sup>.

#### 4.2.1 A União Democrática Nacional- Seção Paraná

A seção regional da UDN, desde 1945, fazia forte oposição às políticas varguistas. Também fazia oposição aos governos do PSD nos dois governos de Moysés Lupion (1947-1951/1956-1961). Participou ativamente do governo Munhoz da Rocha (1951-1954), que, embora pertencente aos quadros do Partido Republicano, identificava-se com a linha política da UDN. Também participou do governo Ney Braga, rompendo com o mesmo no decorrer de seu mandato.

O desempenho eleitoral da UDN no decorrer do período entre 1945 e 1964 resumiu-se na conquista de algumas importantes prefeituras. Na cidade de Londrina, Milton Menezes venceu as eleições de 1951 e 1958 (nesta, coligada com o PTB). Nas

<sup>33</sup> Pablo Alberto Bulcourf e Nelson Dionel Cardozo (2011, p.289) identificam e descrevem 12 espécies de “capital político”. São eles: o capital especificamente político, o capital político-partidário, o capital eleitoral, o capital intelectual, o capital sindical, o capital econômico, o capital cultural, o capital social, o capital simbólico, o capital militar, o capital comunicacional e o capital tecnológico.

<sup>34</sup> O levantamento sobre as principais famílias na política paranaense e suas presenças nas esferas política, econômica, cultural no decorrer das gerações são encontradas em Oliveira (2000;2012)

<sup>35</sup> Conheça os deputados

<sup>36</sup> Legislaturas (desde 1854). Disponível em: Disponível em:

[http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/legislaturas/](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/legislaturas/) Acesso em 28/06/14.

<sup>37</sup> Resultados das eleições municipais (desde 1947). Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr> Acesso em 29/06/14.

<sup>38</sup> Entre estas, citamos a obra de Samuel Guimarães da Costa (1994) sobre a História da Assembleia Legislativa do Paraná, e nos livros de Milton Ivan Heller (1988), e Milton Ivan Heller e Maria de Los Angeles Duarte (2000) sobre memórias de políticos paranaenses que vivenciaram a conjuntura política de 1964.



eleições de 1962, o udenista José Hosken de Novais conquistou a prefeitura da mesma cidade. Em Foz do Iguaçu, Julio Pasa venceu as eleições de 1947 e Osíres Santos de 1962. Em Ponta Grossa, João Vargas de Oliveira venceu as eleições de 1947. Em São José dos Pinhais, Elpídio Espínola venceu as eleições de 1947, Benjamin Barbosa venceu em 1954 e Atílio Talamini em 1962. Em Guarapuava, João de Mattos Leão venceu as eleições de 1951 (TRE- PR).

No que se refere ao desempenho nas eleições legislativas, a UDN manteve o seguinte desempenho:

TABELA 1- DESEMPENHO ELEITORAL UDN PARANÁ (1945-1962)

| UDN                    | 1945 | 1947 | 1950 | 1954 | 1958 | 1962 |
|------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Nº Deputados Federais  | 2/9  | -    | 2/9  | 3/9  | 1/14 | 5/24 |
| Nº Deputados Estaduais | -    | 7/37 | 8/45 | 8/45 | 3/45 | 8/45 |
| Nº de Senadores        | 0/1  | 1/1  | 1/1  | 0/2  | 0/1  | 1/2  |

Tabela: Elaboração da autora. Fonte: IPARDES, 1987

O número de deputados federais se manteve estável, alcançando a marca de 5 de 24 deputados, nas eleições de 1962. O número de deputados estaduais também se manteve estável. A UDN também elegeu os senadores Arthur Ferreira dos Santos, em 1947, Othon Mader, em 1950 e Adolpho de Oliveira Franco, em 1962.

O grande quadro da UDN no Paraná era Adolpho de Oliveira Franco, pois esse ocupou diversos cargos políticos, tendo grande notoriedade também no campo econômico. Quando Munhoz da Rocha ocupou o Ministério da Agricultura no governo Café Filho, o udenista Adolpho de Oliveira Franco assumiu interinamente o governo do estado. Adolpho Franco era um dos mais importantes nomes da UDN no Paraná e ocupou importantes cargos de destaque na política e no interior do partido, sendo um dos seus fundadores, também ocupando a presidência da seção regional do partido até abril de 1965 (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.217). Adolpho Franco de Oliveira Franco apresenta muitas das características da UDN, vistas anteriormente. Um agente político que mobilizou capitais políticos, econômicos, sociais e familiares para alcançar notáveis postos na política local e nacionalmente. Nascido em Ponta Grossa, ocupou o

cargo de diretor jurídico da Caixa Econômica Federal do Paraná, presidente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI-BB), diretor da Associação Paranaense dos Cafeicultores e senador da República em a partir de 1962. (CARNEIRO; VARGAS, 1994). Também foi representante do Paraná na junta do Instituto Brasileiro de Café (IBC), nomeado por Vargas (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.86) e banqueiro do Banco Comercial do Paraná. Percebe-se pela sua trajetória, a mescla de elementos do Paraná Tradicional, sua economia e organização política arraigadas ao longo dos séculos, além dos novos arranjos da classe dominante tradicional em relação ao Norte cafeeiro, a mais dinâmica região da economia paranaense.

Adolpho Franco pertence a linhagem de políticos do Paraná Tradicional pertencentes a famílias da classe dominante predominantes na economia e na política há séculos. Sua família está estabelecida no Paraná desde o século XVIII, descendendo dos primeiros povoadores (OLIVEIRA, 2000, p.394). Seu bisavô foi brigadeiro, chefe político e latifundiário do Paraná e Santa Catarina (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.20). Foi também diretor geral dos Índios e deputado provincial, contraindo matrimônio com uma pertencente à família Ribas, Escolastica Joaquina de Sá Ribas (OLIVEIRA, 2000, p.394). O pai de Adolpho Franco, João de Oliveira Franco, substituiu diversas vezes Manoel Ribas na interventoria do estado, sendo também secretário da fazenda do governo Ribas até 1943, quando rompeu com o mesmo (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.29). Pelo lado paterno, políticos de sua família ocuparam posições de destaque no poder legislativo, como os deputados federais Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, e Adolfo de Oliveira Franco Filho (OLIVEIRA, 2000, p.394), pertencente à UDN e ARENA, respectivamente. Adolpho casou com Rosa Macedo, filha de Rivadavia Fonseca de Macedo e Alice Ribas Vauthier de Macedo, sobrinha de Manoel Ribas (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.35). As famílias Macedo e Ribas ocupam posições notáveis na economia e na política paranaense desde o século XVIII (OLIVEIRA, 2000, p.395).

A UDN procurou mesclar a modernização e a tradição características do Paraná nesse período. Participou do governo Munhoz da Rocha (1951-1954), ocupando diversos cargos<sup>39</sup> em várias mudanças de secretariado.

---

<sup>39</sup> A UDN ocupou cargos como a Secretaria da Fazenda, com Erasto Gaertner (este também ocupou a Prefeitura de Curitiba, por indicação de Bento Munhoz) e Francisco de Paula Soares Neto, a Secretaria

No governo de Adolpho de Oliveira Franco, a UDN ocupou a Procuradoria Geral do Estado, com Laertes de Macedo Munhoz, a Secretaria da Agricultura, com João Vargas de Oliveira a presidência do Banestado, com Francisco de Paula Soares (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p. 135). Rivadávia Vargas também a DATM. O seu governo também incluiu diversos políticos de famílias tradicionais<sup>40</sup>.

Com o segundo governo de Moysés Lupion, a UDN passa para a oposição. Nas eleições de 1960, a UDN se divide quanto a qual candidato apoiar. No entanto, o partido participa ativamente do governo Ney Braga no seu início, como veremos adiante.

A amostra de capitais políticos, sociais, intelectuais e familiares feitas sobre as eleições de 1962 revela os seguintes dados:

QUADRO 1- DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- UDN- LEGISLATURA 1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES<sup>41</sup>

| UDN              | UF-NASC. | FORMAÇÃO    | PROFISSÃO                            | REDUTO ELEITORAL | HERDOU CAPITAIS POLÍTICOS | TRANSMITIU CAPITAIS POLÍTICOS | FAMÍLIA HISTÓRICA |
|------------------|----------|-------------|--------------------------------------|------------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Hermes Macedo    | RS       | Direito     | Empresário                           | PR Tradicional   |                           |                               |                   |
| Newton Carneiro  | PR       | Direito     | Industrial e Professor Universitário | PR Tradicional   | Sim                       | Sim                           | Sim               |
| Mário Braga R.   | PR       | Odontologia | Dentista e Professor Universitário   | PR Tradicional   | Sim                       | Sim                           | Sim               |
| Zacharias Seleme | SC       | Direito     | Advogado                             | PR Tradicional   |                           |                               |                   |
| Jorge Curi       | SP       | Direito     | Industrial                           | PR Trad/Centro   | Sim                       |                               |                   |
| José F. Alves    | MG       | Medicina    | Médico e Cafeicultor                 | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |

de Interior e Justiça, com Laertes de Macedo Munhoz e Renato Gurgel do Amaral Valente, a Secretaria da Agricultura com Newton Carneiro, que também ocupou a Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, com Hugo Cabral e Rivadávia Vargas (KUNHAVALIK, 2004a, p.186-187). Destes políticos, Laertes Macedo Munhoz, Newton Carneiro e Rivadávia Vargas pertencem a famílias históricas estabelecidas econômica e politicamente na sociedade paranaense há séculos (OLIVEIRA, 2000).

<sup>40</sup> O Banestado foi ocupado por Pedro Alípio Alves de Camargo, a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi ocupada por Raul de Azevedo Macedo (PSD), a Secretaria de Governo foi ocupada por Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (PSD), a Secretaria de Interior e Justiça por Fernando Flores (PSD) e o DER por Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD). O PTB ocupou as secretarias da Saúde, com Mario Batista de Barros e a Secretaria do Trabalho, com Miguel Buffara. O Partido Republicano ocupou a Secretaria de Educação, com Nilson Batista Ribas. Adherbal Stresser ocupou o Serviço de Imprensa, o DAEE foi ocupado por Ernani Batista Ribas, o DATM por Fausto Castilho, a COPEL por Temístocles Linhares e a Chefatura de Gabinete por Caetano Munhoz da Rocha Netto e Fernando Carlos Suplicy de Lacerda (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.135). Destes nomes, excetuando-se Fernando Flores, Fausto Castilho, Miguel Buffara e Adherbal Stresser, todos pertenciam a famílias tradicionais presentes na política paranaense há séculos (ver OLIVEIRA, 2000).

<sup>41</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujos links se encontram nas referências.

|                      |    |            |                            |                |     |     |     |
|----------------------|----|------------|----------------------------|----------------|-----|-----|-----|
| Pereira              |    |            |                            |                |     |     |     |
| Haroldo Leon Peres   | RJ | Direito    | Advogado e Cafeicultor     | Norte Cafeeiro |     |     |     |
| Francisco Escorsin   | PR | Secundário | Agente de impostos e taxas | Norte Cafeeiro |     |     |     |
| Paulo Poli           | SP | Secundário | Cafeicultor                | Norte Cafeeiro |     |     |     |
| João Vargas Oliveira | PR | Direito    | Advogado e Empresário      | PR Tradicional | Sim | Sim |     |
| Rubens Requião       | PR | Direito    | Professor Universitário    | PR Tradicional | Sim |     | Sim |
| Horácio Vargas       | PR |            | Fazendeiro                 | PR Tradicional | Sim |     |     |
| Almir Moreira Passo  | BA | Direito    | Advogado                   | PR Tradicional |     |     |     |

Dos deputados federais e estaduais eleitos pela UDN nas eleições de 1962, 13 ao total, percebemos a preeminência de políticos do Paraná Tradicional (9 de 13) em relação aos representantes do Norte do estado (4 de 13). Outro dado interessante é o fato de 7 dos 13 deputados terem nascido fora do estado do Paraná. Essas informações nos remetem às mudanças demográficas presenciadas pelo Paraná na década de 1960 e a inserção gradual dos políticos do Norte no partido e na política paranaense. Dos 4 deputados do Norte, 3 eram cafeicultores. Dos 9 deputados pertencentes ao Paraná Tradicional, pelo menos 6 deles (Newton Carneiro, Mario Braga Ramos, Jorge Khury, João Vargas de Oliveira, Rubens Requião e Horácio Vargas) possuíam capitais familiares ora herdados, ora transmitidos, revelando que a organização política da UDN do Paraná Tradicional é familiar. Nota-se que a UDN no Paraná tem fortes laços com as antigas oligarquias e famílias tradicionais, como mostram as suas informações biográficas. Integração com a classe dominante, pertencimento aos altos postos do poder político e econômico com ligações familiares, como são os casos de Adolpho de Oliveira Franco, Rubens Requião, Newton Carneiro, entre outros, marcam o perfil dos udenistas. A UDN também estava se integrando no Norte, na formação da nova classe dominante cafeeira, mas essa nova elite ainda não era organizada em laços familiares, pois a mesma ainda estava se integrando.

#### 4.2.2 O Partido Republicano: Seção Paraná

O Partido Republicano no Paraná tem como seu principal expoente Bento Munhoz da Rocha Netto, um dos fundadores da seção regional, disputando as eleições

de 1947 com Moysés Lupion, saindo derrotado. Porém, Munhoz da Rocha venceu as eleições de 1950, tornando-se governador a partir de 1951. Foi também Ministro da Agricultura no governo Café Filho e deputado federal. Trata-se de um partido que reuniu parcelas significativas das oligarquias do Paraná Tradicional (Curitiba, Litoral e Campos Gerais) predominantes no período pré-1930. Com as transformações demográficas e econômicas do estado, esse partido se esforçou para formar seus quadros políticos também no Norte do estado, a partir de 1947. Segundo Pieruccini (1995, p.102), isso foi motivado por: (a) o crescimento da população Norte, e consequentemente do eleitorado, fez com que o PR se voltasse aos possíveis novos redutos eleitorais; (b) a crescente influência do PSD nos redutos tradicionalmente republicanos na região Centro-Sul do estado, predominantemente agrária, o que gerou o enfraquecimento do PR na região. O direcionamento do Partido Republicano ao Norte do estado fez da região Norte o seu principal reduto eleitoral.

Esse grupo do PR do Norte foi organizado pelos irmãos Josino<sup>42</sup> e João Alves da Rocha Loures, dos deputados estaduais Vespertino Ferreira Pimpão e Nilson Baptista Ribas e outros nomes que ocuparam as prefeituras e cargos nomeados em cidades como Sertanópolis, Londrina, São Jerônimo da Serra, Cornélio Procópio, Apucarana, Astorga, entre outras (PIERUCCINI, 1995, p.130). Outros nomes ascendentes no partido eram Ruy Costa da Rocha Loures e Renato Loures Bueno, além de Amaury de Oliveira e Silva, todos membros do departamento estudantil do Partido Republicano (PIERUCCINI, 1995, p.130). Desse grupo da região Norte, observa-se a ascensão dos políticos republicanos nas suas carreiras. Além dos já citados deputados estaduais Ferreira Pimpão e Baptista Ribas, Renato Loures Bueno também se tornou deputado estadual e federal e seu cunhado, Amaury de Oliveira e Silva, deputado estadual, senador e Ministro do Trabalho. Todos esses nomes provenientes do Paraná Tradicional são de famílias tradicionais dominantes na política paranaense de longa data, ou fazendo parte da mesma por nascença ou casamento<sup>43</sup>.

Dos nomes citados, Nilson Baptista Ribas<sup>44</sup>, por exemplo, sintetiza essa tendência de desenvolvimento do Partido Republicano no Norte do estado. Atraído pela próspera região e pelas possibilidades políticas que ela oferecia, Nilson Ribas fez parte

---

<sup>42</sup> Deputado Federal (1954-1958) pelo PR (IPARDES, 1987)

<sup>43</sup> É possível verificar a presença dessas famílias nas obras de Ricardo Costa de Oliveira (2000) e Francisco Negrão.

<sup>44</sup> Túlio Vargas (1985) escreveu um livro sobre os aspectos biográficos e genealógicos de Nilson Baptista Ribas

desse grupo que se fixou no Norte, juntamente com bacharéis, médicos, funcionários públicos e engenheiros, saídos do Paraná Tradicional (VARGAS, 1985, p.29).

Já a seção regional do partido era presidida pelo tio de Bento Munhoz da Rocha Netto, Marins Alves de Camargo, ex-presidente do Partido Republicano no período anterior à Revolução de 1930 (KUNHAVALIK, 2004b, p.216). O Partido Republicano também se organizava no Paraná Tradicional e o governo Munhoz da Rocha impulsionou isso, pois alguns de seus membros fizeram parte das suas secretarias<sup>45</sup>.

Apoiando o candidato Mário de Barros (PTB) ao governo do estado nas eleições de 1955, principalmente pelos vínculos de parentesco que este possuía com vários nomes do Partido Republicano, a legenda foi derrotada por Moysés Lupion, do PSD.

O grupo do Norte, liderado por Josino Alves da Rocha Loures, dialoga com o governador eleito. Josino Alves também foi Secretário do Trabalho de seu governo. Devido aos cargos que Lupion oferece ao PR, o partido resolve apoiar, em convenção, o nome de Plínio Franco Ferreira da Costa, do PSD, ao governo do estado em 1960, mesmo contrariando Bento Munhoz e seu grupo dentro do PR, que se posicionavam contra Moysés Lupion (KUNHAVALIK, 2004a, p.270-271). O Partido Republicano sofreu um refluxo a partir dessa época, provocada pela debandada de muitos de seus quadros para o PTB, como os deputados estaduais Amaury de Oliveira e Silva, Chafic Cury e Silvino Lopes de Oliveira (NEVES, 2002, p.150), juntamente com Renato Loures Bueno e Nilson Batista Ribas, que mais tarde dirigiram-se para o PDC. O refluxo do desempenho eleitoral do Partido Republicano pode ser conferido na tabela a seguir:

TABELA 2- DESEMPENHO ELEITORAL PR PARANÁ (1945-1962)

| PR                           | 1945 | 1947 | 1950 | 1954 | 1958 | 1962 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Nº<br>Deputados<br>Federais  | 0/9  | -    | 1/9  | 2/14 | 1/14 | 0/24 |
| Nº<br>Deputados<br>Estaduais | -    | 4/37 | 6/45 | 7/45 | 4/45 | 1/45 |

<sup>45</sup> Felizardo Gomes da Costa ocupou a Secretaria da Fazenda e também a pasta de Viação e Obras Públicas. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck ocupou a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. João Xavier Viana e Lauro Gentio Portugal Tavares ocuparam a Secretaria da Educação. José Luiz Guerra Rêgo foi nomeado Prefeito de Curitiba por Munhoz da Rocha. (KUNHAVALIK, 2004a, p.186-187).

|                 |     |     |     |     |     |     |
|-----------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Nº de Senadores | 0/1 | 0/1 | 0/1 | 0/2 | 0/1 | 0/2 |
|-----------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|

Tabela: Elaboração da autora. Fonte: IPARDES, 1987

Percebemos o declínio do desempenho eleitoral do PR efetivo a partir das eleições de 1958, com a saída de alguns de seus líderes. O Partido Republicano organizou-se satisfatoriamente nos primeiros anos, mas declinou político e eleitoralmente a partir da metade dos anos 1950. Seu estilo político não se adequa às transformações recentes do Paraná, mesmo apresentando tentativas de modernização de suas bases, e vê seus membros debandarem para partidos políticos identificados com o reformismo. O próprio Bento Munhoz da Rocha Netto sempre se identificou com o estilo político da UDN, permanecendo do PR apenas pela tradição familiar de longa data (KUNHAVALIK, 2004a). Esse declínio se adequa às teses de Campello de Souza (1983) e Gláucio Soares (2001), quando ambos apontam a tendência de declínio dos partidos conservadores no campo de lutas políticas no decorrer do período 1945-1964. Isso pode ser verificado no caso do PR. Excetuando-se a ocasião em que foi governo, com Bento Munhoz da Rocha Netto, seu desempenho geral o faz um partido fraco frente aos demais.

#### 4.2.3 O Partido Social-Democrático: Seção Paraná

O primeiro partido a se organizar de modo efetivo no Paraná foi o PSD. Com grande vigor eleitoral desde o seu princípio, principalmente devido à herança da máquina montada pelo ex-interventor Federal no Paraná durante o Estado Novo, Manoel Ribas, o PSD beneficiou-se em tal contexto elegendo Moysés Lupion para o cargo de governador do estado em 1947.

Lupion governa o Paraná com o seu grupo político em conexão com os seus capitais econômicos e familiares (SALLES, 2004, p.102), tendo em vista que nesse momento era um dos empresários mais ricos do país. Em 1947, o PSD conquista as prefeituras de Guarapuava, com Juvenal Machado e Paranaguá, com João Eugênio Comines. Em 1950, conquista novamente a prefeitura de Paranaguá, com Roque Vernalha. Em 1954 vence em importantes cidades como Londrina, com Antônio Fernandes Sobrinho, Foz do Iguaçu, com Dirceu Lopes, Guarapuava, com Joaquim Prestes, e Cascavel, nas eleições de 1956, com Helberto Schwarz. Também conquista a

prefeitura de Maringá nas eleições de 1960, com João Paulino Vieira Filho. Nas eleições posteriores não consegue a prefeitura de nenhuma cidade importante<sup>46</sup>. O PSD elege os senadores Flávio Guimarães, nas eleições de 1945 e Moysés Lupion e Alo Ticoulat Guimarães nas eleições de 1954. Após essas eleições, não elege mais nenhum senador. O predomínio eleitoral do PSD no período pós-Estado Novo é evidente, declinando ao longo do período 1945-1964, como pode ser observado na tabela a seguir:

TABELA 3- DESEMPENHO ELEITORAL PSD PARANÁ (1945-1962)

| PSD                    | 1945 | 1947  | 1950  | 1954  | 1958  | 1962 |
|------------------------|------|-------|-------|-------|-------|------|
| Nº Deputados Federais  | 6/9  | -     | 3/9   | 4/14  | 4/14  | 6/24 |
| Nº Deputados Estaduais | -    | 16/37 | 16/45 | 11/45 | 17/45 | 7/45 |
| Nº de Senadores        | 1/1  | 0/1   | 0/1   | 2/2   | 0/1   | 0/2  |

Tabela: Elaboração da autora. Fonte: IPARDES, 1987

Nas eleições de 1945, o PSD detém 2/3 das vagas para deputado federal, ou aproximadamente 65%. Esse número declina nas eleições de 1950, 1954, 1958 e 1962, obtendo ¼ das cadeiras, ou 25%. No que se refere ao número de deputados estaduais, o PSD ocupa 16 das 37 cadeiras, com a proporção aproximada de 43%. Esse número declina para 7 das 45 cadeiras, ou aproximadamente 15%. O PSD perdeu espaço para os seus adversários na disputa para o legislativo estadual entre as eleições de 1958 e 1962, declinando de 17 para 7 deputados. Esses dados eleitorais também corroboram com a tese de declínio dos partidos conservadores defendido por Souza (1983) e Soares (2001), com o evidente declínio do PSD visível nas eleições entre 1945 e 1964.

O perfil dos eleitos do PSD nas eleições de 1962 é demonstrado no quadro a seguir:

**QUADRO 2: DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- PSD- LEGISLATURA 1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES<sup>47</sup>**

<sup>46</sup> Dados do Tribunal Regional do Paraná.

<sup>47</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.



| PSD                | UF-NASC. | FORMAÇÃO          | PROFISSÃO                        | REDUTO ELEITORAL | HERDOU CAPITAIS POLÍTICOS | TRANSMITIU CAPITAIS POLÍTICOS | FAMÍLIA HISTÓRICA |
|--------------------|----------|-------------------|----------------------------------|------------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Plínio F. da Costa | RS       | Engenharia Civil. | Engenheiro Civil.                | PR Tradicional   | Sim                       |                               |                   |
| João B. Ribeiro Jr | PR       | Médico            | Médico e Cafeicultor             | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| João Simões        | PR       | Contabilidade     | Contador e Cafeicultor           | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Rafael F. Rezende  | SC       | Agronomia         | Agrônomo e Cafeicultor           | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Paulo P. Montans   | SP       | Agronomia         | Agrônomo e Cafeicultor           | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Lyrio Bertoli      | MG       | Direito           | Advogado                         | Sudoeste         |                           |                               |                   |
| João de M. Leão    | RJ       | Direito           | Industrial                       | PR Tradicional   | Sim                       | Sim                           | Sim               |
| Emílio Carazzai    | PR       | Medicina          | Médico e dono de hospital        | Norte Cafeeiro   | Sim                       | Sim                           |                   |
| Egon Pudell        | SP       | Comércio          | Industrial e dono de Frigorífico | Sudoeste         |                           |                               |                   |
| José V. Carvalho   | PR       | Medicina          | Médico                           | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Ernesto Moro       | PR       |                   | Industrial                       | PR Tradicional   |                           |                               |                   |
| Dino Veiga         | PR       | Secundário        | Oficial de Farmácia              | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Leovegildo Salles  | BA       |                   | Agricultor e comerciante         | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |

Somados os números de deputados federais e estaduais, o PSD elegeu 13 deputados. Dos 13 deputados, apenas 3 eram do Paraná Tradicional, o que explica a falta de ligação com a classe dominante tradicional e suas famílias estabelecidas no poder local há séculos. Por outro lado, 8 dos 13 deputados representavam o Norte Cafeeiro. O PSD era, portanto, um partido fortemente integrado a região mais dinâmica da economia paranaense, com agentes políticos que estavam se integrando aos poucos no jogo político, defendendo os seus interesses de classe, visto que dos 8 deputados representantes do Norte, 5 eram fazendeiros de café, dados que podem ser conferidos nos anexos.

O PSD perdia membros e espaço político para os outros partidos, e os políticos que continuavam no partido eram do Norte do Estado, ainda não totalmente integrados à classe dominante com conexões familiares. Dos três políticos do Paraná Tradicional, dois estavam organicamente ligados à classe dominante tradicional e histórica (OLIVEIRA, 2000).

#### 4.2.4 O Partido Trabalhista Brasileiro: Seção Paraná

O PTB no Paraná surgiu juntamente com o PSD, tendo forte influência de Moysés Lupion e do ex-interventor Manoel Ribas. O PTB apoiou Lupion nas eleições

de 1947, fazendo parte de sua base de apoio no início de seu governo, rompendo com o mesmo a partir do momento em que percebe que apenas o grupo ligado a Lupion detém poder dentro do governo, com cargos e secretarias. O PTB nacional também rompe com o governo Dutra, do PSD, a nível nacional. A partir desse rompimento com Lupion, o PTB passa a atuar totalmente dissociado do lupionismo e seu grupo político, fazendo oposição aos seus governos.

No início da sua organização partidária, a seção regional do PTB era incipiente. Ela melhora com o passar das eleições. Nas eleições municipais de 1947, o PTB não obtém nenhuma prefeitura, quadro que se modifica já nas eleições municipais de 1951, em grande parte devido à popularidade de Vargas no Paraná<sup>48</sup>, obtendo a prefeitura de Ponta Grossa, com Petrônio Fernal, São José dos Pinhais, com João Nestor, e também nas eleições de 1952, obtendo as prefeituras de Cascavel, com José Formighieri, e Maringá, com Inocêncio Vilanova. Nas eleições de 1955, obtém a prefeitura Ponta Grossa com José Hoffman, alcançando êxito nas eleições municipais de 1958, 1959 e 1960, com as prefeituras de Curitiba, com Iberê de Mattos, Foz do Iguaçu, com Emílio Henrique Gomes, São José dos Pinhais, com Flávio Zetoes, Guarapuava, com Moacyr Júlio Silvestre e Cascavel, com Octacílio Mion. Nas eleições de 1963/1964, conquista as prefeituras de Cascavel, com Odilon Damasco Reinhardt e Paranaguá, com Brazílio Abud (TRE- PR).

As eleições legislativas foram caracterizadas pelo êxito crescente do PTB, como podem ser verificadas na tabela a seguir:

TABELA 4- DESEMPENHO ELEITORAL PTB PARANÁ (1945-1962)

| PTB                    | 1945 | 1947 | 1950  | 1954  | 1958  | 1962  |
|------------------------|------|------|-------|-------|-------|-------|
| Nº Deputados Federais  | 1/9  | -    | 3/9   | 4/14  | 6/14  | 9/24  |
| Nº Deputados Estaduais | -    | 6/37 | 12/45 | 11/45 | 13/45 | 12/45 |
| Nº de Senadores        | 0/1  | 0/1  | 0/1   | 0/2   | 1/1   | 1/2   |

Tabela: Elaboração da autora. Fonte: IPARDES, 1987

<sup>48</sup> Vargas obtém 61% dos votos para presidente no Paraná, nas eleições de 1950. (IPARDES, 1987).

Nas eleições para deputados federais, o PTB cresce em número de representantes, inicialmente 1 de 9 cadeiras totais nas eleições de 1945 (ou proporcionalmente, aproximadamente 11%, para 9 das 24 cadeiras nas eleições de 1962 (ou a proporção aproximada de 37%). O mesmo ocorre nas eleições para o legislativo estadual, inicialmente ocupando 6 das 37 vagas nas eleições de 1947 (ou aproximadamente 16%) para a média 12 de 45 nas eleições posteriores (ou a proporção de 26%). O PTB também obtém o senado nas eleições de 1958, com Souza Naves, e em 1962, com Amaury de Oliveira e Silva.

A conquista da prefeitura de Curitiba em 1958, por Iberê de Mattos, foi um feito muito significativo para o PTB local, pois derrotou-se o candidato de Ney Braga, então prefeito da capital, prestigiado por sua administração nacional e localmente. Iberê obteve 32.313 votos (TRE-PR), derrotando Felipe Aristides Simão (PDC-PL), que obteve 26.691 votos (TRE-PR). Essa gestão na Prefeitura de Curitiba caracterizou-se pela inovação no estilo de conduzir a capital. Segundo Mauro Rehbein (2008, p. 78), a plataforma eleitoral de Mattos para a prefeitura incluía propostas inovadoras para Curitiba, defendendo a administração participativa, a reestruturação dos serviços públicos municipais (projeto para um Banco da Prefeitura, para financiar obras, construção de hospitais e escolas, com atenção especial a alfabetização de adultos, atenção aos esportes e estádios e políticas de transporte público que congregariam trens de subúrbio e circulação de ônibus nos bairros). O próprio Iberê de Mattos, em entrevista a Revista Panorama (1981, p.15), declarou que seu mandato caracterizou-se pelo atendimento dos bairros e das vilas, pela inicialização da construção da nova sede da Prefeitura e pela defesa da Campanha da Legalidade em Curitiba, no ano de 1961, em prol da posse de João Goulart na Presidência da República. Para Léo de Almeida Neves (2002, p.188), a gestão de Iberê de Mattos na prefeitura de Curitiba deu atenção para a periferia, preocupando-se também com a questão ecológica, voltada para a criação de parques.

Tal sucesso eleitoral do PTB no Paraná corrobora com a tese de crescimento dos partidos reformistas no período de 1945-1964, indicados por Soares (2001) e Souza (1983). Esse sucesso eleitoral explica-se também pelo avanço organizacional com o passar dos anos. Na seção sobre o PTB nacional, avistamos a consolidação de João Goulart e de seu grupo dentro da Executiva Nacional do PTB, a partir da sua presidência partidária em 1952 e o seu destaque como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, consagrando-o como continuador da obra trabalhista de seu patrono. Abilon de

Souza Naves pertencia à ala janguista e majoritária do PTB, pois era o vice-presidente nacional do partido nessa época, e era um político de confiança de Vargas e João Goulart<sup>49</sup>. Como o PTB possuía como característica a centralização, Jango colocava a seu redor pessoas de confiança em diretórios que não promoveria dissidências e conflitos. O Paraná era um desses diretórios<sup>50</sup>, pois justamente devido a ação aglutinadora de Souza Naves a partir de 1947, apresentava relativa estabilidade em relação às suas divergências internas.

O PTB também conquistou o Senado nas eleições de 1958. Ailton de Souza Naves foi o seu ocupante<sup>51</sup>. Esse político não apenas tinha sucesso na organização burocrática do partido, local e nacionalmente, como também conquistava popularmente o eleitorado paranaense, no contexto de transformações demográficas e econômicas. Souza Naves alcançou esse sucesso em grande parte devido à diretoria da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, nomeado por Juscelino Kubitschek. Segundo a revista Panorama (1986, p.39), Souza Naves “salvou” a cafeicultura paranaense nesse período executando o plano de financiamento do café geado, elaborado pelos petebistas Nelson Maculan, Wilson Chedid e Fernando Gama e Souza. Com esse cargo, trouxe obras e verbas federais para o Paraná, que proporcionaram a criação de vários postos do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), a construção do edifício do IPASE, do edifício-sede do Banco do Brasil, na Praça Tiradentes, a inauguração de agências dos institutos previdenciários do interior do Paraná, além do financiamento de indústrias e culturas agrícolas até então não incluídas na tabela do Banco do Brasil (PANORAMA, 1986, p.39).

Em resumo, as eleições de 1958 consagraram eleitoralmente o PTB. Alguns fatores ajudam a explicar tal êxito: o PTB era o mais combativo partido de oposição ao segundo governo de Lupion, que nesse momento, apresentava baixa popularidade. Os

---

<sup>49</sup> No período em que ocupou a vice-presidência nacional do PTB, Souza Naves foi um dos principais responsáveis pela articulação da chapa PSD-PTB para a presidência e vice-presidência da república em 1955, respectivamente. Segundo Léo de Almeida Neves (2002, p. 143), João Goulart, afastou-se da presidência nacional do PTB após sua demissão do cargo de Ministro do Trabalho no governo Vargas. Deprimido por conta de sua derrota na disputa da vaga ao Senado nas eleições de 1954, viajou ao Uruguai, afastando-se temporariamente da política partidária. Souza Naves assumiu interinamente a presidência do PTB e negociou a aliança nacional com o PSD, lançando Juscelino Kubitschek para presidente e João Goulart, vice-presidente, chapa vitoriosa nas eleições de 1955.

<sup>50</sup> João Goulart participava das decisões do PTB paranaense enquanto Presidente do Partido em diversas ocasiões. Isso se repetiu no período em que ocupou a presidência da república.

<sup>51</sup> O resultado das eleições para o senado em 1958 se definem nos seguintes dados: 29,5% para José Munhoz de Mello (PSD), 10% para Francisco de Paula Soares Neto (UDN) e 46,5% para Souza Naves (IPARDES, 1989, p.33), mais do que a soma dos seus adversários.

trabalhistas também eram prestigiados nas três principais regiões paranaenses. Na região Norte, os cafeicultores beneficiaram-se com as políticas de Crédito Agrícola (que salvaram a economia cafeeira quando essa se prejudicava com as geadas) implementadas por Souza Naves (então diretor da CREA do Banco do Brasil). Na região Sudoeste, onde o PTB sempre contou com bons resultados eleitorais<sup>52</sup>, devido à colonização gaúcha já acostumadas com o trabalhismo de Vargas, e também à atuação de lideranças do PTB ao lado dos Posseiros e pequenos proprietários da Revolta do Sudoeste de 1957. Na região do Paraná Tradicional, o PTB era influente nos sindicatos e nas organizações trabalhistas. Somado a todos esses fatores, a influência do vice-presidente do PTB nacional, Souza Naves no Ministério do Trabalho e Previdência Social (ocupado pelo PTB durante praticamente toda a década de 50) proporcionou ao Paraná a inauguração de vários postos ministeriais responsáveis pela assistência aos trabalhadores sindicalizados (serviço médico, odontológico, educacional, etc).

O PTB soube se adequar às transformações demográficas e sociais presenciadas pelo Paraná no período, aproveitando as oportunidades conquistadas através do PTB nacional e a presidência da república. Nas eleições de 1962, o PTB elege 21 deputados federais e estaduais, cujos perfis podem ser observados na tabela a seguir:

**QUADRO 3: DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- PTB- LEGISLATURA 1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES<sup>53</sup>**

| PTB               | UF-NASC. | FORMAÇÃO              | PROFISSÃO                   | REDUTO ELEITORAL       | HERDOU CAPITAIS POLÍTICOS | TRANSMITIU CAPITAIS POLÍTICOS | FAMÍLIA HISTÓRICA |
|-------------------|----------|-----------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Kalil Maia Neto   | SP       | Engenharia Industrial | Engenheiro Industrial       | PR Tradicional         |                           |                               |                   |
| Renato Celidônio  | SP       | Agronomia             | Cafeicultor                 | Norte Cafeeiro         |                           | Sim                           |                   |
| Miguel Buffara    | SP       | Direito               | Advogado e Comerciante      | Norte Cafeeiro         |                           |                               |                   |
| Antônio Baby      | PR       | Primário              | Telegrafista                | PR Tradicional/ Centro |                           |                               |                   |
| Fernando e Souza  | RJ       | Direito               | Advogado e Bancário         | PR Tradicional         |                           |                               |                   |
| Wilson Chedid     | PR       | Direito               | Advogado e Bancário         | PR Tradicional         |                           |                               |                   |
| Antônio Annibelli | SP       | Direito               | Advogado e Promotor Público | Sudoeste               | Sim                       | Sim                           | Sim               |
| Petrônio Fernal   | MG       | Direito               | Advogado e Empresário       | PR Tradicional         |                           |                               |                   |
| Elias Nacle       | SP       | Direito               | Delegado e Comerciante      | PR Tradicional         |                           |                               |                   |

<sup>52</sup> Foi a única região em que o petebista Mário de Barros ganhou nas eleições de 1955 (IPARDES, 1989).

<sup>53</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

|                  |     |               |                                   |                 |     |     |     |
|------------------|-----|---------------|-----------------------------------|-----------------|-----|-----|-----|
| Moacyr Silvestri | RS  | Contabilidade | Contador e Industrial             | Sudoeste/Centro |     | Sim |     |
| Luiz Dalcanalle  | PR  | Direito       | Banqueiro                         | PR Tradicional  | Sim |     | Sim |
| Jorge Nassar     | PR  | Secundário    | Proprietário de Rádio             | PR Tradicional  |     |     |     |
| Silvino Oliveira | PR  | Secundário    | Funcionário Público               | Norte Cafeeiro  |     |     |     |
| Miguel Dinizo    | SP  | Medicina      | Médico e Proprietário de Hospital | Norte Cafeeiro  |     |     |     |
| Marino Pereira   | SP  | Medicina      | Médico                            | Norte Cafeeiro  |     |     |     |
| Joaquim Neia     | PR  | Direito       | Advogado                          | Norte Cafeeiro  |     |     |     |
| Miran Pirih      | IUG | Direito       | Cafeicultor                       | Norte Cafeeiro  |     |     |     |
| Leon Barcellos   | SP  | Direito       | Procurador do IAP                 | PR Tradicional  | Sim |     |     |
| Walter Pécoits   | RS  | Medicina      | Médico e Proprietário de Hospital | Sudoeste        |     |     |     |
| Eurico B. Rosas  | PR  | Engenharia    | Engenheiro e Professor            | PR Tradicional  | Sim | Sim |     |
| Piratan Araújo   | PR  | Contabilidade | Contador                          | Sudoeste/Centro |     |     |     |

Dos 21 deputados vistos, 13 eram provenientes de outros estados (ou país, no caso de Miran Pirih) e 8 eram paranaenses. Tais deputados representavam diferentes regiões do estado (9 do Paraná Tradicional, 7 do Norte Cafeeiro e 5 do Sudoeste e do Centro) de maneira relativamente equilibrada. Tal composição é reflexo das mudanças demográficas e econômicas que o Paraná experimentava na década de 1960 e anteriores a ela.

Verifica-se também a conexão entre poder político e redes de parentesco. Dos 21 deputados, 4 herdaram capitais políticos pela família a que pertenciam. Luís Dalcanalle e Eurico Batistas Rosas pertenciam a famílias estabelecidas no Paraná política e economicamente. Já Antônio Annibelli e Leon Barcellos, paulistas, herdaram capitais político familiares pelo casamento (no caso do primeiro) e pela máquina do PTB no Paraná (no caso de Barcellos, sobrinho de Souza Naves). Destes 21 deputados, 4 transmitiram capitais políticos para parentes seus. Comparado a outros partidos políticos, o PTB é um partido que não concentra em seus quadros agentes políticos dotados de capitais familiares que incrementam suas relações políticas. O PTB é um partido que concentrava em seus quadros agentes que acumulariam capitais políticos e familiares, tornando-se classe dominante processualmente. Esse processo, no entanto, foi interrompido e prejudicado pelo golpe de 1964. As consequências desse evento para os seus agentes serão analisadas nos capítulos posteriores.

#### 4.2.5 O Partido Democrata Cristão: Seção Paraná

O PDC no Paraná era um partido fraco e incipiente até a chegada de Ney Braga em suas fileiras. Nacionalmente fraco, essa situação começa a mudar com Carvalho Pinto governador de São Paulo nas eleições de 1958. Foi nessa época que Ney Braga mudou-se para o PDC, afastando definitivamente a sua imagem política em relação a Bento Munhoz da Rocha. Católico, Ney Braga monta no PDC do Paraná o seu bloco político, trazendo consigo diversas lideranças ligadas ao seu governos e sua rede política.

A tabela a seguir demonstra o crescimento do PDC entre 1958 e 1962, especialmente no que se refere ao número de deputados estaduais.

TABELA 5- DESEMPENHO ELEITORAL PDC PARANÁ (1945-1962)

| PDC                    | 1945 | 1947 | 1950 | 1954 | 1958 | 1962  |
|------------------------|------|------|------|------|------|-------|
| Nº Deputados Federais  | 0/9  | -    | 0/9  | 0/14 | 0/14 | 4/24  |
| Nº Deputados Estaduais | -    | 0/37 | 0/45 | 1/45 | 3/45 | 12/45 |
| Nº de Senadores        | 0/1  | 0/1  | 0/1  | 0/2  | 0/1  | 0/2   |

Tabela: Elaboração da autora. Fonte: IPARDES, 1987

A seção local do PDC só consegue esses resultados graças à ação aglutinadora de Ney Braga no partido e sua capacidade de ter em torno de si pessoas identificadas com seus projetos e ambições políticas. Na seção sobre o PDC nacional, mencionamos o crescimento da ala reformista do PDC, composta majoritariamente de democratas-cristãos paulistas. Eles se identificavam com os projetos de reformas agrária, fiscal, urbana, educacional, eleitoral, propondo teses nacionalistas, integrando grupos como a Frente de Mobilização Popular e a Ação Popular. Esse reformismo do grupo jovem era inclusive avalizado por Ney Braga, que tornou-se presidente nacional do PDC dialogando com esses setores reformistas, partidários da “Terceira Via” (BUSERO, 2002). Percebe-se a atitude ambígua de Ney Braga com relação às reformas sociais. Ele sempre as defende, com a ressalva de serem realizadas dentro dos princípios “democratas e cristãos”, deixando imprecisa a sua real postura ante as reformas de base.

Suas declarações e ações diante das mesmas serão analisadas nos próximos capítulos, nos quais analisaremos as coberturas jornalísticas na conjuntura do golpe.

O quadro a seguir mostra o perfil dos deputados federais e estaduais eleitos pelo PSD nas eleições de 1962:

QUADRO 4: DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS- PDC- LEGISLATURA 1963-1966- PERFIL POLÍTICO E CAPITAIS FAMILIARES<sup>54</sup>

| PDC                 | UF-NASC. | FORMAÇÃO           | PROFISSÃO                          | REDUTO ELEITORAL | HERDOU CAPITAIS POLÍTICOS | TRANSMITIU CAPITAIS POLÍTICOS | FAMÍLIA HISTÓRICA |
|---------------------|----------|--------------------|------------------------------------|------------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------|
| José Richa          | RJ       | Odontologia        | Dentista                           | Norte Cafeeiro   |                           | Sim                           |                   |
| Francisco Accioly   | PR       | Direito            | Advogado e Professor Universitário | PR Tradicional   | Sim                       |                               | Sim               |
| Minoro Miyamoto     | SP       | Direito            | Advogado e Cafeicultor             | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Emílio H. Gomes     | PR       | Primário           | Telegrafista                       | PR Trad/Centro   | Sim                       |                               |                   |
| Antônio Ruppel      | PR       | Odontologia        | Comerciante e Dentista             | PR Tradicional   | Sim                       | Sim                           | Sim               |
| João Mansur         | PR       |                    | Diretor de Empresas                | PR Trad/Centro   |                           |                               |                   |
| Nilson B. Ribas     | PR       | Medicina           | Médico                             | Norte Cafeeiro   | Sim                       |                               | Sim               |
| João Braga Cortes   | PR       | Contabilidade      | Bancário e Funcionário Público     | PR Tradicional   | Sim                       | Sim                           | Sim               |
| Armando Moraes      | SP       | Direito            | Cafeicultor                        | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Iosio Ueno          | PR       | Direito e Economia | Advogado                           | Norte Cafeeiro   |                           |                               |                   |
| Benedito Dias       | SP       |                    | Cafeicultor e Comerciante          | Norte Cafeeiro   |                           | Sim                           |                   |
| Arnaldo Busato      | SP       | Medicina           | Médico                             | Sudoeste         | Sim                       |                               | Sim               |
| Túlio Vargas        | PR       | Direito            | Jornalista e Escritor              | PR Tradicional   | Sim                       |                               | Sim               |
| Agostinho Rodrigues | PR       | Secundário         | Veterano da 2ª Guerra              | PR Tradicional   |                           |                               |                   |
| Renato Bueno        | PR       | Medicina           | Médico e Cafeicultor               | Norte Cafeeiro   | Sim                       |                               | Sim               |
| José Afonso         | PR       | Secundário         | Comerciante e Pecuarista           | Norte Cafeeiro   |                           | Sim                           |                   |

Percebemos a conexão entre capitais políticos e familiares nos 16 deputados federais e estaduais eleitos pelo PDC nas eleições de 1962. Dos 16 deputados, 8 representavam o Norte Cafeeiro, 7 representavam o Paraná Tradicional e Arnaldo

<sup>54</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.



Busato representava o Sudoeste, o que indica um perfil de representação eleitoral diversificado. 11 dos 16 deputados possuem ligações políticas incrementadas pelo parentesco. Esses dados indicam que os agentes políticos do PDC eleitos em 1962 conseguiram se manter na política com apoio de suas redes de capitais familiares. O golpe de 1964, para esses agentes políticos, não foi tão prejudicial, quando comparado aos demais.

#### 4.2.6 O Partido Comunista do Brasil: Seção Paraná

O Partido Comunista do Brasil (PCB) surgiu no Paraná em meados da década de 1930, cujos membros fundadores eram ex-anarquistas, ferroviários e trabalhadores do Porto de Paranaguá (GONÇALVES, 2004, p.2). Na década seguinte, inseriram-se com mais decisão no movimento sindical. Com a redemocratização após o fim do Estado Novo, os comunistas paranaenses disputaram as eleições de 1945 e 1947, elegendo um deputado estadual, José Rodrigues Vieira Netto<sup>55</sup>. Durante o seu mandato, Vieira Netto destinava boa parte de seus rendimentos enquanto deputado para o Partido Comunista (HELM, 2013, p.81). O PCB também disputou eleições por outros partidos, obtendo várias cadeiras nas Câmaras Municipais do Paraná. Em Curitiba, nas eleições de 1947, os comunistas elegeram Maria Olímpia de Carneiro, pelo PST. Em Londrina, os comunistas elegeram, pelo PTB, os vereadores Manoel Jacinto Corrêa e Newton Leopoldo Câmara (GONÇALVES, 2004), (TRE PARANÁ).

O Partido Comunista, no Paraná, estava presente na fundação e direção de vários sindicatos urbanos, como o dos mecânicos em Londrina e Ponta Grossa, os sindicatos portuários, ferroviários, os sindicatos da construção civil, dos bancários, entre outros (GONÇALVES, 2004, p.33). Além da sua atuação nas lutas proletárias urbanas, o PCB participou decisivamente nos conflitos agrários do Paraná. O primeiro mais significativo desse contexto foi a Guerrilha de Porecatu, em 1950. As famílias de posseiros que trabalhavam nas terras do Norte do Paraná se viram ameaçadas a perderem suas terras graças às arbitrárias políticas de terras e distribuição de glebas realizadas pelas

---

<sup>55</sup> Advogado, Promotor Público em 1932, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Paraná entre 1959 e 1961, Professor de Direito da Universidade do Paraná de 1957 a 1964, ano em que foi aposentado compulsoriamente de seu cargo, além de sofrer outros constrangimentos da Justiça Militar como interrogatórios, prisões e apreensões. Retomou às atividades públicas após ser defendido por seus advogados René Ariel Dotti e Élio Narezi, foi eleito novamente presidente da seção paranaense da OAB em 1970 (HELM, 2013).

Companhias Colonizadoras sob o aval do então governador Moysés Lupion. Desde que os vereadores comunistas Manoel Jacinto Correia e Newton Câmara mostram-se interessados em apoiar a luta dos posseiros, o diretório municipal do PCB de Londrina e o Comitê do PCB do Paraná engajam-se com os posseiros na luta pela posse de terra (SILVA, 2006, p.66-67). Os posseiros simpatizavam com os comunistas, que levavam alimentos, remédios e dinheiro aos mesmos, juntamente com materiais políticos cujo conteúdo correspondia ao ideário de que a terra pertencia aos que nela trabalhavam (OIKAWA, 2011, p.97). A luta pela terra foi armada, e essa foi a primeira experiência que mais tarde ficou conhecida de “Liga Camponesa” (SILVA, 2006, p.19) de organização camponesa de luta política pela terra. A participação do Partido Comunista no conflito foi tão intensa que a região recebeu comunistas da direção nacional do partido, como Gregório Bezerra e João Saldanha (GONÇALVES, 2004, p.55).

Em 1957, durante o segundo mandato de Moysés Lupion, ocorreu a Revolta do Sudoeste, na qual os comunistas estiveram novamente presentes ao lado dos pequenos proprietários de terras contra as ações da CITLA, companhia colonizadora que queriam expulsar os colonos já estabelecidos em suas terras em prol de interesses econômicos de agentes com boas relações com o governo (GONÇALVES, 2004, p.56). Após esses conflitos, o que se registrou na história do PCB no Paraná foi a intensa participação na organização sindical rural no estado nos anos que antecederam ao golpe de 1964.

Esse capítulo objetivou analisar brevemente quais eram os partidos políticos existentes no período pré-1964, com suas características nacionais e a nível local. Nos capítulos posteriores, conferiremos qual era a postura das seções regionais da UDN, do PTB, do PDC do PSD e do PR diante dos movimentos populares, das reformas sociais e da conjuntura política através das coberturas jornalísticas sobre política. Também conferiremos qual foi o destino dos deputados federais e estaduais eleitos nas eleições de 1962 após o golpe de 1964, refletindo se os seus capitais políticos foram prejudicados ou não com o golpe de 1964.

Nos próximos capítulos, conferiremos as relações estabelecidas entre Ney Braga e o contexto sócio-político no qual ele estava inserido, bem como instigaremos as consequências do golpe de 1964 para o seu grupo político.

## 5 AS LUTAS POLÍTICAS NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NA CONJUNTURA QUE ANTECEDEU O GOLPE DE 1964

Neste capítulo, pretendemos analisar as lutas políticas no “campo político” paranaense na conjuntura anterior ao golpe de 1964, ou seja, no contexto democrático de disputas entre agentes e *subcampos* no interior do “campo político”. Na primeira seção, visualizaremos quais eram as duas principais forças políticas em disputa no Paraná no início da década de 1960 e seus candidatos ao governo do estado nas eleições de 1960, Ney Braga, do PDC, e Nelson Maculan, do PTB. Pretendemos analisar os capitais sociais, familiares, acadêmicos, econômicos, políticos e partidários dos mesmos, assinalando que a força dos capitais políticos mobilizados por Ney Braga foi decisiva para a sua vitória nessas eleições. Na segunda seção, destacaremos as ações do governo de Ney Braga em prol do “Projeto Paranaense de Desenvolvimento”, estabelecendo paralelos entre as suas ações e os espaços políticos frequentados por ele durante a sua trajetória. Tais instituições o moldaram, na medida em que o mesmo compartilhava com os demais agentes o *habitus* das mesmas, nas quais foi socializado, sob influência notória da Doutrina de Segurança Nacional no seu imaginário político e nas suas práticas governamentais. Tais paralelos também serão destacados na terceira seção, que trata do seu governo e a formação de uma “tecnocracia”, analisando a composição de seu secretariado e diretores de agências estatais, traçando um perfil de sua equipe.

Na quarta seção, nos deteremos na relação entre o governo Ney Braga e o governo de João Goulart, seus posicionamentos quanto à sua posse, ao presidencialismo e às reformas de base propostas pelo seu governo. Na quinta seção, discutiremos sobre o bloco de apoio às políticas reformista do governo federal no Paraná, formado majoritariamente por políticos do PTB, destacando a presença de petebistas paranaenses em cargos estratégicos no governo Goulart. Na sexta seção, destacaremos as ideias contrárias ao reformismo de João Goulart no “campo político” paranaense, tais oposições na maioria das vezes eram associadas às posições anticomunistas dos agentes e subcampos políticos existentes no período em questão.

### 5.1 AS DIVISÕES NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE NAS ELEIÇÕES DE 1960

No contexto de apogeu da economia cafeeira no Paraná e integração de novas frações de classe dominante na arena política, ocorreram as eleições de 1960 no Paraná. Ao mesmo tempo em que se integravam essas forças sociais, as antigas classes dominantes estabeleciam estratégias de manutenção de seus poderes político e econômicos no estado. Até porque o café era um produto de rentabilidade muito instável, embora fosse um produto de suma importância para a economia brasileira e paranaense. Conforme indica Paul Singer:

“O café representava, em 1964 e nos anos precedentes, cerca de 70% ou 80% de toda a receita de exportação. Quando o preço do café caía, o Brasil entrava em crise; quando o preço do café subia, havia euforia não apenas no setor cafeeiro, mas, através da expropriação cambial, também no setor industrial” (SINGER, 2014, p.22)

O café dava sérios sinais de esgotamento a partir do início da década de 1960, pois a extensão de área plantada no território nacional levou a um excesso de oferta do café, o que gerou tendências de baixas dos seus preços. Somando-se a isso, a política de Juscelino Kubitschek de confisco de parte dos lucros do café exportado obtidos pelos cafeicultores e as sucessivas geadas contribuíram para o seu declínio (OLIVEIRA, 2002, p.35).

O “campo político” no Paraná se dividia entre duas forças políticas nas eleições de 1960: o PTB e o PDC, os dois partidos que mais cresciam no Paraná, não por acaso, partidos reformistas, corroborando com a tese de Gláucio Soares (2001) e Campello de Souza (1983). Tais subcampos disputavam entre si a hegemonia política no Paraná e também estabeleciam lutas no interior deles mesmos, entre facções e divisões regionais. De um lado, Ney Aminthas de Barros Braga, do PDC. Seus capitais para a sua ascendente trajetória política começam primeiramente pela decisiva presença do capital familiar e econômico, sendo membro de uma tradicional família lapeana, estabelecida nos círculos dominantes do Paraná desde o século XIX (OLIVEIRA, 2000, p.386) e ex-genro do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Suas conexões familiares o ligavam organicamente ao Paraná Tradicional, somado ao fato de ter como alavanca política a sua gestão a frente da Prefeitura de Curitiba. Ney Braga nasceu na Lapa, em 25 de julho de 1917. Pelo lado materno, descendia da família de Pedro Costa Barros, ex-presidente do estado do Ceará. Seu avô era Promotor Público e juiz municipal no Rio Grande do Norte, transferindo-se para Lapa, no Paraná, exercendo a advocacia. Pelo

lado paterno, tinha os avós Manoel Antônio da Cunha Braga, e Maria Victória Lacerda Braga, ambos pertencentes a tradicional classe dominante lapeana (KUNHAVALIK, 2004b, p.236-237). Ney Braga obteve formação militar fora do estado, voltando para o Paraná, para se casar com a filha de Caetano Munhoz da Rocha, Maria José Munhoz da Rocha e passou a morar no Rio Grande do Sul, voltando para o Paraná em 1940 (BRAGA, 1996, p.36). Seus capitais políticos e familiares iniciais foram aprimorados com o seu matrimônio, tendo como seu cunhado Bento Munhoz da Rocha Netto, que ganhou as eleições de 1950 para o governo do estado. Ney Braga e a Bento Munhoz da Rocha tinham uma importante característica comum: o pertencimento à religião católica, influente para a formação de seus pensamentos políticos.

Quanto aos capitais acadêmicos de Ney Braga, o mesmo cursou a educação secundária no Ginásio Paranaense, em Curitiba, através de uma bolsa obtida através de Caetano Munhoz da Rocha, ex-presidente do estado do Paraná, cunhado do pai de Ney Braga (BRAGA, 1996, p.25). Como já mencionado, Braga optou pela carreira militar, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1935, lutando contra o levante comunista desse mesmo ano (BRAGA, 1996, p.28). O anticomunismo na formação de Ney Braga foi intensificado neste episódio. Como militar de carreira, Ney Braga cursou a Escola do Estado Maior a partir de 1944, sendo aluno de Castelo Branco, tendo contato com a Doutrina de Segurança Nacional, em voga no Exército no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e aproximação com os valores norte-americanos de luta contra a “comunização” e “subversão”, além dos debates da época sobre o capital estrangeiro e o papel do exército na política nacional. A formação recebida por Ney Braga no exército influenciou de alguma maneira nas práticas de seu governo e no seu pensamento político, como veremos adiante. Conforme indica Pierre Bourdieu, agentes dotados de um mesmo *habitus* (neste caso, político e militar), tendem a reproduzir práticas e representações frutos do próprio *habitus*. A vinculação entre as práticas e representações do seu governo, bem como a participação na conspiração que derrubou o governo Goulart, tem a ver com a instituição militar que pertencia e foi socializado, vinculando-se aos mesmos setores do Exército que lideraram o golpe no primeiro momento, tendo grande afinidade com Castelo Branco, líder militar, político e intelectual das Forças Armadas.

Casou-se pela segunda vez com Nice Maria Braga. Participou da campanha de seu ex-cunhado, Bento Munhoz para as eleições de 1950 e foi nomeado pelo o mesmo chefe de polícia. Esse cargo foi decisivo para alcançar notoriedade suficiente para

concorrer a prefeitura de Curitiba, em 1954, pela chapa PSP- PR, ganhando de nomes como Wallace de Mello e Silva (PST), Alfredo Pinheiro Lima Júnior (PSD), Amâncio Moro (PL), Estevam Ribeiro de Souza Netto (PTB) e João Cid Macedo Portugal (PDC) (TRE- PR). Seus principais apoiadores de campanha foram Bento Munhoz da Rocha, Ernani Santiago de Oliveira (prefeito), Dario Lopes dos Santos, Mario de Mari, Oswaldo Kuss (engenheiros), Teodomiro Furtado (secretário da fazenda), Saul Raiz, Lafaiete Viana (médico), taxistas, alguns funcionários da prefeitura, jovens como Adeodato Volpi, Hermes Macedo, Paulo e Mário Camargo, José Luiz Guerra Rego, Oscar Sharappe Sobrinho, Anacleto Busato, Elias Karan, além de famílias e lideranças dos bairros (BRAGA, 1997, p.64-65). O início da consolidação de seus capitais políticos verifica-se nesta fase de sua carreira política, uma vez que o mesmo começa a formar a sua rede política que em grande parte o acompanhará no decorrer de sua trajetória política.

Durante o seu mandato na prefeitura de Curitiba, Ney Braga afasta sua imagem política de Bento Munhoz da Rocha Netto, entrando no PDC, de caráter reformista cristão. (REBELO, 2004, p.65). Em 1958 elegeu-se deputado federal (IPARDES, 1987). A partir desse momento, o PDC local começou a se consolidar e crescer, agregando muitas lideranças políticas descontentes com os seus partidos de origem<sup>56</sup>, aproximando-se à figura de Braga. Bento Munhoz ficou ofendido com o afastamento de Braga a sua pessoa, fato que repercute na carreira política de ambos nos anos posteriores. Consolidando o PDC no Paraná e o seu nome, Ney Braga disputa o governo do estado em 1960. O PDC, portanto, é um subcampo dentro do campo político paranaense que vê a sua influência política crescer cada vez mais em grande parte devido à capacidade de agregação de lideranças por parte de seu principal agente político no Paraná, Ney Braga, somado ao seu carisma e manejo político.

Disputando com Ney Braga, temos Nelson Maculan, do PTB. Paulista, não possuía vínculos de parentesco com famílias tradicionais do Paraná nem por nascença nem por matrimônio, com perfil totalmente oposto ao de Ney Braga, nesse sentido. Seus capitais familiares não foram decisivos dentro do campo político paranaense nessa conjuntura. Maculan migrou para o Norte do Paraná na década de 1930, tornando-se cafeicultor e industrial em Londrina. Seus capitais econômicos referem-se a esse novo e

---

<sup>56</sup> Isso pode ser verificável no caso de deputados estaduais do PDC eleitos no pleito de 1962 originários de outros partidos, como Antônio Ruppel (ex-PSD), João Mansur (ex-PSD), Nilson Batista Ribas (ex-PR) e Renato Bueno (ex-PR).

promissor capital cafeeiro que se desenvolvia no Norte do estado nas décadas de 1940 e 1950. Inseriu-se institucionalmente na política com o cargo de vereador em Londrina, pelo PTB, em 1955. Maculan pertencia a um partido/ subcampo da política paranaense que crescia em um ritmo notável a cada eleição, conforme o visto no capítulo anterior. Não Sendo dotado de capitais familiares e intelectuais decisivos para a consolidação de sua carreira política, o capital partidário era o que garantia a sua existência no jogo oferecendo-o a elegibilidade, uma vez que, referenciando às reflexões de Mônica Goulart, o partido “transferia automaticamente o seu *capital político*” (GOULART, 2014, p.40, grifos no original) para os agentes políticos pertencentes ao seus quadros partidários (no caso, ao PTB).

A trajetória de ascensão política de Maculan no campo político paranaense é articulada à própria trajetória do subcampo/ partido que o mesmo pertencia, potencializada pela sua crescente influência na região Norte do estado, cuja economia e a população representavam um centro de dinamismo local. Político desconhecido, Maculan era herdeiro de toda a máquina montada pelo ex-senador Souza Naves no Norte do Paraná, no que se refere a política de crédito agrícola aos cafeicultores, via CREA, além da máquina do Ministério do Trabalho em atendimento médico, assistencial e previdenciário nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, comandadas pelo PTB. Ou seja, Maculan herdou todo um conjunto de capitais políticos acumulados nas lutas passadas do partido (BOURDIEU, 1989, p.190). Além disso, Maculan tinha grande prestígio frente aos cafeicultores, sendo agropecuarista e industrial, e também ocupando o cargo de Presidente da Associação Rural do Paraná, entre 1956 e 1958, sendo suplente do senador Souza Naves, ocupando o seu lugar no senado após a morte do maior líder do PTB, e também candidatando-se ao governo do estado nas eleições de 1960.

O PTB tinha como principais bases econômicas a representação dos interesses do capital cafeeiro, e vários de seus integrantes eram cafeicultores no Norte do Paraná. O café, que era o principal produto da economia paranaense tinha no PTB a defesa de seus interesses nas políticas de proteção e crédito estatal. O PTB e parcelas dos cafeicultores que o mesmo pretendia representar, no início da década de 1960, estavam se constituindo enquanto classe dominante, galgando espaços na sociedade paranaense do período. Mas um forte adversário colocou em xeque essa ascensão política do PTB, e a longo prazo, também do café, dadas também as condições econômicas e climáticas que prejudicaram o produto, como veremos adiante.

Conquistar o eleitorado do Paraná passava necessariamente pelo atendimento dos anseios do Norte do estado. Ney Braga obteve primeiramente o apoio de praticamente todas as classes produtoras do Paraná, industriais e comerciais, no “Manifesto de Fevereiro” (REBELO, 2004, p.75). O empresariado de Curitiba e em menor grau, do Norte, apoiou a candidatura de Braga ao governo do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, 17/01/1960, p.10). Da longa lista de industriais e empreiteiros que apoiavam a candidatura de Braga, destacamos os nomes de burgueses curitibanos e suas famílias como Hermes Macedo, Oscar Scharappe Sobrinho, João Antônio Prosdoscimo e Jayme Armando Prosdoscimo, João B. Kopp, Máximo João Kopp, Guido Otto Hauer, Oscar e Orlando Mueller, Raul Suplicy de Lacerda, José Adriano e Antônio Todeschini, Luiz Malucelli e Luiz Renato Malucelli, Giacomo Batista, Agenor e Marcos Baggio, Armando Zola Thá, Olívio Augusto Ronconi, entre outros (DIÁRIO DO PARANÁ, 17/01/1960, p.10). Muitos desses membros pertencem à “burguesia imigrante do Paraná” (OLIVEIRA, 2000, p.308), poderosa economicamente desde meados do século XIX, como é o caso dos Muller, Hauer, Todeschini, Malucelli, etc. Alguns membros do Norte também estão presentes no Manifesto, não com a mesma intensidade do apoio do empresariado curitibano a Ney Braga.

A Associação Comercial do Paraná estava mobilizada em torno de seu nome, com articulação do advogado udenista Rubens Requião (REBELO, 2004, p.75). Affonso Camargo Netto, neto do ex-presidente do estado do Paraná Affonso Camargo, profundamente arraigado na classe dominante tradicional paranaense, estava na coordenação de sua campanha. No seu plano de governo constava a defesa da ênfase na industrialização, prevendo a infraestrutura necessária em prol de sua concretização (REBELO, 2004, p.77). Uma das pessoas já citadas que fizeram campanha para Ney Braga, Oscar Scharappe Sobrinho, tornou-se Presidente da Associação Comercial do Paraná, entre 1962 e 1966 (OLIVEIRA, 2000, p.421). O banqueiro Adolpho de Oliveira, o cafeicultor e pecuarista Jayme Canet e o empresário Hermes Macedo, dono da rede de lojas Hermes Macedo mobilizaram empresários curitibanos em defesa de Ney Braga (OLIVEIRA FRANCO JR; SCHMIDT, 2013, p. 209). Tais empresários e empreiteiros não apenas apoiaram a campanha de Ney Braga como também a financiaram (GRUMM, 2001, p.45).

Juntamente com o empresariado curitibano e do Paraná Tradicional, Ney obteve apoio do empresário João Lunardelli, proprietário da usina de Porecatu, e outros cafeicultores da região Norte. Foi nessa ocasião que conheceu seu futuro secretário de



agricultura, Paulo Pimentel, genro de Lunnardelli, encarregado de hospedar Ney Braga durante sua estadia na cidade fazendo campanha (SANT'ANA, 2008, p.30). Lunardelli decidiu não apoiar Maculan por não considera-lo apropriado para o cargo (SANT'ANA, 2008, p.31). O Norte cafeeiro ficou dividido na questão de quem apoiar, bem como amplos setores do Paraná. Ney Braga obteve apoio da UDN, de parte do PSD (liderada por Guataçara Borba Carneiro), da Igreja Católica, além do apoio da maioria do empresariado. Os capitais econômicos, políticos, familiares, culturais foram mobilizados pela campanha de Ney Braga de maneira intensa e foram decisivos ao longo de sua campanha

Uma das figuras mais marcantes no início da trajetória política de Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha Netto, não aceitou apoiar o seu ex-cunhado ao governo do estado, declarando voto ao petebista Nelson Maculan (KUNHAVALIK, 2004a, p.271). Nelson Maculan também obteve o apoio da UDN do Norte, do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto, do ex-ministro da Saúde Aramis Athaíde, do responsável pelo plano viário do Paraná, general Luiz Carlos Tourinho, do udenista Haroldo León Peres e do Partido Comunista (REBELO, 2004). Tal apoio comunista lhe causou desconforto e foi decisivo para a sua derrota, dada as polêmicas levantadas pelos seus oponentes e pela Igreja Católica, o que já antecipa previamente as tensões que ocorreriam no Brasil e a polarização de ideias quanto as reformas e a democracia. O anticomunismo e a ação da Igreja Católica do Paraná foram fatores negativos para a sua campanha. Ney Braga venceu as eleições de 1960, com 35,3% dos votos, contra 30,9% de Nelson Maculan (IPARDES, 1987). A mobilização do PTB em torno do nome de Maculan, bem como de importantes setores políticos, não foram suficientes para derrotar a bem montada campanha de Ney Braga nas eleições de 1960, que não obteve vitória eleitoral somente na região Sudoeste do estado.

## 5.2 O PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO E O GOVERNO NEY BRAGA

Nesta seção, veremos como a questão do desenvolvimentismo foi pensada no Paraná na conjuntura pré-golpe de 1964, e como os projetos de reformas que Ney Braga defendia e colocava em prática dialogavam com os projetos políticos de desenvolvimento nacional defendidas pelos trabalhistas sob a liderança de João Goulart

por um lado, e por outro, com e os demais setores anti-trabalhistas, entre eles os militares que se revoltaram contra o governo Goulart e o depuseram em abril de 1964. O campo político no Paraná era dividido entre estas forças ideológicas e os seus subcampos também posicionavam-se frente a estes debates. Compreender qual era a abordagem desse debate no contexto local é de suma importância. Outro aspecto pesquisado será a composição da equipe de Ney Braga frente ao governo do estado, na qual verificaremos em linhas gerais quais eram os seus capitais sociais e políticos.

Com Ney Braga à frente do Executivo paranaense, uma política em prol da industrialização e do desenvolvimento econômico do Paraná, atentando-se também ao Norte do estado, foi intensificada. O Paraná passava por intensas transformações demográficas e econômicas que exigiam uma resposta semi-instantânea do governo. Nesse sentido, Maria Helena Oliva Augusto enfatiza que nesse momento, o estado estava passando por uma recomposição do bloco de poder. O Paraná possuía o predomínio da estrutura de poder político já estruturada nas regiões de antiga ocupação, composta da burguesia industrial, comercial e exportadora de mate e de madeira, juntamente com os grandes proprietários de terras e criadores de gado. Com o dinamismo da economia cafeeira, esse bloco do poder passou a integrar as novas forças econômicas que dominavam a economia (AUGUSTO, 1978). Representantes dessa região cresciam politicamente na representação legislativa, a influência dos interesses dos cafeicultores junto a instâncias federais de proteção ao café, como o IBC, foi intensificada, bem como direcionavam-se políticas de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil aos cafeicultores por intermédio da CREAL.

Ao mesmo tempo em que o Norte se desenvolvia, o executivo paranaense preocupava-se com um projeto de desenvolvimento que possibilitasse ao Paraná uma seguridade econômica que não dependesse em elevadas proporções do café. O produto ainda era uma prioridade do governo, argumento verificável, por exemplo, na construção da rodovia do café que ligava definitivamente o Norte do Estado ao Porto de Paranaguá. Porém, a economia cafeeira paranaense que viveu a sua fase de apogeu nos anos 1940/1950 vinha apresentando sinais de desgaste e declínio a partir dos anos 1960. A começar pelas geadas que prejudicaram colheitas dos anos de 1963, 1965 e 1966, além da política de erradicação dos cafeeiros em prol da diminuição da produção nacional do produto (WACHOWICZ, 1987, p.274). O café também sofria com as oscilações do mercado mundial e as exportações. Em vista desses problemas, medidas governamentais para a racionalização do plantio do café, juntamente com o estímulo à

diversificação do uso da terra começaram a ser efetivadas nos anos 1960, incentivando o plantio de outros produtos, como a soja, o milho e o trigo. (PRIORI; etal, 2012, p.103). Um dos responsáveis por essas mudanças foi o secretário de Agricultura de Ney Braga, Paulo Pimentel. Mesmo em declínio, o café continuou a ser um importante produto para a economia paranaense, porém, esta foi incrementada por políticas de diversificação e crédito a agricultores implementadas pelo governo.

O executivo tinha como prioridade o estabelecimento de um “Projeto Paranaense de Desenvolvimento”, que atualizasse e fortalecesse a economia com dinamismo e intervenção estatal. Esse projeto era apoiado pelas mesmas frações de classe burguesas que deram suporte à campanha de Ney Braga (KUNHAVALIK, 2004b, p.283), membros da FIEP e da ACP (OLIVEIRA, 1995, p.200-201). Os ideólogos de tal projeto acreditavam que o Paraná deveria superar a condição de “atraso” promovendo a industrialização local via substituição de importações<sup>57</sup>, adequando-se às ideias desenvolvimentistas que se verificavam no nível nacional (AUGUSTO, 1978). O Paraná, nessa ideologia, ocupava uma posição “periférica” e “subdesenvolvida” justamente porque não criou condições de estabelecer uma industrialização intensiva (AUGUSTO, 1978, p.25). Para o Paraná desenvolver-se, era necessário uma atuação direta do Estado em prol da industrialização, de maneira “modernizante, racional e dinâmica” (AUGUSTO, 1978, p.26). Nesse sentido, a atuação dos “técnicos” no aparelho estatal proporcionaria colocar em prática tal projeto.

Logo na sua primeira mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, Ney Braga demonstrava a necessidade de promoção de reformas e a “superação do subdesenvolvimento” nacional e localmente. A industrialização, nesse sentido, atuaria de maneira decisiva. Para a modernizar a administração do Estado, seria necessário a “reestruturação do aparelho arrecadador e fiscalizador do Estado, de modo a racionalizá-lo aumentando-lhe a eficiência” (BRAGA, 1961, p.13).

Na mensagem apresentada à ALEP em 1962, Ney Braga afirma que seu governo atravessava por um momento histórico que lançaria as “bases do desenvolvimento” por intermédio da promoção de infraestrutura elétrica e rodoviária, da diversificação da agricultura e da industrialização, que contavam com investimentos da CAFÉ do Paraná e da CODEPAR (BRAGA, 1962).

---

<sup>57</sup> Sobre isto, o trecho da obra de José Pedro Kunhavalik nos oferece uma clara explicação: “ (...) industrialização por meio de substituição de importações, tendo em vista a perda da renda estadual, via importação de produtos manufaturados daquelas regiões industrializadas, basicamente de São Paulo” (KUNHAVALIK, 2004b, p.287).

A ação do estado como planejador e promotor do desenvolvimento econômico envolveria a criação de órgãos e sociedades de economia mista<sup>58</sup> específicas para esse fim. Ney Braga tinha um perfil tradicional com traços modernizadores e tecnocráticos, utilizando-se de técnicos encarregados de “planejar e gerenciar a administração pública” (KUNHAVALIK, 2004b, p.284). Esses técnicos racionalizariam o aparelho de estado atuando nas empresas de economia mista criadas pelo seu governo, a saber: Em 1961 foi criada a CAFE do Paraná (Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná) e a FUNDEPAR (Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná). Em 1962, a SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná). Em 1963, a CELEPAR (Companhia de Informática do Paraná), e a TELEPAR (Telecomunicações do Paraná S/A) Durante o governo Ney Braga, ainda foram criadas a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), em 1962 e a a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), em 1965 (AUGUSTO, 1978, p.29). A CODEPAR foi o mais importante órgão de planejamento e promoção do Projeto Paranaense de Desenvolvimento, especialmente industrial.

Nesse sentido, Dennison de Oliveira argumenta que o empresariado industrial, “conseguiu uma posição excepcional de onde poderia influenciar o poder público para conseguir o atendimento de suas demandas” (OLIVEIRA, D, 2000, p.125). O governo ficaria encarregado de proporcionar a infraestrutura adequada de água, esgoto, energia elétrica, telefone e financiamento de implantação de novas indústrias ou expansão de indústrias por meio da SANEPAR, COPEL, TELEPAR e CODEPAR respectivamente, além de conceder incentivos fiscais com isenção de impostos a longo prazo a novas indústrias e investir capital estatal nelas através do BADEP, tornando-se acionista das mesmas (OLIVEIRA, D, 2000, p.127).

É importante frisar, porém, que tal ideário de desenvolvimento no Paraná sob as bases científicas de planejamento não começou com o governo Ney Braga, e sim foi uma continuação de algumas teses que já estavam presentes no PLADEP, o Plano de Desenvolvimento do Paraná, formulado em 1955, no governo interino de Adolpho de Oliveira Franco, sob a coordenação de Alípio Ayres de Carvalho. Luiz Carlos Ribeiro (1991) afirma que o discurso do governador Ney Braga e dos documentos produzidos pela CODEPAR foi construído, de modo a associar todos os governos anteriores aos

---

<sup>58</sup> Sociedades de economia mista envolvem capitais públicos e privados sob comando do setor público. Tratam-se de associações de origem estatal, institucionalizadas por decretos e atos legislativos que previam suas atribuições (AUGUSTO, 1978, p.376).

anos 1960 como promotores do Paraná do atraso, da corrupção e dependente da monocultura. Este discurso se manteve com o golpe de 1964, negatizando os governos anteriores com o rótulo de populistas. Os discursos do governo Ney Braga como “divisor de águas” perante aos governos anteriores, portanto, são produtos de um discurso socialmente e historicamente criado.

A política econômica de Ney Braga tinha como principal base a promoção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento local do capitalismo com a incrementação da industrialização. Tal desenvolvimento tinha como principal ator o aparelho de Estado, atuando intensamente nas sociedades de economia mista, como a CODEPAR. Este projeto desenvolvimentista está em consonância parcial com a política desenvolvimentista adotada pelo governo federal durante o período Goulart. O governo Goulart promovia com mais intensidade uma política redistributivista, e tinha como meta regular a ação dos capitais estrangeiros no Brasil. Ney Braga, no contexto estadual, via a ação do capital estrangeiro de uma forma mais amigável, especialmente em relação aos capitais norte-americanos. Esta foi a mesma postura adotada pelo governo de seu ex-professor Castelo Branco na presidência, após a deposição de Goulart. O alinhamento entre as políticas econômicas realizadas no Paraná e as políticas econômicas realizadas após o golpe foi evidente também com a mudança no Projeto Paranaense de Desenvolvimento. A Codepar, por exemplo, antes do golpe só fazia cooperações com empresas nacionais. A partir do golpe de 1964, porém, a Codepar passou a cooperar também com as empresas estrangeiras (COELHO, 2002, p.126).

Na análise das políticas econômicas promovidas pelo governo Ney Braga, é possível localizar a influência da Doutrina de Segurança Nacional, vista no primeiro capítulo, no que se refere às políticas favoráveis à ação do capital estrangeiro, na economia local. Ney Braga foi um membro do exército que recebeu durante a sua carreira uma formação militar antenada com estas ideias, intensificadas nas Forças Armadas após a Segunda Guerra Mundial. Agentes políticos inseridos no campo e nos subcampos da política paranaense também realizaram cursos na Escola Superior de Guerra e tinham compartilhavam desta mesma filosofia política. Conforme veremos, a equipe de governo de Ney Braga tinha um perfil relativamente coeso frente a estas questões em debate durante o período em questão.

Ney Braga, embora pertencendo a um partido reformista, além de realizar políticas públicas no Paraná condizentes com a política desenvolvimentista adotada pelos governos atual e anterior, se adequa quase completamente à linha política adotada

pelos militares que depuseram Goulart. Conforme o visto na seção sobre a relação entre o golpe de 1964 e os interesses das classes dominantes transnacionalizadas, com referência à análise de René Armand Dreifuss (1981), tais classes estavam organizadas tendo como ideologia a neutralidade, a técnica e o gerenciamento científico da administração pública, cujo objetivo era enfraquecer o bloco nacional-reformista, polarizações vistas nas seções anteriores. Essa ideologia era propagada pelos cursos da Escola Superior de Guerra, unindo políticos da UDN, do PDC, do PR, entre outros, juntamente com militares que, após a Segunda Guerra Mundial, se identificaram com o ideário norte-americano de desenvolvimento do capitalismo com capitais estrangeiros e combate aos inimigos internos, ou seja, todo grupo que colocasse em dúvida essa estratégia de desenvolvimento, composto de trabalhistas, comunistas, sindicalistas, intelectuais nacionalistas, entre outros. O discurso da técnica servia aos interesses das classes dominantes transnacionalizadas para neutralização dos debates políticos, das mobilizações das massas, das demandas dos sindicatos e dos trabalhadores urbanos e rurais. Essas reflexões também podem ser relacionadas às análises sobre a tipologia do Estado Autoritário-Burocrático, proposta por Gillhermo O'Donnell. Ney Braga foi eleito com o discurso da “técnica” em detrimento da “política”.

O alinhamento de Ney Braga com os interesses do capital internacional é também perceptível com as várias vezes em que se pronunciava favoravelmente à Aliança pelo Progresso. Ney Braga visitou a Casa Branca, quando John Kennedy era presidente, juntamente com o Presidente da CODEPAR, Leônidas Bório e Roberto Campos (REBELO, 2004, p.133). O governador defendia os investimentos norte-americanos para a promoção do desenvolvimento dos países latino-americanos, afirmando que o Paraná estava passando por esse processo graças às ações do Estado e da iniciativa privada em prol desse objetivo. Para Ney Braga, a Aliança para o Progresso contribuía significativamente para a superação da miséria e incrementação da industrialização na América Latina (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney Braga manifesta (pela ‘Voz da América’) esperança no programa da ‘Aliança’, 06 no.1963, p.3). O apoio às políticas da Aliança pelo Progresso encontrava correspondência no combate ao comunismo, que seria o “inimigo comum” dos povos americanos. As relações entre o Brasil e a Aliança para o Progresso possuíam um “caráter cristão”, estreitando a colaboração do Brasil com os Estados Unidos (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney concita brasileiros a combater o comunismo que quer dominar o país, 19 out.1963, p.3).

A própria imprensa norte-americana faz elogios a Ney Braga e sua administração no Paraná, em dezembro de 1964, constatando que no estado reina a “tranquilidade política” com sua política de obras e infraestrutura e sua postura democrata-cristã (DIÁRIO DO PARANÁ, PARA IMPRENSA AMERICANA, Ney é “new frontiersman e Paraná real esperança, 15 dez.1964, p.3).

### 5.3 O GOVERNO NEY BRAGA E A TECNOCRACIA

Ney Braga ganhou as eleições de 1960 com o discurso de “governar com os técnicos”, propondo-se a reforçar a administração em detrimento da política (REBELO, 2004, p.87), entrando em consonância com os valores tecnocráticos defendidos pelos militares que tomaram o poder de João Goulart em 1964. Sendo o próprio governador Ney Braga um militar de carreira, os valores políticos das Forças Armadas estão arraigadas no seu *habitus* político, nos seus atos e visão de mundo. Conforme o visto no primeiro capítulo, uma das características principais da trajetória política do Exército é a crítica aos políticos tradicionais, que “corrompiam a ordem pública” com a reprodução de “vícios” como o nepotismo, a falta de competência técnica e integridade moral no comando da nação. Tais críticas foram intensificadas com o Movimento Tenentista da década de 1920.

Na presente pesquisa, nos cabe a tentativa de desnaturalização destes discursos, refletindo criticamente sobre os mesmos. Assinalando o caráter autoritário da ideologia tecnocrata, Kunhavalik (2004b, p.294-295) enfatiza que tal ideologia faz dos postulados da ciência e da técnica superiores em relação aos interesses dos indivíduos e classes sociais, dividindo a “elite” tecnocrática da massa, sendo a primeira a única que detinha habilidade para pensar e analisar os problemas sociais e a segunda irracional. A política e a democracia, nesse pensamento, não são dotadas de imparcialidade e objetividade, sendo, portando, deslegítimas.

O pensamento tecnocrático era totalmente incompatível com as políticas adotadas por João Goulart, que se preocupavam em proporcionar o desenvolvimento levando em consideração as políticas distributivistas. Para os ideólogos do pensamento tecnocrata, doutrinados nos cursos da Escola Superior de Guerra, a fórmula do desenvolvimento não passava pela lógica da distribuição, e sim da produtividade, levando em consideração a acumulação capitalista. O Estado e sua ação planejadora,

nesse sentido, legitimaria a “reprodução dos interesses privados” (COVRE, 1983, p.94). de uma determinada classe, revestindo-se, porém, de neutro, desideologizado, científico, pragmático, à serviço de todos, racional e isento. O Estado, sob a forma autoritária, dispensaria a luta de classes, as barganhas políticas, as demandas dos trabalhadores e os debates, promovendo os interesses empresariais internacionalistas a serviço do grande capital (COVRE, 1983). O prestigiamto de uma “elite técnica” em detrimento de políticos faz parte da ideologia autoritária no Brasil, desde o Estado Novo e seus teóricos Oliveira Vianna e Francisco Campos, e também se faz presente na ideologia militar desde o movimento tenentista.

O governo Ney Braga, desde o seu início, promoveu uma defesa dos valores da tecnocracia em detrimento da política, estabelecendo políticas públicas de acordo com os interesses do empresariado que o apoiou nas eleições de 1960. Essa representação de interesses também se fez presente na ação planejadora e interventora do Estado para o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia paranaense, relacionado com as agências criadas ou aprimoradas no seu governo. A hipótese da tecnocracia sobreposta ao elemento político pode ser testada na análise da composição do secretariado de Ney Braga<sup>59</sup>, obtendo as informações sobre o ocupante do cargo, a sua profissão e cargos ocupados ao longo da carreira.

A composição do seu secretariado está representada no quadro a seguir<sup>60</sup>:

#### QUADRO 5: SECRETÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ (1961- 1965)<sup>61</sup>

|   |  |
|---|--|
| <b>Secretaria de Governo</b>  | Jucundino Furtado, Professor Universitário |
| Secretário da Educação, 1º governo Ney Braga, Secretário de Governo, 1º governo Ney Braga; Presidente do Banestado, Diretor Administrativo da Itaipu, presidida por Ney Braga. Membro do “neysmo”   |  |
|   | Véspero Mendes, Professor de Engenharia    |
| Diretor do DER, Governo Ney Braga, 1961-1962, Secretaria de Governo, 1962- Também ocupou as Secretarias de Educação e Cultura, Planejamento e Administração. Foi superintendente da Fundepar, diretor técnico da Codepar e assessor técnico do Ministério de Agricultura. |  |

<sup>59</sup> Essa tabela foi também apresentada no trabalho Trajetórias sociais e capitais políticos e familiares de agentes políticos paranaenses no contexto do golpe de 1964. Trabalho apresentado no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. (GRANATO, 2015).

<sup>60</sup> No apêndice apresentaremos um organograma com a ordem cronológica dos secretários em suas pastas.

<sup>61</sup> Informações retiradas de livros e sites (citados na bibliografia): OLIVEIRA (2000), (2012); REBELO (2004); IPARDES (1987); NEVES (2002); NICOLAS (s/d); GOVERNO DO PARANÁ (CASA CIVIL, IEP, SEJU e SEED); CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE; TABLOIDE DIGITAL; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL; APUFPR; CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA; MILLARCH; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR); NICOLAS (1984); DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO; CÂMARA DOS DEPUTADOS; WILLE (2010); ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ; BRDE; COPEL; BRAGA (1996); TCE-PR; GAZETA DO POVO; GALERIA DOS PRESIDENTES DO BANESTADO; PREFEITURA DE IBIPORÃ; JWS; AVERÉ URGENTE; IMPACTO PARANÁ.



|   |  |
|---|--|
| Ocupou a diretoria da Copel na década de 1970 e da Delegacia do MEC no Paraná. Presidente do IEP (Instituto de Engenharia do Paraná), 1967-1969; Secretário de Estado de Administração, 2º governo de Ney Braga. Membro do “neysmo”   |  |
| <b>Secretaria da Saúde Pública</b>  | José Justino Alves Pereira, Médico e Fazendeiro. |
| Vereador em Ibiporã, PR, UDN, 1956-1959, Vereador em Ibiporã, PR, UDN, 1960-1963, Secretário Municipal da Saúde em Ibiporã, Deputado Estadual, UDN, 1963-1966, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, secretário de Saúde do Estado do Paraná e chefe de gabinete dos Ministérios da Saúde (gestão Mário Lemos – 1972-1974) e da Educação (gestão Ney Braga – 1974-1978) . Secretário de Estado da Saúde (gestão Ney Braga, 1961-1965). Membro do “neysmo”  |  |
| Octávio Cesário Pereira Júnior, Advogado  |  |
| Presidente da Associação Rural e do Sindicato Rural de Cambé e conselheiro da Sociedade Rural do Norte do Paraná, Presidente do diretório municipal da UDN em Cambé. A partir de 1963, ocupou a Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social, tendo acumulado, interinamente o cargo de Secretário de Estado da Saúde Pública. Foi chefe de gabinete do Ministério da Agricultura, ocupado por Ney Braga. Suplente de senador em 1967, efetivado em 1974. Deputado Federal, ARENA, 1974, Secretário de Estado do Interior e Justiça no governo Emílio Gomes. Em 1975, vice-governador do Estado (governo Jayme Canet) tendo assumido, interinamente, a chefia do Executivo em setembro de 1975 e 1977. Voltou novamente à Secretaria de Estado da Justiça, no segundo governo Ney Braga, em 1979. Deputado Federal, PDS, 1983-1986. Membro do “neysmo”   |  |
| <b>Sec de Viação e Obras Públicas</b>   | Alípio Ayres de Carvalho, General e Engenheiro   |
| Formado pela Universidade do Paraná e Escola Militar do Realengo; Presidente da Comissão de Planejamento Urbanístico de Curitiba (1955-1957). Presidente da Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Paraná (1955-1960), Conselheiro do SESI (Serviço Social da Indústria) até 1960. Presidente da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí; Secretário Geral do Conselho de Planejamento do Paraná, Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná de 1961 à 1965; Vice-Governador do Estado do Paraná de 1965 à 1966. Vice-Presidente do Diretório Regional da ARENA de 1969 a 1971. Deputado Federal pela ARENA de 1967 à 1971, 1971 à 1975, 1975 à 1979, 1979 à 1983. “Membro do Neysmo”  |  |
| <b>Secretaria de Agricultura</b>  | Paulo Pimentel, empresário                       |
| Por indicação de seu sogro, João Lunardelli, Pimentel ocupou a Secretaria de Estado da Agricultura, no 1º governo Ney Braga, 1961-1965. Governador do Paraná, PTN, 1965-1969. Deputado Federal, ARENA, 1979-1982; Deputado Federal, PFL, 1987-1990.   |  |
| <b>Secretaria da Educação e Cultura</b>   | Mário Braga Ramos, dentista e dir.de faculdade   |
| Primo de Ney Braga. Primo de Fabiano Braga Côrtes, Deputado Estadual. Primo de Caetano Braga Côrtes, presidente do BANESTADO. Vereador, Ponta Grossa/PR, UDN, 1960; Secretário da Educação, Governo Ney Braga; Deputado Federal, 1963-1967, UDN. Deputado Federal, 1967-1971, ARENA; Deputado Federal, 1971-1975, ARENA. Deputado Federal, 1975-1979, ARENA. Deputado Federal, ARENA 1979-1983.   |  |
| Jucundino Furtado (citado anteriormente)  |  |
| <b>Secretaria do Interior e Justiça</b>   | Rubens Requião, Professor de Direito             |
| Consultor Jurídico, Associação Comercial do Paraná , Secretário do Interior e Justiça, 1961 Renunciou ao cargo; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Consultor jurídico da Federação do Comércio do Paraná.   |  |
| Afonso Alves Camargo Neto, Engenheiro Civil   |  |
| Neto de Afonso Alves de Camargo, deputado estadual por quatro mandatos (1898-1914), deputado federal (1921-1922), senador (1922-1927) e presidente do Estado do Paraná por duas vezes (1916-1920 e 1928-1930). Coordenador da Campanha de Ney Braga em 1958 e 1960; Presidente do Diretório Regional do PDC; Diretor, Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná, 1961; Presidente Fundador, CODEPAR, 1962; Secretário do Interior e Justiça do Estado do Paraná, 1963; Secretário de Finanças, 1974, Presidente do Banco do Estado do Paraná; Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, 1974; Ministro de Estado dos Transportes, 1985-1986; Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, 1992. Vice-Governador do Paraná, 1964-1965, PDC; Senador, 1979-1987, ARENA; Senador (Constituinte), 1987-1995, PMDB; Deputado Federal, 1995-1999, PPB. Federal, 1999-2003, PFL. Deputado Federal, 2003-2007, PR, PSDB; Deputado Federal, 2007-2011, PSDB. Membro do “neysmo”, dissidente após 1965. |  |
| Gaspar Peixoto Costa, general do Exército   |  |
| Comandante Geral da Polícia Militar no Paraná, 1930; representante do Estado do Paraná junto ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-(IBRA). Diretor do DGTC; Secretário da Justiça, governo Ney Braga, encarregado de implementar a ditadura militar no Paraná. Família Tradicional (OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, 2004, p.14, vol III).  |  |

|  |  |
|--|--|
|  | Lauro Rego Barros, advogado e promotor   |
|  | Bisneto de Cândido Lopes (introdutor da imprensa no Paraná, em 1854) (OLIVEIRA, 2000). Filho de Iphigênia Lopes Rego Barros, casada com o capitão da Força Militar do Estado do Paraná, Augusto do Rego Barros (NEGRÃO, 2004, p.283, vol.I). Secretário de Justiça, governo Ney Braga; diretor do Departamento Penitenciário do PR entre 1961 e 1927 e Conselheiro do Tribunal de Contas do estado; Presidente do Clube Atlético Paranaense entre 1973 e 1975. Secretário da Educação e Cultura.   |
| <b>Secretaria do Trabalho e Assistência Social</b> | Aristides Simão, capitão e ex-pracinha da FEB  |
|  | Vereador em Curitiba. Partido Libertador, 1952-1955; 1956-1959. Por duas legislaturas (1956 e 1958) ocupou a Presidência do Legislativo e por duas vezes Prefeito Substituto na gestão Ney Braga, Secretário Estadual do Trabalho, 1961-1965, ex-presidente da Casa do Expedicionário. Candidato derrotado à prefeitura de Curitiba, PDC, 1958. Secretário de Estado de Governo, Gestão Paulo Pimentel. Chefe da Casa Civil, 2º Governo Ney Braga. Membro do “neysmo”  |
|  | Zacarias Seleme, advogado  |
|  | Deputado Federal (UDN), 1963-1966, Presidente do Diretório Regional da ARENA, PR, 1967-1969. Deputado Federal, ARENA, (1971-1975). Secretário do Trabalho e Assistência Social, 1973; Procurador TCE-PR  |
| <b>Secretaria da Fazenda</b>                       | Algacyr Guimarães, Professor de Engenharia   |
|  | Filho do Major Heitor de Alencar Guimarães, oficial do Regimento de Segurança de Curitiba, casado com Alda Bandeira Guimarães. (NEGRÃO, 2004, p.185, vol III). Ney Braga o convidou para ser Secretário da Fazenda quando Guimarães era diretor da Estrada de Ferro Santos-Jundiá. Secretário da Fazenda, 1º governo de Ney Braga; Governador Interino do Paraná, 1965, Diretor-Geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), nomeado por Castello Branco, em fevereiro de 1966, Presidente do Diretório Regional da ARENA, Presidente do Banestado em 1970, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Membro do “Neysmo” |
| <b>Secretaria da Segurança Pública</b>             | Ítalo Conti, general do Exército, atuou na FEB   |
|  | Estudou com Ney Braga na Escola Militar do Realengo. Chefe de Polícia e Secretário da Segurança Pública, governo Ney Braga. Secretário da Casa Civil, governo Paulo Pimentel. Deputado Federal, ARENA, 1975-1978; Deputado Federal, ARENA, 1979-1982; Deputado Federal, PDS, 1983-1986. Conti era casado com Odete Khury, cunhado, portanto, de Aníbal Jorge Khury. Homem de confiança do governador, atuou decisivamente para o êxito do golpe de 1964 no Paraná. Membro do “neysmo”  |

A partir desses dados, percebemos a recorrência de secretários que não tinham mandatos eletivos antes de ocuparem o cargo de secretário de estado. 11 dos 15 secretários vistos acima não tinham sido eleitos para nenhum cargo político antes de 1961.

Embora Ney Braga enfatizasse o caráter técnico em detrimento do político, na observação dos quinze nomes de secretários de seu governo, nos deparamos com o privilegiamento de nomes pertencentes à sua rede política. Destacamos tais nomes como membros do “neysmo”, levando em consideração a participação de tais nomes nas administrações de Ney Braga anteriores ao governo do Paraná (como no caso da Prefeitura de Curitiba), e/ou posteriores a 1965 (quando Braga foi ministro da Agricultura, no governo Castello Branco, da Educação, no governo Geisel, no segundo mandato de governador do Paraná e na Itaipu). 9 de 15 secretários se enquadram em tal composição.

Outra característica marcante observada nas trajetórias de seu secretariado refere-se à conexão entre o poder político e o parentesco (OLIVEIRA, 2000; 2012) Entre os nomes citados, 8 de 15 secretários possuem fortes laços de parentesco incorporados à política paranaense há séculos, ou integrados à ela, via matrimônio. São eles Paulo Pimentel, Mário Braga Ramos, Rubens Requião, Affonso Camargo Netto, General Gaspar Peixoto Costa, Lauro Rego Barros, Algacyr Guimarães e Ítalo Conti (OLIVEIRA, 2000; 2012; NEGRÃO, 2004).

Também destaca-se a recorrência de Engenheiros (4 de 15 secretários), além dos já recorrentes advogados atuantes na política. Bourdieu (1989, p.190-191) assinala que estas profissões ajudam a converter capitais obtidos através das mesmas em capitais políticos necessários para a atuação adequada no campo.

Destaca-se a presença de agentes políticos ligados ao Exército (4 de 15 secretários), os segundos sendo generais, ex-combatentes na Força Expedicionária Brasileira ou colegas de Ney Braga na Escola Militar do Realengo. Estes elementos também encontram consonância com o momento político que o Brasil passava, ou seja, a crescente presença de militares na política. Isto possibilitava que todo um *habitus* característico desta instituição se fizessem presentes nas práticas governamentais. Os mesmos tiveram contato com a ideologia da “ordem” nas relações sociais, da negação de conflitos e divergências, do anticomunismo, da simpatia com a liderança mundial dos Estados Unidos após a Segunda Guerra, da moralização dos costumes políticos, da crítica aos costumes políticos das elites tradicionais, entre outros. Sobre este ponto, é interessante assinalar também, que os 4 membros do Exército presentes no governo Ney Braga, 1 pertencia a uma família tradicionalmente atuante na classe dominante paranaense, como é o caso de Gaspar Peixoto Costa (OLIVEIRA, 2000, NEGRÃO, 2004). Ítalo Conti inseriu-se na classe dominante mais enfaticamente a partir de seu casamento com uma irmã de Aníbal Khury. Os outros militares (Aristides Simão e Alípio Ayres de Carvalho) não pertenciam a famílias tradicionais, e traziam como principal capital a carreira no Exército.

Podemos constatar que no governo Ney Braga estavam presentes uma gama de políticos de famílias tradicionais, organicamente ligados a classe dominante econômica e politicamente no decorrer dos séculos (OLIVEIRA, 2000). Também observamos a presença de secretários ligados a partidos políticos, tendo como base de seus capitais além da notoriedade pessoal (com seus capitais familiares, econômicos, sociais e acadêmicos), os capitais dos partidos /subcampos políticos, constituídos pelas mesmas

instituições ao longo de sua história (BOURDIEU, 1989, p.190). Outros agentes políticos que faziam parte do seu secretariado não tinham nenhuma atividade partidária e não foram eleitos para nenhum cargo político antes de ocupar seus respectivos postos no governo Braga. Isto também assinala o caráter “apartidário” ou “antipartidário” desses membros, e isto de alguma maneira também está de acordo com as doutrinas políticas colocadas em prática pelos militares após o golpe de 1964, no que diz respeito ao desprezo pelos partidos políticos existentes e a necessidade de todas as forças políticas se aglutinarem em torno de apenas um projeto: o da “revolução”. Mais uma vez, destacamos o caráter autoritário deste pensamento, presente na obra de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, que questionavam a necessidade de partidos políticos, tendo em vista o privilegiamento da ação dos agentes dotados de capacidade técnica em detrimento da política, conforme o visto no primeiro capítulo. Assinalamos, porém, a capacidade aglutinadora de Ney Braga de lidar com diversos cenários políticos, sejam eles na democracia ou na ditadura, congregando políticos profissionais e agentes apolíticos/técnicos no seu governo e nas suas práticas políticas.

Podemos testar a hipótese sobre elementos da tecnocracia no governo Ney Braga na análise da composição dos ocupantes das autarquias e agências estatais do Paraná<sup>62</sup>, que serão visualizadas no quadro a seguir:

#### QUADRO 6: DIRETORES DE ÓRGÃOS DO ESTADO DO PARANÁ (1961-1965)<sup>63</sup>

|   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| <b>DAE</b>  | Osiris Stenghel Guimarães, Engenheiro |
| Famíliares na política: Pedro Stenghel Guimarães, Diretor da Câmara de Expansão econômica e Propaganda do Estado, Governo Munhoz da Rocha (KUNHAVALIK, 2004a, p.188).<br>Diretor do Departamento de Material e de Urbanismo, Prefeitura de Curitiba, gestão Ney Braga. Diretor do DAE (Departamento de Águas e Energia), Governo Ney Braga; Presidente da SANEPAR, Secretário Estadual de Transportes, Governo Jayme Canet. Secretário de Viação e Obras Públicas, governo Parigot; Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e presidente da Ferroeste. Chefiou ainda a Codapar (governo Álvaro Dias) e fundou a Sanepar. Presidente da Rede Ferroviária Federal, na ocasião em que Affonso Camargo Neto foi Ministro dos Transportes. Presidente |                                       |

<sup>62</sup> Essa tabela foi também apresentada no trabalho “Trajetórias sociais e capitais políticos e familiares de agentes políticos paranaenses no contexto do golpe de 1964”. Trabalho apresentado no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. (GRANATO, 2015).

<sup>63</sup> Informações retiradas de livros e Sites (citados na bibliografia): OLIVEIRA (2000), (2012); REBELO (2004); IPARDES (1987); NEVES (2002); NICOLAS (s/d); GOVERNO DO PARANÁ (CASA CIVIL, IEP, SEJU e SEED); CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE; TABLOIDE DIGITAL; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL; APUFPR; CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA; MILLARCH; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR); NICOLAS (1984); DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO; CÂMARA DOS DEPUTADOS; WILLE (2010); ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ; BRDE; COPEL; BRAGA (1996); TCE-PR; GAZETA DO POVO; GALERIA DOS PRESIDENTES DO BANESTADO; PREFEITURA DE IBIPORÃ; JWS; AVERÉ URGENTE; IMPACTO PARANÁ.

|  |  |
|--|--|
| da Ferroeste; Presidente do Plano Nacional de Carvão. Membro do “neysmo”   |  |
|  | Afonso Alves de Camargo, citado anteriormente    |
|  | Francisco Borsari Neto                           |
| Diretor Técnico da SANEPAR. Diretor do Departamento de Águas e Esgoto; Presidente da Sanepar, governo Ney Braga; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Secretário da Educação e Cultura, governo Jayme Canet; Chefe da Casa Civil, 2º governo Braga. Membro do “neysmo”   |  |
| <b>CELEPAR</b>   | Saul Raiz  |
| Topógrafo da Prefeitura de Curitiba na década de 1950. Presidente da Klabin Participou do Comando da Campanha de Ney Braga ao governo do estado em 1960. Diretor do DER, Governo Ney Braga, 1961-1962; Presidente da CELEPAR, governo Ney Braga, 1964; Prefeito de Curitiba, eleito pela ALEP, 1975-1979. Secretário Estadual do Desenvolvimento Municipal, gestão Ney Braga, 1979-1982, Secretário do Planejamento, 2º governo Ney Braga. Membro do “neysmo”  |  |
|  | Othelo Werneck Lopes, Profº Universitário        |
| Filho de Eldoro da Silva Lopes e Maria Luíza Werneck Lopes, o primeiro, serventúrio federal filho de Amélia da Silva Pereira Lopes e do Coronel Jesuíno da Silva Lopes, que foi proprietário do jornal Dezenove de Dezembro, o 1º jornal do Paraná, criado por seu pai, Cândido Lopes. (NEGRÃO, 2004, p.453, vol.II). Título Rodrigues Seixas. (OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, 2004). Tesoureiro da APUFPR; Presidente da CELEPAR; governo Ney Braga  |  |
| <b>SANEPAR</b>   | Osiris Stenghel Guimarães (citado anteriormente) |
| <b>COPEL</b>   | Pedro Viriato Parigot de Sousa, Profº Engenharia |
| Neto de Pedro Viriato de Sousa, major e serventúrio público, casado com Helena Parigot, filha de Luiz Antônio Azambuja Parigot e Júlia Guimarães Parigot. Título Rodrigues de França (NEGRÃO, 2004, p.241, vol.III). Parentesco com Elpídio Parigot de Souza, Prefeito de Colombo, PR, 1932 (FERRARINI, 1974, p.224). Ocupou a Secretaria de Viação e Obras Públicas e o Departamento Nacional de Rios e Canais. Diretor da COPEL e governador do Paraná, em substituição a Haroldo Leon Peres   |  |
| <b>CODEPAR</b>   | Afonso Alves Camargo (citado anteriormente)      |
|  | Karlos Heinz Rischbieter, Engenheiro Civil       |
| Diretor Técnico de Investimento da CODEPAR. Diretor-Presidente da CODEPAR, 1965, Representante do Paraná no Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN) a convite de Roberto Campos, Ministro do Planejamento no governo Castelo Branco. Assessor do IBC. Chefe do escritório do IBC em Hamburgo, Alemanha. Presidente do BADEP, 1972, à convite de Maurício Schulman, Secretário da Fazenda de Parigot. Em 1974, por indicação de Ney Braga, (Ministro da Educação), assumiu a Presidência da Caixa Econômica Federal. Por indicação de Mario Simonsen, Ministro da Fazenda de Geisel, assumiu a Presidência do Banco do Brasil, de 1977 a 1979. Ministro da Fazenda no governo Figueiredo (1979-1980). Presidente do IBC a partir de 1985. Membro do “neysmo” |  |
|  | <b>Leônidas Bório</b>                            |
| Filho de Joaquina de Macedo Lopes e Francisco das Chagas Lopes. Neto por lado materno de Francisco Pereira e Constância Bertolina de Sá Ribas. Neto pelo lado paterno do Coronel Jesuíno da Silva Lopes e Amélia da Silva Pereira. Bisneto de Cândido Lopes, o introdutor da imprensa no Paraná. Título Rodrigues Seixas. (NEGRÃO, 2004, p.267, vol.II). Presidente do IBC   |  |
| <b>DGTC</b>  | Gaspar Peixoto Costa (citado anteriormente)      |
|  | Brasílio Marques dos Santos, Cel. Do Exército    |
| Filho do Senador Generoso Marques dos Santos e Anna Eneas Marques dos Santos, casado com Cinira Virmont Marques. (NEGRÃO, 2004, p.410, vol. I). Título Carrasco dos Reis. (OLIVEIRA, 2000, NEGRÃO, 2004). Juiz de Direito em Campo Largo. Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Diretor da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina  |  |
| <b>TELEPAR</b>   | Junot Rebello Guimarães, general do Exército     |
| Filho de Clotilde Pinto Rebello Guimarães (esta, irmã de Etelvina Pinto Rebello de Camargo, casada com Afonso Alves de Camargo), casada com o capitão Joaquim Américo Guimarães. (NEGRÃO, 2004, p.150, vol.II). Título Rodrigues Seixas (OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, 2004). Diretor da TELEPAR, governo Ney Braga; Secretário de Segurança Pública, 1966; Trabalhou na Petrobrás e na Itaipu desde 1974. Pertencente a família tradicional   |  |
| <b>BANESTADO</b>   | Máximo Kopp, empresário do ramo farmacêutico     |
| <b>FUNDEPAR</b>  | Guilherme Lacerda Braga, Profº Engenharia        |
| Irmão de Ney Braga, Diretor da FUNDEPAR, Secretário de Governo. Membro do “neysmo”   |  |
| <b>CAFÉ DO PARANÁ</b>  | Jayme Canet Júnior, comerciante e fazendeiro     |

|   |   |
|---|---|
| Representante do Paraná na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café. Coordenador da campanha de Ney Braga em 1960 e de Paulo Pimentel em 1965.  |   |
| Presidente da CAFÉ Paraná (Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná; Presidente do BANESTADO no governo Paulo Pimentel; Vice-governador do Paraná de 1973 a 1975 e governador de 1975 a 1979, eleito pela ALEP; Filiado à ARENA e fundador do Partido Popular. |   |
| <b>COHAPAR</b>  | Felipe Aristides Simão (citado anteriormente) |

Novamente, observamos a recorrência de diretores que não tinham mandatos eletivos antes da nomeação aos postos que passaram a ocupar a partir do governo Braga. De 14 nomes, 13 não tinham sido eleitos partidariamente para nenhum cargo. Encontramos também 6 membros do “neysmo” (nomes influentes que participaram das administrações de Ney Braga anteriores ao governo do Paraná (como no caso da Prefeitura de Curitiba), e/ou posteriores a 1965 (quando Braga foi ministro da Agricultura, no governo Castelo Branco, da Educação, no governo Geisel, no segundo mandato de governador do Paraná e na Itaipu).

Outro fato que chama atenção nesse quadro é a presença 5 engenheiros e 4 homens com carreira no Exército entre os 14 citados. O perfil tecnocrata dos agentes políticos ligados ao planejamento e administração do governo de Ney Braga, cujos objetivos eram o desenvolvimento e a industrialização, associados aos interesses do empresariado industrial (OLIVEIRA, D, 2000, p.125). Esses interesses são condizentes com as práticas políticas adotadas pelo governo militar no período pós-1964. Muitos dos diretores dessas agências estatais se tornam notáveis membros da tecnocracia da ditadura militar a nível nacional nos governos posteriores, como Osiris Stenghel Guimarães, Pedro Viriato Parigot de Sousa e Karlos Heinz Rischbieter. Também assinalamos a ocorrência de diretores associados ao capital estrangeiro, pois os mesmos, além de serem técnicos qualificados a administração “racional”, também ocupam funções de diretorias nas empresas transnacionais, não sendo, portanto, neutros, justamente por essa posição. Os mesmos não são “tecnocratas” e sim “tecnoburocratas”, como assinala René Dreifuss (1981, p.72). O autor assinala que Ney Braga era um homem forte da Klabin, juntamente com Leônidas Bório, o que os associam com o a burguesia transnacionalizada. Na lista dos diretores relacionados à Klabin, também está presente o nome de Leônidas Bório.

Observamos também a conexão entre o poder político e o parentesco (OLIVEIRA, 2000; 2012). Entre os 14 nomes vistos, 7 possuem fortes laços de parentesco incorporados à política paranaense há séculos, ou integrados à ela, via matrimônio. São eles Guilherme Lacerda Braga, Affonso Camargo, Brasília Marques

dos Santos, Pedro Viriato Parigot de Souza, Othelo Werneck Lopes, Generais Gaspar Peixoto e Junot Rebelo Guimarães.

#### 5.4 O GOVERNO NEY BRAGA E A QUESTÃO REFORMISTA: RELAÇÕES ENTRE O SEU GOVERNO E AS PROPOSIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL ANTES DA CRISE POLÍTICA

O início do governo Ney Braga coincide com o início do governo de Jânio Quadros<sup>64</sup>. Conforme o visto no capítulo anterior, Jânio Quadros renunciou à presidência da república e provocou uma crise político-militar pelo fato de seus ministros militares não reconhecerem a legalidade da posse de João Goulart. Conforme indica José Pedro Kunhavalik (2004b, p.297), Ney Braga, nessa ocasião, teve uma postura neutra, não tendendo nem ao lado dos que defendiam a posse de João Goulart, em campanha encabeçada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, defendida, na capital curitibana, pelo prefeito petebista Iberê de Mattos, nem ao alado dos ministros militares que contestavam a posse de Goulart. Essa crise foi “resolvida” pela “Solução Parlamentarista”, que aceitou a posse de Goulart, retirando os seus poderes. Ney Braga participou da reunião que decidiu sobre o parlamentarismo, juntamente com os governadores Carvalho Pinto, de São Paulo, Juraçy Magalhães, da Bahia, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Celso Peçanha, do Rio de Janeiro, Celso Ramos, de Santa Catarina, Carlos Lacerda, da Guanabara e Carlos Lindberg, do Espírito Santo, além dos ministros militares de Jânio Quadros (KUNHAVALIK, 2004b, p.300).

Após esse primeiro posicionamento, Ney Braga procurou se relacionar de maneira amistosa com o PTB paranaense, visto que o seu partido, o PDC, e sua base não ofereciam base necessária dentro da Assembleia Legislativa para apoiar os seus projetos, necessitando da poderosa legenda do PTB para a aprovação das mesmas. Esses acordos políticos entre Ney Braga e o PTB resultaram na aliança UDN-PTB nas eleições para o senado em 1962, sendo os dois candidatos do governo eleitos para as

---

<sup>64</sup> Ney Braga associou a sua candidatura com a de Jânio Quadros e Nelson Maculan associou a sua com a candidatura de Lott, com protestos dentro do PTB, que tentavam chamar o apoio de Jânio Quadros a Maculan, em nome da grande amizade entre Souza Naves e Jânio Quadros, além da ligação deste com o PTB do Paraná nas eleições de 1958, já que fora eleito deputado federal mais votado por essa legenda. Jânio Quadros não apoiou nenhum dos dois candidatos, mas Ney Braga tentou apropriar-se de sua imagem, dada à grande popularidade de Jânio Quadros no Paraná, obtendo sucesso. A esse respeito, ver Neves (2002) e Kunhavalik (2004b). Jânio Quadros ganhou as eleições no Paraná com 51,2% dos votos, contra 22,6% de Adhemar de Barros e 16,9% de Teixeira Lott (IPARDES, 1987).

duas vagas, Adolpho de Oliveira Franco e Amaury de Oliveira e Silva<sup>65</sup>. Ney Braga também dialoga com João Goulart e o PTB na resolução dos problemas agrários no Sudoeste do Estado, formando a GETSOP, conforme pode ser conferido na mensagem de Ney Braga à Assembleia Legislativa em 1962:

“O problema de terras no Paraná caminha, felizmente, para sua solução definitiva, assegurando ao homem que realmente trabalha o direito de posse. Milhares de Alqueires, principalmente no Sudoeste, tiveram, pelo Governo Estadual, normalizada a sua situação, até então de posse duvidosa ou litigiosa. A paz social, principal reivindicação do povo generoso daquela região, voltou a reinar, para a qual revela mencionar a valiosa colaboração do Governo Federal” (BRAGA, 1962, p.XV)

O relacionamento do governador Ney Braga com João Goulart durante o período parlamentarista é de amistosidade, conforme outro trecho da Mensagem de 1962:

“Tenho encontrado, de parte do ilustre Presidente João Goulart e de membros do Conselho, a melhor boa vontade para com a solução dos problemas paranaenses, a compreensão de que as aplicações feitas neste Estado se reproduzirão em favor do próprio País. O Chefe da Nação vem merecendo, do Executivo do Paraná, a confiança e o apoio que a sua conduta serena e equilibrada se faz credora” (BRAGA, 1962, p.XVII).

Com a crise do parlamentarismo, Ney Braga apoia o retorno do presidencialismo, ambicionando a sua candidatura à presidência da república em 1965, ou à vice-presidência. Curitiba foi uma das capitais brasileiras que registrou a veemente adesão ao presidencialismo. 77,3% disseram não ao parlamentarismo no Plebiscito (DIÁRIO DO PARANÁ, 9 jan. 1963, p.3). Poucos dias depois da realização do Plebiscito, Ney Braga afirmou que o seu governo e o PTB eram “duas forças interessadas em apoiar o presidente Goulart, no seu programa de administração” (DIÁRIO DO PARANÁ. Ney afirma que identidade ideológica dos governos do Paraná e União é perfeita. 26 jan.1963, p.3). Ney Braga, em consonância com os debates sobre reformas estruturais, inclinava seus discursos em direção à necessidade de realização de reformas como a agrária, mas sempre se afastando de posições que tenderiam aos movimentos reivindicatórias de esquerda.

---

<sup>65</sup> Ver Neves (2002) e Granato (2013).



Ney Braga foi eleito presidente nacional do PDC em abril de 1963. Seu discurso em prol de reformas como a agrária, urbana, administrativa, bancária e eleitoral é difundido no seu partido (DIÁRIO DO PARANÁ, Fórum político: Ney no Comando dos Democratas-Cristãos: PDC Levará ao povo o debate das reformas, 2 abr.1963, p.3). Moções partidárias de apoio à sua candidatura à presidência da república em 1965 são dadas por nomes como Franco Montoro e Paulo de Tarso (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney recebe apoio do PDC à sua candidatura à presidência da república, 20 abr.1963, p.3). As opiniões de Ney Braga a respeito dos rumos da política nacional eram ouvidas duplamente pela sua posição de governador e presidente do PDC. Conforme o visto, Ney Braga era presidente de uma agremiação reformista, e o governo federal promovia todas as suas políticas nessa direção. Em várias ocasiões Ney Braga reafirmava o seu apoio ao presidente João Goulart, que estaria “sinceramente interessado em impedir a agitação, defendendo a realização imediata de reformas de base para assegurar condições de progresso efetivo para o país” (DIÁRIO DO PARANÁ, Só deputado covarde teme pressão sobre o Congresso, diz Ney, 08. Jun.1963, p.3). Com a nomeação de Amaury Silva ao Ministério do Trabalho, Ney Braga demonstrou sua aprovação a nomeação do presidente, colocando à disposição do Ministério do Trabalho funcionários da administração estadual (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Ministério, 02 jul.1963, p.3).

Segundo Pierre Bourdieu (1989), toda tomada de posição política é definida pelos agentes inseridos nos subcampos (neste caso, partidos políticos) levando em consideração os seus concorrentes. O discurso e as ideias políticas são, portanto, relacionais. O principal discurso no campo político brasileiro e paranaense era o reformismo, atendendo as demandas que o próprio processo de modernização que o país e o estado passavam, juntamente com os anseios populares que se manifestavam nas urnas crescentemente a cada eleição sufragando os candidatos dos partidos reformistas. Era essencial, para os agentes e subcampos políticos que quisessem continuar no poder e reproduzir sua dominação, atentarem-se às proposições reformistas. Elas eram muito diversificadas e estavam em permanente reavaliação, devido a intensidade dos debates entre os diversos atores político atuantes no período em questão, que não se resumiam a agentes inseridos nas instituições do Estado e partidos políticos, como também nas organizações sindicais e populares em franca expansão. Esta extensão democrática era vista com desconfiança, muitas vezes temerosas, devido a um suposto “perigo comunista”, além da temerosa instauração da “república sindicalista” no Brasil. Os

discursos e práticas políticas de Ney Braga levarão estes aspectos em consideração, conforme veremos a seguir. Tais posicionamentos ideológicos estavam em luta e disputa contínua, acirrando opiniões e posicionamentos frente aos dilemas nacionais das reformas e promoção do desenvolvimento. Um dos principais elementos para a compreensão destes acirramentos é o anticomunismo, que veremos na seção 5.6.

## 5.5 O BLOCO DE APOIO ÀS REFORMAS PROMOVIDAS POR JOÃO GOULART NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE

A seção estadual do PTB no Paraná era a principal representantes das bandeiras reformistas que o governo Goulart promovia nacionalmente. No entanto, O PTB do Paraná era cobrado pelo governo para uma maior militância pelas reformas de base. Uma defesa incisiva dos programas do governo deixavam a desejar, especialmente quando comparada à campanha anti reformista promovida pela UDN, como veremos adiante. Em vista disso, foi criada a Frente Única de Mobilização Popular, destinada em trazer para Curitiba as principais figuras de projeção nacional para discutir as reformas de base, como João Pinheiro Neto, Vieira de Melo, Almino Afonso, San Thiago Dantas, Temperani Pereira, Neiva Moreira e Paulo de Tarso. O líder dessa Frente era o Presidente do Diretório do PTB de Curitiba, Wilson Chedid (DIÁRIO DO PARANÁ, Campanha reformista no estado provocará definição ideológica do PTB paranaense, 01.fev.1964, p.3). A defesa da reforma agrária, da campanha de sindicalização, de uma política de desenvolvimento nacional e redistributiva eram marcas do PTB, que vinha aumentando o diálogo com os setores sindicais e populares durante o governo, possibilitando a promessa de alargamento da democracia para amplos setores da sociedade. O PTB do Paraná estava no bojo destas aspirações, atuando dentro do governo Goulart de maneira notável, sendo uma forte legenda para sucessão de Ney Braga nas eleições de 1965.

Desde que João Goulart assumiu os poderes presidencialistas, ele procurou privilegiar a seção paranaense do PTB com cargos importantes para a legenda. Assim, para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, o indicado foi Léo de Almeida Neves. Para o Instituto Brasileiro de Café, o nomeado foi Nelson Maculan, em detrimento do então secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, como Ney Braga gostaria. João Goulart também deixou de nomear Queiroz Filho, do PDC, para a

embaixada do Brasil na Iugoslávia. Goulart também nomeou o petebista paranaense Amaury de Oliveira e Silva para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, constantemente atacado por jornais de apoio a Ney Braga (KUNHAVALIK, 2004b, p.309). A gestão de Amaury Silva a frente do Ministério do Trabalho garantiu a nomeação de mais de 300 correligionários nos Institutos de Aposentadorias e Pensões do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Nomeações, 16 jan.1964, p.3).

Em outro estudo, constatamos que a relação entre João Goulart e a seção local do PTB possibilitou essas nomeações, centrais para o trabalhismo e para seu governo. A seção paranaense do PTB era alinhada politicamente com a sua rede política no PTB nacional, consultando sempre o presidente nas decisões tomadas localmente, além da boa relação entre os membros da seção local com a Executiva Nacional desde a década de 1950, com o petebista paranaense Souza Naves como vice-presidente nacional do PTB, braço direito de João Goulart (GRANATO, 2013). O PTB era o partido que mais crescia no Paraná nesse contexto, nas eleições para o Executivo e o Legislativo, além das nomeações nos cargos estratégicos para a economia paranaense, como é o caso da CREAMI-BB e do IBC.

Tratava-se de um partido que ameaçava a hegemonia do grupo político que Ney Braga estava construindo. Podemos fazer alusão dessas competições a um jogo político, como Bourdieu demonstra em suas análises, no qual os jogadores acumulam diferentes espécies de capitais, disputando espaço e poder político. Quando as regras do jogo democrático foram deslegitimadas pelo golpe de 1964, alguns agentes perderam capitais políticos e outros ganharam, como veremos nos próximos capítulos.

Uma das medidas mais significativas de Amaury Silva à frente do Ministério do Trabalho foi a intensificação da sindicalização rural em todo o Brasil. No Paraná, também verificou-se o alto número de sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério, a maior parte deles comunistas (SILVA, 2006). Isso era alvo de críticas por parte da oposição, como veremos adiante.

Tendo o PTB do Paraná alta influência junto ao governo federal, inclusive ocupando um Ministério, todo um aparelho oposicionista nacional e local foi montado para combater as práticas reformistas tomadas pelo Ministério do Trabalho e pelo Governo Goulart, tendo em vista o acirramento de posições ideológicas, diferentes disputas em torno do projeto de reformas, alargamento da democracia para amplos setores da sociedade brasileira, incluindo classes sociais e incomodando os setores

dominantes da sociedade que se sentiam ameaçados com tais mudanças que vinham ocorrendo no Brasil através das reivindicações populares e ações governamentais.

Amaury Silva tinha uma postura de diálogo com as centrais sindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A sua gestão coincidiu com o crescimento do número de greves, com reivindicações que incluíam o aumento dos salários (deteriorados pela inflação), extensão de direitos e pressões pelas reformas de base, especialmente pelo fato do CGT e outras confederações tivessem em suas alianças a presença de líderes trabalhistas (pertencentes ao Grupo Compacto<sup>66</sup>) e os comunistas. Inúmeras categorias, entre elas a dos bancários, trabalhadores de carris urbanos, ferroviários, aeroviários, marítimos, arrumadores, funcionários da PETROBRÁS, operários navais, radialistas, professores, enfermeiros, telegrafistas, alfaiates, costureiros, portuários, etc, entraram em greve durante a sua gestão. A política de João Goulart e Amaury Silva era de não repressão às greves e de permanente diálogo com o movimento sindical. Os grandes movimentos grevistas aconteceram em São Paulo e na Guanabara, governados pelos adversários políticos de Goulart Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, respectivamente. Os mesmos acusavam Goulart de ser o instaurador de uma “República Sindicalista”, aliada com “Moscou” para ameaçar a democracia no Brasil, promovendo a “desordem”, o “caos” e a “anarquia” através das greves, que seriam “promotoras da discórdia e da agitação social” (GRANATO, 2013). O autoritarismo está presente nas declarações destes governadores, que não aceitavam as reivindicações populares, pois no pensamento político dos mesmos não há espaços para antagonismos e lutas entre classes, pois as mesmas são negadas ou não existentes. Haveria apenas um “bem comum”, uma forma de desenvolvimento, que excluía a possibilidade de políticas redistributivistas, conforme o visto no primeiro capítulo, nas premissas da Doutrina da Segurança Nacional. Não é por acaso que estes governadores participaram da conspiração que derrubou o governo Goulart e apoiaram a gestão de Castelo Branco no primeiro momento.

A gestão de Amaury Silva à frente do Ministério do Trabalho era criticada por Carlos Lacerda, durante a sua visita a Curitiba: “Esta oligarquia de homens que tomaram conta do país e em nome das reivindicações dos trabalhadores, montaram no Ministério do Trabalho uma agência de tutela sobre os direitos do trabalhador livre”

---

<sup>66</sup> O Grupo Compacto do PTB era composto por políticos e sindicalistas com as mais intensas tendências nacionalistas e reformistas dentro do partido. Um dos seus principais expoentes era o ex-Ministro do Trabalho Almino Affonso, cuja gestão foi substituída por Amaury de Oliveira e Silva.

(DIÁRIO DO PARANÁ, Lacerda aponta na TV união contra o povo: corrupção e comunismo, 08. Mar.1964, p.3).

As reações às centrais sindicais por parte da oposição eram de hostilidade. Em setembro de 1963, o general Pery Bevilaqua, comandante do II Exército, condenou em uma nota as ações realizadas pelo CGT, o Fórum Sindical e a União Sindical dos Trabalhadores, obtendo aplausos de deputados da UDN do Paraná, como João Vargas de Oliveira (estadual) e Hermes Macedo (federal). O primeiro, em sessão na Assembleia Legislativa, acusou o presidente João Goulart, o deputado federal Leonel Brizola, o governador de Pernambuco Miguel Arraes e outros membros do governo federal de insuflarem a “República Sindicalista” no Brasil, que seria a primeira etapa a caminho do “comunismo”. O deputado apelou para a intermediação democrática de governadores como Ildo Meneghetti, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, Assembléia Legislativa- Deputado da UDN pede que Assembléia Aplauda Pery Bevilaqua contra a subversão, 24 set. 1963, p.3).

As classes produtoras também se manifestaram contra a política sindical do governo de João Goulart. A Associação Rural de Londrina e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná também se solidarizaram com às declarações de Pery Bevilaqua. O presidente da Associação Comercial do Paraná, Oscar Schrappe Sobrinho, se manifestou favorável ao fechamento do CGT, do Pacto de Unidade Sindical e do Fórum Sindical de Debates, além de cobrar medidas mais enérgicas do presidente João Goulart frente à essas organizações que seriam contrárias às “instituições democráticas”, caso contrário, deveria ser impedido de continuar no seu posto (DIÁRIO DO PARANÁ, Oscar Schrappe Sobrinho faz sérias acusações os govêrno e ao presidente, 11 out. 1963, p.3).

## 5.6 O ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA PARANAENSE E SUAS MANIFESTAÇÕES NOS SUBCAMPOS POLÍTICOS

O anticomunismo no campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 manifesta-se principalmente através da rotulação das mobilizações populares consideradas em sua maioria como “subversivas” e através das reformas de base propostas pelo governo federal que ameaçavam os interesses do empresariado associado ao capital multinacional e latifundiários, temerosos de uma democracia inclusiva que

levasse em consideração na sua política econômica a distribuição mais equitativa das riquezas incluindo nos seus projetos as demandas das classes populares do campo e da cidade.

O ideário anticomunista estava fortemente evidente na sociedade paranaense e curitibana das décadas de 1950 e 1960. Beatriz Wosniak Giménez (2003) indica que a sociedade curitibana vivia sobre o espectro da modernidade, mas tal processo não foi imune das contradições sociais de pauperização, violência e exclusão. Os conflitos sociais desse período como a Guerra do Pente, os levantes agrários do Norte e do Sudoeste e reivindicações populares nos campos e nas cidades foram negadas ou invisibilizadas pelas elites dominantes, que eram produtoras da representação de que a “ordem”, a “harmonia” e a “disciplina” prevaleciam na sociedade paranaense e curitibana. Todas as manifestações que contradissem a esse imaginário, como as atuações de movimentos de trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, entre outros, eram associadas às infiltrações comunistas (GIMENÉZ, 2003, p.108). O anticomunismo, portanto, não tinha como alvo apenas o Partido Comunista, e atingia múltiplos movimentos reivindicatórios.

Parcelas significativas da Igreja Católica, do empresariado e da classe política disseminavam a indústria do medo em relação à essa ideologia “estranha” e inadequadas aos valores “ocidentais-cristãos de sociedade” (GIMENÉZ, 2003, p.78). O imaginário anticomunista foi intensificado pelos cursos da Escola Superior de Guerra, frequentados por parcelas das elites econômicas curitibanas (GIMENÉZ, 2003, p.118).

Ney Braga e seu grupo político adotavam práticas modernas de governo, que favoreciam a ação do capital transnacionalizado, ao desenvolvimento do capitalismo local atrelado ao Estado, políticas de infraestrutura, etc. Para Ney Braga, assim como a ideologia da Segurança Nacional, a promoção do desenvolvimento era a melhor forma de combater ao comunismo e as possíveis rebeliões sociais, sendo que este modelo de desenvolvimento não previa o espaço para as grandes mobilizações de massa, pois as mesmas eram negadas. No Paraná, estado “ordeiro”, não havia a “desordem” e a “subversão”. Todas as manifestações populares eram assim rotuladas por parcelas significativas da elite política paranaense, muitas vezes negando-se a existência de problemas sociais. A Doutrina da Segurança Nacional pregava que qualquer debate ou manifestação colocaria em risco a “ordem” e a segurança da nação, seria necessária combatê-las, pois as mesmas seriam exógenas ao próprio “bem comum”, que só previa um caminho ao desenvolvimento, sendo as Forças Armadas as guardiãs desta “ordem”.

Várias lideranças civis que tiveram contato com estas doutrinas militares através das escolas de formação ou cursos promovidos pela Escola Superior de Guerra, tiveram em seus *habitus* políticos a grande influência da doutrina anticomunista, que marcou parcelas significativas do Exército e se disseminou com a colaboração de importantes setores da sociedade como o empresariado brasileiro, muitas vezes associado ao capitalismo internacional, os grandes latifundiários, temerosos quanto uma política efetiva de reforma agrária, parcelas da Igreja Católica, entre outros agentes e instituições.

O apoio de Ney Braga ao governo federal durante o ano de 1963 foi enfraquecendo, na medida em que os meses passavam e o presidente se aproximava cada vez mais das demandas dos setores populares e sindicais. Ao mesmo tempo em que era o presidente nacional de uma agremiação reformista e promovesse um projeto de reformas no governo do estado, Ney Braga demonstrava a adesão de outro tipo de reformismo que não estava necessariamente de acordo com o que vinha acontecendo no Brasil. Seu reformismo é antes de tudo, anticomunista, e isto fará com que Ney Braga lute politicamente com setores reformistas não anticomunistas dentro do PDC, como veremos adiante. O anticomunismo está presente entre membros do grupo político de Ney Braga e o próprio governador, sempre temeroso quanto ao “perigo” comunista. Ney Braga estava na Escola Militar do Realengo na ocasião em que o Levante Comunista de 1935 foi desencadeado nos quartéis. Ele recebeu uma formação que repudiava tal episódio, considerado como uma “afronta” devido a insubordinação dentro do próprio Exército, conforme o visto no primeiro capítulo.

A grande maioria da Seção da UDN no Paraná também manifestava receios em relação aos caminhos reformistas defendidos pelo governo federal, especialmente no tocante à reforma agrária. O anticomunismo da UDN estava atrelado as suas críticas ao reformismo promovido pelo governo de João Goulart. A legenda organizou comícios contra a alteração na Constituição para a reforma agrária, com a presença do senador Adolpho Oliveira Franco e dos deputados estaduais Justino Alves Pereira, Haroldo Leon Peres e Paulo Poli. O primeiro deles foi em Maringá (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Comícios, 01 jun.1963, p.3). Estes comícios se estenderam pelas cidades de Rio Negro, Lapa, Ponta Grossa. Os deputados estaduais com discursos mais inflamados dessa legenda eram Haroldo Leon Peres e Rubens Requião. Juntamente com parcelas da Igreja Católica, representadas pelo arcebispo de Curitiba Dom Manoel da Silveira D’Elboux, deputados como Rubens Requião se declaravam contrários à alteração da

Constituição de 1946 para a realização da reforma, rejeitando a emenda proposta pelo deputado federal pedecista Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo (DIÁRIO DO PARANÁ, Assembléia Legislativa: Plenário dá seu apoio à reforma agrária com alteração da Constituição, 22 mai.1963, p.3).

Com a nomeação de Amaury de Oliveira e Silva para o Ministério do Trabalho, medidas reformistas como a defesa da promoção da reforma agrária e da sindicalização rural propostas pelo governo e Ministério do Trabalho foram constantemente criticadas pela UDN. Estas críticas eram atreladas ao discurso anticomunista, não só no caso do sindicalismo rural, como também urbano, conforme o visto na seção anterior. No Paraná, verificou-se o alto número de sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério, a maior parte deles comunistas, o que foi alvo de críticas por parte da oposição. O udenista Haroldo Leon Peres, por exemplo, acusava a existência de “subversão” nos sindicatos rurais do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, “Assembléia Legislativa: Peres acusa Ministério do Trabalho de proteger sindicatos comunistas” 30 mai. 1963, p.3). Outro deputado estadual da UDN, Túlio Vargas, também criticava As práticas de Amaury Silva a frente do Ministério. Na ocasião do aniversário da Frente Agrária no Paraná, manifestando seu repúdio às supostas irregularidades praticadas pelo Ministério do Trabalho no tocante ao reconhecimento dos sindicatos rurais, que discriminariam os sindicatos fundados pela Frente Agrária (DIÁRIO DO PARANÁ, Assembléia Legislativa- Líder da UDN anuncia CPI para apurar irregularidades no registro de sindicatos, 14 ago.1963, p.3).

Não apenas a UDN criticava a gestão de Amaury Silva a frente do Ministério do Trabalho. A Igreja Católica de Maringá, tendo como seu porta-voz o seu bispo, Dom Jayme Luiz Coelho também repudiava a “infiltração comunista” nos sindicatos, sendo apoiada por deputados como Edgard Távora, do PRP (DIÁRIO DO PARANÁ, Assembléia Legislativa, Sindicatos: Interpelada a DRT sobre “discriminações” nos seus reconhecimentos, 20 ago. 1963, p.3).

A unidade partidária do PSD repousava na sua ideologia anti-reformista, especialmente no tocante às mudanças constitucionais em prol da reforma agrária (DIÁRIO DO PARANÁ, Divisionismo no PSD paranaense não afeta concordância contra reforma constitucional, 12 mai.1963, p.3).

Em síntese, o anticomunismo era atrelado a algumas reformas de base propostas por João Goulart, que sofreram pesadas críticas da oposição, inclusive no Paraná. Havia diferentes projetos de reformas em disputa, cada um com interesses de classe



envolvidos no interior das propostas. Este intenso debate proporcionou a ascensão de grupos que foram incluídos na arena de lutas políticas, como as organizações dos trabalhadores urbanos e rurais, que desagradaram as classes dominantes (latifundiários, burguesia nacional e associada) e seus representantes, que queriam manter a sua dominação exclusiva, e também se sentiam incomodadas com a suposta “desordem” que as reivindicações populares promoviam.

Todo esse acirramento ideológico e de classe que ocorreu no Brasil e no Paraná terão como consequência a instalação da ditadura militar a partir de abril de 1964. Esta mudança influenciará decisivamente os rumos da política nacional e paranaense, conforme veremos nos próximos capítulos.

## **6 AS LUTAS ENTRE OS AGENTES E SUBCAMPOS DA POLÍTICA PARANAENSE NA CONJUNTURA DO GOLPE DE 1964**

O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 se dividia em diversos subcampos, no caso, partidos políticos, que disputavam entre si diferentes projetos de reformas sociais, ideologias e capitais políticos, conforme o demonstrado no capítulo anterior. No presente capítulo, focaremos as disputas entre os partidos políticos neste contexto de instabilidade política que resultou no golpe de 1964. No segundo momento, faremos uma exposição sobre os fatos que antecederam o golpe de 1964, assinalando quais eram as principais forças de apoio ao movimento que depôs João Goulart, registradas no estado do Paraná.

Na terceira seção, destacaremos quais foram os primeiros expurgos que o golpe provocou sobre os agentes políticos paranaenses que eram “alvos” da “revolução”, concretizados com o Ato Institucional nº1, apresentando informações biográficas que revelam as trajetórias políticas dos mesmos. Na quarta seção, nos deteremos à realização das eleições de 1965 no Paraná, e como os grupos políticos se posicionaram frente aos candidatos Paulo Pimentel (governo) e Bento Munhoz da Rocha Netto (oposição), ainda sobre o sistema pluripartidário, no qual os agentes políticos podiam disputar posições com relativa liberdade de ações e escolhas dentro do “jogo” político, no contexto autoritário.

### **6.1 AS DISPUTAS PARTIDÁRIAS ANTES DO GOLPE**

O PDC do Paraná era um dos partidos que mais crescia eleitoralmente e organizativamente em todas as suas regiões. Em 1963, possuía o governo do Paraná na figura do governador Ney Braga como um destaque reconhecidamente prestigiado como um bom gestor a frente do estado. Tal prestígio e capacidade política lhe propiciou a presidência da Executiva Nacional do partido, aprimorando os seus capitais com a grande notoriedade que obteve através de sua posição dentro do seu subcampo/partido de atuação política. Primeiramente, avistaremos como era a liderança de Ney Braga no PDC nacional, e em seguida, a sua postura no PDC local.

A linha política de Ney Braga na agremiação nacional do PDC era considerada “centrista”. Os membros do PDC que se identificavam com o reformismo e o nacionalismo foram neutralizados pela liderança do grupo político liderado por Ney

Braga dentro do PDC. As relações entre os seus membros se estremeceram após as declarações do ex-Ministro da Educação, Paulo de Tarso, em relação ao presidente da agremiação, Ney Braga, caracterizando-o de “traidor”. Ney Braga se surpreendeu com a declaração, solicitando ao ex-ministro esclarecimentos sobre tal acusação. Na reunião da Executiva Nacional do partido, foi aprovada a proibição dos seus membros a qualquer frente política estranha ao partido, como a Ação Democrática Parlamentar e a Frente Parlamentar Nacionalista, atingindo a Paulo de Tarso (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney pede que P.Tarso esclareça ‘traição’, 27. Out. 1963, capa).

A convenção nacional do PDC, liderada pelo seu presidente, Ney Braga, decidiu pela expulsão partidária dos membros da Frente Parlamentar Nacionalista, como além do já citado Paulo de Tarso, João Dória e Plínio de Arruda Sampaio. Essa mesma regra, contudo, não valia para os membros pedecistas pertencentes à Ação Democrática Popular, como o ex-presidente nacional do PDC, o Monsenhor Arruda Câmara (DIÁRIO DO PARANÁ, Convenção decidiu: deputados do PDC terão de deixar agrupamentos extra-partidários, 03 fev.1964, p.3). O grupo liderado por Ney Braga obteve mais de 80% nas votações que diziam respeito à linha política adotada pelo PDC. O alinhamento do partido da “Terceira Via” com a dominação norte-americana no continente foi expressado nas seguintes teses: a “incompatibilidade entre democracia cristã e o regime totalitário” soviético, e a defesa da Aliança para o Progresso, a mesma, segundo as teses do PDC:

“gera para o Brasil o dever de elaborar uma política econômica independente, que deve aceitar o capital estrangeiro, desde que caiba ao poder público brasileiro determinar os setores de aplicação deste capital, a rentabilidade de tais ajudas para o país e dos dispositivos de segurança e preservação de nossa cultura, de nossa independência política e de nossa opinião pública” (DIÁRIO DO PARANÁ, Vitória do grupo Ney absoluta na convenção do PDC: mais de 80 por cento, 03 fev.1964, p.3).

Boa parte do ideário e práticas adotadas por Ney Braga no Paraná foi aprovada pelo Congresso Nacional do PDC, o que novamente destaca a sua influência e poder dentro do partido. O afastamento de Ney Braga em relação ao governo João Goulart se dá quase simultaneamente com o afastamento do próprio PDC em relação ao presidente. As inquietações de Ney Braga frente aos “extremismos” na política brasileira se

intensificaram até a saída de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda. Ney Braga pregava a união de todos os que eram contra as práticas extremistas, corruptoras e clientelistas, bem como as práticas que visavam manter os privilégios em detrimento dos reais interesses da nação (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney Braga prega união e quer extermínio das velhas raposas e répteis, 19. Dez. 1963, p.3). Para o governador, Carvalho Pinto representava o alicerce do Ministério de Goulart, e não poderia ser substituído. Isso representava a entrega de Goulart às pressões dos grupos de esquerda, que promoviam o clima de agitação e intranquilidade no Brasil (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney lamenta que Jango não resista a pressões, 21. Dez.1963, capa).

A influência ideológica e política exercida por Ney Braga no PDC nacional também se verifica na seção local. Seus posicionamentos são seguidos pelos seus correligionários da maneira mais fiel possível. No Paraná, ele não precisou lidar com integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista e reformistas militantes, nem com dissidências internas que colocassem em risco a sua dominação. Uma crítica feita por José Richa, então presidente juvenil do PDC, foi devido à expulsão de Paulo de Tarso da legenda (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Tática, 03 dez.1963, p.3). Outro líder do PDC era o seu presidente regional, Affonso Camargo Netto, que tinha como maior ambição ser o sucessor de Ney Braga e era um quadro que atuava nos bastidores do campo político paranaense e no interior do PDC local. Sua militância anti-lacerdistas dentro do PDC era vista com desagrado pela UDN no Paraná.

Outro partido que concorria diretamente com o PDC na hegemonia política paranaense era o PTB, que tinha excelentes relações com o governo federal e a pessoa do presidente João Goulart.

No início do governo Braga, o PTB fez acordos para a aprovação de leis que criavam as estatais, sob a iniciativa do governo. A bancada de 12 deputados estaduais do PTB na Assembleia era essencial para o governador. Enquanto o mesmo tinha uma relação de amistosidade com João Goulart no que se refere às questões dos conflitos agrários solucionados pela GETSOP, bem como o apoio à volta do presidencialismo. Nesse contexto, as eleições de 1962 ocorreram com acordos entre o PTB e o governo. O PTB e o PDC obtiveram resultados muito favoráveis no pleito e o ano de 1963 começava com uma nova bancada para ambos os partidos, com o PTB mantendo um número notável de representantes na ALEP (12 deputados estaduais) e o PDC apresentando um crescimento volumoso (com a bancada de 12 deputados). Os acordos entre os partidos feitos em 1962 foram colocados em questionamento, o que provocou o

afastamento progressivo de ambas as forças no Paraná, tendência que se verificava também nacionalmente. Após os descumprimentos dos acordos entre o governo e o PTB no âmbito estadual, no tocante às disputas nas prefeituras municipais, o PTB passou a fazer oposição ao governo Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, Fim de semana eminentemente político: reunião do PTB e o principal item do dia, 09 mar.1963, p.3). Os deputados estaduais mais firmes nas suas colocações oposicionistas eram Joaquim Néia de Oliveira, Waldemar Daros, Walter Pécoits e Leon Naves Barcellos (DIÁRIO DO PARANÁ, PDC e PTB estreitamente aliados no plano nacional e opostos no estadual, 17 mai.1963, p.3). Estes afastamentos em relação ao governo Ney Braga se intensificaram ainda mais com as declarações que o governador dava a imprensa de críticas ao governo do presidente Goulart no decorrer de seu mandato.

O PTB era um partido muito coeso no que se refere à organização, todas as decisões tomadas nas convenções deveriam ser acatadas e colocadas em prática por todos os membros da agremiação. As disputas e facções existiam na legenda, mas elas não poderiam ser fortes o suficiente para provocar o divisionismo ou dissidências. O PTB pretendia disputar as eleições de 1965 com candidatura própria, visto que era um dos partidos que mais crescia eleitoralmente no Paraná e tinha sua influência intensificada com as ações do Ministério do Trabalho, do Instituto Brasileiro de Café e da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil no Paraná, visto que todos estes cargos eram comandados por petebistas locais. Os mesmos também eram pré-candidatos ao governo do estado nas eleições de 1965, sendo eles, respectivamente, Amaury de Oliveira e Silva, Nelson Maculan e Léo de Almeida Neves, este, porém, não possuía idade adequada para assumir o governo do estado, visto que a legislação só permitia a posse ao cargo com 35 anos de idade.

Já a UDN no Paraná dividia-se em três correntes, lideradas respectivamente por Adolpho de Oliveira Franco, Haroldo Leon Peres e Justino Alves Pereira. Adolpho foi indicado para a presidência estadual da agremiação com a proposta de unir tais correntes (DIÁRIO DO PARANÁ, Adolpho indicado para a presidência da UDN: conciliação no partido, 08.mar.1963, capa). Com Adolpho, a executiva da UDN era composta dos vices Haroldo Leon Peres, João Vargas de Oliveira e Jerônimo Tomé além do Secretário-Geral da agremiação, Justino Alves Pereira (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Reunião, 16.mar.1963, p.3). A seção udenista no Paraná tinha clara posição lacerdistas e anticomunista.

As relações entre a UDN e o governo Ney Braga eram estremecidas, principalmente no tocante à sua presença em cargos no governo (a UDN exigia mais espaço), além dos estranhamentos entre o secretário de Interior e Justiça, Affonso Camargo Netto (este também presidente regional do PDC), que constantemente criticava Carlos Lacerda), e deputados da UDN, que desaprovavam tal postura, rebatendo-o com acusações relativas a presença de comunistas infiltrados na Secretaria de Interior e Justiça (DIÁRIO DO PARANÁ, Condição comunista não se prova, mas se sente diz Requião em novo discurso, 26.out.1963, p3).

A UDN do Paraná defendia uma candidatura própria ao governo do estado em 1965, alinhada à candidatura de Carlos Lacerda à presidência. Mesmo estando alinhada ideologicamente com o governo Ney Braga, parte da UDN estava fazendo a linha oposicionista, mas esta já estava sendo feita pelo PTB, um partido oposto à UDN ideologicamente. Entre essas divisões, os três deputados estaduais insatisfeitos abandonaram a UDN durante suas respectivas legislaturas, são eles Francisco Scorsin, Paulo Poli e Almir Passo (DIÁRIO DO PARANÁ, Bancada da UDN sofre novo desfalque: Redução de 37% em apenas sete meses, 13.nov.1963, p.3).

As relações de aproximação entre a UDN e o governo Braga muitas vezes ocorriam sob a iniciativa de outras seções estaduais, que incentivavam o lançamento da chapa para as eleições de 1965. Movimentos do PDC da Guanabara em prol da candidatura de Lacerda para presidência e Ney Braga para vice-presidente (DIÁRIO DO PARANÁ, Pedecista da Guanabara confirma que vai lançar na convenção a chapa Lacerda-Ney, 26. Nov.1963, p.3) desagradavam a seção paranaense do PDC. O seu presidente, Afonso Camargo, considerava Lacerda uma força reacionária, e seria inconcebível apoiá-lo para a presidência (DIÁRIO DO PARANÁ, Udenistas querem interpelar Afonso sobre declarações que teria feito em São Paulo, 21. Nov. 1963, p.3). O próprio Ney Braga defendia a candidatura de Carvalho Pinto nesta conjuntura, e se reunia constantemente com o Ministro da Fazenda para concretização de tal projeto. Sua candidatura era exaltada por Ney Braga como o “nome ideal para a futura administração do país” (DIÁRIO DO PARANÁ, 15 jan.1964, p.3). Ney Braga queria firmar a candidatura da “Terceira Via” entre Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Afinados, 21 jan.1963, p.3), encontrando apoio das seções pedecistas da Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIÁRIO DO PARANÁ, Adoção pelo PDC da candidatura Magalhães ocasionará candidato udenista ao governo, 21 jan.1964, p.3). O presidente da seção paranaense do

PDC, Afonso Camargo, declarou que “unanimidade dos dirigentes democratas-cristãos se pronunciou contra a candidatura de Lacerda”, a candidatura da “agitação” (DIÁRIO DO PARANÁ, Nota do presidente regional pedecista proclama seu partido como anti-Lacerda, 24 jan.1964, p.3).

Já o PSD estava dividido e enfraquecido nesta conjuntura. A divisão política da seção local do PSD repousava sobre dois grupos antagonistas: de um lado os aciologistas, partidários de Acioly Filho, e de outro os lupionistas, ala composta por partidários do ex-governador Moysés Lupion. A Convenção regional do PSD, realizada no início de junho de 1963, elegeu Acioly Filho o seu novo presidente, tendo como vices Plínio Costa, Rafael Rezende, Raul Vaz, Alô Guimarães e Antônio Lustosa de Oliveira (DIÁRIO DO PARANÁ, Accioly foi eleito novo presidente do PSD e JK lançado candidato e 65, 2 jun.1963, p.3). Esta Convenção foi refeita no final do mês de junho, pois ela foi considerada ilegítima pela ala lupionista da legenda. Lupion alegou que Acioly Filho não poderia ser considerado nem mesmo membro do PSD, visto que seu registro partidário ainda encontrava-se no PDC, seu partido anterior (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Lupion, 05 jul.1963, p.3). A segunda convenção elegeu Moysés Lupion presidente da seção regional (DIÁRIO DO PARANÁ, 30 jun.1963, p.3). Seu controle político sobre o PSD vinha desde o período de sua fundação, sob organização de Manoel Ribas. As relações entre Lupion e o presidente nacional do PSD, Amaral Peixoto, eram de amizade. A influência deste com a Executiva Nacional eram, portanto, muito altas.

No entanto, Lupion não possuía a total confiança de outro nome importante do PSD nacional: o ex-presidente Juscelino Kubitschek. JK foi eleito no mesmo ano em que Moysés Lupion elegeu-se pela segunda vez ao governo do estado. Suas campanhas deveriam estar, portanto, integradas, mas os números eleitorais deixaram JK em 3º colocação na capital paranaense, por exemplo, atrás de Plínio Salgado e Adhemar de Barros, este amigo pessoal de Lupion. Kubitschek ressentiu-se pela falta de entrosamento entre as campanhas do PSD (DIÁRIO DO PARANÁ, PSD paranaense ainda sem condições para participar da campanha de 1965, 18 set.1963, p.3). JK nutria amizade por Acioly Filho, e preferia prestigiar essa corrente no PSD paranaense, que seria mais acessível para uma possível aliança entre o PSD e o PTB, desejável pelo ex-presidente (DIÁRIO DO PARANÁ, Ainda JK e o Paraná: Ao PTB interessa a vitória dos aciologistas no PSD local, 18. Dez.1963, p.3).

Enquanto Lupion estava a frente do PSD local, a linha política que o ex-governador defendia era de oposição ao governador Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, Comando do PSD anuncia oposição mas não tem instrumentos para exercê-la, 03 jul.1963, p.3), e seus correligionários deveriam ter o mesmo posicionamento. Mas isso, na prática, não se concretizava, visto que vários representantes do PSD paranaense não faziam frente ao governo na Câmara e na Assembleia Legislativa. Isso começou a se modificar com os pronunciamentos do deputado José Vaz de Carvalho, na Assembleia Legislativa (DIÁRIO DO PARANÁ, Pela primeira vez no ano corrente um discurso pessedista de oposição, 23.out. 1963, p.3). Lupion pretendia candidatar-se ao governo do estado nas eleições de 1965. Após a cassação de Lupion em 1964, o comando do PSD passou para Acioly Filho.

Os demais partidos políticos nesta conjuntura também se posicionavam quanto às reformas sociais, com disputas políticas internas.

A pequena agremiação do PRP mantinha suas posições claramente anti-reformistas. Em 1963, sua convenção reelegeu para presidente do diretório regional Ivan Luz, os vices Edgard Távora e Zagonel Passos e o Secretário-geral Antônio Lopes Júnior (DIÁRIO DO PARANÁ, 17 nov.1963, p.3). O deputado estadual Edgard Távora frequentemente se manifestava na tribuna da Assembleia contra as reformas de base propostas pelo governo Goulart, contra o comunismo e a “perigosa” instalação de uma “república sindicalista” no Brasil. O deputado afirmava ser oposição ao governo Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Oposição, 02 mai.1964, p.3).

Já o Partido Comunista atuava de maneira clandestina. No entanto, sua presença nas aberturas de sindicatos rurais no Paraná durante o governo Goulart foi bastante intensa. O Partido Comunista tinha como principal concorrente na organização dos sindicatos a Igreja Católica e a Frente Agrária Paranaense, e enfrentava a discriminação de seus membros e o anticomunismo (SILVA, 2006, p.270). O Partido Comunista também se fez presente na criação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, sendo o seu primeiro secretário-geral o comunista paranaense José Rodrigues do Santos (GONÇALVES, 2004, p.129).

## 6.2 A CONSPIRAÇÃO GOLPISTA E A PARTICIPAÇÃO DO EXECUTIVO PARANAENSE



Os discursos anticomunistas das agremiações partidárias aprofundaram-se na medida em que João Goulart defendia incisivamente as reformas de base propostas por seu governo. O PDC, partido reformista, e seu líder, Ney Braga, demonstravam-se cada vez mais temerosos ante aos “perigos” do “radicalismo” político no Brasil.

Diálogos entre os governadores sobre a situação política nacional eram constantes no ano de 1963 e se aprofundaram no início de 1964. Já em dezembro de 1963, no encontro entre Adhemar de Barros e Ney Braga, os governadores concordavam com a ideia de que o país vivia um clima de “agitação” e “intranquilidade”, motivado pela falta de domínio dos extremistas por parte do presidente João Goulart. Contra isso, Ney Braga conclamou a “união dos partidos que querem realmente defender a nação contra os extremismos, contra a corrupção e contra os privilégios nefastos”, assinalando que os partidos políticos deveriam evitar as paixões ideológicas e clientelismos políticos (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney lamenta que Jango não resista a pressões, 21 dez.1963, capa).

No encontro entre Ney Braga e Carlos Lacerda, no início de março de 1964, ambos declararam que o Brasil estava nos limites do tolerável e o regime democrático estava ameaçado. Ney Braga manifestou-se favorável ao Manifesto do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto e suas impressões sobre as radicalizações políticas crescentes (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney Braga: Aprofundou-se necessidade de preservar a Federação e a democracia, 03 mar.1964, p.3). Dias depois, Carlos Lacerda visitou Ney Braga no Palácio Iguazu e ambos foram no carro do governador visitar o Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D’Elboux, onde reuniram-se reservadamente. Após as conversações entre Carlos Lacerda e Ney Braga, o governador da Guanabara recomendou aos udenistas Haroldo Leon Peres e Rubens Requião cobertura total ao governo Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Resultados, 10 mar.1964, p.3).

A ideologia da Escola Superior de Guerra de que existiria uma polarização entre o mundo “capitalista”, “livre” e “cristão” ameaçado pelo “comunismo ateu” era disseminado entre as classes dominantes transnacionalizadas e as classes médias receosas da expansão do movimento sindical e popular. Os governadores, reunidos com a Igreja Católica, se viam como uma “vanguarda” que saberiam conduzir a “nação” juntamente com as “Forças Armadas democráticas” no combate ao comunismo e à “subversão”, realizando o que seria o “bem comum”, o “anseio maior” da população brasileira, “salvando” a mesma. A influência da obra autoritária de Francisco Campos

nestes discursos e ações, juntamente com a ação das Forças Armadas para evitar que a “desordem e o caos” continuassem a se espalhar na nação brasileira, naturalmente “harmônica” e “ordenada” são plenamente perceptíveis.

Constantemente eram realizadas reuniões entre os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga e Adhemar de Barros para a discussão das saídas da “crise” brasileira em termos da legalidade, democracia e pacificação (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney Braga desmente que seja candidato a vice na chapa de Carlos Lacerda, 11 mar.1964, p.3). Tais governadores repudiaram o Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março de 1964.

Para boa parte da classe dominante brasileira, aliada política e economicamente ao capital transnacional, toda a organização popular, nos sindicatos e nas ruas, era vista como “subversiva” e “comunista”, pois as massas seriam “manipuláveis”, mais um traço da ideologia autoritária presente no contexto do golpe de 1964. O movimento de extensão da democracia para os mais amplos setores da população era deslegitimado por esta ideologia autoritária. Combater tais movimentos seria tarefa das “forças patriotas”, formadas por pessoas “qualificadas” e “preparadas” para a política, tal como a visão elitista da política propagada pela UDN e pelos militares aliados ao capital estrangeiro.

A resposta ao Comício da Central por parte dos setores conservadores do Paraná foi a marcha vinda da Praça Santos Andrade em direção ao Palácio Iguazu contra a “comunização das escolas”, e o projeto “antidemocrático” de “encampação dos colégios particulares”, com a presença de aproximadamente 30 mil pessoas entre professores, pais e alunos de colégios particulares e religiosos de diversas crenças, além de políticos como Adolpho de Oliveira Franco, Jorge Cury, Zacarias Seleme, Edgard Távora, Rubens Requião e João Vargas de Oliveira. A multidão, mesmo com as chuvas, cantou o hino nacional e protestou contra o livro de História distribuído pelo Ministério da Educação, que se resumiria na “História Comunista do Brasil” segundo os manifestantes. Os mesmos entregaram o livro a Ney Braga e este, discursando à população, declarou “O livro que os senhores me trouxeram, eu não jogo fora, aqui mesmo, porque iria sujar o chão do Paraná”. E continuou seu discurso:

“Não há na realidade senão uma pequena minoria que quer a desgraça do Brasil, entregando-o ao comunismo e essa minoria não terá vez porque nós estamos unidos: povo sem arma que somos nós e povo armado que são as Forças Armadas” (DIÁRIO DO PARANÁ, Multidão repudiou em praça pública a comunização do país, 25 mar.1964, p.6).

Nas vésperas do golpe de 1964, os governadores estavam organizando uma reunião, desta vez em Porto Alegre, representando os estados do Paraná, Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul, discutindo os rumos que tomaria a crise da Marinha e quais seriam os atos para a defesa da democracia no Brasil (DIÁRIO DO PARANÁ, Assunto de maior destaque para a semana: Reunião de governadores em Porto Alegre, 29 mar.1964, p.3). Com os desdobramentos do golpe de 1964, Braga se reuniu com o governador mineiro Magalhães Pinto e lançou um manifesto, posicionando-se frente aos acontecimentos:

“Aqui, estamos definidos: queremos ordem, tranquilidade, liberdade, trabalho, ao lado das reformas democráticas que a consciência nacional exige. Sabemos o que queremos e também sabemos o que não queremos. E o Paraná não quer agitação, não quer subversão, não aceita o desrespeito às leis, à disciplina e à hierarquia militares, aos ideais democráticos e às tradições cristãs dos brasileiros” (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney em Manifesto: Paraná está com a Marinha pela disciplina e legalidade, 31. Mar.1964, p.3).

A “infiltração” comunista nos quartéis era inconcebível para os setores das Forças Armadas que debelaram o golpe. A “subversão” de 1964 para os mesmos era mais intensa do que a de 1935, ano da “Intentona Comunista”. Ney Braga divulga notas oficiais do governo, garantindo a “manutenção da ordem” frente aos acontecimentos de crise política e militar, afirmando que estava em contato com as autoridades militares com as quais mantinha “perfeito entrosamento”, bem como com outros governadores de estados:

“o Paraná participa coeso a favor da ordem, da democracia, e consciente de que à nossa geração cabe a grande tarefa de ser digna dos que, no passado, tombaram pela liberdade. Lutaremos ao lado do nosso povo em favor de melhores dias para os que mais sofrem. Lutaremos ao lado do povo para que as crianças de hoje se orgulhem de nós no futuro” (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney Braga lança notas oficiais garantindo que a ordem no Paraná será mantida, 01 abr.1964, p.3).

No dia posterior ao golpe, Ney Braga, em aparição à Televisão, agradece as Forças Armadas e as Polícias do Brasil por defender a democracia e evitar a comunização do Brasil, pois observava-se o:

“perigo de uma ação de extrema esquerda, que vinha se apoderando de quase todos os postos-chaves da administração federal e dos sindicatos. E, há cerca de seis ou oito meses viemos conversando permanentemente, com homens como Magalhães Pinto, como Carvalho Pinto, como Carlos Lacerda como Ildo Meneghetti, como outros governadores brasileiros, articulando uma defesa do regime. Nenhum de nós pensou em golpe. Nenhum de nós quer ditadura (...) Nós queremos a democracia aperfeiçoada, queremos o aperfeiçoamento político do povo brasileiro. Que ele não se engane mais, que vote bem, que vote certo. É o futuro deste grande país que está em nossas mãos (...) Vamos juntos Paraná, povo e governo. Vamos juntos continuar trabalhando, principalmente agora que o Brasil está livre e se encaminha para novos destinos. Ontem, quase a esta hora, quando escrevi isto para o Brasil, estava me arriscando a ser deposto. Felizmente vencemos e, agora, juntos, haveremos de fazer com que o Brasil democrata-cristão seja exemplo para a humanidade inteira” (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney proclama que o Brasil está livre e nele vingará a democracia cristã, 02 abr.1964, p.3).

Quando o ex-professor de Ney Braga, Castelo Branco, assumiu a presidência da República, o governador emitiu à imprensa suas impressões sobre o novo presidente no momento “revolucionário” que o país atravessava:

"a revolução visa a dar à nossa república condições definitivas de uma verdadeira democracia, sem comunismo, sem direitismo, sem comunismo, sem direitismo, sem negociismo, sem privilégios. Ao contrário, ela inserirá na vida pública brasileira os ensinamentos cristãos que tanto necessitava ela dar ao Brasil um governo de austeridade, que procurará o desenvolvimento nacional, que dará de verdade, e não com promessas demagógicas, melhores condições de vida a nosso povo, tão sofrido e que na revolução tem formidáveis esperanças” (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney volta certo de que Castelo fará o govêrno sonhado por tantos anos, 10 abr.1964, p.3).

Ney Braga, em discurso na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, argumentou que o Brasil vivia um momento de “intranquilidade” e “tumulto”, que traziam “desesperança” ao povo, visíveis nas “manifestações revolucionárias da esquerda negativa, visando unicamente perturbar a vida da nação”, “ameaçada” pela aproximação com os comunistas e pelo “caos” presente no governo federal, que não promovia políticas eficientes para o controle da inflação (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney Braga advoga para já definição eleitoral com conhecimento dos nomes, 21 jan.1964, p.3).

A atuação de Ney Braga nos desdobramentos do golpe de 1964 foi decisiva, fortalecendo localmente o campo situacionista e neutralizando toda a oposição por parte do PTB, a legenda mais prejudicada pelo golpe de 1964. Ney Braga dava declarações de “alívio” e “tranquilidade” após o afastamento das “ameaças” feitas movimento “revolucionário” (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney diz que, com volta da tranquilidade, resta oferecermos trabalho, 01 mai.1964, p.3). Afonso Camargo, presidente da seção paranaense do PDC, também emitia declarações nesse mesmo sentido:

“o que se desejava era por fim ao clima de inquietação que tomava conta do país. Enquanto a corrupção administrativa e a infiltração comunista tomaram conta de alguns escalões governamentais, as reformas de base serviam quase sempre de auxiliar da subversão e motivo de ociosos debates no congresso” (DIÁRIO DO PARANÁ, Afonso reafirma apoio às reformas e condena a UDN por só querer privilégios, 20 jun.1964, p.3).

Com a vitória dos agentes que deflagraram o golpe de 1964 e a deposição de João Goulart, os envolvidos em tal processo e as adesões recebidas pelo movimento militar em relação aos agentes políticos paranaenses foram desenroladas nos meses que sucederam ao golpe de abril de 1964. Adhemar de Barros e Carlos Lacerda foram os governadores mais ácidos críticos do governo João Goulart e favoráveis à uma intervenção militar na política institucional brasileira. A participação de ambos no golpe foi decisiva e em seus depoimentos à imprensa, narravam os seus atos conspiratórios para a derrubada do governo. Adhemar de Barros dá a seguinte versão sobre os fatos, alguns meses depois dos acontecimentos:

“há dois anos atrás, em março de 1962, quando ainda candidato ao governo de São Paulo, sentindo a ameaça de um movimento armado, comunista, com a revolução sindicalista em marcha, procurei um dos atuais ministros da república, o general Cordeiro de Farias (...). Este ficou impressionado com as informações que eu lhe dava. Na ocasião, entrou em contato com o então general Castelo Branco, ocasião em que começamos a conversar.” (DIÁRIO DO PARANÁ, Adhemar de Barros satisfeito com a prorrogação do mandato de Castelo, 19 jul.1964, p.3).

Segundo Adhemar de Barros, Carlos Lacerda era o chefe das relações públicas do movimento revolucionário: “Homem afeito ao rádio, à tribuna, atrevido, agressivo, no sentido de por o dedo na ferida, foi um baluarte da revolução” (DIÁRIO DO

PARANÁ, Adhemar de Barros satisfeito com a prorrogação do mandato de Castelo, 19 jul.1964, p.3).

No Paraná, a Assembleia Legislativa e seus deputados promoviam seções de concessões de títulos de “Cidadão do Paraná” a figuras militares decisivas na conspiração que derrubou o presidente João Goulart. Olímpio Mourão Filho, ministro do Supremo Tribunal Militar, foi condecorado na presença do governador Ney Braga, seu velho conhecido, desde quando Mourão Filho comandava a 3º Divisão de Infantaria no Rio Grande do Sul:

“O Paraná e o Rio Grande do Sul se levantaram em armas, o primeiro sob a direção civil do governador Ney Braga. O então major Paulo Braga, que na ocasião era do meu Estado Maior, mantinha os entendimentos do governador Ney Braga comigo. Ney Braga é um revolucionário histórico” (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas-Histórico, 06 nov.1964, p.3).

O general Amaury Krueel também recebeu o título de cidadão do Paraná. O comandante do II Exército se declarou a favor da realização das eleições em 1965, pois a democracia é confirmada nas urnas (DIÁRIO DO PARANÁ, Gen. Amaury Krueel na Assembleia: não há democracia sem eleições”, 31. Jan.1965, p.3). Por sua vez, o comandante do III Exército, Justino Alves Bastos, também recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná, no mês de comemorações da “revolução” de 1964 (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Regressam, 19 mar. 1965, p.3).

Com as mudanças nas “regras do jogo” promovidas pelo golpe de 1964, o apoio aos “vitoriosos” foi a tática escolhida pela maior parte dos agentes políticos inseridos nesta conjuntura, pois os mesmos não queriam se ver anulados no jogo político, se adequando às posições com maior força e adesão no momento, para não terem suas carreiras políticas ameaçadas pelas circunstâncias nas quais estavam inseridos. Veremos os expurgos e as exclusões do jogo político paranaense pelo Ato Institucional nº1 na seção a seguir.

### 6.3 OS EXPURGOS E AS CASSAÇÕES NO PARANÁ

Com a “limpeza” promovida pela “revolução” de 1964, contra os “subversivos” e “corruptos”, várias lideranças políticas e sindicais foram presas e penalizadas arbitrariamente. As cassações eram defendidas pelos partidos, como a UDN, através de seu porta-voz, o presidente da seção paranaense Adolpho Franco:

“Uma revolução que foi feita para expurgar do país o extremismo comunista e a corrupção administrativa desenfreada, tem o direito de se defender e evitar que os elementos comprometidos com a situação anterior queiram capitalizar os naturais descontentamentos causados por uma revolução sonhadora e se reinstalarem no país. A cassação é, assim, um ato de defesa da própria revolução, dentro dos ideais que a inspiram” (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Defesa Própria, 11 jun.1963, p.3).

Por outro lado, o deputado estadual Paulo Camargo, do Partido Republicano, mostrava-se otimista quanto à ideia de “reversão” das cassações, pois, segundo o mesmo, na Assembleia Legislativa não havia nenhum deputado comunista ou corrupto (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Recuperação, 11 jun, 1964, p.3).

No Paraná, os expurgos tiveram como principal alvo os trabalhistas e nacionalistas de esquerda, além de políticos como o ex-governador Moysés Lupion, acusado pelo alto comando da “revolução” de “corrupto”. O golpe militar proporcionou uma mudança nas regras do jogo que potencializou os capitais de alguns agentes políticos (alinhados aos militares e ao grande capital transnacionalizado, além dos anticomunistas/ antitrabalhistas, setores das classes médias temerosas com a ascensão do movimento popular e sindical), que garantiram suas posições, que tenderiam a reproduzir seus capitais. O golpe de 1964 também neutralizou os capitais de agentes políticos ligados aos movimentos sindicais, trabalhistas e nacionalistas não associados ao capital internacional, ou anulou estes capitais através de expurgos, como as cassações. A primeira fase das cassações ocorreu a partir da edição do Ato Institucional nº1. Conferiremos a seguir os agentes políticos paranaenses expurgados por tal Ato.

#### QUADRO 7: AGENTES POLÍTICOS PARANAENSES CASSADOS PELO ATO INSTITUCIONAL Nº1

| Nome                       | Cargo                   | Partido |
|----------------------------|-------------------------|---------|
| Amaury de Oliveira e Silva | Senador/Min.do Trabalho | PTB     |
| João Simões                | Deputado Federal        | PSD     |
| Moysés Lupion              | Deputado Federal        | PSD     |
| Leon Naves Barcellos       | Deputado Estadual       | PTB     |
| Luiz Alberto Dalcanalle    | Deputado Estadual       | PTB     |

|                     |                   |     |
|---------------------|-------------------|-----|
| Waldemar Daros      | Deputado Estadual | PTB |
| Walter Pécoits      | Deputado Estadual | PTB |
| Almir Moreira Passo | Deputado Estadual | UDN |

O Ato Institucional nº 1 cassou o Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva, do PTB. Conforme o já visto, inúmeros setores conservadores se desagradavam com a gestão de Amaury Silva no Ministério do Trabalho, no que se refere com o seu relacionamento dialógico com as centrais sindicais e os movimentos grevistas, na promoção e intensificação da sindicalização rural e apreciação do reconhecimento de sindicatos rurais liderados por comunistas no Paraná. Com a destituição de seu cargo, Exilou-se na Embaixada da Iugoslávia, em Brasília, a única que estava recebendo refugiados políticos. Com a ajuda de seu amigo, o senador udenista Adolpho de Oliveira Franco, conseguiu dinheiro para alugar um avião de pequeno porte e voar até o Uruguai, onde se exilou (SCHMIDT; FRANCO JR, 2013), tingindo o cabelo e raspando o bigode para não ser reconhecido (HELLER, 1988, p.89).

O mesmo ato também cassou Moysés Lupion, do PSD. Nas eleições de 1962, concorreu ao Senado Federal, saindo derrotado (IPARDES, 1987), porém tal votação o credenciou à suplência do cargo de deputado federal. Lupion foi efetivado no dia 14/06/1963 (AZEVEDO, 2012, p.80). Governador do Paraná por dois mandatos, e Senador eleito em 1955, Lupion era o líder local do PSD. No segundo mandato de seu governo sofreu pesadas críticas da oposição, como do PTB, da UDN e do PDC. Contra Lupion, foram abertos diversos Inquéritos Policial-Militares, para investigação de possíveis irregularidades no seu segundo mandato. Políticos pessedistas próximos a Lupion também foram cassados pelo Ato Institucional nº1, como é o caso do deputado federal João Simões.

A Assembleia Legislativa do Paraná também sofreu com expurgos do Ato Institucional nº1. Foram cassados os deputados estaduais petebistas Luiz Alberto Dalcanalle, Leon Naves Barcellos e Walter Pécoits, além do deputado estadual udenista Almir Moreira Passo.

Luiz Alberto Dalcanalle era detentor de capitais sociais e familiares de elevado prestígio. Era casado com Zorah Maria Atháide Dalcanalle, filha do ex-Ministro da Saúde Aramis Atháide e de Maria Zorah Munhoz da Rocha, esta, por sua vez, irmã de Bento Munhoz da Rocha Netto. Seus laços parentais o ligavam à classe dominante



tradicional presente na política paranaense há séculos. Além disso, possuía capitais econômicos de alto grau, sendo industrial e banqueiro. Seus capitais políticos e partidários o ligavam ao PTB, partido que o elegeu deputado estadual por duas legislaturas. Dalcanalle havia sido inclusive presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Durante a gestão de Amaury Silva frente ao Ministério do Trabalho, Dalcanalle era um de seus porta-vozes em Curitiba. Todo esse acúmulo de capitais sociais e políticos foram anulados com o golpe de 1964, que mudou as regras do jogo, prejudicando determinados agentes políticos envolvidos com o governo anterior, sendo os mesmos partidários de suas práticas e ideias, e incentivando a ascensão de agentes políticos ligados ou integrados ao novo governo.

Com a sua cassação e instauração de inquéritos policial-militares contra a sua pessoa, foi acusado de contrabando, envolvimento com o movimento sindical de várias categorias e participação no Grupo dos Onze de Leonel Brizola (HELLER, 1988, p.78). Dalcanalle também foi preso em 1964, no retorno ao Brasil vindo do Uruguai, onde estabeleceu contatos com João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Amaury Silva, Valdir Pires, entre outros (HELLER, 1988, p.78). Foi transferido para Porto Alegre, e após a sua libertação, lidou com as constantes dificuldades que os IPMs movidos contra ele lhe causavam. Proibido de exercer atividades políticas, Dalcanalle dedicou-se aos negócios empresariais de sua família, retomando a política apenas após a anistia, em 1979 (HELLER, 1988, p.79-80).

Outro deputado estadual do PTB cassado pelo Ato Institucional nº1 foi Leon Naves Barcellos, que tinha como principal capital social e familiar o seu parentesco com Abilon de Souza Naves, sendo sobrinho do mesmo. Souza Naves foi a principal figura política do PTB no Paraná nas décadas de 1940 e 1950, sendo o principal responsável pelo seu crescimento eleitoral registrado pelo partido neste período, promovendo sua organização e espalhando a máquina do Ministério do Trabalho e do PTB pelo Paraná através da influência que exercia junto ao governo federal (gestões de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek) e ao Diretório Nacional do PTB, do qual era seu vice-presidente. Leon Barcellos já era ligado via parentesco na máquina montada pelo PTB no Paraná, sendo também procurador do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários). Sua atuação na Assembleia Legislativa foi marcada pela defesa contundente das reformas de base. Leon Naves foi submetido a interrogatórios e respondeu a um Inquérito Policial- Militar.

Um suplente do PTB que assumiu o cargo de deputado estadual e foi cassado foi Waldemar Daros. Daros não pertencia a famílias tradicionais do Paraná. Seu capital acadêmico era a sua formação em Direito. Atuou em agremiações políticas, sociais e beneficentes em Curitiba, colaborando também em alguns jornais (NICOLAS, 1984, p.596). Antes de pertencer ao PTB ele havia pertencido ao Partido Socialista Brasileiro (NEVES, 2002, p.62). Tratava-se de um “trabalhista e nacionalista de convicções firmes” (HELLER; DUARTE, 2000, p.135), que defendia os trabalhadores rurais e urbanos nas suas colocações e projetos de lei apresentados à Assembleia.

O deputado estadual petebista Walter Pécoits também foi cassado pelo Ato Institucional nº 1. Ele foi um dos líderes da Revolta do Sudoeste de 1957, exercendo grande liderança na região. Gaúcho, Pécoits não tinha capitais familiares e sociais estabelecidos no Paraná que pudessem contribuir para a sua carreira política. Contava com o capital acadêmico de ser formado em Medicina, exercendo a profissão na região Sudoeste, obtendo popularidade. O PTB e a UDN do Sudoeste lutaram juntos na revolta dos Posseiros em 1957, e isto conferiu popularidade aos seus líderes. Pécoits defendia na Assembleia Legislativa posições nacionalistas e reformistas, além de ser vice-líder da bandada do PTB, “tornando-se implacável adversário de Ney Braga” (HELLER, 1988, p.94). Em agosto de 1964, meses após a sua cassação, Pécoits foi preso em Cascavel, quando voltava do Uruguai com sua esposa, levado a uma cela comum e brutalmente espancado sob a acusação de chefiar a revolta dos posseiros em Três Barras, ocorrida dias antes. Esta tortura lhe tirou a visão de um olho (HELLER, 1988, p.95). Indignados com tal arbitrariedade, deputados do PTB, através do deputado Joaquim Néia de Oliveira, solicitaram a instalação de uma CPI para apurar as responsabilidades dos envolvidos e interpelar o secretário de segurança, Ítalo Conti (HELLER, 1988, p.95). Pécoits ficou preso até dezembro de 1964, respondendo a vários inquéritos policial-militares enquanto administrava um hospital de sua propriedade em Francisco Beltrão (HELLER, 1988, p.96).

Também um ex-membro da UDN foi cassado pelo Ato Institucional nº 1: o deputado estadual Almir Moreira Passo. O mesmo se desvinculou da UDN em 1963, pela incompatibilidade de ideias e teses nacionalistas que o mesmo defendia. Era também defensor das reformas de base.

Leon Naves Barcelos, em seu depoimento para Milton Ivan Heller, afirma que os cassados Almir Passo, Walter Pécoits, Luiz Alberto Dalcanalle e Waldemar Daros

tinham em comum o fato de defenderem as reformas de base e terem liderança no estado “o que não interessava aos militares” (HELLER, 1988, p.77).

Nenhum político estava imune aos boatos sobre quais seriam os próximos a deporem ao Exército por ação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), nem mesmo o próprio governador Ney Braga, o Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda e o Presidente do IBC, Leônidas Bório (DIÁRIO DO PARANÁ, Foram vozes da UDN as que de imediato tomaram a defesa de Ney e do Ministro, 02 jul.1964, p.3).

O senador Nelson Maculan também sofreu expurgos com o sequestro dos seus bens. O mesmo recebeu a solidariedade de seu colega senador Adolpho de Oliveira Franco (DIÁRIO DO PARANÁ, 20 mar.1965, p.3).

Alguns prefeitos foram cassados pelo Ato Institucional nº1. O prefeito de Brasília Abud foi um deles, sem nenhum motivo aparente, a apenas o envio de um telegrama de solidariedade ao presidente João Goulart (HELLER, 1988, p.84).

Líderes sindicalistas também sofreram expurgos e prisões, como membros do Comando Geral dos Trabalhadores e sindicalistas rurais no Norte do estado (HELLER, 1988).

#### 6.4 AS ELEIÇÕES DE 1965 NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964

Após os atos praticados pelo governo militar de expurgos e cassações aos “alvos inimigos” da “revolução”, ou seja, os setores nacionalistas que apoiavam incisivamente o projeto de reformas estruturais propostas por João Goulart, a oposição foi quase totalmente neutralizada. Neste contexto, ocorreriam as eleições de 1965, ainda sobre as regras do jogo multipartidário, testando o apoio da população brasileira aos candidatos da “revolução”. O golpe de 1964, portanto, mudou significativamente o panorama político paranaense e as perspectivas para as eleições sucessórias de 1965. Lutas partidárias e debates sobre quais seriam os posicionamentos dos setores políticos foram neutralizados durante o ano de 1964, muito em parte devido às eleições presidenciais terem sido prorrogadas para 1966 e a possibilidade da prorrogação dos mandatos dos governadores dos onze estados em que deveria haver eleições em 1965.

O Paraná era um dos estados que elegeria seu governador. A liderança de Ney Braga frente aos desdobramentos que o movimento militar tomava no Paraná estava sendo observada pelos chefes militares que estavam no comando do governo federal. As

eleições no estado do Paraná eram estratégicas para o comando revolucionário, visto que o Paraná, em 1965, era o 4º estado eleitoral do Brasil, superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre 1945 e 1965, seu eleitorado se multiplicou por seis vezes (DIÁRIO DO PARANÁ, Eleitorado do Paraná é o que mais cresce no país, 02 out.1965, p.3).

Nesse quadro político de incertezas, o governador Ney Braga estava se fortalecendo dia após dia frente ao governo de Castelo Branco, incrementando também o seu grupo político, e as possibilidades de eleger um sucessor eram satisfatórias, visto que o seu partido adversário mais forte, o PTB, sofreu duras derrotas e expurgos com o golpe de 1964. Sua administração como governador era prestigiada por boa parte da população paranaense. Desde o início de 1963 os seus secretários disputavam entre si a candidatura a sucessão do governador. Um candidato apoiado por Ney Braga contaria com a transferência da grande popularidade do governador a seu favor, e isto gerou intensas disputas dentro do seu secretariado no que se refere a decisão de qual seria o candidato apoiado pelo governador. A começar pelo seu secretário do Interior e Justiça, Affonso Camargo Netto, que era presidente do diretório estadual da agremiação, e defendia a candidatura própria do PDC à sucessão de Ney Braga, tendo o seu nome como pré-candidato. Affonso era também apoiado pela Juventude Democrata- Cristã, presidida nacionalmente por José Richa, deputado federal, e estadualmente por Oscar Alves, vereador em Curitiba (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Candidatura, 05.abr.1963, p.3).

Outros secretários de Ney Braga concorriam como pré-candidatos, como o Secretário de Viação e Obras Públicas, Alípio Ayres de Carvalho, e o Secretário de Agricultura, Paulo Pimentel. Ambos não pertenciam a nenhuma agremiação partidária, e foram levados, no decorrer do mandato de Ney Braga, a se posicionarem partidariamente, recebendo convites de diversos partidos políticos. Paulo Pimentel, por exemplo, foi convidado a ingressar na UDN (DIÁRIO DO PARANÁ, Processo Sucessório do Estado: Partidos cumprem esta semana atos preliminares, 05. Mar.1963, p.3), no PSP (DIÁRIO DO PARANÁ, UDN quer secretarias no govêrno mas não pretende brigar por causa disso, 17.abr.1963, p.3) e PDC, embora recebendo hostilidade por parte da juventude democrata-cristã (DIÁRIO DO PARANÁ, Jovens do PDC não querem Pimentel no Partido e Muito Menos como candidato, 15. Ago.1963, p.3). Paulo Pimentel não aderiu ao PDC, evitando as disputas internas dentro do partido em relação a sua pré-candidatura, filiando-se ao PTN. Alípio Ayres de Carvalho também foi

convidado a ingressar no PDC, aderindo à legenda meses depois na esperança de ver o seu nome como o oficial para a sucessão de Ney Braga no governo do estado.

Afonso Camargo, como presidente do PDC paranaense, cobrava da equipe de auxiliares de Ney Braga posicionamentos partidários, além dos já citados Paulo Pimentel e Alípio Ayres de Carvalho, os secretários Ítalo Conti, Airton Ricardo dos Santos, Véspero Mendes e Algacyr Guimarães não possuíam vínculo com nenhum partido. Afonso esforçava-se em filiar-los no PDC (DIÁRIO DO PARANÁ, Ingresso do secretariado no pedecismo transformará governo em unipartidário, 24 ago. 1963, p.3). Isto fazia parte de uma estratégia política, pois Afonso desejava concorrer ao governo do estado, e para isto teria que neutralizar os seus concorrentes. Uma das formas de realização de tal intento era disputar com os mesmos dentro do partido político em que ele tinha notoriedade e o restante não tinha a mesma quantidade de capitais de notoriedade e influência dentro do partido.

Dessa forma, o campo situacionista lutava entre si para definir qual seria o candidato à sucessão do governador. A disputa era grande, e Ney Braga deu um recado aos seus secretários sobre o quadro sucessório:

“Por favor, não atrapalhem a administração estadual com suas ambições, fofocas e promoções individuais. Na hora justa, pensaremos no assunto sucessório, estudaremos a situação e escolheremos um nome que atenda às nossas necessidades político-administrativas. Até lá, aquietem-se, meninos. Continuemos a trabalhar, porque há muito que fazer” (DIÁRIO DO PARANÁ, Discurso de Ney passou uma esponja no nome de todos os auto-candidatos, 21. Nov.1964p, p.3).

Para evitar maiores confrontos dentro de seu governo, Ney Braga pediu ao seu secretário, Alípio Ayres de Carvalho, a retirar sua candidatura ao governo do estado pelo PDC, e este, por sua vez, acatou a solicitação (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas-Retirou, 27 abr.1965, p.3). Mesmo com aclamada capacidade técnica e administrativa demonstrada por Alípio Ayres de Carvalho desde sua atuação na Prefeitura de Curitiba e no PLADEP na década de 1950 e sua posição de general, reunindo em sua pessoa duas das características levadas em consideração pelos “revolucionários” de 1964 (ter perfil tecnocrata e ser militar), o mesmo não possuía vínculos arraigados com a classe dominante tradicional paranaense, por vínculos de parentesco (OLIVEIRA, 2000), sendo proveniente do Maranhão. Ou seja, Alípio Ayres tinha um acúmulo de capitais acadêmicos (formou-se pela Escola Militar do Realengo) e políticos (através da atuação técnica nos aparelhos do estado do Paraná, sem ter tido um cargo eletivo e atuação

partidária), mas não possuía o decisivo capital social e familiar que poderia integrá-lo organicamente no interior da classe dominante paranaense.

O outro nome forte do PDC e do governo Ney Braga era Affonso Camargo Netto. Ao contrário de Alípio Ayres de Carvalho, este era membro arraigado da classe dominante tradicional paranaense, sendo neto do ex-presidente do Paraná Affonso Camargo, cargo que ocupou duas vezes, sendo no segundo mandato destituído pela Revolução de 1930. Affonso era descendente do primeiro povoador do Paraná, Baltazar Carrasco dos Reis, bandeirante e sesmeiro de Curitiba (OLIVEIRA, 2000, p.380), sendo ligado ao Paraná Tradicional pela sua descendência. Affonso Camargo reunia capitais sociais e familiares<sup>67</sup> que o conferia instantaneamente força política, somados ao capital acadêmico (formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná), partidário (era um homem forte no PDC do Paraná desde a segunda metade da década de 1950, assistindo o crescimento do seu partido obtida principalmente pela liderança de Ney Braga, quando o mesmo ingressou na agremiação, econômico, sendo descendente de um grande proprietário rural e pecuarista, seu avô, Affonso Camargo (OLIVEIRA, 2007, p.164). Sua significativa notoriedade foi confirmada com a sua eleição ao cargo de primeiro vice-governador do Paraná, apoiado pelo PDC, PSD, PTN, PR, PRT e parte da UDN, sendo eleito pela grande maioria da Assembleia (DIÁRIO DO PARANÁ, Todos os partidos exaltaram posição política do vice eleito por grande maioria, 27 fev.1964, p.3). Camargo já tinha ocupado, além da Secretaria de Interior e Justiça, o Departamento de Águas e Energia Elétrica e a CODEPAR, todos durante o governo Ney Braga. Affonso Camargo era presidente do PDC Paraná e desfrutava de prestígio na seção nacional da legenda, sendo eleito seu secretário-geral. A Convenção regional do PDC decidiria se o partido lançaria candidatura própria, com Affonso Camargo Netto, ou apoiaria o nome de Paulo Pimentel, do PTN, à sucessão de Ney Braga. Correligionários do PDC mais integrados à máquina partidária e à linha ideológica do partido, como José Richa, apoiavam Affonso Camargo, pois:

“uma candidatura extrapartidária representa a entrega, de mão beijada do único govêrno democrata-cristão no Brasil (...) [Paulo Pimentel] nunca chegou a se entrosar com os membros do govêrno,

---

<sup>67</sup> A força de seus capitais políticos são de longa duração, sendo verificados na política paranaense contemporânea, tendo como parentes, Fábio Camargo, genro ex- Secretário da Casa Civil e Ex Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro (OLIVEIRA, 2007, p.161). Fábio Camargo atualmente é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

desenvolvendo um trabalho paralelo” (DIÁRIO DO PARANÁ, Richa: Decisão de amanhã pode fazer com que PDC desapareça como partido, 01 mai.1965, p.3).

Paulo Pimentel, Secretário de Agricultura, também estava na disputa para ser o candidato de Ney Braga ao governo do Paraná em 1965. Pimentel nasceu em Avaré, estado de São Paulo, filho de Públio Pimentel e Maria Izabel Cruz Pimentel (CARNEIRO; VARGAS, 1994), não possuindo, portanto, capitais sociais e familiares adquiridos por nascimento que incrementassem seus capitais políticos. Possuía como capital acadêmico a sua formação em Direito pela Universidade de São Paulo. Seus capitais sociais e econômicos tiveram uma guinada através do seu casamento com Ivone Pimentel, filha do proprietário da Usina de Porecatu, João Lunardelli, um dos homens mais ricos e influentes da região Norte do Paraná. Pimentel logo tornou-se diretor desta usina. Lunardelli apoiou Ney Braga ao governo do estado em 1960, por influência de um dos maiores empresários do Paraná Hermes Macedo, que tinha uma fazenda em Centenário do Sul (PIMENTEL, 2010, vol.4, p.102). Na campanha de Ney Braga no Norte do Paraná, este apoio foi decisivo, uma vez que o PTB exercia uma liderança muito forte na região, especialmente devido a suas ações através do IBC e da política de crédito da CREAM do Banco do Brasil em relação aos cafeicultores, produtores do principal produto da economia paranaense no período.

Durante a sua campanha no Norte do estado, Ney Braga se hospedou na casa de Lunardelli e lá conheceu Paulo Pimentel. Com a sua vitória, decidiu nomear Pimentel como secretário da Agricultura, por indicação de João Lunardelli. O capital “matrimonial”, neste contexto, foi decisivo para o início da carreira política de Paulo Pimentel, em consonância com os anseios de Ney Braga em relação à região em que João Lunardelli exercia forte influência política e econômica. Era importante para o governador ter na pasta uma pessoa organicamente ligada à classe dominante do Norte do Estado, a mais promissora região do Paraná em tal conjuntura, com a economia associada à agricultura. Pimentel, que não tinha filiação partidária ou atividade política anterior a sua nomeação, passa a ter seu capital político em trajetória de ascensão desde então. Pimentel era criticado por alguns membros do PDC pela sua falta de entrosamento com os demais secretários do governo (conforme pode ser conferido na citação anterior da fala de José Richa) e também devido à sua falta de posicionamento partidário. O mesmo fora convidado por diversos partidos políticos para o ingresso nas suas fileiras, inclusive ao PDC. O Secretário da Agricultura, vendo que o PDC era

hegemonizado por figuras de bastidores partidários e políticos como Affonso Camargo Netto, preferiu não disputar dentro deste partido com tal concorrência, optando pelo ingresso no PTN, que por manobra política de Aníbal Khury, lançou sua candidatura logo no início de 1964, com o intuito de antecipar a candidatura governista. O lançamento de sua campanha foi realizado na casa de Pimentel, prestigiado por Adolpho Franco e Jorge Cury, ambos da UDN<sup>68</sup>, Armando Queiroz de Moraes, e Ney Braga, ambos do PDC, e Aníbal Khury, do PTN (DIÁRIO DO PARANÁ, PTN lança Pimentel: Ney e Adolpho dão a nota prestigiando a festa, 06 jan. 1964, p.3).

Todo este jogo político de disputas e lutas tinha como mais influente ator o governador do estado, Ney Braga. A partir dele que uma candidatura se estabeleceria plenamente nas eleições de 1965. O governador teria de se posicionar frente a candidatura de sua preferência. Destaca-se que ambas as pré-candidaturas tinham titulares com notáveis capitais políticos, econômicos e familiares, cabendo a Ney Braga fazer uma opção pela a candidatura que tinha reais possibilidades de vitória. O governador percebeu que Paulo Pimentel era uma liderança que se destacava no interior, incrementando sua popularidade através dos programas desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura. Já Affonso Camargo se notabilizava como um “homem de bastidores” (BRAGA, 1996, p.167). Este era um dos motivos de Ney Braga achar que Paulo Pimentel tivesse mais potencial eleitoral do que Affonso Camargo, impressão que foi confirmada por pesquisas eleitorais realizadas pelo IBOPE, conforme o mesmo relata em entrevista que deu para Adherbal Fortes de Sá Junior (BRAGA, 1996, p.169).

Para o apoio à candidatura de Paulo Pimentel era necessário que o PDC sufragasse essa decisão em convenção, decidindo se apoiaria uma candidatura própria, lançando Affonso Camargo Netto, ou apoiaria uma candidatura fora de suas fileiras, lançando Paulo Pimentel do PTN, como candidato do governo. A Convenção foi realizada no Teatro Guaíra, e o trabalho de Ney Braga pelo apoio do PDC a candidatura de Paulo Pimentel foi intenso, passando dois dias discursando nas tribunas e articulando nos bastidores (BRAGA, 1996, p.169). A Convenção do PDC foi dividida entre os prefeitos e pedecistas do interior, liderados por Braga e os políticos ligados a Affonso Camargo e a Juventude Democrata Cristã, como Jucundino Furtado, José Richa e Oscar Alves (BRAGA, 1996, p.170-171).

---

<sup>68</sup> No entanto, Mas a presença do presidente da seção paranaense da UDN não significou seu apoio a Pimentel, muito menos com o partido, que tomava suas decisões sempre levando em consideração o quadro sucessório presidencial em torno do nome de Carlos Lacerda.



O PDC, em Convenção, após ouvir a defesa de Ney Braga em favor de Paulo Pimentel, decidiu por apoiar a sua candidatura ao governo do estado (DIÁRIO DO PARANÁ, PDC indica Paulo Pimentel à governança, em convenção que lhe atribuiu 838 votos, 15 jun.1965, p.3), por 57 votos de diferença. José Richa e outros correligionários de Afonso Camargo não aceitaram o resultado da convenção e não ofereceram seu apoio ao candidato de Ney Braga. Afonso Camargo atribuiu a sua derrota na convenção à dependência financeira das prefeituras do PDC em relação ao governo do estado (DIÁRIO DO PARANÁ, Dependência financeira dos prefeitos derrotou Afonso na convenção do PDC, 15 jun.1965, p.3).

Escolhendo-se Paulo Pimentel, houve a discussão sobre qual seria o seu vice. Cogitou-se o nome do deputado estadual Edgard Távora, do PRP, porém este nome foi mal recebido pelas forças situacionistas (DIÁRIO DO PARANÁ, Candidatura do PRP a vice criou sério problema para o governismo 29 mai.1965, p.3). Tentando resolver a questão do candidato a vice de Paulo Pimentel, o PSD lançou Plínio Costa, tendo paradoxalmente dois candidatos a vice nas eleições de 1965: na chapa adversária, o pessedista Rafael Rezende era vice de Bento Munhoz (DIÁRIO DO PARANÁ, Completada a chapa da oposição: Rafael Rezende o vice de Bento, 22. Jun.1965, p.3). Mas isso desagradou ao PRP, que passou a apoiar Bento Munhoz da Rocha, considerado um representante dos “ideais revolucionários, de moralidade e de respeito ao homem” (DIÁRIO DO PARANÁ, Bento aos líderes do PRP: Com vosso apoio a vitória está mais perto que nunca, 14 jul.1965, p.3). O próprio governador Ney Braga buscou diálogo com o PSD, através de Antônio Franco Ferreira da Costa e Cândido Martins de Oliveira, e o nome de Plínio Costa foi bem recebido por Castello Branco. Para o governador, tratava-se de uma mutualidade entre um nome do Sul, como Plínio Costa e um nome do Norte, como Paulo Pimentel, além de Plínio ter popularidade eleitoral (BRAGA, 1996, p.171).

Enquanto as candidaturas governistas disputavam entre si, as oposições coligadas escolheram um candidato antecipadamente: o ex-governador do Paraná e ex-cunhado de Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha Netto (DIÁRIO DO PARANÁ, Concluídas negociações entre PTB e PSD com lançamento do nome de Bento, 28 abr.1965, p.3).

Bento Munhoz da Rocha tinha capitais familiares e sociais de elevado grau, pois, conforme o visto nos capítulos anteriores, descendia dos primeiros povoadores do Paraná, pertencendo a uma família tradicional presente na política paranaense há

séculos. Seu pai havia sido presidente do Paraná durante a Primeira República. Seus capitais sociais foram incrementados ainda mais com o seu casamento com a filha do ex-presidente do Paraná Flora Camargo. Bento Munhoz formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná, sendo professor nesta mesma universidade, acumulando capitais acadêmicos, sendo autor de vários livros. Sua notória capacidade de oratória fez com que o mesmo proferisse notáveis discursos na Câmara dos Deputados, na ocasião em que foi deputado federal. Bento Munhoz foi eleito governador do estado em 1950 e também ocupou o Ministério da Agricultura durante o governo Café Filho. Sua trajetória acumulou muitos capitais políticos. Um dos revezes sofridos na sua carreira foi a derrota da sua campanha ao Senado na eleição de 1962, vencida por Amaury de Oliveira e Silva, do PTB, e Adolpho de Oliveira Franco, da UDN. Em 1965, resolveu lançar o seu nome ao governo do estado, sendo um candidato forte por já ter tido governado o estado do Paraná, realizando no seu governo uma administração em prol da modernização e políticas de infraestrutura.

A candidatura de Pimentel não decolou tão rapidamente quanto a do seu adversário, Bento Munhoz, e a imprensa declarava que Ney Braga tinha cometido o mesmo erro que o seu colega de partido, Carvalho Pinto, quando este era governador de São Paulo e lançou o seu Secretário da Agricultura, José Bonifácio, para a sua sucessão, sendo derrotado por Jânio Quadros (2º colocado) e Adhemar de Barros (governador eleito) (DIÁRIO DO PARANÁ, Governador esqueceu o exemplo da sucessão de Carvalho Pinto, 09 jun.1965, p.3).

No entanto, a força da candidatura de Paulo Pimentel residia no apoio das prefeituras à sua candidatura. Os deputados que davam envergadura à sua campanha eram Braga Côrtes, Justino Pereira, Mattos Leão, Antônio Ueno e José Afonso (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Prefeitos, 06 jul.1965, p.3).

Comparando a sua campanha com a de Bento Munhoz, porém, a candidatura de Pimentel perdia em número de apoiadores. Bento Munhoz da Rocha Netto angariou em torno de sua candidatura uma gama muito alta de lideranças e partidos políticos.

O PTB decidiu em convenção que apoiaria Bento Munhoz (DIÁRIO DO PARANÁ, PTB vitória Bento e mantém sua tradição de unidade para a luta, 11 mai. 1965, p.3). No entanto, alguns membros da legenda como Jorge Nassar, Miran Pirih, Lauro Muller e Carlos Alberto Moro descumpriram as decisões do partido e apoiaram Paulo Pimentel no decorrer da campanha (DIÁRIO DO PARANÁ, Petebistas dispostos a promover sumário expurgo dos apartidos, 10 out.1965, p.3).

Por sua vez, o PSD possuía alguns membros dissidentes, mas amplos setores seus apoiavam Bento Munhoz. Toda a sua bancada na Assembleia Legislativa, com exceção de Mattos Leão, apoiava Bento Munhoz (DIÁRIO DO PARANÁ, Em consonância com suas bases, Carazzai também apoiará Bento, 19 mai.1965, p.3), além da juventude do PSD no Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Manifesto, 17 jun.1965, p.3). A comissão de reestruturação do PSD, presidida por João Ribeiro Júnior, composta de 28 membros, também ratificou o seu apoio a Bento Munhoz. Um manifesto de apoio a Bento Munhoz foi assinado por dez deputados do PSD, cinco federais e cinco estaduais estaduais, além de outros pessedistas foi assinado pelos seguintes membros: Lyrio Bertolli, Mário Gomes da Silva, Rafael Rezende, Paulo Montans, João Ribeiro Júnior, Sinval Martins, Dino Veiga, Egon Pudell, Emílio Carrazzai, Ernesto Moro Redeschi, Manoel Dias Paredes, João Wolf, Nivon Weiggert, Leopoldo de Oliveira, Raul Vaz, Ladislau Lachowski, Camilo Stelfeld, Leth Garcez do Nascimento, Mário Faraco, René Teixeira, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, Antônio Lustosa de Oliveira, Francisco Paladino, José Perez Godoy, Marcio Sandoval, Orlando Gregório, Antônio de Oliveira e Jorge Maia (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Ratificaram, 15 jun.1965, p.3). O presidente nacional do PSD, Amaral Peixoto, também declarou seu apoio à Bento Munhoz (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Solidariedade, 30 set.1965, p.3).

O PR, partido do ex-governador, também o apoiava, naturalmente. O PSP aumentava a lista, com apoiadores como o ex-ministro da Saúde, Aramis Athaíde e do governador de São Paulo, Adhemar de Barros (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Posição do PSP, 10 jun.1965, p.3).

A dissidência lacerdista da UDN também declarou apoio à candidatura de Munhoz da Rocha. A Frente Opositorista no Paraná, representada pelos deputados Mário Gomes (PSD), Nelson Maculan (PTB) e Newton Carneiro (UDN) reuniu-se com o presidente Castelo Branco, que quis saber como a coligação se posicionava frente à “revolução”. Os mesmos responderam que “cada um dos grupos que integrava a coligação manteria sua posição política, mas que as credenciais do candidato constituíam uma garantia de que a campanha no Paraná estaria isenta de personalismo e demagogia” (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Com o presidente, 16 mai. 1965, p.3). Bento Munhoz sempre teve destacado posicionamento anticomunista, além de ser detentor do pensamento dos intelectuais católicos do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Anticomunista, 16 mai. 1965, p.3). Ele também era um homem de confiança

da “revolução”, visto que vários militares o apoiavam, como os generais Aristides Athaíde e Alberto Roma, o Brigadeiro João Nepunoceno da Costa e o Major Manoel Pinheiro Guimarães (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Adesões, 27 jun.1965, p.3).

A opção pelo apoio a Bento Munhoz da ala lacerdista faz parte de um contexto na qual o governador Ney Braga preferia prestigiar o governador udenista de Minas Gerais, Magalhães Pinto, ao invés de Carlos Lacerda. Rubens Requião reiterava que na UDN havia um “único e incontestável líder”: Carlos Lacerda, e de que a UDN precisaria “preservar sua grandeza e respeitabilidade para alça-lo à Presidência da República” (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas, Responsabilidade, 23 jun.1965, p.3).

Outra dissidência partidária que apoiava Bento Munhoz era a do PDC, na sua ala liderada por Affonso Camargo Netto e José Richa (DIÁRIO DO PARANÁ, Deputado Richa recomenda o apoio dos pedecistas a Munhoz da Rocha, 17 jun.1965, p.3). Affonso Camargo declarou apoio a Bento, “figura de extraordinária dimensão moral e com indiscutíveis serviços prestados à causa pública, deu sempre testemunho de sua fé no regime democrático” (DIÁRIO DO PARANÁ, Vice-governador e Presidente do PDC proclama porque apóia Bento, 14 set.1965, p.3). O secretário-geral do PDC Paraná, Jucundino Furtado, declarou apoio a Bento Munhoz, receoso em prestigiar “correntes apartidárias de conteúdo político indefinido”, que poderiam ocasionar na extinção do partido da democracia-cristã (DIÁRIO DO PARANÁ, Também com Bento o secretário do diretório regional do PDC, 28 set.1965, p.3). Outro pedecista que angariou seu apoio à oposição foi o ex-deputado federal Estefano Mikilita (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Com Bento, 30 set.1965, p.3).

Já o PRP rompeu com a campanha de Paulo Pimentel e passou a apoiar Bento Munhoz da Rocha Netto. Seu presidente regional, Ivan Luz, assinalava a luta de Bento contra a “subversão” e as propostas de reforma agrária do governo anterior, além de sua atuação anticomunista na Ação Democrática Parlamentar, da qual era secretário-geral (DIÁRIO DO PARANÁ, Ivan Luz mostra virtudes democráticas de Bento e porquê o PRP o apóia, 20 set.1965, p.3).

O apoio da bancada federal de representação do Paraná na Câmara dos Deputados a Bento Munhoz era de peso: 17 dos 23 deputados, sendo eles: do PTB, Kalil Maia Neto, Renato Celidônio, Antônio Baby, Miguel Buffara, Fernando Gama e Souza, Wilson Chedid, Antônio Anibelli, Petrônio Fernal e Elias Nacle, do PSD, João Ribeiro Júnior, Mário Gomes da Silva, Rafael Ferreira Rezende, Paulo Pimenta Montans e Lyrio Bertolli, da UDN, Newton Carneiro, do PRP, Ivan Luz, e do PDC,

José Richa. Os três senadores apoiavam Bento Munhoz da Rocha, Rubens de Mello Braga e Nelson Maculan, ambos do PTB, e Adolpho de Oliveira Franco, da UDN (DIÁRIO DO PARANÁ, Com Bento 75% da representação do Paraná no congresso da república, 28 ago.1965, p.3). Jânio Quadros, exilado no Chile, mandou uma carta a Nelson Maculan declarando apoio a Bento Munhoz da Rocha, seu “amigo fraternal” (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Jânio a Maculan, 30 set.1965, p.3).

Ao todo, os partidos que faziam campanha a favor de Bento Munhoz somavam sete, sendo eles: PTB, PSP, PR, PRP, PSD, PST e PRT (DIÁRIO DO PARANÁ, Sete partidos já apoiam Bento, 25 set.1965, p.3).

Visualizamos nas eleições de 1965 uma disputa que estava acontecendo no processo da ditadura militar. Por um lado, elementos autoritários de questionamento da necessidade de realização de eleições estavam acontecendo no contexto nacional e no interior do Exército. Foram canceladas as eleições diretas para presidente, pois os militares ainda precisavam “preparar” a população e o país conduzindo-os em direção ao “bem comum”, que os mesmos tinham a prerrogativa de representar, “salvando o Brasil” dos “demagogos” e “subversivos” (conforme o visto na seção sobre a ideologia autoritária no primeiro capítulo). Os mesmos faziam parte de uma “elite” que não poderia permitir que a população fosse às urnas para decidir qual seria o próximo presidente, visto que a população era passível de ser “manipulada” e “manobrada” por interesses que muitas vezes poderiam estar atreladas ao “comunismo internacional”. A presidência representava a ideia do poder executivo forte, que representa os “verdadeiros anseios da nação” (tal como Oliveira Vianna defendia em sua obra).

Sem a realização de eleições para o executivo nacional, haviam alguns estados que elegeriam o executivo estadual, e as eleições de 1965 foram realizadas, para manter o regime militar com a fachada “democrática” que sempre se preocupou em ter, especialmente nesta primeira fase. Mesmo com os questionamentos autoritários de questionamento da necessidade de eleições e partidos, a mesma foi realizada, e a real divisão que se verificou no Paraná foi entre os agentes políticos que se identificavam com a “técnica” e o apartidarismo, ou antipartidarismo, reunidos ao redor da candidatura de Paulo Pimentel. Por outro lado, observamos a reunião de elementos partidários, de linha ideológica, que enfatizavam a “política”, em torno da candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto. Ambas candidaturas contavam com o apoio de importantes lideranças militares a frente do golpe de 1964. Tal divisão é interessante de notar devido à conexão deste fato com uma análise maior sobre os partidos políticos e o

ideário de democracia que os agentes políticos do Paraná tinham no contexto autoritário.

Os embates entre o candidato situacionista, Paulo Pimentel, e Bento Munhoz da Rocha, pela oposição, acirraram-se no decorrer da campanha. Bento Munhoz acusava o governo de promover calúnias ao seu respeito, no tocante ao suposto preconceito de sua campanha em relação a São Paulo e a Região Norte do Paraná, que seria “menos” paranaense:

“Tem se inquinado nativismo do nosso lado, sobretudo contra S.Paulo. Eu sou descendente de paulistas de Sorocaba que, no fim do século XVII vieram fundar Curitiba. A nossa mentalidade paranaense é aquela mentalidade paranaense mesmo mas que é quase ecumênica. Encontramos no Paraná europeus de tôdas as origens, como também asiáticos, brasileiros de todos os Estados. Somos abertos, não somos contra brasileiros (...) Mas queremos que êles tenham vivência aqui no Paraná, tenham sofrido no Paraná- o Paraná só é amado por quem tenha sofrido por êle - e amem o Paraná porque sofreram por êle êstes homens representativos da fase cafeeira da civilização paranaense” (DIÁRIO DO PARANÁ, Bento apresenta programa e refuta acusações de ter apoio dos corruptos, 15 set.1965, p.3).

Com a vitória de Paulo Pimentel, Affonso Camargo retira-se da presidência do PDC, com a justificativa de que não poderia permanecer na liderança de um partido que pretendia integrar-se à política do novo governador, pois isso seria incompatível com a sua própria pessoa, uma vez que o mesmo não acreditava no novo governador (DIÁRIO DO PARANÁ, Afonso afasta-se da presidência do PDC, 21. Out.1965, p.3). Com o afastamento de Affonso Camargo, Ney Braga se encarrega de reestruturar a seção regional do PDC, juntamente com o vice-prefeito de Curitiba Adeodato Volpi, o secretário de Viação e Obras Públicas, Alípio Ayres de Carvalho, e os deputados Antônio Ruppel, Agostinho Rodrigues e Armando Queiroz de Moraes (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Reestruturação, 24 out.1965, p.3).

O prestígio de Ney Braga junto à Castelo Branco estava crescendo a cada dia, incrementado com a conquista de Ney Braga eleger seu sucessor. Devido à isto, o presidente convidou Ney Braga para assumir o Ministério da Agricultura. Para assumir, Ney Braga teria que renunciar ao governo do estado, cargo que passaria automaticamente para o vice-governador Affonso Camargo Netto. Mas este não fazia mais parte do círculo de políticos de confiança do governador, uma vez que não o apoiou para eleger o seu sucessor escolhido, Paulo Pimentel, ao governo do estado.

Sendo assim, Ney Braga condicionou sua ida ao Ministério da Agricultura com a condição de que Affonso Camargo renunciasse ao cargo. Para não ficar com a culpa do Paraná ter perdido a oportunidade de ocupar um ministério, Affonso Camargo renunciou ao cargo de vice-governador, deixando escapar a oportunidade de ser governador (DIÁRIO DO PARANÁ, Renúncias levam Ruppell hoje ao governo, 17 nov.1965, p.3). A Assembleia Legislativa elegeu como novo governador o Secretário da Fazenda, Algacyr Guimarães, tendo como seu vice, o Secretário de Viação e Obras Públicas, Alípio Ayres de Carvalho, que cumpriram o restante do mandato de Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, Quero uma democracia social, diz Algacyr, 21 nov.1965, p.3). Castelo Branco discursou na posse de Ney Braga elogiando as suas práticas políticas:

“O antigo governador do Paraná emergiu do plano estadual para o nacional com uma autenticidade firmada numa atuação desenvolvida somente para o bem público. Em sua administração sobrelevou uma programação de alta visão e uma imperturbável energia na ação. O político cresceu com métodos modernos de liderança, sendo esta assentada, não na demagogia ou nas promessas criminosamente enganosas, mas sim, no uso da verdade entre êle e seus liderados e na coerência com o objetivo de bem servir. E, na sua ação política, esteve sempre com a Revolução, pelo programa do atual Gôverno e pela conquista dos objetivos revolucionários” (DIÁRIO DO PARANÁ, Castelo empossa Ney no Ministério, 23. nov.1965, p.3).

O novo governador, Algacyr Guimarães, procurou montar uma equipe de secretários “desvinculados das atividades políticas”, com qualidades “técnicas e administrativas”, tendo como titulares Aníbal Blanchini, da Agricultura, Osvaldo Pacheco de Lacerda, de Viação e Obras Públicas, Lauro Rêgo Barros, de Segurança Pública, Plauto Miró Guimarães, de Interior e Justiça, Airton Ricardo dos Santos, de Saúde Pública, e Felipe Simão, da Secretaria de Governo e Secretaria da Fazenda (DIÁRIO DO PARANÁ, Algacyr reúne (pela primeira vez) secretariado, 27 nov.1965, p.3). Novamente, a discussão da divisão entre “técnica” e “política” está posta neste governo provisório, levando em consideração também a que interesses de classe esta “ideologia da técnica” está a serviço, e como tal ideologia despolitiza as lutas e disputas entre grupos e classes sociais do Brasil e do Paraná. O próximo capítulo pretende analisar as consequências políticas do aprofundamento da ditadura e do autoritarismo com a edição do Ato Institucional nº 2, colocado em prática após os resultados das

eleições de 1965, que não agradaram as Forças Armadas, especialmente ao grupo identificado com a “linha dura” na oficialidade.

Em síntese, neste capítulo visualizamos o crescimento do PDC sob a liderança nacional e local de Ney Braga, e a neutralização das posições reformistas dos membros do PDC, como Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio. No Paraná, não haviam fortes posicionamentos reformistas nacionalistas por parte dos pedecistas. Outro partido que disputava a hegemonia com o PDC era o PTB. O mesmo partido contava com uma forte organização partidária e organizacional e desfrutava de alto prestígio junto ao governo federal, ocupando cargos importantes para as bases locais e trabalhistas. O PTB e o governo Ney Braga distanciaram-se na medida em que o governo federal promovia a defesa incisiva das reformas de base. Alguns petebistas paranaenses passaram a fazer parte da oposição ao governo, destacando-se Joaquim Néia de Oliveira, Walter Pécoits, Waldemar Daros e Leon Naves Barcellos. Já a UDN tinha uma linha ideológica anticomunista, fortemente alinhada com Carlos Lacerda. Suas relações com o governo Braga eram de afastamento, pois a UDN almejava mais cargos no secretariado e estava insatisfeita com as declarações anti-lacerdistas do presidente do diretório paranaense do PDC e secretário da Justiça, Affonso Camargo Netto. A UDN do Paraná se aproximou mais do governo Ney Braga às vésperas do golpe de 1964, a pedido de Carlos Lacerda, em visita a Curitiba. Tais indefinições da UDN provocaram a debandada dos deputados estaduais Francisco Scorsin, Paulo Poli e Almir Passo. Por sua vez, o PSD era o partido que mais enfraqueceu no decorrer das eleições. Se na década de 1940 era praticamente o partido hegemônico no Paraná, nos anos iniciais da década de 1960 era uma legenda que não obtinha resultados eleitorais satisfatórios como os das décadas anteriores. Internamente, era uma agremiação dividida entre as correntes lideradas por Moysés Lupion e Acioly Filho.

Nesse cenário de disputas entre partidos políticos, o clima de instabilidade tomou conta do cenário político, e influências da Doutrina de Segurança Nacional se fizeram presentes nos discursos e práticas dos governadores, que se organizaram para a derrubada do presidente João Goulart. Discursos anticomunistas, marchas lideradas por parcelas das classes médias, Igreja Católica e da burguesia contra as organizações populares apoiaram as Forças Armadas no golpe de 1º de abril de 1964. As adesões imediatas ao movimento foram intensas, e se verificaram no Paraná e na Assembleia Legislativa. A neutralização e a anulação dos capitais políticos acumulados pelos agentes políticos reformistas nacionalistas de esquerda também se fez presente no



Paraná, bem como neutralizaram-se capitais políticos de agentes influentes na contexto paranaense, como é o caso do ex-governador Moisés Lupion. Após estes movimentos iniciais do golpe de 1964, as eleições de 1965 ocorreram no Paraná, testando os capitais dos agentes envolvidos com a disputa, conforme o visto nas seções anteriores.

## **7 AS CONSEQUÊNCIAS QUE AS RUPTURAS INSTITUCIONAIS PROMOVIDAS PELO GOLPE DE 1964 PROVOCARAM SOBRE O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE**

Neste capítulo, pretendemos analisar as consequências que as rupturas institucionais promovidas a partir do golpe de 1964 provocaram sobre o “campo político” paranaense. Na primeira seção, nos deteremos na análise do contexto em que o Ato Institucional nº 2 foi editado, as resistências e críticas a tal Ato, bem como as adesões imediatas a tal ação do governo federal. Na segunda seção, nos debruçaremos sobre as rupturas que o golpe de 1964 provocou no “campo político” paranaense, utilizando os dados sócio biográficos dos deputados e senadores eleitos no pleito de 1962, indagando-nos se tais trajetórias foram prejudicadas ou não pelo golpe de 1964, se tais agentes deram continuidades às suas carreiras políticas, se sofreram expurgos e qual foi o engajamento dos mesmos agentes políticos após a edição do Ato Institucional nº 2 e a divisão partidária entre a ARENA e o MDB.

Na terceira seção, analisaremos a composição inicial dos diretórios da ARENA e do MDB no Paraná, buscando traçar um perfil de tais agremiações partidárias. Na quarta seção, visualizaremos os desempenhos eleitorais da ARENA e do MDB nas eleições de 1966, as primeiras sob o contexto bipartidário. Na quinta seção, trataremos dos expurgos que a edição do Ato Institucional nº5 provocou no “campo político” paranaense.

### **7.1 O CONTEXTO DA EDIÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL Nº2**

Nos primeiros meses posteriores ao golpe de 1964, o governo federal já previa uma reforma partidária que reduzisse o número de partidos políticos e criasse o “Partido da Revolução” (DIÁRIO DO PARANÁ, Fórmula para redução de partidos será extinguir as atuais legendas, 01 mai.1964, p.2). Ney Braga afirmava que a sua agremiação, o PDC, poderia oferecer a base para a constituição do “Partido Revolucionário”, que seria necessário para o Brasil vencer a inflação e o subdesenvolvimento sem as divergências pessoais ou de grupos (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney diz que PDC poderá servir como base para formação de grande partido, 25 jul.1964, p.3). Essa era a mesma opinião de seu secretário de Viação e Obras Públicas, recém-ingresso no PDC, Alípio Ayres de Carvalho, que postulava ser a

democracia cristã a única “que reflete de modo claro e insolistimável os ideais de moralidade administrativa, de repúdio ao comunismo, de restauração da democracia e da promoção das reformas indispensáveis ao progresso do país e bem-estar do povo” (DIÁRIO DO PARANÁ, Também o gov. Ney Braga é favorável à extinção de todos os atuais partidos, 01 out.1964, p.3). Já o presidente regional da legenda, Afonso Camargo, era contrário à extinção dos partidos políticos.

O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, era contra a extinção dos partidos políticos proposto pela reforma partidária (DIÁRIO DO PARANÁ, Lacerda acha que reforma de base é pretexto de quem não sabe governar, 11 out.1964, p.3). Lacerda pertencia a um partido/subcampo que lhe dava sustentação ideológica, visto que seus correligionários compartilhavam de um arsenal ideias compatíveis com a sua. A UDN frequentemente fazia objeções a reformas que pudessem colocar em risco a manutenção dos privilégios das classes dominantes que representava, com uma visão elitista de democracia, desqualificando as decisões do voto popular em inúmeras ocasiões (como o não reconhecimento das vitórias de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, nas eleições de 1950 e 1955, além do não reconhecimento da posse de Goulart em 1961). A UDN durante o governo João Goulart fez incisiva campanha contra a reforma agrária, posicionava-se favoravelmente ao capital estrangeiro, sem quase nenhuma objeção, e protestava contra projetos de reforma eleitoral.

Depois da deposição do governo Goulart, os militares também lançaram propostas de reforma eleitoral, prevendo o voto aos analfabetos, além de um projeto de reforma agrária (estes projetos de reformas eram, porém, muito diferentes dos que eram os projetos trabalhistas/nacionalistas<sup>69</sup>). Desde que os mesmos foram lançados, a UDN, partido anti-reformista por excelência, e seus deputados no subcampo paranaense

---

<sup>69</sup> Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara e presidente do Diretório Nacional do PTB, protestava contra as reformas propostas pela ditadura militar: “sem que se restabeleçam o clima de liberdade e o respeito às tradições democráticas, golpeadas de maneira brutal pelos acontecimentos de primeiro de abril, não seria possível cogitar com autenticidade e grandeza de reformas que o país desde há muito vem exigindo (...) Para o PTB e o povo (...) o atual governo já deu as mais inequívocas provas de intolerável ortodoxia econômica, introduzida da forma a mais eloquente em três medidas que não conseguem disfarçar a sua filosofia retrógrada: a instrução 270, a descaracterização da Lei de Remessa de Lucros e, finalmente, a mensagem que propõe o aumento de 30% no imposto de consumo, cuja incidência recai sobre o povo (...) não confiamos e nem tampouco acreditamos num governo que [tenta] anestésiar o povo, cada vez mais sofrido e oprimido pela desigualdade social gritante, em todos os setores da vida nacional, quando em verdade procura beneficiar grupos privilegiados com o seu comprovado radicalismo de direita (...) [as reformas descaracterizam] a verdadeira reformulação da nossa estrutura socioeconômica, social e política reclamada pela nação (...) Não aceitamos democracia pela metade” (DIÁRIO DO PARANÁ, Doutel de Andrade afirma que, agora, não há clima para reformas serem feitas, 30 jun.1964, p.3)

Newton Carneiro, Haroldo Leon Peres e Jorge Cury, lançaram declarações de repúdio a tais projetos, sendo criticada por defensores dessas reformas, como Affonso Camargo, que acusava a UDN de ver na “revolução” apenas uma “maneira de manter os seus privilégios” (DIÁRIO DO PARANÁ, Afonso reafirma apoio às reformas e condena a UDN por só querer privilégios, 20 jun.1964, p.3). A ala da UDN que não era liderada por Carlos Lacerda lançava posicionamentos simpáticos à tais reformas, tendo como seu principal interlocutor o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (DIÁRIO DO PARANÁ, Udenistas paranaenses querem urgente retorno do governador Carlos Lacerda, 28 jun.1964, p.3).

A reforma eleitoral proposta pelo novo governo também previa a realização de eleições indiretas. Líderes como Ney Braga declaravam-se a favor do voto aos analfabetos, mas receosos quanto ao sistema de eleições indiretas (DIÁRIO DO PARANÁ, Ney põe em dúvida mérito da maioria absoluta e é contra a eleição indireta, 27 jun.1964, p.3). O PDC se posicionava a favor do voto dos analfabetos e sargentos, e o PTB se manifestava a favor do voto direto, com irrestrições em todos os cargos ao voto dos analfabetos e pela inegibilidade dos sargentos (DIÁRIO DO PARANÁ, Seções partidárias ainda sem posição firmada quanto às emendas de Castelo, 04 jul.1964, p.3).

Também discutia-se o projeto de prorrogação do mandato de Castelo Branco na presidência. Carlos Lacerda demonstrava constantemente seu descontentamento com os rumos tomados pela “revolução” de 1964, primeiro com a sua insatisfação em não concorrer à presidência da república em 1965, com a possibilidade do substituto de Castelo Branco ser substituído através do voto indireto e também com a possibilidade de extinção dos partidos políticos proposto pela reforma partidária proposta pelo governo. Criticou a equipe de Castelo Branco e defendeu as eleições para governadores em 1965: “Não façamos da Constituição uma série de portarias modificáveis, renováveis (...) a cada dificuldade ou cada problema que surge” (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 mar. 1965, p.3).

Para os generais da chamada “linha-dura” do Exército, o tempo de permanência no poder pelos militares não poderia ser momentâneo, e sim duradouro para recolocar a política brasileira e a economia “em ordem”:

“seriam necessários pelo menos 10 anos de governo revolucionário, calcado naquele Ato, para a normalização da nação brasileira (...) o Exército não deixará com que o país mergulhe novamente na desordem (...) Estamos vivendo dias de luta para salvar este país. E

aqui lhes trago meu testemunho dos esforços do honrado presidente Castelo Branco para dar ao Brasil e ao seu povo dias melhores. A política econômico-financeira requer sacrifícios do povo” (DIÁRIO DO PARANÁ, Costa e Silva: 10 anos de Ato seriam necessários para normalizar o país, 02 abr. 1965, p.3).

Reagindo a tais projetos vindos do governo federal, Lacerda desmoralizou a assessoria política de Castelo Branco, criticando tais projetos. O presidente da seção paranaense do PDC, Affonso Camargo Netto, emitiu declarações contrárias a Lacerda, acusando-o de ser um perturbador da ordem democrática, com suas “técnicas fascistas do medo e da coação”, além de ser “prolixo, personalista e destituído de qualquer senso de responsabilidade” (DIÁRIO DO PARANÁ, Vice-governador Afonso Camargo Netto chama Carlos Lacerda de “Brizola da direita”, 12 jul.1964, p.3).

Em síntese, em um primeiro momento todos os políticos que não sofreram expurgos do movimento militar de 1964 se auto definiam como “defensores da revolução”. Outros optaram por silenciar-se temerosos de sofrerem expurgos. Porém, na medida em que o projeto militar se desenrola no país, alguns políticos que eram totalmente favoráveis aos atos da “revolução” vão se desvinculando da mesma, na medida em que vêm ameaçadas as suas respectivas carreiras políticas, uma vez que alguns dos capitais acumulados ao longo das suas trajetórias perderam força com as novas regras do jogo, modificadas pelo governo militar após o golpe.

Com as eleições de 1965, um “teste” sobre a popularidade do regime militar frente às urnas foi concretizado. O Paraná era um dos importantes estados que conseguiram eleger um candidato do governo e da situação nas eleições de 1965, aumentando ainda mais o prestígio e os capitais políticos de Ney Braga no estado e em relação ao Alto Comando das Forças Armadas neste contexto.

Além do Paraná, ocorreram eleições para o cargo de governador em estados como a Guanabara e Minas Gerais, que eram de suma importância para a legitimidade da “revolução”, devido à intensa participação dos governadores na deflagração do movimento que derrubou João Goulart, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente. Estes dois governadores não conseguiram eleger sucessor, perdendo para candidatos do PSD e PTB coligados representando a oposição, mesmo que a mesma tivesse sido enfraquecida após o golpe. Somado a estes dois estados, a oposição também venceu em Santa Catarina e Mato Grosso. A “linha dura” das Forças Armadas ficou estarecida com o resultado destas eleições, e acusou Castelo Branco de ser

complacente com os “inimigos da revolução” (FAUSTO, 1995, p.474). Nesse contexto, Castelo Branco assinou o Ato Institucional nº2, no dia 17 outubro de 1965.

Com o Ato Institucional nº 2, os partidos políticos do período pré-1964 foram extintos, instituindo-se um sistema bipartidário, dividido entre a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro daria sustentação política ao governo e o segundo seria a oposição formal ao regime instaurado a partir de 1964, destinado a “garantir uma fachada democrática” (KINZO, 1988, p.15) ao regime de exceção. Essa era uma preocupação fundamental do recém-instaurado bloco de poder, que, no primeiro momento, não aboliu os poderes Legislativo e Judiciário, não acabou com a periodicidade das eleições e não suprimiu a Constituição de 1946. Porém, todos esses princípios democráticos foram deturpados, mudando as regras do jogo constantemente para atender aos interesses do grupo político-militar que se encontrava no poder, através de Atos Institucionais, superpoderes ao executivo, expurgos de opositores do regime, entre outras arbitrariedades. (KINZO, 1988, p.16). O Ato Institucional nº 2:

“outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar o estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos, e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava a aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes.” (KINZO, 1988, p.27).

O receio da oposição em fazer críticas a tais arbitrariedades pelo risco da cassação provocou o silêncio das mesmas. A formação de um partido de oposição foi dificultada justamente pelo fato de muitos políticos que queriam manter conexões com o poder e não desejarem ter seus mandatos cassados se sentissem acuados em fazer parte de um partido de oposição ao regime instituído. Além disso, muitos políticos opositores já tinham sido excluídos da vida partidária por cassações e exílio. Mesmo com essas dificuldades, o MDB foi instituído em 24 de março de 1966 (KINZO, 1988).

Juntamente com o MDB, a Aliança Renovadora Nacional foi criada a partir do Ato Institucional nº 2, como o partido que daria sustentação política à ditadura militar. Praticamente todos os políticos com mandato se dirigiram à ARENA, de diferentes agremiações. Nos estados, grupos políticos rivais se filiaram à ARENA e passaram a concorrer no interior da agremiação, gerando divisões internas e falta de coesão.

(KINZO, 1988, p.29). Assim políticos da UDN, do PSD, do PR, do PDC e do PTB passaram a rivalizar dentro da ARENA. Estas disputas internas fizeram que surgissem as sublegendas dentro da ARENA e do MDB, previstas nos atos complementares ao Ato Institucional nº2.

Os governadores civis que promoveram a instauração do golpe de 1964, Ney Braga e Magalhães Pinto, aprovaram a edição do Ato, reafirmando seus apoios a Castelo Branco. Ney Braga afirmou que tal ação do governo promove “a tranquilidade necessária para o trabalho construtivo e para o bem esta-social do povo (...) afastando, mais uma vez, as ameaças que novamente mantinham a nação inquieta” (DIÁRIO DO PARANÁ, Paraná solidário, 28 out.1965, capa).

Houve também governadores que criticaram tal ato. O governo passou a não contar com o apoio dos governadores civis que participaram ativamente da “revolução” de 1964, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, que criticaram tal medida. O primeiro classificou o Ato de “absurdo” (DIÁRIO DO PARANÁ, Para Adhemar, dois é Absurdo, 28 out.1965, p.3) e o segundo achou o ato editado “muito duro” (DIÁRIO DO PARANÁ, Lacerda acha ato muito duro, 28 out.1965, p.3). Estes dois líderes civis do golpe perderam força política com após os desdobramentos que o mesmo provocou e se viram impossibilitados de concorrer às eleições presidenciais que sucederiam Castelo Branco.

Castelo Branco designou Ney Braga para a constituição do Partido Revolucionário no Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas- Chamado, 12. Nov.1965, p.3). O prestígio de Ney Braga junto à Castelo Branco estava crescendo a cada dia, incrementado com a conquista de Ney Braga eleger seu sucessor. Devido a isto, o presidente convidou Ney Braga para assumir o Ministério da Agricultura. A ARENA foi estruturada a partir do gabinete de Ney Braga, que se esforçou em reunir políticos das mais diferentes agremiações nas fileiras do “Partido da Revolução”, obtendo êxito nesta empreitada (REBELO, 2004).

## 7.2 AS RUPTURAS QUE O GOLPE DE 1964 PROVOCOU NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE

Tendo como referência as eleições de 1962 para deputados federais e estaduais eleitos pelas agremiações partidárias que pertenciam antes da extinção dos partidos políticos existentes, podemos ter um panorama de quais as consequências o golpe provocou para o campo político paranaense e seus subcampos. Analisaremos se estes

políticos tiveram continuidade nas suas carreiras políticas ou estas foram prejudicadas com o golpe de 1964, bem como verificaremos os partidos em que os mesmos se filiaram após o Ato Institucional nº2 e se tais políticos sofreram com cassações de mandato.

QUADRO 8: DEPUTADOS FEDERAIS DO PTB- LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>70</sup>

| NOME DO DEPUTADO         | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|--------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                          | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Kalil Maia Neto          | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Renato Celidônio         | X                        |     |                 | X   | X        |     |
| Miguel Buffara           |                          | X   |                 | X   |          | X   |
| Antônio Baby             |                          | X   |                 | X   |          | X   |
| Fernando da Gama e Souza | X                        |     |                 | X   |          | X   |
| Wilson Chedid            |                          | X   |                 | X   |          | X   |
| Antônio Annibelli        | X                        |     |                 | X   |          | X   |
| Petrônio Fernal          |                          | X   |                 | X   |          | X   |
| Elias Nacle              |                          | X   | X               |     |          | X   |

Dos 9 deputados federais eleitos pelo PTB em 1962, 4 deram continuidade as suas carreiras políticas, elegendo-se para algum cargo nas eleições posteriores, 1 filiando-se à ARENA (Maia Neto) e 3 pelo MDB (Celidônio, Gama e Souza e Annibelli). Os outros 5 não se elegeram para outros cargos durante a ditadura militar, mas os mesmos continuaram com participação partidária após o AI-2, 4 pelo MDB (Buffara, Baby, Chedid e Fernal) e 1 pela ARENA. (Nacle). Toda a bancada federal do PTB do Paraná eleita em 1962 se absteve de votar em Castelo Branco para a presidência da república, seguindo a ordem do antigo líder do PTB na Câmara dos Deputados, o petebista catarinense Doutel de Andrade, sendo a única bancada de representação federal a atender integralmente a esta ordem (DIÁRIO DO PARANÁ, PDC, UDN, PSD e PRP do Paraná sufragaram Castelo mas divergiram no tocante ao vice, 14 abr.1964, p.3). Não por acaso, destes 9 deputados federais, 7 ingressaram no MDB, com o AI-2. A seguir, visualizaremos as consequências do golpe de 1964 para os deputados estaduais do PTB eleitos em 1962.

<sup>70</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.



QUADRO 9: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PTB- LEGISLATURA 1963-1966-  
CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>71</sup>

| NOME DO DEPUTADO | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                  | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Moacyr Silvestre | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Luiz Dalcanalle  |                          | X   |                 |     | X        |     |
| Jorge Nassar     | X                        |     | X               |     | X        | X   |
| Silvino Lopes    |                          | X   |                 | X   |          | X   |
| Miguel Dinizo    | X                        |     | X               |     | X        |     |
| Marino Pereira   |                          | X   |                 |     |          | X   |
| Joaquim Neia     |                          | X   |                 | X   |          | X   |
| Miran Pirih      | X                        |     | X               |     | X        |     |
| Leon Barcellos   |                          | X   |                 |     | X        |     |
| Walter Pécoits   |                          | X   |                 |     | X        |     |
| Eurico Rosas     | X                        |     |                 | X   |          | X   |
| Piratan Araújo   |                          | X   |                 |     |          | X   |

Dos 12 deputados estaduais eleitos pelo PTB em 1962, apenas Moacyr Silvestre (ARENA pós-AI2) e Eurico Batista Rosas (MDB pós-AI2) deram continuidade a suas carreiras políticas, não sentindo nas eleições posteriores o peso que o fato de ter pertencido ao PTB, principal alvo do golpe de 1964, provocou para os seus agentes políticos. Metade dos 12 deputados foi cassada pelos Atos Institucionais nº1 e 5. Um quadro totalmente diferente pode ser conferido no quadros dos deputados federais e estaduais do PDC a seguir.

QUADRO 10: DEPUTADOS FEDERAIS DO PDC- LEGISLATURA 1963-1966-  
CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>72</sup>

| NOME DO DEPUTADO           | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|----------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                            | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| José Richa                 | X                        |     |                 | X   |          | X   |
| Francisco Accioly R. Costa | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Minoru Miyamoto            | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Emílio Hoffman Gomes       | X                        |     | X               |     |          | X   |

<sup>71</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

<sup>72</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

Todos os 4 deputados federais do PDC eleitos em 1962 deram continuidade às suas carreiras políticas, sem expurgos e cassações. Deste, 1 dirigiu-se ao MDB (José Richa) e os outros 3 aderiram à ARENA. A seguir, visualizaremos o quadro partidário do PDC em relação aos deputados estaduais eleitos em 1962.

QUADRO 11: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PDC- LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>73</sup>

| PDC<br>NOME DO DEPUTADO | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|-------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                         | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Antônio Ruppel          | X                        |     | X               |     |          | X   |
| João Mansur             | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Nilson B. Ribas         |                          | X   |                 |     |          | X   |
| João Braga Cortes       |                          | X   |                 |     |          | X   |
| Armando Moraes          | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Iosio Ueno              | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Benedito Dias           | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Arnaldo Busato          | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Túlio Vargas            | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Agostinho Rodrigues     | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Renato Bueno            | X                        |     | X               |     |          | X   |
| José Affonso            |                          | X   |                 |     |          | X   |

Dos 12 deputados estaduais eleitos pelo PDC em 1962, apenas 3 não deram continuidade às suas carreiras políticas, por motivos que não envolvem o golpe de 1964, suas perseguições e expurgos. Os 9 deputados estaduais que continuaram disputando capitais políticos no campo paranaense, todos dirigiram-se à ARENA, revelando o grande adesionismo do partido do governador Ney Braga à recém-criada ARENA, também organizada pelo então Ministro da Agricultura de Castelo Branco. A seguir, visualizaremos o quadro de deputados do PSD eleitos em 1962.

QUADRO 12: DEPUTADOS FEDERAIS DO PSD- LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>74</sup>

<sup>73</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

<sup>74</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

| PSD<br>NOME DO DEPUTADO     | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|-----------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                             | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Plínio Franco F. da Costa   | X                        |     | X               |     |          | X   |
| João Batista Ribeiro Júnior | X                        |     | X               |     |          | X   |
| João Simões                 |                          | X   |                 |     | X        |     |
| Rafael Ferreira Rezende     |                          | X   | X               |     |          | X   |
| Paulo Pimenta Montans       |                          | X   | X               |     |          | X   |
| Lyrio Bertoli               | X                        |     | X               |     |          | X   |

Neste subcampo político, que não era atrelado ao governo do estado liderado por Ney Braga e boa parte de seus quadros apoiavam Moysés Lupion, adversário político de Ney Braga de longa data, observamos que dos 6 deputados federais eleitos em 1962, 3 deram continuidade às suas carreiras políticas (filiando-se à ARENA após o AI-2) e 3 não conseguiram tal êxito (1 foi cassado e os outros dois, mesmo aderindo à ARENA, não foram eleitos para nenhum outro cargo, nem obtiveram nomeações no interior do aparelho estatal). O quadro a seguir visualiza as consequências do golpe de 1964 para os deputados estaduais do PSD eleitos em 1962.

QUADRO 13: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSD- LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>75</sup>

| PSD<br>NOME DO DEPUTADO | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|-------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                         | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| João de M. Leão         | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Emílio Carazzai         | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Egon Pudell             | X                        |     | X               |     |          | X   |
| José V. de Carvalho     | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Ernesto Moro            |                          | X   | X               |     |          | X   |
| Dino Veiga              |                          | X   | X               |     |          | X   |
| Leovegildo Salles       |                          | X   |                 |     |          | X   |

Dos 7 deputados estaduais eleitos pelo PSD em 1962, 4 deram continuidade às suas carreiras políticas (aderindo à ARENA após o AI-2) e os outros 3 não conseguiram tal êxito (mesmo sem sofrerem cassações e com dois deles aderindo à ARENA após o AI-2). Deste modo, o PSD foi um partido que viu os capitais políticos de seus quadros enfraquecerem significativamente com o golpe de 1964.

<sup>75</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

QUADRO 14: DEPUTADOS FEDERAIS DA UDN- LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>76</sup>

| UDN<br>NOME DO DEPUTADO   | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|---------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                           | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Hermes Faria Macedo       | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Newton da Silva Carneiro  |                          | X   |                 |     |          | X   |
| Mário Braga Ramos         | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Zacharias Emiliano Seleme | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Jorge Khury               | X                        |     | X               |     | X        |     |

Dos 5 deputados federais eleitos pela UDN nas eleições de 1962, 1 não deu continuidade à sua carreira política não se filiando a nenhum partido após o Ato Institucional nº2 (Newton Carneiro, udenista e lacerdista histórico) e 1 foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 (Jorge Khury, também udenista e lacerdista histórico). O restante aderiu à ARENA e se elegeu para outros cargos políticos. Percebemos o adesionismo dos ex-udenistas ao regime militar e neutralização ideológica de seus integrantes fortemente identificados com o lacerdismo. A seguir, visualizaremos as consequências políticas para os deputados estaduais eleitos pela UDN em 1962.

QUADRO 15: DEPUTADOS ESTADUAIS DA UDN- LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>77</sup>

| UDN<br>NOME DO DEPUTADO | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|-------------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                         | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| José F. Alves Pereira   | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Haroldo Leon Peres      | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Francisco Escorsin      | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Paulo Poli              | X                        |     | X               |     |          | X   |
| João Vargas de Oliveira | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Rubens Requião          |                          | X   |                 |     |          | X   |
| Horácio Vargas          |                          | X   | X               |     |          | X   |
| Almir Moreira Passo     |                          | X   |                 |     | X        |     |

<sup>76</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

<sup>77</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

Dos 8 deputados estaduais eleitos pela UDN em 1962, 3 não deram continuidade às suas carreiras políticas, sendo 1 cassado pelo Ato Institucional nº1, o deputado Almir Moreira Passo, que tinha se desvinculado da UDN em 1963, pela mesma não congregar suas ideias nacionalistas e reformistas. Francisco Escorsin e Paulo Poli desligaram-se da UDN também em 1963 (DIÁRIO DO PARANÁ, Bancada da UDN sofre novo desfalque: Redução de 37% em apenas sete meses, 13.nov.1963, p.3). Ou seja, o partido diminuía seus capitais partidários antes do golpe.

Rubens Requião, lacerdista convicto, distanciou-se do “movimento” de 1964, juntamente com o seu líder Carlos Lacerda, negando-se a filiar-se em algum dos partidos após o Ato Institucional nº2. O restante dos deputados aderiram à ARENA após o AI-2. A seguir, visualizaremos as consequências do golpe para a coligação formada pelo PRP, PTN, PST, PSP e MTR (que só elegeu deputados estaduais nas eleições de 1962).

QUADRO 16: DEPUTADOS ESTADUAIS- PRP-PTN-PST-PSP-MTR LEGISLATURA 1963-1966- CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>78</sup>

| NOME DO DEPUTADO    | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|---------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                     | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Aníbal Khury        | X                        |     | X               |     | X        |     |
| Paulo Alves Camargo | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Edgard Távora       |                          | X   |                 |     |          | X   |
| Igo Iwant Losso     | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Amadeu Puppi        | X                        |     | X               |     |          | X   |
| Olívio Belich       | X                        |     | X               |     |          | X   |

Dos 6 deputados estaduais eleitos por esta coligação, apenas Edgard Távora não deu continuidade à sua carreira política. Távora tinha uma forte ideologia integralista que não se adaptou ao ideário militar, mesmo apoiando o golpe no primeiro momento. Todos os outros filiaram-se à ARENA. O Ato Institucional nº5 cassou Aníbal Khury, que conseguiu retomar a sua carreira política só após a redemocratização.

<sup>78</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

Visto as consequências que o golpe de 1964 provocou no campo político paranaense tendo como referência as trajetórias políticas dos deputados estaduais e federais eleitos em 1962, visualizaremos a seguir as consequências que o golpe de 1964 provocou no senado federal, no quadro a seguir:

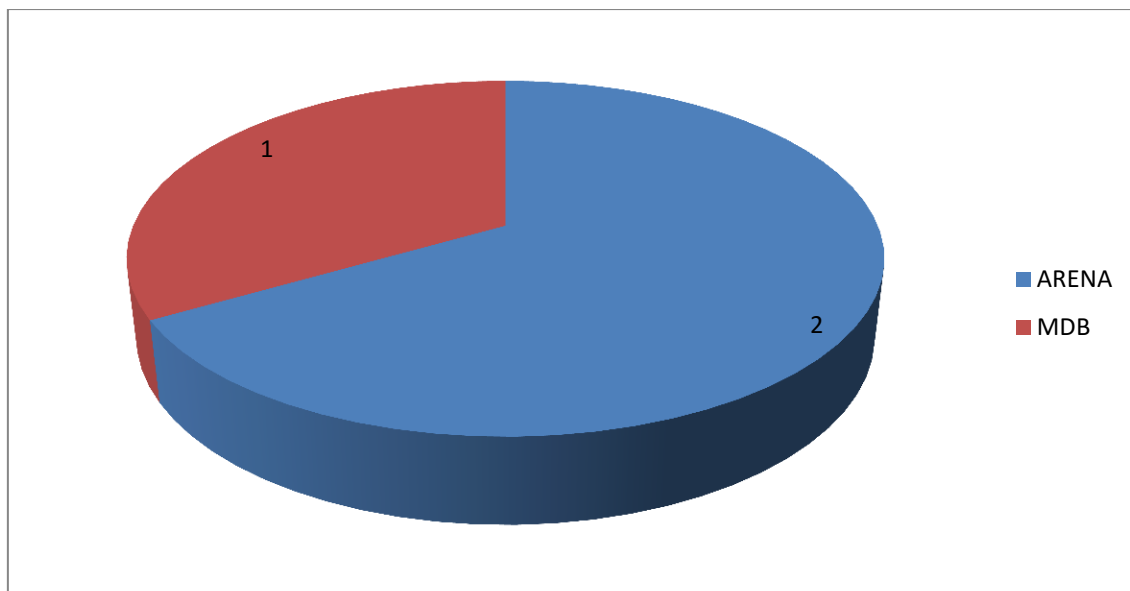
QUADRO 17: SENADORES DO PARANÁ: CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 1964<sup>79</sup>

| NOME DO SENADOR       | Partido antes do AI-2 | Continuidade na Política |     | Partido Pós-AI2 |     | Cassação |     |
|-----------------------|-----------------------|--------------------------|-----|-----------------|-----|----------|-----|
|                       |                       | SIM                      | NÃO | ARENA           | MDB | SIM      | NÃO |
| Nelson Maculan        | PTB                   | X                        |     |                 | X   |          | X   |
| Adolpho de O. Franco  | UDN                   |                          | X   | X               |     |          | X   |
| Amaury de O. e Silva  | PTB                   |                          | X   |                 |     | X        |     |
| Rubens de Mello Braga | PTB                   |                          | X   | X               |     |          | X   |

O senador Amaury de Oliveira e Silva foi cassado pelo Ato Institucional nº1, e seu suplente, que vinha ocupando o mandato de senador desde a nomeação de Amaury Silva ao Ministério do Trabalho, Rubens de Mello Braga, finalizou o seu mandato. Dos 3 senadores do Paraná ocupantes de mandato durante a promulgação do Ato Institucional nº 2, somente Nelson Maculan (ex-PTB) se dirigiu ao MDB. Nelson Maculan foi o único que conseguiu se eleger para outro cargo político após o término de seu mandato de senador, sendo eleito deputado federal pelo MDB em 1974. Os outros dois senadores, Adolpho de Oliveira Franco (ex-UDN) e Rubens de Mello Braga (ex-PTB) dirigiram-se à ARENA, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

<sup>79</sup> Quadro: Elaboração da autora. Informações retiradas de NICOLAS (1977; 1984; s/d); OLIVEIRA (2000; 2012); CÂMARA DOS DEPUTADOS; IPARDES (1987); TRE-PR; TSE; PIERUCCINI (1995); TRE-PR; COSTA (1995); CARNEIRO (1963); TSE; ALEP e diversos sites cujo os links se encontram nas referências.

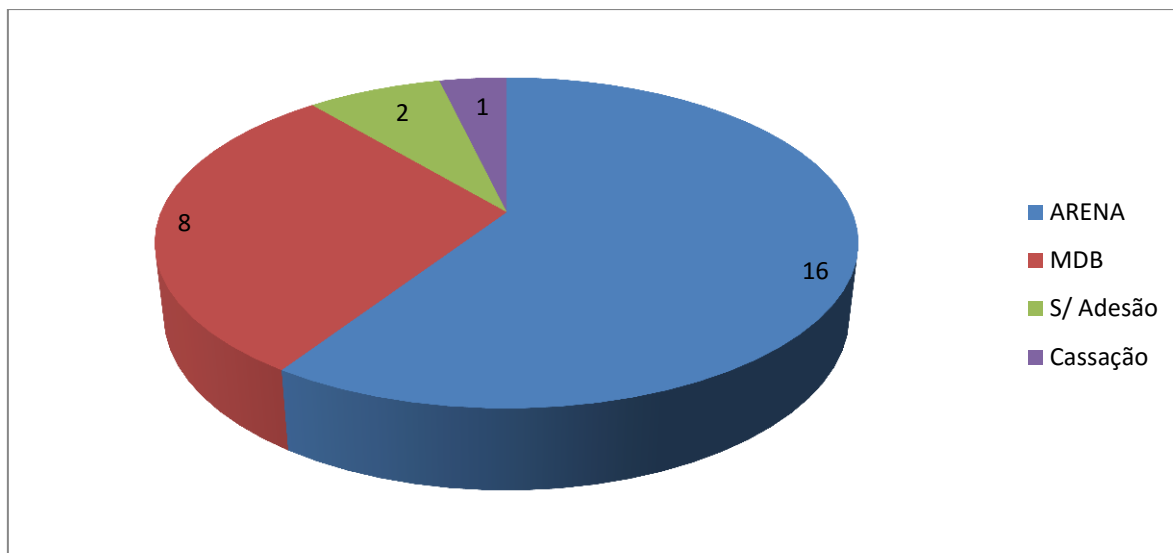
GRÁFICO 1: SENADORES ELEITOS EM 1958 E 1962: PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ATO INSTITUCIONAL N°2



Os dois senadores ingressantes na ARENA (Adolpho Franco e Rubens de Mello Braga) não deram continuidade às suas carreiras políticas, não sendo eleitos para nenhum outro cargo político após o término de seus mandatos no senado. Adolpho Franco, udenista e lacerdistas histórico, distanciou-se dos ideais do “movimento de 1964”, passando a dedicar-se às atividades financeiras, administrando o banco pertencente à sua família. Mello Braga, ex-petebista, conseguiu expressão partidária dentro da ARENA em seus momentos iniciais, mas não conquistou espaço político suficiente para ser eleito para algum outro cargo político, nem ser nomeado nos anos posteriores.

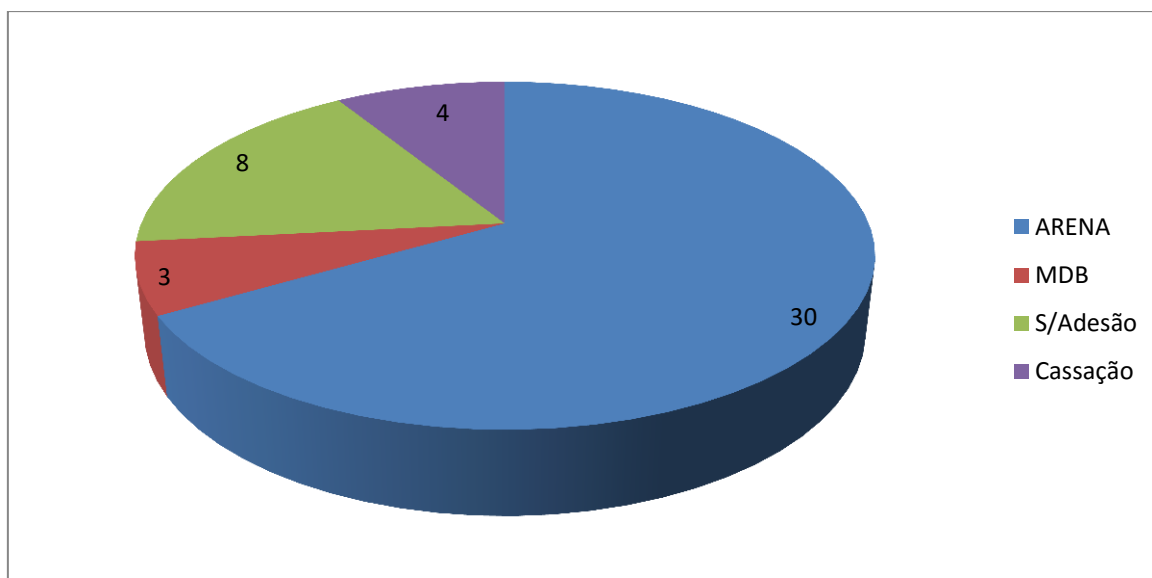
Os gráficos a seguir procuram demonstrar uma visão global das consequências que o Ato Institucional n° 2 provocou na política paranaense, tendo como referência os deputados federais e estaduais eleitos em 1962, ainda sob o sistema multipartidário, verificando qual dos partidos os agentes políticos inseridos na conjuntura do golpe aderiram com a edição do AI-2 (que atravessou o mandato dos mesmos, em 1966).

GRÁFICO 2: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1962: PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ATO INSTITUCIONAL Nº2



As eleições de 1962 sufragaram 25 deputados federais, representantes do estado do Paraná. Destes, apenas dois não aderiram a nenhum partido entre a ARENA e o MDB (os deputados Newton Carneiro, ex-UDN, e Rafael Ferreira Rezende, ex-PSD). Um foi cassado pelo Ato Institucional nº1 (João Simões, ex-PSD). Dos restantes 22 deputados federais, 16 foram para a ARENA e 8 foram para o MDB.

GRÁFICO 3: DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 1962: PARTIDOS POLÍTICOS APÓS O ATO INSTITUCIONAL Nº2





No que se refere à Assembleia Legislativa, as eleições de 1962 proporcionaram 45 cadeiras de deputados estaduais. Destes 45, 12 não se filiaram a nenhum partido pós-Ato Institucional nº2, 4 deles por terem sido cassados pelo Ato Institucional nº1: Luiz Alberto Dalcanalle, Leon Naves Barcellos, Walter Alberto Pécoits, todos ex-petebistas, e Almir Moreira Passo, ex-udenista.

Dos 33 deputados estaduais restantes, apenas três filiaram-se ao MDB, todos ex-petebistas: Silvino Lopes de Oliveira, Joaquim Néia de Oliveira e Eurico Batista Rosas (SEBASTIANI, 1992, p.6). Os outros 30 deputados estaduais filiaram-se à ARENA com o Ato Institucional nº2.

Visto a adesão dos agentes políticos do Paraná à ARENA nos leva a afirmação de que os agentes políticos se submeteram às novas “regras do jogo” para tentar garantir a própria reprodução e continuar no poder. Os mesmos passaram a constituir a máquina partidária de sustentação ao regime instituído a partir do golpe de 1964, analisaremos a seguir a composição dos diretórios da ARENA e do MDB na sua fundação e recém-institucionalização.

### 7.3 A COMPOSIÇÃO INICIAL DOS DIRETÓRIOS DA ARENA E DO MDB NO PARANÁ

A presidência regional da ARENA teve como seu primeiro ocupante Algacyr Guimarães (DIÁRIO DO PARANÁ, 06 fev.1966, p.3), tendo como seu secretário-geral Ubiratan Pompeo de Sá. Seus vice-presidentes eram Zacarias Seleme, Rafael Rezende e Ivan Luz. O tesoureiro dessa primeira diretoria era Rubens de Mello Braga. As informações biográficas encontradas sobre esses agentes, que servirão como base para a compreensão de seus espaços dentro do subcampo da política paranaense, representado pela ARENA, que ocupava um destacado espaço dentro do campo político paranaense em sua generalidade estão presentes no quadro a seguir:

#### QUADRO 18: CAPITAIS SOCIAIS E POLÍTICOS DA 1º COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO DA ARENA: SEÇÃO PARANÁ

|   |                   |
|---|-------------------|
| <b>Presidência</b>  | Algacyr Guimarães |
| Nasceu em Curitiba, PR, em 1909, filho de Heitor Alencar Guimarães e Alda Bandeira Guimarães. Formado em Engenharia pela Universidade do Paraná, onde também foi professor. Ocupou a diretoria da Estrada de Ferro Santos- Jundiáí. |                   |

|  |                          |
|--|--------------------------|
| Cargos Ocupados: Secretário da Fazenda, 1º governo de Ney Braga; Governador Interino do Paraná, 1965, Diretor-Geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), nomeado por Castello Branco, em fevereiro de 1966, Presidente do Diretório Regional da ARENA, Presidente do Banestado em 1970, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Membro do “Neysmo”   |                          |
| <b>Secretaria-Geral</b>  | Ubiratan Pompeo Sá       |
| Engenheiro Agrônomo  |                          |
| Cargos Ocupados: Diretor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas – IBPT. Período: julho/1968 a novembro/1969 <sup>80</sup> . Assistente da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado <sup>81</sup> da equipe coordenada por Alípio Ayres de Carvalho, 1956. Diretor Administrador da Colônia Penal Agrícola de Piraquara <sup>82</sup> . Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas do Paraná <sup>83</sup> Secretário da Casa Civil (1969-1970) (CORDEIRO, 2005, p.117) |                          |
| <b>Vice-presidência</b>  | Zacarias Emiliano Seleme |
| Nasceu em Canoinhas, SC, em 1919. Filho de Emiliano Abraão Seleme e Catarina Seleme. Formado em Direito na Universidade do Paraná, em 1942.  |                          |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (UDN), 1963-1966. Deputado Federal, ARENA, (1971-1975). Secretário do Trabalho e Assistência Social, 1973; Procurador TCE-PR <sup>84</sup>   |                          |
| <b>Vice-presidência</b>  | Rafael Ferreira Rezende  |
| Nasceu em Lavras, MG, em 1916, filho de José Batista Rezende e Diva Ferreira Rezende. Formado em Engenharia Agrônoma, era Presidente da Associação Rural de Londrina.  |                          |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PSD). Suplente, 1955-1958; Deputado Federal (PSD), 1959-1962; Secretário de Agricultura (1957); Deputado Federal (PSD), 1963-1966.  |                          |
| <b>Vice-presidência</b>  | Ivan Luz                 |
| Formado em Direito.  |                          |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal, PRP, 1963-1966, Professor de Direito em Londrina, membro do Conselho diretor da UnB, assessor do Ministério da Educação, Ministro do Tribunal de Contas da União  |                          |
| <b>Tesoureiro</b>  | Rubens de Mello Braga    |
| Nasceu em Curitiba, PR, 1910, filho de José de Mello Braga e Maria José Brandão. Proprietário de imobiliária, comerciante, agricultor e dirigente sindical.  |                          |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal, PTB, 1947-1950; Deputado Federal, PTB, 1951-1954. Licenciou-se para ocupar, no governo Bento Munhoz da Rocha Netto, a Secretaria de Governo, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria do Interior e Justiça. Delegado da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, 1957-1959; Delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, 1959-1962, suplente de  |                          |

<sup>80</sup>TECPAR <http://everest5.tecpar.br/iconografico/acervo.php?registro=190>

<sup>81</sup> RELATÓRIO DE GOVERNO- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1956\\_MFN\\_1100\\_Comissao\\_de\\_Coordenacao\\_do\\_Plano\\_de\\_Developolvimento\\_Economico\\_do\\_Estado.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1956_MFN_1100_Comissao_de_Coordenacao_do_Plano_de_Developolvimento_Economico_do_Estado.pdf)

<sup>82</sup> COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DO PARANÁ. Disponível em:

<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/print.php?conteudo=27>

<sup>83</sup> PROCURADORES E EX-PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE CONTAS.

Disponível em:

<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2012/8/flipbook/231446/files/assets/seo/page35.html>

<sup>84</sup> PROCURADORES E EX-PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE CONTAS. Disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2012/8/flipbook/231446/files/assets/seo/page35.html>

Senador, ocupando a vaga de Amaury de Oliveira e Silva, que foi nomeado Ministro do Trabalho (junho 1963-março 1964). Senador, ocupando a vaga de Amaury de Oliveira e Silva, em decorrência da cassação de seu mandato.

NICOLAS, 1977; NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987, CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>85</sup>; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ<sup>86</sup>

Podemos observar que o presidente e o secretário-geral da ARENA no Paraná no seu diretório inicial tinham um perfil “técnico”, em detrimento do “político”, pois ambos não haviam sido eleitos para nenhum cargo até 1966, exercendo os cargos políticos através de nomeações, perfil que se manteve nas suas carreiras políticas. Ambos também eram engenheiros de carreira.

Algacyr Guimarães, o Presidente da ARENA, havia se filiado ao PDC, partido do governador Ney Braga, no período pluripartidário, aspirando a possibilidade de disputar o governo do estado pela legenda em 1965. No entanto, o governador Ney Braga solicitou para o mesmo retirar a sua candidatura na Convenção do PDC, que sufragou o nome de Paulo Pimentel, do PTN, como candidato ao governo. Algacyr Guimarães, que não tinha experiência nos bastidores políticos e de controle da máquina partidária, entrou para a política através de Ney Braga, e exerceu a Secretaria da Fazenda até ser eleito pela Assembleia Legislativa para o cargo de governador interino do Paraná, em substituição a Ney Braga, que assumiu o Ministério da Agricultura. O primeiro presidente da ARENA no Paraná tinha, portanto, boa relação com o ex-governador Ney Braga, um dos responsáveis pela articulação da ARENA no Paraná, sob ordem de Castelo Branco, um perfil técnico, sem experiência político-partidária expressiva até o momento que assumiu a presidência da ARENA.

Por sua vez, Ubiratan Pompeo Sá não era proveniente de nenhum partido político, ocupando até então cargos técnicos, desde meados da década de 1950, quando trabalhou juntamente com Alípio Ayres de Carvalho, na PLADEP. Ubiratan Pompeo aproximava-se a outra liderança da ARENA no Paraná: o governador Paulo Pimentel, exercendo dois cargos relevantes no decorrer de seu mandato: a Diretoria do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e a Secretaria da Casa Civil. Quando Ubiratan Pompeo saiu da secretaria-geral da ARENA do Paraná, outro político de confiança do governador Pimentel, Aníbal Khury, passou a ocupar seu cargo. O mesmo tinha vasta

<sup>85</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>

<sup>86</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/>

atividade político-partidária, atuando na Assembleia Legislativa e outros espaços de poder político no Paraná com notável desenvoltura.

Os vice-presidentes Zacarias Seleme, Rafael Ferreira Rezende e Ivan Luz, e o tesoureiro Rubens de Mello Braga, já tinham ocupado cargos eletivos antes de assumirem os seus postos na ARENA paranaense, ocupando as vagas de representação do Paraná na Câmara Federal (e no Senado, como é o caso de Rubens de Mello Braga). Tinham experiência partidária anterior na UDN, no PSD, no PRP e no PTB, respectivamente. Zacarias Seleme, inclusive, foi presidente do diretório regional da ARENA após Algacyr Guimarães deixar o posto.

É interessante notar também que dos seis dirigentes iniciais da ARENA, 4 ocuparam importantes cargos em Tribunais de Contas no decorrer de suas carreiras políticas. É o caso de Algacyr Guimarães (Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná), Zacarias Seleme e Ubiratan Pompeo Sá (Procuradores do Ministério Público do Tribunal de Contas do Paraná), e Ivan Luz (Ministro do Tribunal de Contas da União).

Por sua vez, Rafael Rezende (ex-PSD) e Rubens de Mello Braga (ex-PTB), não ocuparam nenhum cargo eletivo ou nomeado de relevância após suas atividades na Executiva Regional da ARENA.

Analisando o perfil social dos seis componentes do diretório inicial da ARENA, verificamos a presença de dois integrantes da classe dominante tradicional (Algacyr Guimarães e Rubens de Mello Braga).

Na composição do primeiro diretório da ARENA, observamos que nos cargos de maior poder de influência (presidência e secretaria-geral), os ocupantes tinham perfil “técnico”, sem atividades partidárias significativas até 1966. Esses cargos tinham decisiva influência do ex-governador Ney Braga e do então governador Paulo Pimentel. Já os demais cargos (vice-presidências e tesouraria) eram ocupados por políticos com experiência em cargos eletivos e participação anterior no quadro pluripartidário existente até o Ato Institucional nº2.

A seguir, visualizaremos o quadro de capitais sociais e políticos da primeira composição do diretório regional do MDB no Paraná.

QUADRO 19: CAPITAIS SOCIAIS E POLÍTICOS DA 1º COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO DO MDB: SEÇÃO PARANÁ

|  |                          |
|--|--------------------------|
| <b>Presidência</b>   | Miguel Buffara           |
| Informações Biográficas: Nasceu em Santos, SP, em 1913. Filho de Cezário Buffara e Adel Zattar Buffara. Seu irmão, Nelson Buffara foi vereador em Paranaguá (PTB), 1951-1963 (3 legislaturas). Deputado Estadual (PTB) de 1967 a 1986 (5 legislaturas consecutivas). Formado em Direito, na Universidade do Paraná, em 1932, exercendo as profissões de comerciante e advogado.  |                          |
| Cargos Ocupados: Cargos Ocupados: Deputado Estadual (PTB), 1955-1958. Secretário Estadual do Trabalho (1956-1958). Deputado Federal (PTB), 1959-1962. Deputado Federal (PTB), 1963-1966.   |                          |
| <b>Secretaria- Geral</b>   | Fernando da Gama e Souza |
| Informações Biográficas: Nasceu no Rio de Janeiro, GB, em 1925. Filho de Belarmino da Gama e Souza e Ondina Guimarães da Gama e Souza. Formado em Direito, na Universidade Federal do Paraná, 1955. Exerceu as profissões de advogado e bancário.  |                          |
| Cargos Ocupados: Oficial de gabinete da presidência da república, gestão Juscelino Kubitschek. (1956-1960). Oficial de gabinete da presidência da república, gestões Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1962). Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Deputado Federal (MDB), 1967-1970; Deputado Federal (MDB) de 1971 a 1979.  |                          |
| <b>Vice-Presidência</b>  | Antônio Baby             |
| Informações Biográficas: Nasceu em Rio Claro, PR, 1903. Filho de Jacob Baby e Catarina Kapuchinski Baby. Desempenhava a profissão de Telegrafista.   |                          |
| Cargos Ocupados: Vereador em União da Vitória, PR (PTB), 1947-1950. Deputado Estadual (PTB), 1951-1954; Deputado Federal (PTB), 1955-1958; Deputado Federal (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966.   |                          |
| <b>Vice-Presidência</b>  | Renato Celidônio         |
| Informações Biográficas: Nasceu em Agudos, SP, em 1928. Filho de Hugo Celidônio Gomes dos Reis e Helena Quartim Celidônio. Formado em Engenharia Agrônoma, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, 1950. Exercia a profissão de Fazendeiro de Café. Foi representante da Lavoura Cafeeira do Paraná na Junta Administrativa do I.B.C., (1958-1962, 1962-1966) e presidente da Associação Rural de Maringá, PR, 1959-1962; |                          |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PTB), 1963-1966; Deputado Federal (MDB), 1967-1970. Mandato Cassado pelo AI-5.  |                          |
| <b>Vice-Presidência</b>  | José Richa               |
| Informações Biográficas: Nasceu em São Fidélis, RJ, 1934. Filho de Assad Richa e Ana Miguel Richa. Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná. Transmitiu seus capitais políticos para os seus filhos Carlos Alberto Richa, atual governador do Paraná, ex-prefeito de Curitiba e deputado estadual; José Richa Filho, secretário de Estado; Neto: Marcello Vieira Richa, Secretário Municipal.                                |                          |
| Cargos Ocupados: Oficial de gabinete do governo Ney Braga (1961); Deputado Federal (PDC). Filiação ao MDB, 1963-1966; Deputado Federal (MDB), 1967-1970; Prefeito de Londrina MDB, (1973-1977). Senador (MDB), 1979-1983. Governador do Paraná, PMDB, 1983-1987; Senador, PMDB, 1987-1995.   |                          |
| <b>Tesoureiro</b>  | Wilson Chedid            |
| Informações Biográficas: Nasceu em Curitiba, PR, 1922. Filho de Emiliano Chedid e Francisca Rubin Chedid. Formado em Direito, na Universidade do Paraná, 1946. Exerceu as profissões de Advogado e Bancário. Foi funcionário do Banco do Brasil,   |                          |

|   |
|---|
| 1951-1968. Trabalhou no gabinete de Souza Naves enquanto este era diretor da CREAM do Banco do Brasil |
|---|

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PTB), 1963-1966. |
|---|

Fontes: NICOLAS, 1977; NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987, CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>87</sup>; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ<sup>88</sup>

Dos seis integrantes do diretório regional do MDB, observa-se a presença de 5 ex-petebistas, e apenas um ex-pedecista, o vice-presidente José Richa (quadro dissidente do PDC antes do fim do sistema pluripartidário), o que assinala o seguinte fato: o MDB no Paraná foi criado pela maioria de ex-petebistas que não foram expurgados pelo Ato Institucional nº1. Desses seis componentes do diretório emedebista, todos ocupavam o cargo de Deputado Federal na Legislatura de 1963-1966. Apenas três conseguiram se reeleger: os ex-petebistas Fernando Gama e Souza e Renato Celidônio e o ex-pedecista José Richa. Renato Celidônio foi cassado pelo Ato Institucional nº5. Do diretório inicial do MDB, apenas Fernando Gama e Souza e José Richa conseguiram dar prosseguimento às suas carreiras políticas.

O enfraquecimento dos capitais políticos do PTB foi notável com os primeiros atos do golpe de 1964. Isso continuou com a tentativa de reorganização da oposição na organização do MDB, feita pelos membros que ainda não tinham sofrido expurgos. Mesmo com essa tentativa, a possibilidade de continuar com seus capitais políticos fortalecidos antes do golpe de 1964 na conjuntura em questão viu-se quase impossibilitada, pois os antigos membros do PTB foram os principais alvos do movimento golpista de 1964 e os mesmos sofreram consequências perversas para as suas vidas pessoais e carreiras políticas.

Na observação da composição do primeiro diretório do MDB, destaca-se que os seis componentes tinham sido eleitos em cargos políticos (e não “técnicos”) e todos tinham notável atuação partidária no período anterior ao Ato Institucional nº2.

As características do antigo PTB são visíveis na composição do diretório do MDB: a presença de políticos com carreira associada aos espaços de representação de classe (dos trabalhadores, como é o caso de Antônio Baby e Wilson Chedid, e de defesa dos interesses dos fazendeiros de café, como no caso de Renato Celidônio), no comércio, nos cargos de confiança relacionados à antiga liderança e influência de Souza Naves no PTB, juntamente com os contatos que o antigo partido tinha na máquina do

<sup>87</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>

<sup>88</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/>

Ministério do Trabalho, que abrangia o sindicalismo, a assistência social a trabalhadores e a seguridade social. Toda essa influência que o PTB antes do golpe de 1964 foi comprometida, se não anulada, nos anos posteriores ao golpe. Isso também gerou consequências para os próprios agentes políticos do PTB, que tiveram seus capitais políticos e sociais enfraquecidos.

Desse diretório, dois membros conseguiram compartilhar ou transmitir seus capitais políticos a membros de suas famílias. É o caso de Miguel Buffara, irmão de Nelson Buffara, eleito deputado estadual por cinco legislaturas consecutivas, e José Richa, um dos ex-pedecistas de maior destaque na vida política paranaense nas décadas posteriores, transmitindo aos seus filhos capitais políticos e sociais de grande envergadura.

O desempenho eleitoral inicial do MDB é fraco na primeira eleição realizada após o Ato Institucional nº2. Fazer parte da oposição ao regime não era uma tarefa fácil no primeiro momento, tendo em vista que a maioria dos emedebistas que pertenciam ao antigo PTB verem seus capitais políticos enfraquecerem com as perseguições e expurgos institucionalizados a partir do golpe de 1964.

Na próxima seção, visualizaremos o desempenho da ARENA e do MDB nas primeiras eleições realizadas após o Ato Institucional nº2, as do ano de 1966.

#### 7.4 AS ELEIÇÕES DE 1966 NO PARANÁ E OS DESEMPENHOS DA ARENA E DO MDB

O quadro a seguir mostra a lista dos 25 deputados federais eleitos no ano de 1966:

##### QUADRO 20: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1966: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR E PÓS AI-2

|   | Nome                             | Partido anterior AI-2 | Partido pós- AI 2 |
|---|----------------------------------|-----------------------|-------------------|
| 1 | João Paulino Vieira Filho        | PSD                   | ARENA             |
| 2 | Zacharias Emiliano Seleme        | UDN                   | ARENA             |
| 3 | Alberto Franco Ferreira da Costa | S/PARTIDO             | ARENA             |
| 4 | Haroldo Leon Peres               | UDN                   | ARENA             |
| 5 | Francisco Acioly da Costa Filho  | PDC                   | ARENA             |
| 6 | Cid Rocha                        | S/PARTIDO             | ARENA             |
| 7 | Emílio Hoffman Gomes             | PDC                   | ARENA             |
| 8 | Alípio Ayres de Carvalho         | PDC                   | ARENA             |

|    |                          |           |       |
|----|--------------------------|-----------|-------|
| 9  | Jorge Cury               | UDN       | ARENA |
| 10 | Iosio Ueno               | PDC       | ARENA |
| 11 | Hermes Macedo            | UDN       | ARENA |
| 12 | Moacyr Júlio Silvestre   | PTB       | ARENA |
| 13 | Justino Alves Pereira    | UDN       | ARENA |
| 14 | Agostinho José Rodrigues | PDC       | ARENA |
| 15 | Minoru Miyamoto          | PDC       | ARENA |
| 16 | Lyrio Bertoli            | PSD       | ARENA |
| 17 | Mário Braga Ramos        | UDN       | ARENA |
| 18 | Kalil Maia Neto          | PTB       | ARENA |
| 19 | Hênio Romagnolli         | PTN       | ARENA |
| 20 | José Carlos Leprevost    | S/PARTIDO | ARENA |
| 1  | Léo de Almeida Neves     | PTB       | MDB   |
| 2  | Renato Celidônio         | PTB       | MDB   |
| 3  | José Richa               | PDC       | MDB   |
| 4  | Fernando Gama e Souza    | PTB       | MDB   |
| 5  | Antônio Anibelli         | PTB       | MDB   |

Tabela: Elaboração da autora.

Nas eleições para a Câmara Federal, observamos a supremacia da ARENA (20 cadeiras), em relação ao MDB (5 cadeiras). Também observamos a concentração de políticos do quadro partidário anterior na ARENA, somando-se aos eleitos que não tinham filiação partidária anterior. A filiação partidária anterior dos deputados eleitos pela ARENA e pelo MDB nas eleições de 1966 é representada nos gráficos a seguir:

GRÁFICO 4: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL Nº2 DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELA ARENA EM 1966

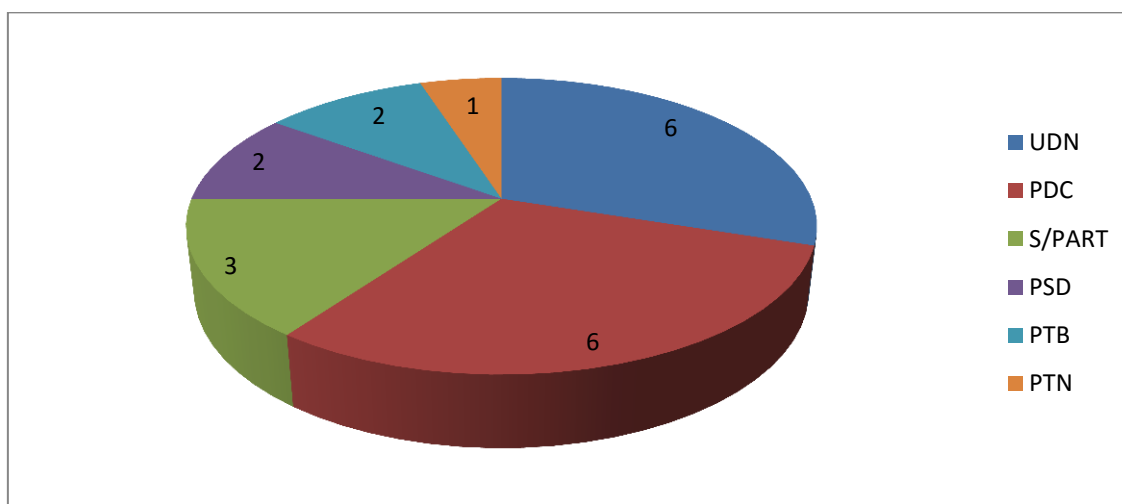
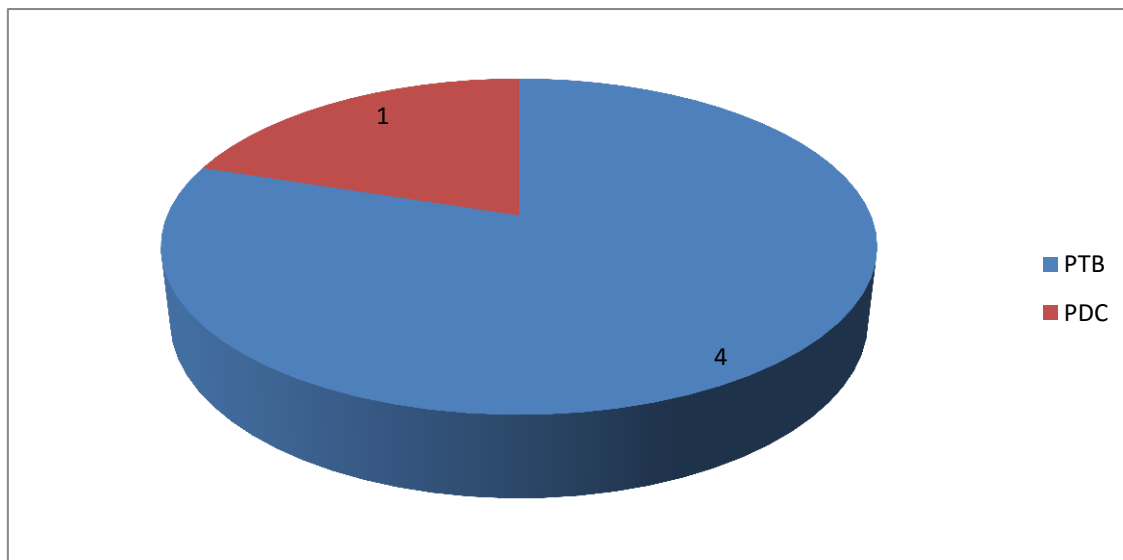




GRÁFICO 5: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL Nº2 DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELO MDB EM 1966



Destes 25 deputados federais eleitos em 1966, 3 foram cassados, 1 da ARENA (Jorge Cury) e dois da já enfraquecida bancada do MDB (Léo de Almeida Neves e Renato Celidônio). As informações sobre as cassações serão analisadas na seção sobre os expurgos que o Ato Institucional nº5 provocou na política paranaense.

O quadro a seguir mostra a lista dos 45 deputados estaduais eleitos em 1966:

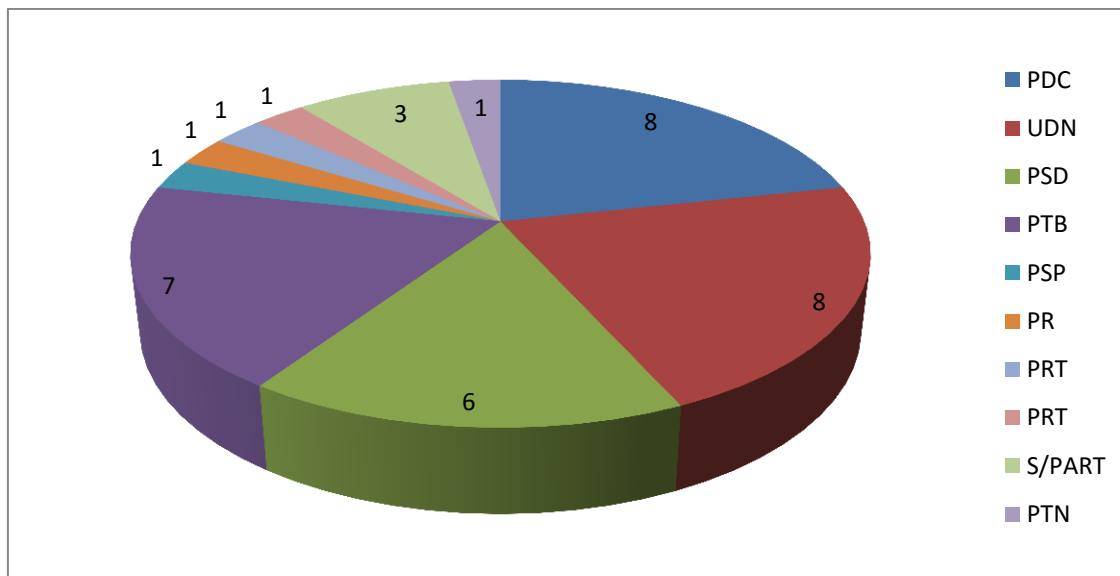
QUADRO 21: DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 1966: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR E PÓS AI-2

|    | Nome                      | Partido Anterior AI2 | Partido pós-AI2 |
|----|---------------------------|----------------------|-----------------|
| 1  | Arnaldo Faivro Busato     | PDC                  | ARENA           |
| 2  | Aníbal Khury              | PTN                  | ARENA           |
| 3  | Luiz Carlos Coutinho Cruz | S/PARTIDO            | ARENA           |
| 4  | João de Mattos Leão       | PSD                  | ARENA           |
| 5  | João Mansur               | PDC                  | ARENA           |
| 6  | Oldilon Túlio Vargas      | UDN                  | ARENA           |
| 7  | Roberto Galvani           | S/PARTIDO            | ARENA           |
| 8  | Ivo Thomazoni             | UDN                  | ARENA           |
| 9  | Fabiano Braga Cortes      | PDC                  | ARENA           |
| 10 | Wilson Figueiredo Fortes  | S/PARTIDO            | ARENA           |
| 11 | Armando Queiroz de Moraes | PDC                  | ARENA           |
| 12 | David Federmmann          | UDN                  | ARENA           |

|    |                                |           |       |
|----|--------------------------------|-----------|-------|
| 13 | Paulo Poli                     | UDN       | ARENA |
| 14 | Arthur Gotuzzo de Souza        | PSP       | ARENA |
| 15 | Benedito Pinto Dias            | PDC       | ARENA |
| 16 | Gabriel Manoel                 | PTB       | ARENA |
| 17 | Jorge Miguel Nassar            | PTB       | ARENA |
| 18 | Olavo Garcia Ferreira da Silva | PSD       | ARENA |
| 19 | Francisco Escorsin             | UDN       | ARENA |
| 20 | João Leopoldo Jacomel          | UDN       | ARENA |
| 21 | Erondy Silvério                | PSD       | ARENA |
| 22 | Constantino João Kotzias       | PTB       | ARENA |
| 23 | Olívio Belich                  | PSD       | ARENA |
| 24 | Jorge Sato                     | UDN       | ARENA |
| 25 | Abrahão Miguel                 | PSD       | ARENA |
| 26 | Paulo Camargo                  | PR        | ARENA |
| 27 | Igo Iwant Losso                | PRT       | ARENA |
| 28 | Luiz Renato Malucelli          | PL        | ARENA |
| 29 | Aguinaldo Pereira Lima         | PDC       | ARENA |
| 30 | Ovídio Luiz Franzoni           | UDN       | ARENA |
| 31 | Renato Loures Bueno            | PDC       | ARENA |
| 32 | Mamédio Seme Scaff             | PDC       | ARENA |
| 33 | Fuad Nacli                     | PTB       | ARENA |
| 34 | Haroldo Bianchi                | PTB       | ARENA |
| 35 | Miran Pirih                    | PTB       | ARENA |
| 36 | Emílio Humberto Carazzai       | PSD       | ARENA |
| 37 | Miguel Dinizo                  | PTB       | ARENA |
| 1  | Jacinto Simões                 | S/PARTIDO | MDB   |
| 2  | José Alencar Furtado           | PSP       | MDB   |
| 3  | Valmor Santos Giavarina        | PL        | MDB   |
| 4  | Silvio Barros                  | PTB       | MDB   |
| 5  | Sinval Martins de Araújo       | PSD       | MDB   |
| 6  | Nelson Buffara                 | PTB       | MDB   |
| 7  | Lázaro Servo                   | PTB       | MDB   |
| 8  | Eurico Batista Rosas           | PTB       | MDB   |

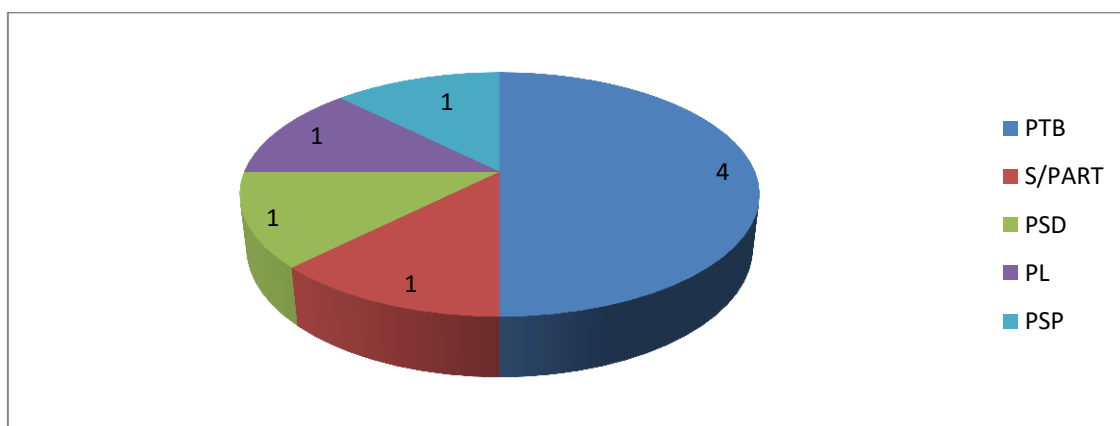
Nas eleições para a Assembleia Legislativa, observamos a supremacia da ARENA (37deputados estaduais eleitos), em relação ao MDB (8 deputados estaduais eleitos). Também observamos a concentração de políticos do sistema partidário anterior na ARENA, somando-se aos deputados eleitos que não tinham filiação partidária anterior. A filiação partidária anterior dos deputados eleitos pela ARENA e pelo MDB nas eleições de 1966 é representada nos gráficos a seguir:

GRÁFICO 6: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL Nº2 DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PELA ARENA EM 1966



Observamos a presença maciça de ex-membros dos principais partidos do sistema pluripartidário anterior (PDC, UDN, PSD e PTB) eleitos em 1966 pela ARENA. Dos 37 deputados estaduais eleitos pela ARENA em 1966, 4 foram cassados pelo Ato Institucional nº5: Aníbal Khury, Constantino João Kotzias, Miran Pirih e Miguel Dinizo. Informações sobre as cassações dos mesmos poderão ser conferidas na seção sobre os expurgos do AI-5. A seguir, visualizaremos a filiação partidária anterior dos deputados estaduais eleitos pelo MDB nas eleições de 1966

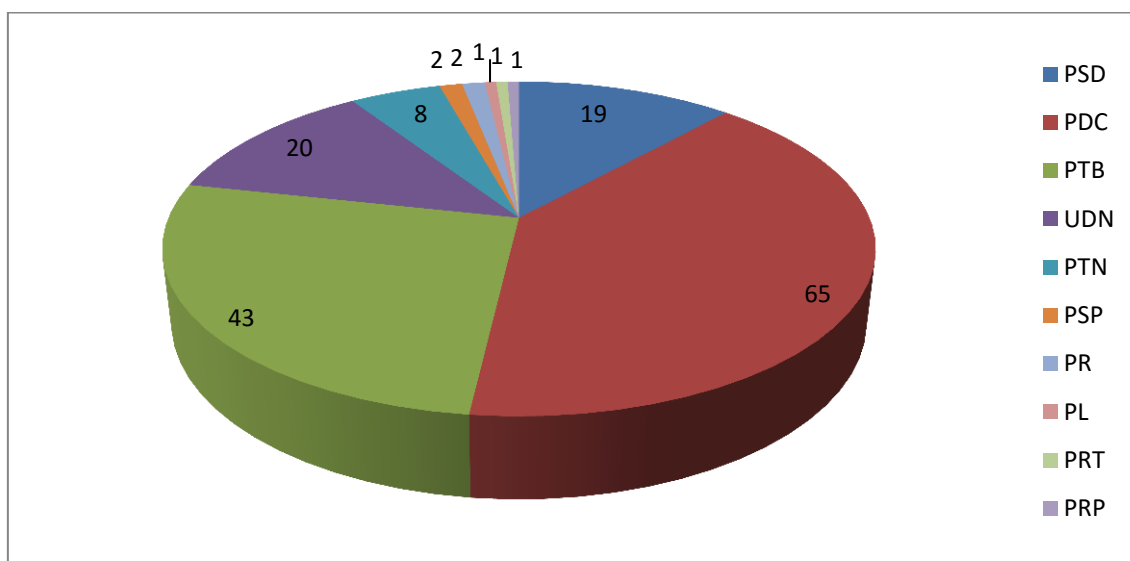
GRÁFICO 7: FILIAÇÃO PARTIDÁRIA ANTERIOR AO ATO INSTITUCIONAL Nº2 DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PELO MDB EM 1966



Observamos que metade dos deputados estaduais eleitos pelo MDB em 1966 eram filiados ao PTB antes no Ato Institucional nº2. Dos 8 deputados estaduais eleitos pela legenda em 1966, 3 foram cassados pelo Ato Institucional nº 5 em 1969, durante as suas legislaturas (Jacinto Simões, Sinval Martins de Araújo e Lázaro Servo).

A grande adesão à ARENA pelos agentes políticos do Paraná que vivenciaram o golpe de 1964 foi verificável também no âmbito municipal. Nos debruçamos sobre o resultado das eleições municipais de 1963 e 1964, anteriores ao Ato Institucional nº2, tendo como referência os 162 municípios paranaenses existentes no Censo de 1960<sup>89</sup>, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Comparamos esses dados com as eleições de 1968, ocorridas em todos mesmos municípios em questão simultaneamente. Os dados sobre os municípios, prefeitos e partidos foram obtidos através do banco de dados eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná<sup>90</sup>. Temos, a seguir, as seguintes representações gráficas

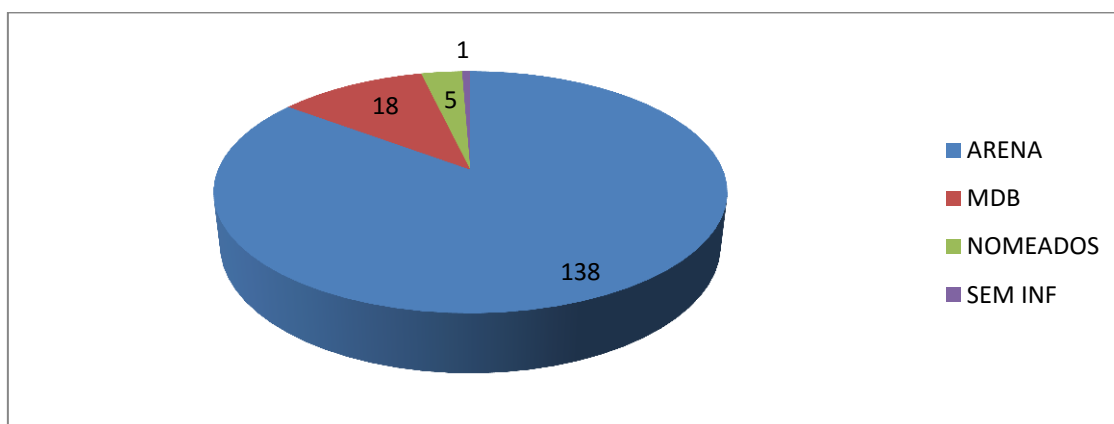
GRÁFICO 8: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1963 E 1964 NO PARANÁ POR PARTIDO



<sup>89</sup> O crescimento do número de municípios do Paraná, verificável principalmente entre as décadas de 1940 e 1970, foi vertiginoso, e desta maneira, entre os anos da década de 1960, esse número aumentou. Porém, temos como base apenas os dados dos 162 municípios do Censo de 1960, para garantir uma comparação de dados com maior objetividade.

<sup>90</sup> **Nos anexos**, estão presentes informações mais detalhadas sobre os prefeitos dos municípios paranaenses em quadros comparativos das eleições de 1962, 1963, 1964 e 1968.

GRÁFICO 9: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1968 NO PARANÁ POR PARTIDO



Enquanto o primeiro gráfico apresenta os resultados das eleições de 1963 e 1964 no sistema multipartidário, apresentando uma representativa disputa política entre as diversas agremiações políticas, o segundo gráfico apresenta a quase supremacia da ARENA sobre o MDB, eliminando correntes discordantes ou não totalmente afinadas com o regime de 1964. A disputa pluripartidária foi mantida mesmo no ano de 1964, quando as eleições foram realizadas meses depois do golpe, disputas que não se repetiram após a promulgação do Ato Institucional nº2. O gráfico 1 apresenta a liderança do PDC, partido do governador Ney Braga, nas prefeituras vitoriosas, o que confirma a sua liderança e fortalecimento da máquina partidária sobre os municípios paranaenses. Essa liderança foi incrementada com o golpe de 1964, pois as eleições deste ano confirmaram os bons resultados do PDC junto às prefeituras. Seguindo do PDC, vinham o PTB, a UDN e o PSD, que também apresentavam resultados significativos nos municípios.

O gráfico 2 mostra a supremacia da ARENA sobre o MDB nos municípios: 138 prefeitos arenistas do total de 162 prefeituras. Apenas 18 para o MDB. Havia ainda os prefeitos nomeados “por força do art. 1º, item VI da Lei nº 5.499 de 4-6-968”, conforme consta nos documentos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná<sup>91</sup>. Apenas em 1 destas prefeituras não obtiveram-se os dados.

Mesmo com a disputa pluripartidária sendo suprimida, as disputas entre os grupos políticos dentro do bipartidarismo não foram extintas, sendo inclusive um fator

<sup>91</sup> Todos os resultados das eleições municipais foram obtidos através do endereço <http://apps.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/index.jsp>.

de divisionismo no interior das legendas. Isso se verificou no MDB e principalmente na ARENA. Praticamente todos os políticos com mandato se dirigiram à ARENA, de diferentes agremiações. Nos estados, grupos políticos rivais se filiaram à ARENA e passaram a concorrer no interior da agremiação, gerando divisões internas e falta de coesão. (KINZO, 1988, p.29). Assim políticos da UDN, do PSD, do PR, do PDC e do PTB passaram a rivalizar dentro da ARENA. No Paraná, também verificamos esta grande adesão à ARENA de políticos vindos de diversas agremiações partidárias, conforme o visto nos dados apresentados anteriormente.

A seção a seguir pretende averiguar quais foram os agentes políticos atingidos pelo regime militar e o Ato Institucional nº 5.

## 7.5 OS EXPURGOS QUE O ATO INSTITUCIONAL Nº5 PROVOCOU NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE

Nesta seção, analisaremos quais foram os agentes políticos atingidos pela fase mais dura da ditadura militar: os períodos iniciais posteriores ao Ato Institucional nº 5, editado anos após a derrubada do presidente Goulart. Tal Ato não expurgou apenas os alvos principais do golpe militar em sua fase inicial: os “subversivos” e os “corruptos”. Os agentes políticos que tinham força e capitais de notoriedade que ameaçavam os grupos hegemônicos líderes do “movimento de 1964”, juntamente com os agentes políticos envolvidos com o reformismo trabalhista do governo anterior foram neutralizados ou anulados neste primeiro momento do golpe, conforme o visto no capítulo anterior. Nesta nova fase da ditadura militar, não apenas os antigos “inimigos da revolução” eram alvos, como também membros da ARENA apoiadores do regime, porém descontentes com a falta de espaço que o jogo político no estado de exceção impôs nas suas carreiras políticas. Isso fez com que os mesmos aderissem a mobilizações pela volta do sistema pluripartidário, no qual poderiam disputar e acumular capitais políticos, bem como circular nos espaços do jogo político com maior liberdade. Porém, tais movimentações pela volta da democracia foram reprimidas pela força repressiva da ditadura militar, que passou a perseguir supostos “inimigos da revolução” com métodos ainda mais arbitrários e paranoicos, que aumentariam nos anos posteriores.

A seguir, visualizaremos as cassações do Ato Institucional nº 5 no Paraná, que envolveram deputados federais e estaduais da ARENA e do MDB, seguindo a ordem

do quadro a seguir. Associamos as cassações dos deputados federais à participação dos mesmos na Frente Ampla. Quanto aos deputados estaduais, as justificativas para cassações foram das mais diversas e aleatórias, como veremos após a exposição dos deputados estaduais.

QUADRO 22: AGENTES POLÍTICOS PARANAENSES CASSADOS PELO ATO INSTITUCIONAL N°5

| Nome                     | Cargo             | Partido |
|--------------------------|-------------------|---------|
| Jorge Khury              | Deputado Federal  | ARENA   |
| Renato Celidônio         | Deputado Federal  | MDB     |
| Léo de Almeida Neves     | Deputado Federal  | MDB     |
| Jacinto Simões           | Deputado Estadual | MDB     |
| Sinval Martins de Araújo | Deputado Estadual | MDB     |
| Lázaro Servo             | Deputado Estadual | MDB     |
| Aníbal Khury             | Deputado Estadual | ARENA   |
| Constantino João Kotzias | Deputado Estadual | ARENA   |
| Miguel Dinizo            | Deputado Estadual | ARENA   |
| Miran Pirih              | Deputado Estadual | ARENA   |

O Ato Institucional n° 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968 representou uma radicalização do golpe no combate às oposições. Ele também assinalou a divisão no Exército entre os militares da linha “castelista” e os militares da “linha dura”. Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (2003, p.158), a unidade ideológica manifestada nos pilares de combate à “subversão” e à “corrupção” foi diluída no decorrer do governo Costa e Silva, e esta divisão fortaleceu o poder da sociedade civil. Movimentos pela volta da democracia começaram a ser articulados por Carlos Lacerda, ex-líder da UDN e ex-apoiador do “movimento” de 1964, frustrado por não concretizar a sua candidatura à presidência da república. Ao contrário da maioria de seus correligionários, Lacerda não aderiu à ARENA. A UDN no Paraná era muito identificada com as ideias e práticas defendidas por Lacerda, o que levou a muitos adotarem a mesma postura de Lacerda a não aderir à ARENA, como foi o caso de Newton Carneiro e Rubens Requião, udenistas ideológicos e históricos.

Lacerda pretendia juntar os mais importantes líderes da democracia do período anterior ao golpe, representando os principais partidos do período pluripartidário, ele, representando a extinta UDN, João Goulart, representando o extinto PTB e Juscelino Kubitschek, representando o antigo PSD. Vale lembrar que Lacerda se esforçou em obter diálogo com seus antigos inimigos em nome de uma causa comum, a volta da democracia, e das antigas regras do jogo democrático que favoreciam os capitais políticos dos mesmos, que foram neutralizados ou anulados a partir do golpe militar de 1964.

No Paraná, importantes lideranças políticas participaram da Frente Ampla (o que não é uma surpresa, visto o atrelamento histórico dos udenistas paranaenses à figura de Lacerda e a identificação dos trabalhistas paranaenses ao reformismo e às políticas de Goulart).

Alguns dos políticos cassados pelo Ato Institucional nº5 participaram ativamente da Frente Ampla<sup>92</sup>. A começar pelo “braço direito” de Lacerda no Paraná, o deputado federal arenista Jorge Khury. Nascido em São Paulo, iniciou sua carreira política com o cargo de vereador em União da Vitória, no Paraná, em 1960. Khury não era proveniente de família tradicional, e seus capitais sociais e familiares não foram decisivos para a incrementação de sua carreira política no primeiro momento. No que se refere a seus capitais acadêmicos, o mesmo era formado em Direito, sendo um profissional liberal, o que já confere habilidades no discurso político, como falar em público e dedicar-se às atividades políticas, conforme Bourdieu (1989, p.190-191) indica na sua teoria do campo e do habitus. Além disso, nas faculdades de Direito, os agentes políticos entram em contato com seus pares, muitas vezes compartilhando de ambições e ideias políticas que propiciam a formação de uma rede inicial de contatos políticos. No Paraná, Khury se tornou industrial, e juntamente com o seu irmão, entrou para a política institucional, sendo um quadro partidário de destaque na agremiação udenista, atando organizativamente nos bastidores do partido, estabelecendo contatos diretos com Carlos Lacerda na Guanabara. Isto lhe conferiu a eleição para o cargo de Deputado Federal nas eleições de 1963, sendo reeleito para o cargo nas eleições de 1966, pela ARENA.

---

<sup>92</sup> Conectamos as cassações do AI-5 no Paraná com os desdobramentos da Frente Ampla embasados no artigo publicado como resultado preliminar da presente dissertação. Ver GRANATO, N. C. ; Deputados Federais paranaenses cassados pela ditadura militar (1964-1977): Trajetórias e lutas políticas. E-Legis , v. 8, p. 72-88, 2015.



O mesmo, assim como Lacerda, apoiou o golpe no primeiro momento, votando em Castelo Branco para presidente nas eleições indiretas realizadas no Congresso, para sufragar o nome do general, dando uma aparência “democrática” ao estado de exceção instaurado dias antes (DIÁRIO DO PARANÁ, PDC, UDN, PSD e PRP do Paraná sufragaram Castelo mas divergiram no tocante ao vice, 14 abr.1964, p.3). Com o AI-2, Khury aderiu à ARENA. Dentro desta agremiação, seus ideais udenistas e suas conexões com Lacerda continuaram fortes, sendo ele uma articulador para o início da campanha da Frente Ampla no Paraná, organizando, em janeiro de 1967, a vinda de Carlos Lacerda a Curitiba. Lacerda proferiu uma palestra para estudantes no Teatro Guaíra, reunindo lideranças como o seu irmão, o deputado estadual Aníbal Khury (ARENA), o senador Adolpho de Oliveira Franco (ARENA), o presidente da União Paranaense de Estudantes, Luís Antônio Amaral e o deputado federal da Guanabara, Veiga Brito (ARENA) (DIÁRIO DO PARANÁ, COSTA comanda ARENA contra a frente, 14 jul.1967, p.3).

Nesse momento inicial, cogitava-se transformar a Frente Ampla em um terceiro partido (o que não era permitido pela legislação eleitoral), gerando a ordem do presidente Costa e Silva para o esvaziamento da Frente Ampla (DIÁRIO DO PARANÁ, COSTA comanda ARENA contra a frente, 14 jul.1967, p.3). A Frente Ampla só ganhou adeptos do PTB a partir de outubro de 1967, com a divulgação do Manifesto de João Goulart e Carlos Lacerda. Com o passar dos meses, a Frente Ampla foi ganhando adeptos de peso no Paraná. No interior da ARENA, além de Jorge Khury, Acioly Filho (ex-pessedista) se manifestou favoravelmente ao movimento extrapartidário (DIÁRIO DO PARANÁ, Acioly e Jorge Curi votaram pró-emenda da eleição direta, 23 nov.1967, p.3).

As divisões dentro da ARENA eram evidentes neste momento. Alguns arenistas formaram um “bloco independente” dentro do partido para pressionar o governo para este “considerar a ARENA como um partido que deve ser ouvido e acatado”, em prol de “entrosar governo e ARENA para fazer face à Frente Ampla” (DIÁRIO DO PARANÁ, Bloco Independente da ARENA na Câmara já tem 30 aderentes, 10 fev.1968, p.3). Da bancada federal da ARENA no Paraná, quatro membros se comprometeram com o bloco, sendo eles Jorge Khury, José Carlos Leprevost, Emílio Hoffman Gomes e Mário Braga Ramos (DIÁRIO DO PARANÁ, Bloco Independente da ARENA na Câmara já tem 30 aderentes, 10 fev.1968, p.3). Ideias como a formação de um bloco independente ou a adesão à Frente Ampla ganhavam força no interior da ARENA por motivos

diversos. Um deles é o caráter heterogêneo da ARENA. Após o bipartidarismo, boa parte dos políticos com mandato aderiu à ARENA, vindos de diferentes partidos, como a UDN, o PDC e até mesmo membros do PTB. Entendendo a política como um jogo de lutas internas, as disputas dentro da ARENA eram intensas, por posição, força e influência, visto que o jogo político é uma luta por produção e reprodução de posições dominantes, conforme a teoria bourdieusiana indica.

Antigos grupos rivais passaram a conviver no mesmo grupo político, disputando espaço e prestígio político. No Paraná, a ARENA reuniu em suas fileiras boa parcela da UDN, do PSD e do PDC, além da presença de políticos que não tinham nenhuma vinculação partidária até então, como pode ser conferido na tabela de deputados federais e estaduais eleitos em 1966. Esta convivência conflituosa com antigos rivais redundou na formação de dissidências, ocorrendo a adesão de membros da ARENA a organizações alternativas, como a Frente Ampla.

O apogeu da Frente Ampla enquanto movimento organizacional efetivou-se com a realização de comícios com a participação popular, mesmo proibidos pelo governo (DIÁRIO DO PARANÁ, Frente não pode fazer comícios, 14 fev.1968, p.3). No Paraná, realizou-se um comício em Maringá no dia 30 de março de 1968, com a presença de líderes como Carlos Lacerda, Lígia Doutel de Andrade (MDB-SC), representando o ex-presidente João Goulart e Renato Archer (MDB-MA), representando o ex-presidente Juscelino Kubitschek, Jorge Cury foi um dos oradores e organizadores desse comício, com a presença de pelo menos oito mil pessoas (DIÁRIO DO PARANÁ, Lacerda falou para 8 mil em Maringá, 02 abr.1968, p. 5). Lacerda viajou pelo Norte do Paraná divulgando a Frente Ampla na companhia dos deputados federais Léo de Almeida Neves (MDB), José Richa (MDB) e Renato Celidônio (MDB)

O comício da Frente Ampla no Paraná aconteceu no momento em que passeatas estudantis em prol da redemocratização ocorriam em todo o país. Uma semana após o comício da Frente Ampla em Maringá, o governo cassou e proibiu as atividades da Frente Ampla, enquadrando-a na Lei de Segurança Nacional (DIÁRIO DO PARANÁ, Governo cassa a Frente Ampla, 06 abr.1968, p.3).

Outro deputado federal que participou ativamente da Frente Ampla e foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 foi Renato Celidônio (MDB-PR). Renato Celidônio nasceu em São Paulo e não pertencia a famílias dominantes na política paranaense. Sua formação em Engenharia Agrônoma no Paraná incrementou suas possibilidades do desenvolvimento da lavoura de café em seus negócios, estabelecendo-se na próspera

região do Norte do Paraná na década de 1950. Foi Presidente da Associação Rural de Maringá entre 1959 e 1962 e fez parte da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro de Café (IBC), entre os anos de 1958 e 1966. Seus capitais econômicos vincularam-se a atividades de representação de classe e político-partidárias, sendo integrante do PTB. Suas atividades estavam em consonância com o próprio perfil do PTB no Norte do estado, partido que se envolvia em lutas populares, ao mesmo tempo em que defendia os interesses da emergente classe dominante do capital cafeeiro que dinamizava a economia paranaense na década de 1950 e início da década de 1960. A popularidade de Renato Celidônio e do PTB do Paraná na região Norte o conferiu o cargo de deputado federal nas eleições de 1963, sendo reeleito para o cargo nas eleições de 1966, pelo MDB.

Nos momentos iniciais do golpe de 1964, o nome de Celidônio figurava entre os possíveis “cassáveis” pelo Ato Institucional nº1 (DIÁRIO DO PARANÁ, Quase 60 deputados, governadores e prefeitos perderão seus mandatos, 08 abr.1964, p.3), o que não se concretizou. Em 1967, disputou a presidência do diretório regional do MDB com Léo de Almeida Neves, saindo-se vitorioso (SEBASTIANI, 1992, p.10). Nos primórdios da Frente Ampla, que ainda não contava com o apoio do ex-presidente João Goulart, o MDB do Paraná, composto principalmente de ex-petebistas, via com cautela uma possível aproximação com Carlos Lacerda para a criação de um terceiro partido (DIÁRIO DO PARANÁ, Frente Ampla poderá surgir na Assembléia com bancada de cinco, 03 set.1967, p.3). Mesmo após a declaração de apoio de João Goulart à Frente Ampla, o diretório do MDB do Paraná dividia-se quanto à adesão ou não à frente. A primeira liderança a aderir foi Léo de Almeida Neves, seguida de Renato Celidônio (DIÁRIO DO PARANÁ, Oposição no Paraná resolve dar apoio aos da Frente Ampla. 19 nov.1967, capa). Após a realização de eleições internas, o Diretório do MDB do Paraná sufragou o apoio à Frente Ampla, sugerindo que o Diretório Nacional fizesse o mesmo (DIÁRIO DO PARANÁ, Apoio do MDB à F.A. Potencial de Modificação do Panorama Político, 22 nov.1967, p.3). O maior comício em favor da Frente Ampla realizou-se em Maringá, reduto eleitoral de Renato Celidônio, que também foi atingido pelo Ato Institucional nº5, sendo cassado em 07 de fevereiro de 1969 (AZEVEDO, 2012, p.165).

Outro deputado federal cassado que participou ativamente da Frente Ampla foi Léo de Almeida Neves. Nascido em 1932, em Ponta Grossa, Léo Neves não pertencia a famílias tradicionais da política paranaense. Formou-se em Direito, pela Universidade

Federal do Paraná, o que já lhe confere capitais acadêmicos propícios para a atuação na política, incrementados pela sua atuação político-partidária no interior do PTB, onde militava desde os 16 anos de idade (NEVES, 2002, p.85). Léo Neves era fortemente integrado à máquina político partidária do PTB do Paraná, sendo, de 1956 a 1965, secretário-geral da seção paranaense do PTB. Nacionalmente, também foi vice-presidente e secretário-geral do PTB. Todos estes capitais partidários lhe conferiram, além da suplência do cargo de deputado estadual, a nomeação para a diretoria da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, cargo de que foi afastado após o golpe de 1964. (NEVES, 2002, p.236). Léo de Almeida Neves era pré-candidato do PTB ao governo do estado nas eleições de 1965, pois a Assembleia Legislativa aprovou na época uma lei que permitia a posse de governadores que tivessem completado 30 anos (Léo Neves tinha 33 anos, e não 35, como a lei determinava como idade mínima para assumir o cargo de governador) (NEVES, 2002). No entanto, o PTB apoiou o candidato das oposições coligadas, Bento Munhoz da Rocha. Com o AI-2, Léo de Almeida Neves filiou-se ao MDB, sendo eleito o deputado federal mais votado da legenda no estado (IPARDES, 1987). O mesmo pretendia disputar a sucessão de Paulo Pimentel e também era partidário da volta da democracia. Depois que as desconfianças com a Frente Ampla liderada por Carlos Lacerda foram neutralizadas com o Manifesto de João Goulart de apoio à Frente, Léo Neves passou a integrar a Frente Ampla (DIÁRIO DO PARANÁ, Léo: Frente é a saída para a democracia, 08 out.1967, p.3), participando ativamente do comício em Maringá, juntamente com Renato Celidônio e Jorge Khury. Após esta participação, Léo de Almeida Neves foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos em 13 de março de 1969 (AZEVEDO, 2012, p.146). Além da participação na Frente Ampla, Léo de Almeida Neves presidiu a CPI da desnacionalização, defendendo projetos para a disciplinarização do capital estrangeiro, participou da CPI para a apuração da venda da Fábrica Nacional de Motores e da CPI da energia nuclear. Léo Neves também propôs o restabelecimento da UNE (HELLER, 1988, p.112-113).

Associa-se, portanto, as cassações dos três deputados federais paranaenses meses após a promulgação do Ato Institucional nº5, à participação dos mesmos na Frente Ampla, vista como uma ameaça ao regime ditatorial por reunir em suas fileiras os principais políticos do período democrático anterior prejudicados/anulados pelo golpe de 1964 (como é o caso de Juscelino Kubitschek e João Goulart), com descontentes em relação aos rumos que a “revolução” de 1964 tomou (como é o caso de Carlos Lacerda). Somado às mobilizações estudantis, às passeatas críticas à ditadura (como a dos Cem

Mil, no Rio de Janeiro) e os primeiros comícios da Frente Ampla, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5, que radicalizou ainda mais o estado de exceção no Brasil, combateu com mais violência as oposições e reprimiu as manifestações populares de rua, novamente usando o pretexto de combate à subversão, ao comunismo e à corrupção. Nesta fase posterior ao AI-5, observa-se o crescimento do poder e da influência dos militares da “linha dura” do exército.

Visto os expurgos dos deputados federais, passaremos a analisar as cassações dos deputados estaduais do Paraná através do Ato Institucional nº5, começando pelos emedebistas Jacintho Simões, Sinval Martins de Araújo e Lázaro Servo.

Jacintho Simões foi o campeão de votos para deputado estadual pelo MDB nas eleições de 1966. Nascido em Portugal, Simões não pertencia a famílias tradicionais na política paranaense. Como português, pediu autorização para candidatar-se ao cargo, Possuía como capital acadêmico a sua formação em Direito, o que já era um fator incrementador à sua trajetória política, tal como já observamos no caso de Jorge Khury e Léo de Almeida Neves. Seus capitais partidários resumiam-se à sua participação no MDB, já que não integrava nenhum partido político no período pluripartidário. Simões era líder do MDB na Assembleia Legislativa, indo ao Plenário criticando Institutos de Aposentadorias e Pensões, que não estariam dando cobertura completa aos necessitados, (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Crítica ao IPE, 05 nov.1968, p.3), e denunciando a ação violenta de jagunços no interior do estado (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Questões de terra, 07 nov.1968, p.3). Simões era advogado dos colonos prejudicados pelos jagunços das empresas colonizadoras da sua região (HELLER; DUARTE, 2000, p. 103), se envolvendo em um movimento popular e reivindicatório.

Sinval Martins de Araújo foi outro deputado cassado. Nascido em Clevelândia, no Paraná, era filho de Piragibe de Araújo, ex-prefeito de Clevelândia e ex-deputado estadual. Os seus capitais sociais familiares o conectaram à participação política no seu município desde a sua infância. Realizando sua formação em Direito na capital do estado, o mesmo incrementa ainda mais os seus capitais políticos. Elege-se prefeito de Clevelândia em 1952, com 34 anos, e no governo Moysés Lupion ocupou a Diretoria de Fronteiras. Foi eleito prefeito de Clevelândia novamente em 1963, pelo PSD. Em 1965, apoiou Bento Munhoz da Rocha Netto ao governo do estado. Com o Ato Institucional nº 2, ingressa no MDB, pois na ARENA conviveria com Arnaldo Busato, seu adversário político no Sudoeste. No MDB, no entanto, teria de conviver com Antônio Annibelli (DIÁRIO DO PARANÁ, Filiações na ARENA mostram situação especial no

Paraná, 20 jul.1966, p.3). No MDB, ocupou o cargo de Secretário-geral da agremiação, acumulando capitais político-partidários. Após sua cassação, virou proprietário de um restaurante em Curitiba (HELLER, DUARTE, 2000, p. 157).

Lázaro Servo compõe a lista de deputados estaduais do MDB cassados pela ditadura militar. Nascido em Joaquim Távora, não pertencia a famílias tradicionais que o conectavam a política paranaense. O mesmo exercia a profissão de comerciante e exportador de café (HELLER, 1988, p.75), não tendo feito ensino superior. Se envolveu com a política partidária no início dos anos 1960, sendo eleito para o cargo de Vereador em Mandaguauçu na coligação PSP-PSD, reeleito nas eleições de 1964, pelo PTB. Com o AI-2, ingressou no MDB, elegendo-se deputado estadual em 1966. Foi cassado pelo AI-5. Conforme afirma Milton Ivan Heller (1988, p.75) “até hoje não se sabe por que foi cassado, uma vez que não foi processado e nunca o intimidaram para prestar depoimento”.

O Ato Institucional nº5 cassou também os deputados estaduais da ARENA, Aníbal Khury, Constantino João Kotzias, Miguel Dinizo e Miran Pirih.

Aníbal Khury era irmão do deputado federal Jorge Khury. Nascido em União da Vitória, Khury não era proveniente de família tradicional estabelecido na política paranaense por laços de descendência<sup>93</sup>. Através do seu casamento com Nívea Saboia, estabeleceu seus contatos políticos com as regiões do Vale do Iguaçu e Rio Negro. Aníbal Khury não possuía formação superior, exercendo a profissão de comerciante. Iniciou sua militância político-partidária na UDN, sendo eleito para o cargo de vereador em União da Vitória em 1948. Nas eleições de 1954, foi eleito deputado estadual pela UDN, sendo reeleito até as eleições de 1966, desta vez pela ARENA. Exercia desde aquela época grande liderança na Assembleia Legislativa, acumulando muitos capitais político-partidários de prestígio, poder e influência, inclusive sobre o governador Paulo Pimentel. Assim como seu irmão Jorge Khury, possuía grandes vínculos com Carlos Lacerda. Participou ativamente da Frente Ampla. Presume-se que os irmãos viam na democracia possibilidades maiores de ascensão nas suas respectivas carreiras políticas. Aníbal e Jorge Khury foram inclusive presos, através do Inquérito Policial-Militar que apurou supostos “atos subversivos em detrimento da causa pública e ligações com

---

<sup>93</sup> Depois que Aníbal Khury retomou a sua carreira política com o processo de redemocratização, o mesmo formou uma imensa rede política estabelecida em praticamente todas as esferas de poder no Paraná, por vias de parentesco e casamento (ver OLIVEIRA, 2012).

elementos anti-revolucionários e subversivos” (HELLER, 1988, p.69). Os bens de Aníbal Khury também foram confiscados e sua prisão foi ilegal.

Cosntantino João Kotzias foi outro cassado pelo Ato Intitucional nº5. Nascido em Florianópolis, Santa Catarina, o mesmo não pertencia a famílias tradicionais, nem possuía capitais sociais que incrementassem sua carreira política. Não tendo formação superior, exerceu a profissão de comerciante em Paranaguá, sendo eleito vereador pelo PTB em 1960. O mesmo, em depoimento a Milton Ivan Heller, não sabia dos motivos da sua cassação:

“Fui vítima de ódios e intrigas, pois não havia nada que justificasse a minha cassação. Nunca roubei nada do Estado nem do município. A única explicação que existe foi a posição que tomei, quando vereador, favorável à posse de Jango na presidência da república, após a renúncia de Jânio” (HELLER, 1988, p.83)

Kotzias se elegeu deputado estadual pela ARENA, licenciando-se do cargo para ocupar a Prefeitura de Paranaguá. Por decreto de Castelo Branco, houve intervenção federal em Paranaguá, e o general Rebelo foi designado prefeito (HELLER, 1988, p.84).

Miguel Dinizo, outro deputado estadual cassado pelo AI-5, nasceu em Itatiba, no estado de São Paulo, não sendo de família tradicional. Possuiu o capital acadêmico pela sua formação em Medicina, realizada no Paraná, estabelecendo-se como médico em Cambará, onde fundou um hospital. Ingressou na política partidária através do PTB, elegendose vereador em 1952, por Cambará, reeleito para o cargo. Elegeu-se deputado estadual pelo PTB em 1958, reelegendo-se nas eleições de 1962. Em 1966, já na ARENA, foi novamente eleito deputado estadual. Miguel Dinizo era proprietário de uma rádio em Cambará, e o advogado da Justiça Militar Albarino de Matos Guedes, em depoimento para Milton Ivan Heller, relembra sua absolvição no IPM contra ele:

“Foi um caso curioso e sua absolvição se deu por unanimidade, quando nós provamos que, ao invés de apresentar o dirigente comunista Gregório Bezerra em sua rádio, em Cambará, ele apresentou o cantor Gregório Barrios” (HELLER, 1988, p.222)

Também o deputado estadual Miran Pirih foi cassado pelo AI-5. Nascido na Iugoslávia, formou-se em Direito, e se instalou no Paraná como cafeicultor na região Norte. Inseriu-se na política partidária como deputado estadual pelo PTB, nas eleições

de 1962. Reeleito deputado em 1966, pela ARENA, seu mandato foi cassado em 1969. O fato de ser estrangeiro pesou na sua cassação.

Em síntese, percebe-se que as cassações na Assembleia Legislativa foram totalmente arbitrárias e revelam a radicalização do governo militar, mesmo contra agentes políticos que não representavam resistência aos militares.

Dos deputados estaduais do MDB que foram cassados, Jacintho Simões representava uma relativa ameaça ao regime, visto a sua militância na defesa de colonos contra empresas colonizadoras, ou seja, o deputado tinha presença nos movimentos populares, era um membro destacado do MDB na Assembleia Legislativa, sendo seu líder, e tinha popularidade eleitoral, uma vez que foi o deputado estadual mais votado pelo MDB. Já Lázaro Servo não tinha uma atuação combativa de expressão, mas tinha pertencido ao PTB antes do AI-2. Ambos deputados não possuíam capitais sociais/familiares que ajudassem a garantir suas respectivas posições no campo político paranaense. Já Sinval Martins de Araújo pertencia a velhas oligarquias do seu município, atrelando-se ao PSD, tendo uma relativa liderança no MDB do Paraná. Mesmo com capitais sociais e políticos com relativa força, os mesmos não foram suficientes para livrá-lo da cassação de seu mandato.

Já no caso dos deputados estaduais cassados pertencentes da ARENA, Aníbal Khury, Constantino João Kotzias, Miguel Dinizo e Miran Pirih, as cassações e expurgos se concretizaram por motivos diversos. Destacamos que todos estes deputados não possuíam até então ligações políticas familiares que pudessem incrementar seus respectivos capitais políticos, envolvendo-os numa teia de relações que pudessem protegê-los de expurgos. Aníbal Khury era uma das mais importantes lideranças da Assembleia Legislativa no período, exercendo uma notável influência política na ARENA e junto ao governador Paulo Pimentel. Tais influências não foram suficientes para o mesmo deixar de ser alvo de cassação, justificada pelo aspecto “moralista” e “antissubversiva” pelo alto comando militar. Aníbal Khury e seu irmão Jorge Khury participaram ativamente da Frente Ampla no Paraná, e tal organização era temida pelos militares, que moveram todos os recursos para neutralizar e anular o movimento pela redemocratização.

As cassações dos ex-petebistas Constantino João Kotzias, Miguel Dinizo e Miran Pirih, conforme o visto anteriormente, motivadas por uma declaração favorável à posse de Goulart promovida pelo primeiro, pela confusão entre um cantor e um comunista anunciada na rádio do segundo e pela nacionalidade do terceiro, somado ao



fato de que todos eles pertenceram ao PTB antes do Ato Institucional nº5, o que já os fazia objeto de investigação e desconfiança dos militares demonstram a paranoia que o Ato Institucional nº5 espalhou no campo político paranaense, que também atingiu prefeituras.

O Ato Institucional nº5 também cassou o prefeito de Carlópolis (Osmar Ramos de Oliveira), de Rolândia (José Maria Galvão), de Nova Londrina (Halim Maaraki), e de Paranaguá (Constantino João Kotzias, que havia se licenciado do cargo de deputado estadual) (DIÁRIO DO PARANÁ, Cassados 107, inclusive 7 no Paraná, 30 jul.1969, p.3).

Em síntese, este capítulo objetivou demonstrar como o “campo político” paranaense se reorganizou a partir das mudanças institucionais provocadas pelo golpe de 1964. Tais mudanças incluíram o poder cada vez maior ao Executivo e aos militares e enfraqueceram os poderes do Legislativo e seus agentes, bem como das antigas lideranças da democracia do período anterior. Alguns governadores se afastaram da “revolução”, pois viram os seus capitais políticos diminuídos sob o contexto autoritário, dividido entre dois partidos a partir do AI-2. A maioria dos agentes políticos aderiram à ARENA, o partido do governo, e uma minoria ao MDB, partido da oposição. Estes partidos artificiais foram questionados por seus próprios membros, daí o surgimento da Frente Ampla. Com a intensificação da organização da sociedade civil contra o autoritarismo, exigindo-se a volta da democracia, o governo militar editou o Ato Institucional nº5, inaugurando uma fase ainda mais perversa contra as oposições e divergências políticas, que atingiu muitos agentes políticos no Paraná, conforme o visto neste capítulo.

## 8 CONCLUSÃO

Na presente dissertação, concluímos que o “campo político” paranaense no período pré-golpe de 1964 se modificou consideravelmente a partir do golpe de 1964 e das publicações dos Atos Institucionais editados pelos líderes deste movimento. Antes do golpe de 1964, o Brasil e o Paraná contavam com agentes políticos disputando espaço e capitais no interior do “campo político” de maneira democrática e livre, com a realização de debates sobre o desenvolvimento do Brasil e as reformas estruturais, dividindo-se entre linhas nacionalistas e teses simpatizantes a ação do capital estrangeiro no Brasil. Todos os partidos políticos debatiam os caminhos do desenvolvimento e das reformas estruturais. As classes “produtoras” e empresariais também debatiam tais proposições, bem como os movimentos populares. Os mesmos impulsionaram a realização de reformas de base através das mobilizações de massa, nas greves, no plebiscito pelo presidencialismo e nas organizações sindicais urbanas e rurais. Assistia-se, portanto, a um aprofundamento democrático inédito na história republicana brasileira até então. A inclusão de novos atores e classes sociais nas disputas políticas, no entanto, desagradou as frações da classe dominante que viam em tal processo uma ameaça aos seus privilégios, sustentados pela estrutura social brasileira desde o período colonial.

Nesse contexto, ocorreu um acirramento da luta ideológica e de classes que desembocou no golpe de 1964. Tal movimento depôs um presidente legítimo e inseriu progressivamente o autoritarismo e as arbitrariedades contra os “alvos da revolução”, que seriam a organização das classes trabalhadoras urbanas e rurais e os agentes políticos reformistas e nacionalistas que apoiavam o governo de João Goulart. Este movimento contou com a influência ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, fortemente alinhada com os interesses do capitalismo internacional, associado com as classes dominantes locais. Os elementos autoritários de exclusão dos setores populares do jogo político, repressão de oposições e defesa de um “único” projeto de desenvolvimento, questionaram as regras do jogo democrático, alteraram a Constituição de 1946 e impuseram o elemento “técnico” como dominante na administração do Estado e da economia brasileira, despolitizando os debates entre as classes sociais. A administração técnica, porém, não era neutra, pois atendia aos interesses das classes dominantes envolvidas com o capital transnacionalizado não interessado no desenvolvimento econômico e social independente do Brasil, muito menos com as

políticas redistributivistas que buscavam atender as demandas de uma variedade de atores sociais durante o governo João Goulart. Os governos militares aprofundaram as desigualdades sociais no Brasil, reprimiram os movimentos populares e excluíram oposições com várias edições de Atos Institucionais e Atos Complementares, cometendo uma série de arbitrariedades contra os direitos civis, políticos, sociais e humanos.

Com as mudanças nas “regras do jogo” que o golpe de 1964 provocou, a luta entre os agentes políticos foi modificada, de modo que alguns agentes perderam espaço no “campo político” paranaense, tendo os seus “capitais” anulados e/ou neutralizados. Em contrapartida, muitos agentes políticos tiveram seus capitais incrementados e/ou potencializados com o golpe de 1964. Nos inspiramos nas reflexões de Pierre Bourdieu para o estudo do “campo político” paranaense no contexto do golpe de 1964. Analisamos os capitais sociais, familiares, acadêmicos, econômicos, partidários e políticos de alguns agentes políticos envolvidos no período em questão, como os disputantes ao governo do estado do Paraná nas eleições de 1960 e 1965. Direcionamos nossas atenções à figura do governador Ney Braga e seu grupo político (secretários de estado, diretores de autarquias, colegas de partido, etc). Analisamos o “campo político” paranaense através de seus “subcampos” ou partidos políticos, interpretando informações sobre as suas organizações partidárias, seus desempenhos eleitorais, suas lutas em relação aos demais “subcampos”, suas posturas ideológicas e seus posicionamentos quanto às reformas através do acompanhamento da luta político-partidária no jornal “Diário do Paraná” entre os anos de 1961 e 1968, concentrando-nos nos anos de 1963, 1964 e 1965. Também analisamos as trajetórias sócio biográficas de seus representantes eleitos nas eleições de 1962, enfatizando quais eram os seus capitais mobilizados nas suas respectivas carreiras políticas e se estes capitais foram prejudicados ou incrementados com o golpe de 1964.

Concluimos que o subcampo/partido mais prejudicado com o golpe de 1964 foi o PTB, juntamente com setores reformistas e nacionalistas da política paranaense. Boa parte desses agentes não deu continuidade às suas carreiras políticas, não sendo eleitos para outros cargos públicos. Alguns sofreram expurgos e cassações, arbitrariamente cometidos pelos atos autoritários da ditadura militar. Mesmo os subcampos/partidos políticos identificados com os projetos ideológicos do “comando revolucionário” se afastaram aos poucos de tal processo, como foram os casos da UDN de Carlos Lacerda e o PRP de Adhemar de Barros. Muitos líderes partidários que viam o “movimento

revolucionário” com bons olhos no primeiro momento afastaram-se com o progressivo aumento de poder dos militares, que impossibilitaram a realização de eleições presidenciais em 1965 e continuaram no poder. As eleições de 1965 para os governos dos estados provou que a ditadura não contava com a legitimidade popular que se auto proclamava em possuir, visto que a oposição coligada PSD-PTB venceu os candidatos do governo. No Paraná, isto quase ocorreu, pois a campanha de Bento Munhoz da Rocha Netto mostrou vigor e adesão de quase todos os partidos políticos, entre eles o PTB, contando inclusive com as dissidências do PDC, UDN e PSD. Nessas eleições, a divisão entre “apartidários” e “partidários” ficou evidente.

Com as derrotas sofridas pelo governo nos estados, o alto comando militar resolveu baixar o Ato Institucional nº2, que extinguiu os partidos políticos existentes até então, permitindo o funcionamento de dois partidos, artificialmente criados pela ditadura: a ARENA (partido da situação/governo) e o MDB (partido da oposição). Tais partidos foram criados para neutralizar as oposições, organizadas sob o regime de partidos existentes no período anterior e potencializar as forças de apoio ao governo. Várias lideranças políticas se viram descontentes com tal mudança, especialmente aquelas identificadas com seus antigos partidos políticos e linhas ideológicas. Dos principais governadores que apoiaram o golpe, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda criticaram tal ato, Magalhães Pinto não criticou, mas teve o seu candidato em Minas Gerais derrotado, e Ney Braga, embora favorável à existência de mais de dois partidos políticos, não criticou o Ato que instituiu o bipartidarismo, e foi prestigiado por Castelo Branco por eleger Paulo Pimentel ao governo do estado. O presidente o escolheu para ser Ministro da Agricultura, com a tarefa também de ser a principal liderança organizadora da ARENA no Paraná. O ex-governador obteve êxito em tal empreendimento, visto que a ARENA teve alta adesão dos agentes políticos paranaenses vindos das várias agremiações políticas anteriores ao AI-2, muitas delas rivais, que passaram a conviver e disputar espaço no mesmo partido político. Poucos agentes foram para o MDB, a sua maioria composta por petebistas ou agentes políticos que viam no MDB maiores possibilidades de crescimento político do que poderiam obter na ARENA. Tratando-se de um estado de exceção, no qual as regras do jogo foram modificadas a favor de alguns grupos dominantes, os agentes políticos paranaenses tenderam à adesão à ARENA para não se verem excluídos do “jogo”. Tal adesão foi verificado na presente dissertação.

O desempenho eleitoral da ARENA no Paraná foi notável nas eleições de 1966. Mas tal desempenho não significava que a população dava o seu total apoio ao governo. Mesmo com os expurgos promovidos pelo Ato Institucional nº1, a organização de dissidências e agentes políticos que queriam a volta do sistema pluripartidário, da democracia e das eleições para presidente ganharam força nos anos de 1967 e 1968, com a organização da “Frente Ampla”, liderada pelos representantes das maiores forças políticas do período anterior: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Manifestações populares e estudantis pela volta da democracia ocorriam em todo o país nessa conjuntura. O governo militar, sentindo-se ameaçado, baixou o Ato Institucional nº 5, inaugurando a fase mais ofensiva da ditadura militar contra as oposições, movimentos pela volta da democracia e setores da esquerda. No Paraná, alguns deputados e prefeitos foram atingidos por tal Ato, bem como funcionários públicos e outros agentes da sociedade. Os motivos para tais perseguições eram diversos, desde a participação na Frente Ampla às paranoias do comando militar das mais aleatórias possíveis.

Esperamos ter esclarecido alguns pontos sobre o golpe de 1964 no Paraná, as ações e os posicionamentos de seus agentes nesse contexto histórico, social e político. Nossa atual democracia ainda está em processo de consolidação, assistindo à incorporação cada vez mais efetiva dos interesses populares no jogo de lutas políticas, o que desagrade a alguns setores que sentem os seus privilégios ameaçados. Mesmo que alguns setores retrógrados da sociedade brasileira conclamem a volta da ditadura militar ou questionem a legitimidade das regras do jogo democrático, nosso país está caminhando para um esclarecimento crítico sobre as arbitrariedades cometidas pelo passado autoritário, e tenderemos a não repetir se passarmos a limpo nossos anseios sobre a nação brasileira, com desenvolvimento autônomo, redistributivista e incorporador das classes e grupos sociais historicamente excluídos.

## 9 BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Cleiton dos Santos. Matrizes do pensamento político autoritário no Brasil. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2006.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Legislaturas (desde 1854). Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/legislaturas/](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/legislaturas/) Acesso em 28/06/14.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista: Estudo sobre a Codepar (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo: Símbolo, 1978.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná (vol. 1). Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964). São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BATISTELLA, Alessandro. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. "O campo político". In Revista Brasileira de Ciência Política, nº5, Brasília, jan-jul de 2011, pp.193-216.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa, DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3º sessão ordinária da 4º legislatura. Curitiba: Imprensa Oficial, 1961. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1961\\_Governo\\_MF\\_N\\_1663.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MF_N_1663.pdf). Acesso em 15/11/15.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4<sup>o</sup> sessão ordinária da 4<sup>o</sup> legislatura. Curitiba: Imprensa Oficial, 1962. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1962\\_Governo.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf). Acesso em 11/11/15.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1<sup>o</sup> sessão ordinária da 5<sup>o</sup> legislatura. Curitiba: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1963\\_MFN\\_1664.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1963_MFN_1664.pdf). Acesso em 20/11/15.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2<sup>o</sup> sessão ordinária da 5<sup>o</sup> legislatura. Curitiba: Imprensa Oficial, 1964. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1964\\_Governo\\_MFN\\_948.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf). Acesso em 23/11/15.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3<sup>o</sup> sessão ordinária da 5<sup>o</sup> legislatura. Curitiba: Imprensa Oficial, 1965. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1965\\_MFN\\_1667.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1965_MFN_1667.pdf). Acesso em 25/11/15.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Ney Braga tradição e mudança na vida política; entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. Curitiba: Editora do autor, 1996.

BULCOURF, Pablo Alberto; CARDOZO, Nelson Dionel. Apuntes para una teoría del campo político: poder, capital y política en la obra de Pierre Bourdieu. In: Crítica Contemporânea. Revista de Teoría Política, n<sup>o</sup>1, novembro de 2011, pp.274-293.

BUSETTO, Áureo. A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conheça os deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em 30/06/14

CAMARGO, Affonso Alves de. Entrevista a José Wille. In: WILLE, José. Memória Paranaense. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2010.

CAMPOS, Francisco. "Diretrizes do Estado Nacional". In: CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional e outros ensaios. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARNEIRO, Cristina Maria Quintão. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. Tempo da Ciência, n<sup>o</sup>26, pp.39-47, 2<sup>o</sup> semestre de 2006.

CARNEIRO, David. Galeria ontem e hoje. Curitiba: Vanguarda, 1963.

- CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. História biográfica da república no Paraná. Curitiba: BANESTADO, 1994.
- CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). Rio de Janeiro, DIFEL, 1980.
- CARONE, Edgard. O Tenentismo- acontecimentos-personagens-programas. Rio de Janeiro, DIFEL, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora da da FGV, 1999.
- CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960. Paraná. VII Recenseamento geral do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Departamento de Estatísticas da População, 1960.
- COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão (1945-1965): Dilemas e inconsistências da terceira via brasileira. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 2002.
- COLLIER, David. Resumo do Modelo Autoritário-Burocrático. In: COLLIER, David (coordenador). O Novo Autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CORDEIRO, Vanessa Moreira. Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005.
- COSTA, Samuel Guimarães da. História Política da Assembleia Legislativa do Paraná. Volume 2. Curitiba, Assembleia Legislativa, 1995.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A fala dos homens: Análise do pensamento tecnocrático, 64-81. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- D’ARAÚJO, Maria Celina de. Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília da Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964). Petrópolis: Vozes, 1986.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). O Populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Verbete Revolta Comunista de 1935, por Alzira Alves de Abreu. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> . Acesso em 12/11/15.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Hugo Villaça. Em busca da revolução brasileira: um debate crítico sobre as teses históricas e a linha política do PCB. In Revista Aedos, Rio Grande do Sul, n°6, vol.3, janeiro-junho 2010.



DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

GIANNASI, Carlos Alberto. A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico". Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. O medo da "Revolução Social" na "Terra dos Pinheirais": imaginário anticomunista em Curitiba: 1947-1964. Dissertação. Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. "Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base". In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil, vol.2).

GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. Elite Vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). Dissertação. Mestrado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004.

GOULART, Mônica Helena Harrich. A Dança das Cadeiras: Análise do jogo político na assembleia legislativa do Paraná (1889 - 1939). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich. Assembleia Legislativa do Paraná: Análise do Perfil Parlamentar nas legislaturas de 1947 e 1951. Trabalho apresentado no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015.

GOULART, João. Discursos Selecionados do Presidente João Goulart. (Organização Wanielle Brito Marcelino). Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

GRANATO, Natália Cristina. PTB, Ministério do Trabalho e Governo João Goulart: a trajetória política de Amaury de Oliveira e Silva. Monografia. Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2013.

GRANATO, Natália Cristina. Deputados Federais paranaenses cassados pela ditadura militar (1964-1977): Trajetórias e lutas políticas. E-Legis , v. 8, p. 72-88, 2015.

GRANATO, Natália Cristina. Trajetórias sociais e capitais políticos e familiares de agentes políticos paranaenses no contexto do golpe de 1964. Trabalho apresentado no VI Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2015.

GRUMM, Cristiane Aparecida Fontana. Entre a técnica e o marketing: a projeção do homem público. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 2001.

GUIMARÃES, Osíris Stenghel. Entrevista a José Wille. In: WILLE, José. Memória Paranaense. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2010.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Jornal “Diário do Paraná: Órgão dos diários associados” Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 29/06/15.

HELLER, Milton Ivan. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro; Curitiba: Paz e Terra: Secretaria da Cultura, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles. Memórias de 1964 no Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

HELM, Cecília Maria Vieira. José Rodrigues Vieira Netto: A vida e o trabalho de um grande mestre. Curitiba: OAB Paraná, 2013.

HIPPOLITO, Lúcia. De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

IANNI, Octávio. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. In IANNI, Octávio (org.). Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965

IPARDES. Resultados Eleitorais no Paraná: 1945-1982. Curitiba: IPARDES, 1987.

IPARDES. Sobre Política Paranaense. Curitiba: IPARDES, 1989.

KAMINSKI, Henry Levi. Elites e Parentesco no Sistema Judicial Paranaense. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013

KINZO, Maria D’Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: IDESP; Vértice, 1988.

KUNHAVALIK, José Pedro. “Bento Munhoz da Rocha Netto: trajetória política e gestão no governo do Paraná”. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). A Construção do Paraná Moderno. Curitiba: SETI, 2004a

KUNHAVALIK, José Pedro. “Ney Braga: Trajetória política e bases do poder”. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). A Construção do Paraná Moderno. Curitiba: SETI, 2004b.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1993.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. Da construção ao desmanche: análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MICELI, Sérgio. “Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris; GOMES, Ângela Maria (direção). História Geral da Civilização brasileira. Tomo 3: O Brasil republicano. Volume 10: Sociedade e Política, (capítulo 11). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n° 17, jan/jun.2007, p.240-264.
- MORAES, Rafael. O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964. Artigo Apresentado no 40° Encontro Nacional de Economia (ANPEC). Porto de Galinhas (PE), 2012. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files\\_I/i2-2c5973b65db6447cd8a41acc012cb19e.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-2c5973b65db6447cd8a41acc012cb19e.pdf) . Acesso em 13/05/14
- NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume I. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.
- NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume II. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.
- NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume III. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.
- NEVES, Léo de Almeida. Vivência de Fatos Históricos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- NICOLAS, Maria. 130 anos de vida parlamentar paranaense: 1854-1984. Curitiba: Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 1984.
- NICOLAS, Maria. O Paraná na Câmara dos deputados (1853-1977). Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1977.
- NICOLAS, Maria. O Paraná no Senado. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, [s.d.].
- O'DONNELL, Guillermo. Tensões no Estado Autoritário-Burocrático e a questão da democracia. In: COLLIER, David (coordenador). O Novo Autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL (lida por Getúlio Vargas na Esplanada do Ministério, em 2 de janeiro de 1930). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos políticos da história do Brasil (vol.4). Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996
- OIKAWA, Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Dennison de. Curitiba e o Mito da Cidade Modelo. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- OLIVEIRA, Dennison de. Industrialização e Urbanização no Paraná. Curitiba: SEED, 2002.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). “Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945”. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). A Construção do Paraná Moderno. Curitiba: SETI, 2004.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, Poder e Riqueza: Redes Políticas no Paraná em 2007. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Na teia do nepotismo. Curitiba: Insight, 2012.

ORTIZ, Renato. “A procura de uma sociologia da prática”. In BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração Sobre a Política do PCB Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, Março de 1958. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm> . Acesso em 13/09/15

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Nossa Política: As Tarefas Atuais dos Comunistas para a Organização, a Unidade e as Lutas da Classe Operária Comitê Nacional do PCB, Agosto de 1950. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/30/politica.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/politica.htm) . Acesso em 25/09/15.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. IV Congresso do Partido Comunista do Brasil-PCB: 7 a 11 de novembro de 1954. Disponível em: [http://www.marxistsfr.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/index2.htm](http://www.marxistsfr.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm) . Acesso em 12/08/15.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIERUCCINI, Maria Cristina. Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história. Curitiba: Posigraf, 1995.

PIMENTEL, Paulo. Entrevista a José Wille. In: WILLE, José. Memória Paranaense. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2010.

PRIORI, Angelo; et al. A cafeicultura no Paraná. In: História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012.

RAIZ, Saul. Entrevista a José Wille. In: WILLE, José. Memória Paranaense. Curitiba: Editora Autores Paranaenses, 2010.

REBELO, Vanderlei. Ney Braga a política como arte. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

REHBEIN, Mario Poli. Curitiba - 50 anos de eleições municipais - As forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam poder. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2008.

REIS, Dinarco. A luta de classes no Brasil e o PCB. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1981.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória e política no desenvolvimento do Paraná: 1960 ou os anos da modernidade. Curitiba: IPARDES, 1991.

SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo: T.A Queiroz Editor, 1985.

SANT'ANA, Hugo. Paulo Pimentel, momentos decisivos. Curitiba: Travessa dos Editores, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Quem dará o golpe no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro). Disponível em: [www.fpabramo.org.br/uploads/quemdaraogolpe.pdf](http://www.fpabramo.org.br/uploads/quemdaraogolpe.pdf).

SALLES, Jefferson de Oliveira. “A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: O caso do grupo Lupion”. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). A Construção do Paraná Moderno. Curitiba: SETI, 2004.

SEBASTIANI, Sylvio. Por dentro do MDB-Paraná. Curitiba: Graf. Linarth, 1992.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. Galeria de governantes. Período Republicano: de 1889 a 2010. Disponível em <http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95> Acesso em 20/07/14.

SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SCHMIDT, Walter Werner; FRANCO JR, Adolpho de Oliveira. Adolpho de Oliveira Franco- Advogado do Paraná. Curitiba: W.A Editores Ltda, 2013.

SILVA, Osvaldo Heller da. A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

SINGER, André. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A democracia interrompida. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. “A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964”. In: E-Premissas. Revista de Estudos Estratégicos, n°1, jul-dez 2006, pp. 120-130.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada In: 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n°47, p.13-28, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Resultado das eleições municipais. (desde 1947). Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr> Acesso em 29/06/14.

URÁN, Ana Maria Bidegain de. Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

VARGAS, Túlio. Pé Vermelho. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1985.

VIANNA, Francisco José de. Instituições Políticas Brasileiras (vol.2- Metodologia do direito público). Rio de Janeiro: Record, 1974.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba: Gráfica Viventina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

#### FONTES JORNALÍSTICAS

ALMEIDA, Dino. Bandeirantes do Progresso. Curitiba: Alfa Empreendimentos do Paraná Ltda e Papelaria Universal Ltda, 1968.

PANORAMA. “Curitiba de Ney, Iberê e Arzua”, nº302, abril de 1981.

PANORAMA. “Ditadores e oportunistas”, nº 359, julho de 1986.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Curitiba, 29 de Abril de 1999, p.10.

DIÁRIO DO PARANÁ- Consultas entre os anos de 1960 a 1969. Disponível na página da Hemeroteca Digital Brasileira: <http://bndigital.bn.br/acervodigital/>

#### PÁGINAS DA INTERNET

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-10>

APUFPR. Disponível em: [www.apufpr.org.br/files/personalizado/1005.pdf](http://www.apufpr.org.br/files/personalizado/1005.pdf)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes) ; [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/legislaturas](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/legislaturas) ; [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/105-fabiano-braga-cortes](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/105-fabiano-braga-cortes) ; [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/294-rivadavia](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/294-rivadavia)

[barbosa-vargas](#) ;

[http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/98-joao-mansur](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/98-joao-mansur)  
[http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/109-anibal-khury](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/109-anibal-khury)

AVARÉ URGENTE. Disponível em: <http://www.avareurgente.com/noticia/trevo-da-entrada-de-avare-passa-a-denominar-se-helio-cruz-pimentel>

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em:

<http://www.brde.com.br/index.php/noticia/mostrar/id/131>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=101110&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=101110&tipo=0) ;

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122609&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122609&tipo=0) ;

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122828&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122828&tipo=0);

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123138&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123138&tipo=0);

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123299&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123299&tipo=0);

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Galeria de Presidentes. Disponível em:

<http://www.cmc.pr.gov.br/galeria.php?ano=1958>

CÂMARA DOS VEREADORES DE CURITIBA. Disponível em:

[http://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=19](http://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=19)

CELEPAR. Disponível em:

<http://www.celepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311>

CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE. Disponível em:

<http://www.furacao.com/historia/presidentes/lauro.php>

COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DO PARANÁ. Disponível em:

<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/print.php?conteudo=27>

COPEL. Disponível em: <http://www.copel.com/50anos/>

DIÁRIO DO NOROESTE. Disponível em:

<http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/cidades/local/19819-dados-biograficos-de-jose-vaz#.VLfQBStzR0o>

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO VERBETE ALÍPIO AYRES DE CARVALHO

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. VERBETE CARLOS HEINZ RISCHBIETER.

FABIO CAMPANA. Disponível em:

<http://www.fabiocampana.com.br/2012/01/requiao-promete-revelar-bastidores-das-eleicoes-de-1985-em-curitiba/>

FELIPE BRAGA CÔRTEZ. Disponível em:

<http://www.felipebragacortes.com.br/biografia-politica.php>

FÓRUM VERDADE UFPR. Disponível em:

<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2013/08/13/caravana-da-anistia-homenagens-a-ex-presos-politicos/>

GOVERNO DO PARANÁ. SECRETARIA DA JUSTIÇA. “Galeria de Secretários da Justiça”. Disponível em:

<http://www.justica.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=335&evento=30>

GALERIA DOS PRESIDENTES DO BANESTADO. Disponível em:

<https://fsoutoneto.wordpress.com/2013/07/07/expressao-arte-por-francisco-souto-neto-curitiba-12-dez-1997-p-12-galeria-de-todos-os-presidentes-do-banestado/>

GAZETA DO POVO. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/perfil/conteudo.phtml?id=1062899&tit=Saul-Raiz-o-prefeito-da-era-do-gelo>

GAZETA DO POVO. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-sobre-rodas-trilhos-e-aguas-byvl4crirjxvga8r812poahji>

GOVERNO DO PARANÁ .IEP. Disponível em: <http://iep.org.br/iep/index.php/mural-de-ex-presidentes/21-vespero-mendes/>

GOVERNO DO PARANÁ. CASA CIVIL. Disponível em:

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=108>

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47> ;

<http://www.celepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311>

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=82>

GOVERNO DO PARANÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. COLÉGIO

ESTADUAL LEOCÁDIA BRAGA RAMOS. Disponível em:

<http://www.pinhaisleocadia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>; e

<http://www.ctaoliviobelich.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122991&tipo=0;](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122991&tipo=0;)

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=76>

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=69>

IMPACTO PARANÁ. Disponível em:

<http://impactoprdiario.blogspot.com.br/2011/12/paulo-pimentel-se-rende-e-vende-tribuna.html>

JULIETA REIS. Disponível em: <http://www.julietareis.com.br/Vida-Politica/curriculum.html>

JWS. Disponível em: <http://www.jws.com.br/2011/02/o-primeiro-cargo-politico-de-ney-braga/>

MILLARCH, Aramis. “Artigo em 17.11.82”. Disponível em:

<http://www.millarch.org/artigo/artigo-em-17011982>

MILLARCH, Aramis. “O Estadinho”. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/o-estadinho>

MILLARCH, Aramis. “Os cargos e os homens”. Disponível em:

<http://www.millarch.org/artigo/os-cargos-os-homens>

MILLARCH, Aramis. “Requião: o mestre do direito e das frustrações da política”.

Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/requiao-o-mestre-do-direito-frustracoes-da-politica>

PARANÁ ONLINE. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/200923/?noticia=PODER+E+ESTRUTURAS+DE+PARENTESCO+EM+CAMPO+LARGO+1871+2004>

PLANTÃO DA CIDADE. Disponível em:

<http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores>

PREFEITURA DE CARLÓPOLIS. Disponível em: <http://www.carlopolis.pr.gov.br/a-cidade/historia2/historico-de-prefeitos>

PREFEITURA DE CURITIBA. Disponível em:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>



PREFEITURA DE GUARAPUAVA. Disponível em:

<http://www.guarapuava.pr.gov.br/administracao/administracao-direta/>

PREFEITURA DE IBIPORÃ. Disponível em:

<http://ibipora.pr.gov.br/noticia/mostrar/20227->

PREFEITURA DE IRATI. Disponível em:

[http://www.irati.pr.gov.br/internas.php?url=tur\\_santa](http://www.irati.pr.gov.br/internas.php?url=tur_santa)

PREFEITURA DE MALLET. Disponível em:

[http://www.mallet.pr.gov.br/Site\\_mallet/historiademallet.asp](http://www.mallet.pr.gov.br/Site_mallet/historiademallet.asp)

PROCURADORES E EX-PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE CONTAS. Disponível em:

<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2012/8/flipbook/231446/files/assets/seo/page35.html>

RELATÓRIO DE GOVERNO- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO. Disponível em:

[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1956\\_MFN\\_1100\\_Coissao\\_de\\_Coordenacao\\_do\\_Plano\\_de\\_Deenvolvimento\\_Economico\\_do\\_Estado.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1956_MFN_1100_Coissao_de_Coordenacao_do_Plano_de_Deenvolvimento_Economico_do_Estado.pdf)

SENADO FEDERAL.

[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2138&li=41&lca b=1959-1963&lf=41](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2138&li=41&lca b=1959-1963&lf=41)

TABLOIDE DIGITAL. “Uma TV educativa para Curitiba se Borsari quiser”.

Disponível em: <http://www.tabloidedigital.com.br/artigo/uma-tv-educativa-para-curitiba-se-borsari-quiser>.

TECPAR. <http://everest5.tecpar.br/iconografico/acervo.php?registro=190>.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. História do Tribunal.

Disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/historia-do-tribunal/5>

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ. Disponível em:

<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/historia-do-tribunal/5>;

<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2012/8/flipbook/231446/files/assets/seo/page35.html>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. Disponível em:

[http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-antonio-franco-ferreira-da-](http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-antonio-franco-ferreira-da-)

[costa/397262/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_viewMode=print](http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-antonio-franco-ferreira-da-costa/397262/pop_up?_101_INSTANCE_V8xr_viewMode=print);

[http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/id/1597317](http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/id/1597317)

[https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-abrahao-](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-abrahao-)

[miguel/397262/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_viewMode=print&\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_languageId=pt\\_BR](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-abrahao-miguel/397262/pop_up?_101_INSTANCE_V8xr_viewMode=print&_101_INSTANCE_V8xr_languageId=pt_BR)

[\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_languageId=pt\\_BR](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-abrahao-miguel/397262/pop_up?_101_INSTANCE_V8xr_viewMode=print&_101_INSTANCE_V8xr_languageId=pt_BR)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Candidatos eleitos de 1945 a 1990. Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:2:2079394151566015>

## APÊNDICE 1- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DA UDN- ELEIÇÕES DE 1962

### DEPUTADOS FEDERAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: Hermes Faria Macedo  |
| Local de Nascimento/ano: Rio Pardo, RS, 1914.   |
| Filiação/Famíliares na Política: Delíbio Macedo e Thereza Faria de Macedo   |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1945   |
| Ocupação: Empresário. Dono das lojas Hermes Macedo. Na década de 1980 chegou a ter 280 lojas espalhadas pelo Brasil e ser a maior empresa do ramo de utilidades domésticas, à frente das lojas Pernambucanas e Americanas <sup>94</sup> |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (UDN), 1963-1966; Deputado Federal (ARENA), 1967-1970; Deputado Federal ARENA, 1971-1974; 1975-1978; 1979-198   |

Referências: NICOLAS, 1977; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>95</sup>; IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Newton Isaac da Silva Carneiro   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1914   |
| Filiação/Famíliares na Política: David Antônio da Silva Carneiro, Presidente da Associação Comercial do Paraná, e Alice Monteiro Carneiro. Irmão: David Carneiro, Presidente do BANESTADO <sup>96</sup> . Família presente na política paranaense desde meados do século XIX. Título Rodrigues de França. |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1936.  |
| Ocupação: Industrial, Advogado e Professor  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal, 1955-1959, UDN; Deputado Federal, 1960, UDN; Deputado Federal, 1963-1967, UDN.   |

Referências: NICOLAS, 1977; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>97</sup>; IPARDES, 1987, OLIVEIRA, 2000, p.387, 420

|  |
|--|
| Nome Completo: Mário Braga Ramos   |
| Local de Nascimento/ano: Teixeira Soares, PR, 1921   |
| Filiação/Famíliares na Política: Conrado Pereira Ramos e Leocádia Lacerda Braga Ramos. Mãe: filha de Manoel Antônio da Silva Braga e Victória de Lacerda Braga <sup>98</sup> . Primo do Governador do Paraná Ney Braga. Primo de Fabiano Braga Côrtes, Deputado Estadual. Primo de Caetano Braga Côrtes, presidente do BANESTADO. Família Histórica na classe dominante paranaense desde meados do século XIX. |
| Formação: Odontologia da Universidade do Paraná, 1942  |
| Ocupação: Dentista e Professor e Diretor da Fac. Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, PR;   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |

<sup>94</sup> <http://www.millarch.org/artigo/hm-ja-maior-mas-concorrenca-grande>

<sup>95</sup> [http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122930&tipo=0](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122930&tipo=0)

<sup>96</sup> <https://fsoutoneto.wordpress.com/2013/07/07/expressao-arte-por-francisco-souto-neto-curitiba-12-dez-1997-p-12-galeria-de-todos-os-presidentes-do-banestado/>

<sup>97</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=12291&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=12291&tipo=0)

<sup>98</sup> <http://www.pinhaisleocadia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

Cargos Ocupados: Vereador, Ponta Grossa/PR, UDN, 1960; Secretário da Educação, Governo Ney Braga; Deputado Federal, 1963-1967, UDN. Deputado Federal, 1967-1971, ARENA; Deputado Federal, 1971-1975, ARENA. Deputado Federal, 1975-1979, ARENA. Deputado Federal, 1979-1983.

Referências: NICOLAS, 1977; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>99</sup>; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2000, p.386-387; OLIVEIRA, 2012, p.226.

|   |
|---|
| Nome Completo: Zacharias Emiliano Seleme  |
| Local de Nascimento/ano: Canoinhas, SC, 1919  |
| Filiação/Familiares na Política: Emiliano Abraão Seleme e Catarina Seleme   |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1942.  |
| Ocupação: Advogado  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (UDN), 1963-1966, Presidente do Diretório Regional da ARENA, PR, 1967-1969. Deputado Federal, ARENA, (1971-1975). Secretário do Trabalho e Assistência Social, 1973; Procurador TCE-PR <sup>100</sup> |
| Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>101</sup>  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Jorge Khury   |
| Local de Nascimento/ano: São Paulo, SP, 1920   |
| Filiação/Familiares na Política: Salomão Khury e Wadie Khury . Irmão: Aníbal Khury, eleito deputado estadual em 1954 e reeleito para as legislaturas de 1958, 1962, 1966 .Foi cassado em 1969. Retomou a carreira política com o processo de redemocratização, sendo eleito deputado estadual em 1982, reeleito nas cinco eleições seguintes, ocupando diversas vezes a presidência da ALEP <sup>102</sup> |
| Formação: Direito  |
| Ocupação: Industrial   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional/ Centro   |
| Cargos Ocupados: Vereador, União da Vitória, Paraná, PTN-UDN, 1960-1963; Deputado Federal, 1963-1967, UDN; Deputado Federal, 1967-1968, ARENA. Mandato Cassado pelo AI-5.  |
| Referências: NICOLAS, 1977; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>103</sup> ; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2012, p.223   |

## DEPUTADOS ESTADUAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: José Justino Filgueiras Alves Pereira                            |
| Local de Nascimento/ano: Miraf, MG, 1923  |
| Filiação/Familiares na Política: Henrique Alves Pereira e Josélia Alves Pereira |
| Formação: Medicina, RJ, 1947  |
| Ocupação: Médico e Fazendeiro de Café   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |

<sup>99</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122991&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122991&tipo=0)

<sup>100</sup> <http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2012/8/flipbook/231446/files/assets/seo/page35.html>

<sup>101</sup> [http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122713&tipo=0](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122713&tipo=0)

<sup>102</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/legislaturas/](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/legislaturas/) e [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes)

<sup>103</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122490&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122490&tipo=0)

Cargos Ocupados: Vereador em Ibiporã, PR, UDN, 1956-1959, Vereador em Ibiporã, PR, UDN, 1960-1963, Secretário Municipal da Saúde em Ibiporã, Deputado Estadual, UDN, 1963-1966, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, secretário de Saúde do Estado do Paraná e chefe de gabinete dos Ministérios da Saúde (gestão Mário Lemos – 1972-1974) e da Educação (gestão Ney Braga – 1974-1978)<sup>104</sup>. Secretário de Estado da Saúde (gestão Ney Braga, 1961-1965)<sup>105</sup>

Referências: NICOLAS, 1984, p.619, IPARDES, 1987

|  |
|--|
| Nome Completo: Haroldo Leon Peres  |
| Local de Nascimento/ano: Rio de Janeiro, RJ, 1922  |
| Filiação/Familiares na Política: Jayme Leon Peres e Nair Leon Peres  |
| Formação: Direito, RJ, 1952  |
| Ocupação: Bancário, Diretor da APAC e COFEBRAZ e advogado em Maringá. Integrante da Associação Paranaense de Agricultura   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, UDN, 1959-1962; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Deputado Federal, ARENA, 1967-1970, Governador do Estado do Paraná (eleição indireta). Renunciou ao mandato <sup>106</sup> em novembro de 1971, oito meses depois de sua posse. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.587, IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Francisco Escorsin   |
| Local de Nascimento/ano: Jaguariaíva, PR, 1924  |
| Filiação/Familiares na Política: Bortholo Escorsin e Florinda Escorsin  |
| Formação: Secundário  |
| Ocupação: Agente de impostos e taxas; coletor de rendas em Nova Fátima e Assaí  |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Assaí, Paraná, PSD-PDC, 1960-1962; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; Deputado Estadual, PDS, 1983-1986. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.614-615; ALEP, TRE-PR, IPARDES, 1987.

|  |
|--|
| Nome Completo: Paulo Poli  |
| Local de Nascimento/ano: São Manoel, SP, 1920  |
| Filiação/Familiares na Política: Romão Poli e Rosália Gomes Poli   |
| Formação: Secundário   |
| Ocupação: Fazendeiro e Cafeicultor em Campo Mourão, proprietário de táxi-aéreo em Paranaíba                                  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974 |

Referências: NICOLAS, 1984, p.623; IPARDES, 1987

|  |
|--|
| Nome Completo: João Vargas de Oliveira |
|--|

<sup>104</sup> <http://ibipora.pr.gov.br/noticia/mostrar/20227-Homenagens+ao+Dr++Justino+Alves+Pereira.html>

<sup>105</sup> DIÁRIO DO PARANÁ, , 02.02.1961, capa.

<sup>106</sup> <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>

|  |
|--|
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, PR, 1908  |
| Filiação/Familiars na Política: Antônio Justiniano de Oliveira e Constância Vargas de Oliveira. Filho: João Vargas de Oliveira Júnior, vereador em Ponta Grossa, PR, ARENA, 1973-1976; 1977-1980.  |
| Formação: Direito  |
| Ocupação: Advogado e Comerciante. Proprietário das Lojas João Vargas e a Companhia Pontagrossense de Automóveis <sup>107</sup> .   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Ponta Grossa, Paraná, UDN-PL, 1948-1951; Deputado Estadual, UDN, 1951-1954; Suplente de Deputado Estadual, UDN, 1955-1958; Deputado Estadual, UDN, 1959-1962; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Primeiro Secretário da ALEP em 1963, Deputado Federal, ARENA, 1971-1974; Deputado Federal, ARENA, 1975-1978<br>Secretário da Agricultura |

Referências: NICOLAS, 1984, p.617-618; IPARDES, 1987; TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Rubens Requião   |
| Local de Nascimento/ano: Foz do Iguaçu, PR, 1918  |
| Filiação/Familiars na Política: Oswaldo Requião e Alayde Albuquerque Mello Requião  |
| Formação: Direito, PR, 1939   |
| Ocupação: Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Jurídicas da Universidade do Paraná   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Consultor Jurídico, Associação Comercial do Paraná <sup>108</sup> , Secretário do Interior e Justiça, 1961 <sup>109</sup> Renunciou ao cargo <sup>110</sup> ; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; |

Referências: NICOLAS, 1984, p.625, IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Horácio Vargas   |
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, PR, 1912   |
| Filiação/Familiars na Política: Gregório de Oliveira Vargas e Josina Vargas. Pai: Vereador em Ponta Grossa, 1900 <sup>111</sup> . |

<sup>107</sup> <http://www.diariodosc campos.com.br/blogs/ruas-da-historia/2014/12/joao-vargas-de-oliveira/20043/>

<sup>108</sup> DIÁRIO DO PARANÁ, 27/04/1955, p.7

<sup>109</sup> <http://www.justica.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=335&evento=30> "Galeria de Secretários de Justiça"

<sup>110</sup> O longo de um sincero depoimento para o projeto Memória Histórica do Paraná, Rubens Requião ofereceu sua visão sobre um dos períodos de maior tensão: os meses em que ocupando a Secretaria do Interior e Justiça no primeiro governo Ney Braga, teve criada em torno de si a imagem do "justiceiro". Numa época em que não se buscava marajás para fins políticos, Requião foi o executor jurídico, o grande advogado na tentativa do governo Ney Braga em buscar e punir os homens que, na administração Moyses Lupion, haviam se locupletado com negócios escusos. Ao final de dez meses (...) renunciou ao seu cargo. Mesmo sem qualquer rompimento pessoal com o então governador Ney Braga, Requião deixaria a Secretaria por sentir que mesmo com todo empenho jurídico na montagem dos processos contra as corrupções ocorridas no período anterior, praticamente não houve punição. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/requião-o-mestre-do-direito-frustracoes-da-politica> . "Requião, o mestre do Direito e as frustrações da política", por Aramis Millarch

<sup>111</sup> <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores>

|  |
|--|
| Formação:  |
| Ocupação: Fazendeiro em Ponta Grossa <sup>112</sup> , PR |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional                     |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, UDN, 1963-1966       |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.615, IPARDES, 1987         |

|   |
|---|
| Nome Completo: Almir Moreira Passos   |
| Local de Nascimento/ano: Loure, BA, 1925  |
| Filiação/Familiares na Política: Arlindo de Andrade Passo e Mariana Fonseca Passo               |
| Formação: Direito, BA, 1950   |
| Ocupação: Advogado  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, UDN, 1963-1964. Mandato Cassado pelo Ato Institucional nº 1 |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.611, IPARDES, 1987.   |

<sup>112</sup> <http://www.plantaodacidade.com.br/Anteriores/sabado270609/aramalho.htm> "Meio Fio".

## APÊNDICE 2- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PSD- ELEIÇÕES DE 1962

### DEPUTADOS FEDERAIS

|  |
|--|
| Nome Completo: Plínio Franco Ferreira da Costa   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1920.   |
| Filiação/Familiars na Política: Lysimaco Ferreira da Costa (Intelectual Positivista. Secretário da Fazenda 1928-1930) e Esther Franco Ferreira da Costa. Irmãos: Antônio Ferreira da Costa, Secretário da Fazenda, Desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná <sup>113</sup> e Alberto Franco Ferreira da Costa <sup>114</sup> , deputado federal, ARENA, 1967-1971 Deputado Federal, ARENA, 1971-1975                                   |
| Formação: Engenharia Civil.  |
| Ocupação: Engenheiro Civil.  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Diretor: DER, 1947-1951, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE de 1951 à 1955; Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER de 1955 a 1958. Secretário de Estado da Fazenda de 1958 à 1960 <sup>115</sup> . Diretor da Rede Ferroviária Federal, Rio de Janeiro, 1960-1962; Deputado federal (PSD), 1963-1966. Filiação à ARENA. Presidente da TELEPAR (1971-1972). Pró-reitor administrativo, UFPR, 1974-1980 |

Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2000; CAMARA DOS DEPUTADOS<sup>116</sup>

|  |
|--|
| Nome Completo: João Batista Ribeiro Júnior   |
| Local de Nascimento/ano: Campina Grande do Sul, PR, 1914.  |
| Filiação/Familiars na Política: João Batista Ribeiro e Maria Ribeiro   |
| Formação: Medicina, Universidade do Paraná, 1939.  |
| Ocupação: Fazendeiro e Médico. Presidente da Associação Paranaense de Agricultores   |
| Reduto Eleitoral: Norte Cafeeiro   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Uraí (PSD), 1947-1950; Deputado Estadual (PSD) 1951-1954; Deputado Estadual (PSD), 1955-1958; Secretário de Negócios da Fazenda; Secretário da Agricultura (1958); Membro da Junta Administrativa do IBC (1961-1964); Deputado Federal (PSD), 1963-1966; Vice-líder PSD na Câmara (1965). Filiação à ARENA. Diretor e Presidente do IBC (1970-1972) |

Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987, CAMARA DOS DEPUTADOS<sup>117</sup>; TRE-PR.

|  |
|--|
| Nome Completo: João Simões                                     |
| Local de Nascimento/ano: Santos, SP, 1923.                     |
| Filiação/Familiars na Política: Adelino Simões e Albina Simões |
| Formação: Contabilidade, 1949.                                 |
| Ocupação: Contador, Pecuarista e cafeicultor.                  |

<sup>113</sup> [http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-antonio-franco-ferreira-da-costa/397262/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_viewMode=print](http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-antonio-franco-ferreira-da-costa/397262/pop_up?_101_INSTANCE_V8xr_viewMode=print)

<sup>114</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122609&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122609&tipo=0)

<sup>115</sup> <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=105>

<sup>116</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122322&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122322&tipo=0)

<sup>117</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122207&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122207&tipo=0)

|   |
|---|
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Diretor do BANESTADO (1956-1959); Suplente do Deputado Estadual Ladislau Lachoski (PSD), 1959-1962; Deputado Federal (PSD); 1963-1966. Cassado pelo AI-1 (1964). |
| Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987, CAMARA DOS DEPUTADOS <sup>118</sup>  |

|   |
|---|
| Nome Completo: Rafael Ferreira Rezende  |
| Local de Nascimento/ano: Lavras, MG, 1916.  |
| Filiação/Familiares na Política: José Batista Rezende e Diva Ferreira Rezende.  |
| Formação: Agronomia, Lavras, MG, 1934.  |
| Ocupação: Agrônomo. Presidente da Associação Rural de Londrina.   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PSD). Suplente, 1955-1958; Deputado Federal (PSD), 1959-1962; Secretário de Agricultura (1957); Deputado Federal (PSD), 1963-1966; Filiação à ARENA. |
| Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987, CAMARA DOS DEPUTADOS <sup>119</sup>  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Paulo Pimenta Montans   |
| Local de Nascimento/ano: São Sebastião do Paraíso, MG, 1917.   |
| Filiação/Familiares na Política: Joaquim Montans e Conceição Montans   |
| Formação: Engenharia Agrônoma, Viçosa, MG, 1941.   |
| Ocupação: Fazendeiro   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Cornélio Procópio (PSD), 1951-1954; Vereador em Cornélio Procópio (PSD), 1955-1958; 1959-1962. Prefeito de Cornélio Procópio (PSD). Secretário da Agricultura (1959-1960); Deputado Federal (PSD), 1963-1966. Filiação à ARENA. |
| Referências: NICOLAS, 1977; TRE-PR, IPARDES, 1987; CAMARA DOS DEPUTADOS <sup>120</sup>   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Lyrio Bertoli   |
| Local de Nascimento/ano: Taió, SC, 1930.   |
| Filiação/Familiares na Política: José Luiz Bertolli e Amélia Bertolli.                   |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná.   |
| Ocupação: Advogado e Contador.   |
| Reduto Eleitoral: Sudoeste   |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PSD), 1963-1966; Deputado Federal (ARENA), 1967-1970. |
| Referências: NICOLAS, 1977; CAMARA DOS DEPUTADOS <sup>121</sup>                          |

## DEPUTADOS ESTADUAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: João de Mattos Leão        |
| Local de Nascimento/ano: Mallet, PR, 1931 |

<sup>118</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122214&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122214&tipo=0)

<sup>119</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122323&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122323&tipo=0)

<sup>120</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122311&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122311&tipo=0)

<sup>121</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122525&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122525&tipo=0)



|   |
|---|
| Filiação/Familiares na Política: José de Mattos Leão e Maria de Mattos Leão. Pai: José de Mattos Leão Prefeito de Guarapuava, 1952-1956; Tio-avô do deputado estadual Artagão de Mattos Leão Junior e tio do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, do Tribunal de Contas do Estado <sup>122</sup> , Atual Presidente do TCE, Deputado Estadual, PMDB, 1983-1986; Deputado Estadual, PMDB, 1991-1994 <sup>123</sup> , tio de Aragão de Mattos Leão, irmão de Artagão, também deputado estadual, ARENA, 1975-1978 e deputado federal, PMDB, 1983-1986. Família presente na política paranaense desde o século XIX |
| Formação: Direito, PR   |
| Ocupação: Industrial  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Guarapuava, PR, UDN-PR, 1955-1958; Deputado Estadual, PSD, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Secretário da Justiça do Paraná, 1966-1969 <sup>124</sup> ; Senador, ARENA, 1971-1978.  |

Referências: NICOLAS, 1984, p.617; IPARDES, 1987; TRE-PR, OLIVEIRA, 2012, p.175; OLIVEIRA, 2000, p.390.

|  |
|--|
| Nome Completo: Emílio Humberto Carazzai  |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1910  |
| Filiação/Familiares na Política: Alberto Macagnani Carazzai e Francisca Bertholine Carazzai. Emílio Humberto Carazzai Sobrinho, Presidente da Caixa Econômica Federal <sup>125</sup> . Renato Carazzai, vereador, PSD, 1952-1955; 1960-1963; Prefeito de Cornélio Procópio, PSD, 1956-1959;              |
| Formação: Medicina   |
| Ocupação: Médico e Chefe do Hospital de Cornélio Procópio  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Cornélio Procópio, Deputado Estadual, PSD, 1951-1954; Deputado Estadual, PSD, 1955-1958; Deputado Estadual, PSD, 1959-1962; Deputado Estadual, PSD, 1959-1962; Deputado Estadual, PSD, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.545, IPARDES, 1987, TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Egon Pudell  |
| Local de Nascimento/ano: Santa Rosa, RS, 1929   |
| Filiação/Familiares na Política: Manoel Pudell e Elsa Amália Pudell. Ernani Pudell?? Deputado Estadual, PT, 1991-1994;  |
| Formação: Comércio, Santo Ângelo, RS  |
| Ocupação: Diretor de Frigorífico em Toledo, comerciante, industrial madeireiro.   |
| Reduto Eleitoral: Sudoeste  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Toledo, PR, PRP-PSD-PTB, 1957-1960; Vereador em Toledo, PR, PSP-PSD, 1961-1962; Deputado Estadual, PSD, 1963-1966; Prefeito de Toledo, ARENA, 1969-1972; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.614; IPARDES, 1987; TRE-PR, TSE

<sup>122</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/noticias/6987-deputado-artagao-junior-pmdb](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/6987-deputado-artagao-junior-pmdb)

<sup>123</sup> <http://estatistica.tse.jus.br/>

<sup>124</sup> <http://www.justica.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=337&evento=30>

<sup>125</sup> DIÁRIO DA ALEP, CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1999, p.10.

|   |
|---|
| Nome Completo: José Vaz de Carvalho   |
| Local de Nascimento/ano: Divisa Nova, MG, 1923  |
| Filiação/Familiars na Política: João de Carvalho Silva e Julieta Vaz de Carvalho  |
| Formação: Medicina, RJ  |
| Ocupação: Médico  |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Paranavaí, PR, Coligação UDN-PR-PSP-PSD, 1953-1956; Vereador em Paranavaí, PSD, 1957-1960; Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí; Suplente do Deputado Estadual João Batista Ribeiro Júnior, Secretário dos Negócios da Agricultura e da Fazenda no governo Lupion entre 1959-1960; Deputado Estadual, PSD, 1963-1964; Prefeito de Paranavaí, PR, Coligação PDC-PSD-PR-UDN, 1965-1968. Secretário do Trabalho e Assistência Social do Estado do Paraná em 1969 <sup>126</sup> ; Prefeito de Paranavaí, PR, ARENA, 1977-1980. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.619-620; IPARDES, 1987; TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Ernesto Moro Redeschi  |
| Local de Nascimento/ano: São José dos Pinhais, PR, 1908   |
| Filiação/Familiars na Política: Pedro Redeschi e Ema Moro Redeschi.   |
| Formação:   |
| Ocupação: Industrial  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de São José dos Pinhais, 1948-1950; Deputado Estadual, PSD, 1951-1954; Deputado Estadual, PSD, 1955-1958; Deputado Estadual, PSD, 1959-1962; Deputado Estadual, PSD, 1963-1966. Candidato a Deputado Estadual, ARENA, 1966. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.546-547; IPARDES, 1987

|  |
|--|
| Nome Completo: Dino Veiga  |
| Local de Nascimento/ano: Itararé, SP, 1916   |
| Filiação/Familiars na Política: Plácido Veiga e Souza e Minervina Schmidt Veiga  |
| Formação: Ginásio  |
| Ocupação: Oficial de Farmácia  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Bandeirantes, PR, Coligação PTB-PSD, 1948-1951; Vereador em Bandeirantes, PR, PSD, 1952-1955; Prefeito de Bandeirantes, PSD, 1956-1959; Suplente de Deputado Estadual, PSD Legislatura de 1959-1962; Deputado Estadual, PSD, 1963-1966; Candidato a Deputado Estadual, ARENA, 1966. Candidato a Prefeito de Bandeirantes, ARENA II, 1968; |

Referências: NICOLAS, p.613; IPARDES, 1987; TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Leovegildo Salles   |
| Local de Nascimento/ano: Carlópolis, PR, 1912                            |
| Filiação/Familiars na Política: Benedito Salles e Belmira Pereira Salles |
| Formação:  |
| Ocupação: Agricultor e Comerciante                                       |
| Reduto Eleitoral: Norte  |

<sup>126</sup> <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/cidades/local/19819-dados-biograficos-de-jose-vaz#.VlFQBStzR0o>

Cargos Ocupados: Prefeito de Carlópolis, PR em 1946 nomeado pelo Interventor Federal do Estado<sup>127</sup>; Prefeito de Carlópolis, PSD, 1948-1951; Prefeito de Carlópolis, PSD, 1956-1959; Deputado Estadual, PSD. 1963-1966

Referências: NICOLAS, 1984, p.620-621; IPARDES, 1987; TRE-PR

---

<sup>127</sup> <http://www.carlopolis.pr.gov.br/a-cidade/historia2/historico-de-prefeitos>

APÊNDICE 3- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PTB- ELEIÇÕES DE 1962

**DEPUTADOS FEDERAIS**

|   |
|---|
| Nome Completo: Kalil Maia Neto  |
| Local de Nascimento/ano: São Paulo, SP, 1929.   |
| Filiação/Familiares na Política: Jorge Maia e Alice Maia.   |
| Formação: Engenharia Industrial, Universidade do Paraná.  |
| Ocupação: Engenheiro Industrial.  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PTB). Suplente, 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966; Deputado Federal (ARENA), 1967-1970; Deputado Federal (ARENA) 1970-1974. |
| Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>128</sup>  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Renato Celidônio  |
| Local de Nascimento/ano: Agudos, SP, 1928.   |
| Filiação/Familiares na Política: Hugo Celidônio Gomes dos Reis e Helena Quartim Celidônio  |
| Formação: Engenheiro Agrônomo, Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, 1950.   |
| Ocupação: Fazendeiro de Café. Representante da Lavoura Cafeeira do Paraná na Junta Administrativa do I.B.C., (1958-1962, 1962-1966); Presidente, Associação Rural de Maringá, PR, 1959-1962; |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PTB), 1963-1966; Deputado Federal (MDB), 1967-1970. Mandato Cassado pelo AI-5.  |
| Referências: NICOLAS, 1977, IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>129</sup> .   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Miguel Buffara   |
| Local de Nascimento/ano: Santos, SP, 1913.  |
| Filiação/Familiares na Política: Cezário Buffara e Adel Zattar Buffara. Irmão: Nelson Buffara. Vereador em Paranaguá (PTB), 1951-1963 (3 legislaturas). Deputado Estadual (PTB) de 1967 a 1986 (5 legislaturas consecutivas). |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1932.  |
| Ocupação: Comerciante e advogado em Paranaguá e Maringá.  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual (PTB), 1955-1958. Secretário Estadual do Trabalho (1956-1958). Deputado Federal (PTB), 1959-1962. Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Filiação ao MDB. Presidente do MDB                    |
| Referências: TRE-PR; IPARDES, 1987; ALEP <sup>130</sup> ; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>131</sup> ; SEBASTINI, 1992; NICOLAS, 1977.   |

<sup>128</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122668&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122668&tipo=0)

<sup>129</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122577&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122577&tipo=0)

<sup>130</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/legislaturas/](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/legislaturas/)

<sup>131</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122282&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122282&tipo=0)

|   |
|---|
| Nome Completo: Antônio Baby   |
| Local de Nascimento/ano: Rio Claro, PR, 1903.   |
| Filiação/Familiars na Política: Jacob Baby e Catarina Kapuchinski Baby  |
| Formação: Primário, SC.   |
| Ocupação: Telegrafista.   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional/ Centro  |
| Cargos Ocupados: Vereador em União da Vitória, PR (PTB), 1947-1950. Deputado Estadual (PTB), 1951-1954; Deputado Federal (PTB), 1955-1958; Deputado Federal (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Filiação ao MDB. |
| Referências: TRE-PR; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>132</sup> , NICOLAS, 1977.  |

|   |
|---|
| Nome Completo: Fernando da Gama e Souza   |
| Local de Nascimento/ano: Rio de Janeiro, RJ, 1925.  |
| Filiação/Familiars na Política: Belarmino da Gama e Souza e Ondina Guimarães da Gama e Souza  |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná, 1955.  |
| Ocupação: Advogado e Bancário.  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Oficial de gabinete da presidência da república, gestão Juscelino Kubitschek. (1956-1960). Oficial de gabinete da presidência da república, gestões Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1962). Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Deputado Federal (MDB), 1967-1970; Deputado Federal (MDB) de 1971 a 1979. |
| Referências: NICOLAS, 1977, IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>133</sup> ;  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Wilson Chedid   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1922  |
| Filiação/Familiars na Política: Emiliano Chedid e Francisca Rubin Chedid   |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1946.   |
| Ocupação: Advogado e Bancário. Funcionário do Banco do Brasil, 1951-1968. Trabalhou no gabinete de Souza Naves enquanto este era diretor da CREAM do Banco do Brasil |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Filiação ao MDB.   |
| Referências: NICOLAS, 1977; NEVES, 2002, p.189; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>134</sup>   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Antônio Annibelli             |
| Local de Nascimento/ano: São Paulo, SP, 1911 |

<sup>132</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122115&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122115&tipo=0)

<sup>133</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122752&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122752&tipo=0)

<sup>134</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122350&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122350&tipo=0)

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Alberto Annibelli e Francisca Annibelli. Casamento com Jacira Martins Annibelli, filha de Manoel Lustosa Martins, Prefeito de Clevelândia, fazendeiro. Cunhado: Cândido Machado de Oliveira, marido de Jupira Martins de Oliveira, deputado estadual, PSD, 1951-1954, 1º Secretário da ALEP em 1953; 1955-1958; 1958-1962. Sobrinho: Luís Alberto Martins de Oliveira, filho de Cândido Machado de Oliveira e Jupira Martins de Oliveira, deputado estadual, ARENA, 1975-1978, 1979-1982, PDS, 1983-1986, 1987-1990, Senador, 1995-1996, Presidente da TELEPAR. Cândido Manoel Martins de Oliveira, deputado estadual, ARENA, secretário de estado da Educação. Filho: Antônio Martins Annibelli (MDB), deputado federal 1975-1979/1979-1983 <sup>135</sup> . Deputado Estadual 1982-1986/1986-1990/1990-1994/1994-1998/1998-2002/2002-2006/2006-2010 <sup>136</sup> . Neto: Antônio Annibelli Neto (PMDB). Deputado Estadual (PMDB) eleito em 2010 e 2014 <sup>137</sup> . |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1936.   |
| Ocupação: Advogado e Promotor Público Federal  |
| Reduto Eleitoral: Sudoeste   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Clevelândia (1944); Deputado Estadual (PTB), 1951-1954. Presidente da Assembleia Legislativa (1952); Deputado Estadual (PTB), 1955-1958 Governador Interino (1955); Presidente da Assembleia Legislativa <sup>138</sup> (1955); Deputado Estadual (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966; Deputado Federal (MDB), 1967-1970; Deputado Federal (MDB). Suplente (1973-1975).   |
| Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>139</sup> , COSTA, 1995, p.446; OLIVEIRA, 2012, p.169-170.  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Petrônio Fernal   |
| Local de Nascimento/ano: Oliveira, MG, 1916.   |
| Filiação/Familiares na Política: Waldemar Fernal e Cândida Fernal  |
| Formação: Direito, Universidade de São Paulo, 1938.  |
| Ocupação: Advogado e Empresário  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Ponta Grossa (PTB), 1951-1954; Deputado Federal (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Filiação ao MDB. |
| Referências: NICOLAS, 1977, IPARDES, 1987; TRE-PR; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>140</sup>   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Elias Nacle   |
| Local de Nascimento/ano: Borebi, SP, 1928.   |
| Filiação/Familiares na Política: Jorge Nacle e Adla Nacle.   |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná, 1955.   |
| Ocupação: Funcionário Público, Delegado e comerciante.   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Presidente do Instituto do Açúcar e Alcool. (1957-1958) Deputado Estadual (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Filiação à ARENA |

<sup>135</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122873&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122873&tipo=0)

<sup>136</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/legislaturas/](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/legislaturas/) e

[http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/108-antonio-martins-anibelli](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/108-antonio-martins-anibelli)

<sup>137</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/18-anibelli-neto](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/18-anibelli-neto)

<sup>138</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes)

<sup>139</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122615&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122615&tipo=0)

<sup>140</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122320&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122320&tipo=0)

Referências: NICOLAS, 1977, IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>141</sup>

## DEPUTADOS ESTADUAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: Moacyr Júlio Silvestre   |
| Local de Nascimento/ano: Carazinho, RS, 1926.   |
| Filiação/Familiares na Política: Atílio Silvestre e Enama Silvestre.<br>Filho: Cezar Silvestri, vice-prefeito de Guarapuava em 1988, deputado estadual, PDT, 1990, Engenheiro civil DER de Guarapuava 1978-1982.<br>Neto <sup>142</sup> : Cezar Augusto Carollo Silvestre Filho, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Prefeito de Guarapuava, 2012 |
| Formação: Contador, Faculdade de Direito de Curitiba  |
| Ocupação: Industrial  |
| Reduto Eleitoral: Sudoeste/ Centro  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Guarapuava, Paraná, PTB-PRP, (1960-1962); Prefeito de Guarapuava, ARENA, (1969-1972); Deputado Federal, ARENA, (1967-1971), renunciou para assumir a Prefeitura de Guarapuava  |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.622; TRE-PR; COSTA, 1995, p.657, CÂMARA DOS DEPUTADOS; OLIVEIRA, 2012, p.160  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Luiz Alberto Dalcanalle   |
| Local de Nascimento/ano: Caxias, RS, 1931.   |
| Filiação/Familiares na Política: Alberto Dalcanalle e Jeanne Dalcanalle. Casado com Zorah Maria Athaide Dalcanalle, filha de Aramis Athaide e Maria Zorah Munhoz da Rocha. Por casamento, título Rodrigues Seixas e Rodrigues de França  |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná  |
| Ocupação: Agricultor, industrial, professor, advogado, Presidente do Ferroviário <sup>143</sup> , banqueiro, sócio do Banco Araucária  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PTB, (1959-1962); Deputado Estadual, PTB, (1963-1966) mandato cassado pelo AI-1, 08.06.1964; Presidente da ALEP, Porta-Voz de Amaury Silva (Ministro do Trabalho) em Curitiba e no Paraná, Secretário de Comunicação, Governo José Richa <sup>144</sup> , Diretor-presidente da CELEPAR, 1983 <sup>145</sup> |
| Referências: NICOLAS, 1984, p. 591; COSTA, 1995; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, P.A, 2000, DIÁRIO DA ALEP, 06/12/2000, OLIVEIRA, 2000, p.399   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Jorge Miguel Nassar  |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1925   |
| Filiação/Familiares na Política: Miguel Jorge Nassar e Adélia Nassar.                                 |
| Formação: Ginásio   |
| Ocupação: Radialista, Proprietário da Rádio Curitiba, Apresentador do programa de Rádio A voz do Povo |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |

<sup>141</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122161&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122161&tipo=0)

<sup>142</sup> <http://www.guarapuava.pr.gov.br/administracao/administracao-direta/>

<sup>143</sup> <http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=803270>

<sup>144</sup> <http://www.fabiocampana.com.br/2012/01/requisio-promete-revelar-bastidores-das-eleicoes-de-1985-em-curitiba/>

<sup>145</sup> <http://www.celepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=311>

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PTB, (1959-1962); Deputado Estadual, PTB, (1963-1964). Deputado Estadual, ARENA, (1969-1972) Mandato Cassado pelo AI-5, 30.04.1969. |
|---|

Referências: NICOLAS, 1984, p.589, IPARDES, 1987, COSTA, 1995

|   |
|---|
| Nome Completo: Silvino Lopes de Oliveira  |
| Local de Nascimento/ano: Lapa, PR, 1916   |
| Filiação/Familiares na Política: Victor Modesto de Oliveira e Julieta Lopes   |
| Formação: Ginásio Incompleto  |
| Ocupação: Burocrata   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Peabiru, PR, Partido Republicano, 1953-1956; Deputado Estadual, PTB, (1959-1962); Deputado Estadual, PTB, (1963-1966). |

Referências: NICOLAS, 1984, p.595, IPARDES, 1987, TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Miguel Dinizo  |
| Local de Nascimento/ano: Itatiba, SP, 1914.   |
| Filiação/Familiares na Política: João Dinizo e Angelina Dinizo  |
| Formação: Medicina, PR  |
| Ocupação: Médico em Cambará, PR, Diretor e Proprietário do Hospital Santa Margarida, Cambará, PR.   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Vereador, Cambará, PR, PTB (1952-1955); Vereador, Cambará, PR, PTB (1956-1959); Secretário de Saúde Pública Paraná; Deputado Estadual, PTB (1959-1962); Deputado Estadual, PTB (1963-1966); Deputado Estadual, ARENA (1967-1970). Mandato Cassado pelo AI-5, 30.04.1969; Prefeito de Cambará, PDS, 1983-1986 |

Referências: NICOLAS, 1984, p.592 IPARDES, 1987, COSTA, 1995, TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Marino Pereira  |
| Local de Nascimento/ano: Santos, SP, 1916  |
| Filiação/Familiares na Política: Heitor Pereira e Maria Ignês Pereira  |
| Formação: Medicina   |
| Ocupação: Médico   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Apucarana, PR, (Coligação UDN-PDC-PTB), (1960-1963); Deputado Estadual, PTB, (1963-1966). |

Referências: NICOLAS, 1984, p.621 IPARDES, 1987, TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Joaquim Neia de Oliveira  |
| Local de Nascimento/ano: Ribeirão Claro, PR, 1927.   |
| Filiação/Familiares na Política: Francisco Pedro de Oliveira e Malvina Néia  |
| Formação: Direito, PR, 1964  |
| Ocupação: Advogado   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Ribeirão Claro, PR, PTB, 1952-1955; Deputado Estadual, PTB, (1955-1958), Primeiro Secretário da ALEP, 1956, Deputado Estadual, PTB, (1959-1962), Deputado Estadual, PTB, (1963-1966), |



Referências: NICOLAS, 1984, p.553-554, IPARDES, 1987, TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Miran Pirih   |
| Local de Nascimento/ano: Rogatec, Iugoslávia, 1920.  |
| Filiação/Familiares na Política: Franjo Pirih e Lina Pirih   |
| Formação: Direito  |
| Ocupação: Cafeicultor  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PTB, (1963-1966), Deputado Estadual, ARENA, (1967-1970). Suspensão dos direitos políticos e cassação de mandato, pelo AI-5 |

Referências: NICOLAS, 1984, p.621, IPARDES, 1987, HELLER, 1988.

|  |
|--|
| Nome Completo: Leon Naves Barcellos  |
| Local de Nascimento/ano: Barretos, SP, 1932.   |
| Filiação/Familiares na Política: Orozinho S. Barcellos e Maria Naves Barcellos. Tio: Abilon de Souza Naves, Vice-Presidente do PTB Nacional, Presidente da Seção Regional do PTB no Paraná na década de 1950, Senador pelo PTB eleito em 1958. Filho: Desembargador Renato Naves Barcellos Juiz concursado e desembargador desde 2004 <sup>146</sup> |
| Formação: Direito, PR  |
| Ocupação: Contador e Procurador do IAPI/ Ferrovários e Empregados em Serviços Públicos   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PTB, (1963-1966). Mandato Cassado pelo AI-1  |

Referências: NICOLAS, 1984, IPARDES, 1987, NEVES, 2002, HELLER, 1988

|   |
|---|
| Nome Completo: Walter Alberto Pécoits   |
| Local de Nascimento/ano: Santa Maria, RS, 1917.   |
| Filiação/Familiares na Política: Conrado Pecoits e Albertina Pecoits  |
| Formação: Medicina, RS  |
| Ocupação: Médico e proprietário do Hospital Nossa Senhora Medianeira em Francisco Beltrão, PR.  |
| Reduto Eleitoral: Sudoeste  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Erechim por duas legislaturas; Vereador em Francisco Beltrão, (1957-1960), Prefeito de Francisco Beltrão; Deputado Estadual, PTB, (1963-1966). Mandato cassado pelo AI-1. Secretário estadual de Reforma Agrária no governo José Richa (1982) <sup>147</sup> |

Referências: NICOLAS, 1984, p.625, IPARDES, 1987, TRE-PR, HELLER, 1988

|   |
|---|
| Nome Completo: Eurico Batista Rosas             |
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, PR, 1915 |

<sup>146</sup> [http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/id/1597317](http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/id/1597317)

<sup>147</sup> <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2013/08/13/caravana-da-anistia-homenagens-a-ex-presos-politicos/>

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Euzébio Batista Rosas e Maria Joana Batista Rosas. Pai: Ex-prefeito de Ponta Grossa pelo Partido Republicano Liberal <sup>148</sup> e presidente da Câmara Municipal dos Vereadores. Ernani Batista Rosas???, Vereador, Ponta Grossa, PSP, 1956-1959; Vereador, Ponta Grossa, MDB, 1969-1972; 1973-1976; 1977-1980. |
|--|

|                      |
|----------------------|
| Formação: Engenharia |
|----------------------|

|                                  |
|----------------------------------|
| Ocupação: Engenheiro e Professor |
|----------------------------------|

|                                      |
|--------------------------------------|
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional |
|--------------------------------------|

|  |
|--|
| Cargos Ocupados: Vereador em Ponta Grossa, UDN, 1948-1951; Secretário de Viação e Obras Públicas, 1955-1956; Deputado Estadual, PSP, 1955-1958; Primeiro Secretário da ALEP em 1955 e 1958; Deputado Estadual, PSP, 1959-1962, Prefeito de Ponta Grossa, PSP, 1960-1963, Deputado Estadual, PTB, 1963-1966, Deputado Estadual, MDB, 1967-1970. |
|--|

Referências: NICOLAS, 1984, p.585, 571, 578; IPARDES, 1987, TRE-PR

|                               |
|-------------------------------|
| Nome Completo: Piratan Araújo |
|-------------------------------|

|                                     |
|-------------------------------------|
| Local de Nascimento/ano: Palmas, PR |
|-------------------------------------|

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Mizael Ferreira de Araújo e Flávia Guimarães Araújo |
|--|

|                         |
|-------------------------|
| Formação: Contabilidade |
|-------------------------|

|                    |
|--------------------|
| Ocupação: Contador |
|--------------------|

|                                    |
|------------------------------------|
| Reduto Eleitoral: Sudoeste/ Centro |
|------------------------------------|

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Vereador em Palmas, PTB, 1952-1955; Prefeito de Palmas, PTB, 1956-1959; Deputado Estadual, PTB, 1963-1966. |
|---|

Referências: NICOLAS, 1984, p.624, IPARDES, 1987, TRE-PR

<sup>148</sup> <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/prefeitos>

## APÊNDICE 4- QUADROS SÓCIO-BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DO PDC- ELEIÇÕES DE 1962

### DEPUTADOS FEDERAIS

|  |
|--|
| Nome Completo: José Richa  |
| Local de Nascimento/ano: São Fidelis, RJ, 1934   |
| Filiação/Familiares na Política: Assad Richa e Ana Miguel Richa. . Filhos: Carlos Alberto Richa, atual governador do Paraná, ex-prefeito de Curitiba e deputado estadual; José Richa Filho, secretário de Estado; Neto: Marcello Vieira Richa, Secretário Municipal.                       |
| Formação: Odontologia, Universidade Federal do Paraná.   |
| Ocupação: Dentista.  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Oficial de gabinete do governo Ney Braga (1961); Deputado Federal (PDC). Filiação ao MDB, 1963-1966; Deputado Federal (MDB), 1967-1970; Prefeito de Londrina MDB, (1973-1977). Senador (MDB), 1979-1983. Governador do Paraná, PMDB, 1983-1987; Senador, PMDB, 1987-1995. |

Referências: NICOLAS, 1977, IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>149</sup> OLIVEIRA, 2012, p.232.

|   |
|---|
| Nome Completo: Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho   |
| Local de Nascimento/ano: Paranaguá, PR, 1920  |
| Filiação/Familiares na Política: Francisco Accioly Rodrigues da Costa (Ex-Prefeito de Paranaguá) e Thereza Silva Rodrigues da Costa. Família Histórica  |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná, 1942.  |
| Ocupação: Advogado e Professor universitário.   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Chefe de Gabinete das Secretarias de Interior e Justiça; Segurança Pública; Obras Públicas; Deputado Estadual (PSD), 1947-1950; Deputado Estadual (PSD), 1951-1954; Deputado Estadual (PSD); 1955-1958. Presidente da ALEP (1956-1957) <sup>150</sup> Deputado Federal (PSD), 1959-1962; Deputado Federal (PDC), 1963-1966; Vice-Líder PDC na Câmara dos deputados (1963). Deputado Federal (ARENA), 1967-1970. Primeiro Vice-Presidente da Mesa diretora da Câmara (1968) e Presidente da Mesa diretora (1969) Senador (ARENA) (1971-1979). |

Referências: NICOLAS, 1977, OLIVEIRA, 2000, CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>151</sup>; IPARDES, 1987

|  |
|--|
| Nome Completo: Minoru Miyamoto                                     |
| Local de Nascimento/ano: Promissão, SP, 1925                       |
| Filiação/Familiares na Política: Hitosi Miyamoto e Moyoka Miyamoto |
| Formação: Direito, Faculdade Católica de Porto Alegre              |

<sup>149</sup> [http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122510&tipo=0](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122510&tipo=0)

<sup>150</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes)

<sup>151</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122449&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122449&tipo=0)

|  |
|--|
| Ocupação: Fazendeiro.  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PDC), 1963-1966 Deputado Federal (ARENA), 1967-1970. Deputado Federal (ARENA). (1974-1978). Membro da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1973-1974. Membro da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC), 1979-1985. |
| Referências: IPARDES, 1987, CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>152</sup> ; NICOLAS, 1984  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Emílio Hoffman Gomes  |
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, 1925  |
| Filiação/Familiares na Política: Ezequiel Andrade Gomes e Maria Hoffmann Gomes. Neto do coronel Emílio Batista Gomes, primeiro prefeito de Irati   |
| Formação: Engenharia Civil, Universidade do Paraná, 1949.  |
| Ocupação: Engenheiro Civil   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional/ Centro   |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal (PDC), 1963-1966; Deputado Federal (ARENA), 1967-1970; Deputado Federal, ARENA, 1971-1973. Governador do Estado (1973-1975). Presidente do Banco do Estado do Estado do Paraná, 1975-1977; Auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), 1977-1990. |
| Referências: CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>153</sup> ; OLIVEIRA, 2000, p.402; IPARDES, 1987  |

## DEPUTADOS ESTADUAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: Antônio Ferreira Ruppel  |
| Local de Nascimento/ano: Bocaiúva do Sul, PR, 1921  |
| Filiação/Familiares na Política: Severo Ferreira Ruppel, Prefeito de Piraquara e Ricardina Dantos Ruppel. Filho: Antônio Ferreira Ruppel Filho, Prefeito de Bocaiúva do Sul, PR, eleito em 2012 pelo PSD, foi funcionário do Tribunal de Contas do Estado, juntamente com seus irmãos Severo Ferreira Ruppel Neto e Maria Lúcia Ruppel. Descendente das famílias Azevedo Portugal e Oliveira Ribas.                       |
| Formação: Odontologia e Direito, PR   |
| Ocupação: Comerciante e Dentista  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Bocaiúva do Sul, Paraná, 1956-1958; Deputado Estadual, PSD, 1959-1962; Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Presidente da ALEP em 1964, 1965 e 1966; Governador do Paraná substituto de Ney Braga em 1965; Secretário do Trabalho e Assistência Social; Juíz do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR); Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) em 1967, 1988-1989 <sup>154</sup> ; |
| Ivan Santos Ruppel?? Ver Nicolas  |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.583-584; IPARDES, 1987, TRE-PR, OLIVEIRA, 2012, p.190-191; KAMINSKI, 2013, p.141  |

<sup>152</sup> [http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122815&tipo=0](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122815&tipo=0)

<sup>153</sup> [http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122631&tipo=0](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122631&tipo=0)

<sup>154</sup> <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/historia-do-tribunal/5> "História do Tribunal"

|  |
|--|
| Nome Completo: João Mansur   |
| Local de Nascimento/ano: Irati, PR, 1923   |
| Filiação/Familiares na Política: Abib Mansur e Nazle Kfuri Mansur Washington Mansur?? Vereador em Curitiba   |
| Formação:  |
| Ocupação: Diretor de empresas  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional/ Centro   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Irati, 1955-1958 <sup>155</sup> ; Deputado Estadual, PSD, 1959-1962; Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Presidente da ALEP, 1967; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Presidente da ALEP, 1973-1974; Governador do Paraná, ARENA, 1974; Deputado Estadual, ARENA, 1978-1982; Presidente da ALEP, 1981-1982 <sup>156</sup> |

Referências: NICOLAS, 1984, p.657; IPARDES, 1987; TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Nilson Batista Ribas   |
| Local de Nascimento/ano: Palmas, PR, 1912   |
| Filiação/Familiares na Política: Rutílio de Sá Ribas e Júlia Baptista Ribas. José Lourenço de Sá Ribas, deputado provincial, 1854; Manoel Ferreira Ribas, interventor, Pretextado Tabora Ribas, primeiro presidente do BANESTADO. Família Histórica desde o início do século XVIII.   |
| Formação: Medicina  |
| Ocupação: Médico em Cornélio Procópio   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Cornélio Procópio, PR, (Coligação PTB-UDN-PR), 1948-1950; Deputado Estadual, Partido Republicano, 1951-1954; Deputado Estadual, PR, 1955-1958; Presidente da ALEP, 1958; Secretário dos Negócios de Educação e Cultura, 1955-1956; Deputado Estadual, PR, 1959-1962; Deputado Estadual, PDC, 1963. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.560; TRE-PR; IPARDES, 1987, OLIVEIRA,2000, p.395

|  |
|--|
| Nome Completo: João Antônio Braga Côrtes   |
| Local de Nascimento/ano: Lapa, PR, 1919  |
| Filiação/Familiares na Política: Napoleão Côrtes, descendente de um dos primeiros povoadores de Paranagá e Maria Braga Côrtes. Irmão: Caetano Braga Côrtes, presidente do Banestado. Primo: Ney Braga, Prefeito de Curitiba, 1955-1958; Deputado Federal, PDC, Governador do Paraná, PDC, 1961-1965; Ministro da Agricultura, Senador, ARENA, Ministro da Educação, Governador do Paraná, 1979-1982. Irmão: Fabiano Braga Côrtes, vereador em Curitiba entre 1964 e 1966, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982 <sup>157</sup> ; Deputado Federal, PDS, 1983-1986 <sup>158</sup> . Filha: Julieta Maria Braga Côrtes Fialho dos |

<sup>155</sup> [http://www.irati.pr.gov.br/internas.php?url=tur\\_santa](http://www.irati.pr.gov.br/internas.php?url=tur_santa) "Nossa Senhora das Graças"

<sup>156</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/98-joao-mansur](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/98-joao-mansur) "Perfil"

<sup>157</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/105-fabiano-braga-cortes](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/105-fabiano-braga-cortes) e IPARDES, 1987

<sup>158</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123138&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123138&tipo=0)

|  |
|--|
| Reis, vereadora em Curitiba eleita em 1996, reeleita em 2000, 2004, 2008 e 2012, exercendo o mandato pelo Partido Democratas (DEM) <sup>159</sup> . Sobrinho: Felipe Braga Côrtes, filho de Fabiano Braga Côrtes, Vereador em Curitiba eleito em 2000, reeleito em 2004, 2008 e 2012, exercendo o seu quarto mandato pelo PSDB <sup>160</sup> , Diretor da COHAB. Família presente nos altos postos da política paranaense desde o século XIX. |
| Formação: Contabilidade e Finanças   |
| Ocupação: Bancário e Funcionário Público   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PDC, 1963-1966.  |

Referências: NICOLAS, 1984, p.616, IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2012, p.188; OLIVEIRA, 2000, p.387

|   |
|---|
| Nome Completo: Armando Queiroz de Moraes  |
| Local de Nascimento/ano: Varadouro, SP, 1919  |
| Filiação/Familiars na Política: Fausto Queiroz de Moraes e Cora Silveira de Moraes  |
| Formação: Direito, Niterói, RJ  |
| Ocupação: Fazendeiro e Advogado em Campo Mourão, PR   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Presidente da ALEP em 1969, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974, Presidente do Tribunal de Contas do Estado em 1985 <sup>161</sup> |

Referências: NICOLAS, 1984, p.611, IPARDES, 1987; COSTA, 1995, p.587

|   |
|---|
| Nome Completo: Iosio Antônio Ueno   |
| Local de Nascimento/ano: Cambará, PR, 1923  |
| Filiação/Familiars na Política: Yoneso Ueno e Kikue Ueno  |
| Formação: Ciências Econômicas e Direito   |
| Ocupação:   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Membro da Junta Administrativa do IBC (Instituto Brasileiro de Café); Vereador em Assaí, PR, PSD, PST, PR, PSP, PDC, 1956-1959; Vereador em Assaí, PR, PSD-PDC, 1960-1963; Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Federal, ARENA, 1966-1970; Deputado Federal, ARENA, 1971-1974; Deputado Federal, ARENA, 1975-1978; Deputado Federal, ARENA, 1979-1982; Deputado Federal, PDS, 1983-1986; Deputado Federal (Constituinte), PFL, 1987-1991; Deputado Federal, PFL, 1991-1995, Deputado Federal, PFL, 1995-1999 <sup>162</sup> . |

Referências: NICOLAS, 1984, p.616; TRE-PR; IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Benedito Pinto Dias  |
| Local de Nascimento/ano: Avaré, SP, 1927  |
| Filiação/Familiars na Política: José Pinto Dias e Maria Conceição Dias.??? Nelson Pinto Dias, vereador, Paranaíba, PDS, 1983-1986; PFL, 1988, PFL, 2000 |
| Formação:   |

<sup>159</sup> [http://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=19](http://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=19) e <http://www.julietareis.com.br/Vida-Politica/curriculum.html>

<sup>160</sup> <http://www.felipebragacortes.com.br/biografia-politica.php> "Biografia Política".

<sup>161</sup> <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/historia-do-tribunal/5>

<sup>162</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=101110&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=101110&tipo=0)

|  |
|--|
| Ocupação: Comerciante e Agricultor <sup>163</sup>  |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Paranavaí, PR, PDC, 1961-1962; Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Prefeito de Paranavaí, ARENA, 1973-1976; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982, Prefeito de Paranavaí, PMDB, 1983-1986. |

Referências: NICOLAS, 1984, p.612-613; IPARDES, 1987; TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Arnaldo Faivro Busato   |
| Local de Nascimento/ano: Jaú, SP, 1934   |
| Filiação/Familiares na Política: João Busato e Thereza Busato. Genro de Antônio Annibelli, Prefeito de Clevelândia (1944); Deputado Estadual (PTB), 1951-1954. Presidente da Assembleia Legislativa (1952); Deputado Estadual (PTB), 1955-1958 Governador Interino (1955); Presidente da Assembleia Legislativa <sup>164</sup> (1955); Deputado Estadual (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966; Deputado Federal (MDB), 1967-1970; Deputado Federal (MDB). Suplente (1973-1975). Parentesco com Manoel Lustosa Martins, ex-prefeito e ex-vereador em Clevelândia, latifundiário. |
| Formação: Medicina, PR   |
| Ocupação: Médico em Clevelândia, PR  |
| Reduto Eleitoral: Sudoeste/ Centro   |
| Cargos Ocupados: Secretário de Saúde Pública do Paraná, Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Secretário de Estado da Saúde, 1968-1970; Deputado Federal, ARENA, 1971-1974; Deputado Federal, ARENA, 1975-1978; Deputado Federal, ARENA, 1979-1982.  |

Referências: NICOLAS, 1984, p.612; IPARDES, 1987; COSTA, 1995, p.446; OLIVEIRA, 2012, p.170

|  |
|--|
| Nome Completo: Odilon Túlio Vargas   |
| Local de Nascimento/ano: Piraí do Sul, PR, 1929  |
| Filiação/Familiares na Política: Rivadávia Barbosa Vargas e Dalila Rolim Vargas. Pai: Deputado Estadual, UDN, 1947-1950; Deputado Estadual, UDN, 1951-1954. Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado, 1953 <sup>165</sup>               |
| Formação: Direito, PR  |
| Ocupação: Jornalista e Escritor  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Federal, ARENA, 1971-1974, Deputado Federal, ARENA, 1975-1978, Procurador do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) desde 1980 <sup>166</sup> |

Referências: NICOLAS, 1984, p.622; IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Agostinho José Rodrigues     |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1915 |

<sup>163</sup> <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/cidades/local/36741-tributo-a-um-homem-de-conquistas#.VLbekitzR0o>

<sup>164</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes)

<sup>165</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/294-rivadavia-barbosa-vargas](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/294-rivadavia-barbosa-vargas)

<sup>166</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122828&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122828&tipo=0)

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Manoel Rodrigues e Anna Rodrigues   |
| Formação: Secundário   |
| Ocupação: Veterano da 2º Guerra Mundial  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PDC, 1959-1962; Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Federal, ARENA, 1967-1970; Deputado Federal, ARENA, 1971-1974; Deputado Federal, ARENA, 1975-1978. |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.583, IPARDES, 1987   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Renato Loures Bueno   |
| Local de Nascimento/ano: Palmas, PR, 1925  |
| Filiação/Familiares na Política: Anísio Ribas Bueno e Aurora Loures Bueno. Cunhado de Amaury de Oliveira e Silva, Deputado Estadual, PR, 1955-1958; Deputado Estadual, PTB, 1959-1962; Senador, PTB, 1963; Ministro do Trabalho cassado, PTB, 1963-1964. Neto de João Alves da Rocha Loures, desembargador, este, irmão de Josino Alves da Rocha Loures, deputado federal. Família presente na política paranaense desde meados do século XVIII. |
| Formação: Medicina   |
| Ocupação: Médico e Vice-presidente da Associação Rural do Paraná   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social em Cascavel, PR, 1976; Vereador em Londrina, PSD-PR; 1956-1958; Deputado Estadual, PR, 1959-1962; Deputado Estadual, PDC, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; Deputado Federal, PMDB, 1987-1990, Ministro substituto, Tribunal de Contas do Paraná, 1968 <sup>167</sup> ;   |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.593-594; IPARDES, 1987; PIERUCCINI, 1995, p.186, OLIVEIRA, 2000, p.396   |

|   |
|---|
| Nome Completo: José Affonso   |
| Local de Nascimento/ano: Jacarezinho, PR, 1922  |
| Filiação/Familiares na Política: João Affonso e Brasilina Menguni Affonso<br>Filho: José Affonso Júnior, deputado estadual, PMDB <sup>168</sup> |
| Formação: Secundário  |
| Ocupação: Comerciante e criador de gado, integrante da Associação Comercial de Santo Antônio da Platina   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PDC, 1963-1966  |
| Referências: NICOLAS, 1984, p.618, IPARDES, 1987  |

<sup>167</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123299&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123299&tipo=0)

<sup>168</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/406-jose-afonso-junior>



## APÊNDICE 5- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO PR-PRP-PTN-PSP-MTR- ELEIÇÕES DE 1962

|   |
|---|
| Nome Completo: Aníbal Khury   |
| Local de Nascimento/ano: União da Vitória, PR, 1924   |
| Filiação/Famíliares na Política: Salomão Khury e Nádia Kassab Khury. Casamento com Níva Sabóia, de família política no Vale do Iguaçu e Rio Negro. Filhos: Ricardo Cury, funcionário da ALEP, Aníbal Khury Júnior, funcionário do TCE, Ricardo Sabóia Khury, Diretor do BANESTADO. Irmão: Jorge Cury, Vereador, União da Vitória, Paraná, PTN-UDN, 1960-1963; Deputado Federal, 1963-1967, UDN; Deputado Federal, 1967-1968, ARENA. Mandato Cassado pelo AI-5.  |
| Formação:   |
| Ocupação: Comerciante   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional/ Centro  |
| Cargos Ocupados: Vereador, União da Vitória, PR, UDN-PR, 1948-1951; Deputado Estadual, UDN, 1954-1958; Deputado Estadual, UDN, 1959-1962; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970. Mandato Cassado pelo AI-5; Nos mandatos de 1954 a 1966 foi eleito 14 vezes 1º Secretário da Comissão Executiva da ALEP <sup>169</sup> . Deputado Estadual, PMDB, 1983-1986; Deputado Estadual, PMDB, 1987-1990; Deputado Estadual, PTB, 1991-1994; Deputado Estadual, PTB, 1995-1998; Deputado Estadual, PTB, 1999. Presidente da Assembleia Legislativa em 1989, 1990, 1991, 1992, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999 <sup>170</sup> . Neto: Alexandre Maranhão Cury, vereador em Curitiba, PFL e deputado estadual pelo PMDB desde 2002. |
| Referências: NICOLAS, 1984, IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2012, p.121, HELLER, 1988  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Paulo Afonso Alves de Camargo   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1915  |
| Filiação/Famíliares na Política: Affonso Alves de Camargo e Etelvina Rebello de Camargo. Pai: Governador do Paraná de 1916 a 1920 e 1928 a 1930, deposto pela Revolução de 1930 <sup>171</sup> . Sobrinho: Affonso Camargo Neto, Vice Governador do Paraná em 1964 e 1965, Deputado Federal, senador <sup>172</sup> e Ministro dos Transportes. Tio: Marins Alves Camargo, Senador. Mario Afonso Alves de Camargo, vereador em Curitiba, Partido Republicano, 1952-1955; Prefeito Interino de Curitiba (1952) <sup>173</sup> , Presidente da Câmara Municipal. Família Histórica estabelecida na política paranaense desde o início do século XIX. |
| Formação: Medicina, PR   |
| Ocupação: Médico da Rede de Viação Paraná- Santa Catarina, Professor Universitário   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |

<sup>169</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/os\\_deputados/conheca\\_os\\_deputados/perfil/109-anibal-khury](http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/109-anibal-khury)

<sup>170</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes)

<sup>171</sup> <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>

<sup>172</sup> <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=108>

<sup>173</sup> <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>

Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PR, 1955-1958; Deputado Estadual, PR, 1959-1962; Deputado Estadual, PR, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Presidente da ALEP em 1975 e 1976<sup>174</sup>; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982.

Referências: NICOLAS, 1984, p. 561-562; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2000, p.387, 445-446

|   |
|---|
| Nome Completo: Edgard Távora  |
| Local de Nascimento/ano: São Mateus do Sul, PR, 1917                  |
| Filiação/Familiars na Política: Maurício Távora e Maria da Luz Távora |
| Formação: Direito   |
| Ocupação: Professor de Direito e Procurador                           |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional                                  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PRP, 1963-1966                    |

Referências: NICOLAS, 1984, p.613-614; IPARDES, 1987;

|  |
|--|
| Nome Completo: Igo Iwant Losso   |
| Local de Nascimento/ano: Irati, PR, 1936   |
| Filiação/Familiars na Política: Luiz Losso e Maria Cavalin Losso. Irmão: Ezequias Losso, vereador em Curitiba, ARENA, 1969-1972; 1973-1975; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978, 1979-1982; PDS, 1983-1986; PFL, 1987-1990. Santiago Losso?? Vereador em Curitiba; Carlos de Vince Losso?? Vereador em Curitiba, Frente Rural Trabalhista, 1964-1967 |
| Formação: Direito. PR, 1960  |
| Ocupação: Advogado   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Curitiba, Partido Republicano Trabalhista, 1960-1963; Deputado Estadual, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Federal, ARENA, 1975-1978; Deputado Federal, ARENA, 1979-1982  |

Referências: NICOLAS, 1984, p.615; IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Amadeu Puppi   |
| Local de Nascimento/ano: Campo Largo, PR, 1916  |
| Filiação/Familiars na Política: José Puppi e Cecília Puppi. Família Política de Campo Largo <sup>175</sup>  |
| Formação: Medicina  |
| Ocupação: Médico  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Vereador, Ponta Grossa, Paraná, PRP, 1948-1950; Deputado Estadual, PRP, 1951-1954; Deputado Estadual, UDN, 1955-1958; Deputado Estadual, PRP, 1959-1962; Deputado Estadual, PRP, 1963-1966; Suplente de Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Vice-Prefeito, Ponta Grossa, ARENA, 1973-1976. Prefeito substituto. |

<sup>174</sup> [http://www.alep.pr.gov.br/a\\_assembleia/galeria\\_de\\_presidentes](http://www.alep.pr.gov.br/a_assembleia/galeria_de_presidentes)

<sup>175</sup> <http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/200923/?noticia=PODER+E+ESTRUTURAS+DE+PARENTESCO+E+M+CAMPO+LARGO+1871+2004>

Referências: NICOLAS, 1984, p.539; IPARDES, 1987;

|  |
|--|
| Nome Completo: Olívio Belich   |
| Local de Nascimento/ano: Porto Amazonas, PR, 1920.   |
| Filiação/Famíliares na Política: Merchid Belich e Octacília Andrade Belich. Casamento com Zoe Canella Ribas Belich <sup>176</sup> . Julieta Cassou Belich??. Vereadora em Porto Amazonas, PR, UDN-PSP, 1947-1950; Jorge Cassou Belich?? Vereador em Porto Amazonas, PR, Coligação PSP-PSD-PR, 1951-1954; Vereador em Porto Amazonas, PR, PTB, 1960-1963; Vereador em Porto Amazonas, PR, PTN, 1963-1966; Jorge Cassou Belich é avô de Sérgio Belich, Vereador em Palmeira, PR, PFL, 2001-2004; 2005-2008; 2009-2012; 2012-2014.. |
| Formação: Primário   |
| Ocupação: Juíz de Paz  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Porto Amazonas, PR, Coligação PSP-PSD-PR, 1951-1954; Prefeito de Porto Amazonas, PSD, 1956-1959; Vereador em Porto Amazonas, PR, PSD, 1960-1963; Deputado Estadual, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1966-1970;   |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR;

<sup>176</sup> <http://www.ctaoliviobelich.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

## APÊNDICE 6- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS - ARENA- ELEIÇÕES DE 1966

### DEPUTADOS FEDERAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: João Paulino Vieira Filho  |
| Local de Nascimento/ano:  |
| Filiação/Familiares na Política:  |
| Formação: Direito   |
| Ocupação: Advogado, Promotor e Pecuarista   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Maringá, PSD, 1961-1964, Deputado Federal, ARENA, 1967-1970, Prefeito de Maringá, ARENA, 1977-1982 |
| Referências: IPARDES, 1987; TRE- PR   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Zacharias Emiliano Seleme- VER ANEXO 1 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: Alberto Franco Ferreira da Costa   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1917   |
| Filiação/Familiares na Política: Lysimaco Ferreira da Costa (Intelectual Positivista. Secretário da Fazenda 1928-1930) e Esther Franco Ferreira da Costa. Irmãos: Antônio Ferreira da Costa, Secretário da Fazenda, Desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e Plínio Franco Ferreira da Costa, Diretor: DER, 1947-1951, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE de 1951 à 1955; Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER de 1955 a 1958. Secretário de Estado da Fazenda de 1958 à 1960 <sup>177</sup> . Diretor da Rede Ferroviária Federal, Rio de Janeiro, 1960-1962; Deputado federal (PSD), 1963-1966. Filiação à ARENA. Presidente da TELEPAR (1971-1972). Pró-reitor administrativo, UFPR, 1974-1980 |
| Formação: Engenharia Civil. Formou-se no curso de formação da Escola Superior de Guerra, RJ, 1973   |
| Ocupação: Engenheiro Civil  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Chefe de Gabinete, Presidência da Petrobrás; Deputado federal, ARENA, 1967-1971 Deputado Federal, ARENA , 1971-1975.   |
| Referências: NICOLAS, 1977, IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>178</sup>  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Haroldo Leon Peres- VER ANEXO 1 |
|--|

|  |
|--|
| Nome Completo: Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho- VER ANEXO 4 |
|--|

|  |
|--|
| Nome Completo: Cid Rocha                         |
| Local de Nascimento/ano: Foz do Iguaçu, PR, 1911 |

<sup>177</sup> <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=105>

<sup>178</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122609&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122609&tipo=0)

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Capitão Francisco de Oliveira Rocha e Paulina Fernandes da Rocha  |
| Formação: Engenharia Agrônoma  |
| Ocupação: Engenheiro Agrônomo  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Chefe da Penitenciária do Ahú, Curitiba, Assessor Técnico da Secretaria de Agricultura, Secretário da Agricultura, Governo Paulo Pimentel |
| Referências: IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.259.  |

Nome Completo: Emílio Hoffman Gomes- VER ANEXO 4

|  |
|--|
| Nome Completo: Alípio Ayres de Carvalho  |
| Local de Nascimento/ano: Carolina, MA, 1916  |
| Filiação/Familiares na Política: Odolfo Ayres de Medeiros e Adah Ayres de Carvalho   |
| Formação: Engenharia Civil   |
| Ocupação: Engenheiro Civil e Militar (Escola Militar do Realengo, 1936)  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Presidente, Comissão das Comissões de Transportes Coletivos, 1952 - 1957; e de Planejamento Urbanístico, 1955 - 1957, de Curitiba, PR e de Planejamento Econômico do Governo do Paraná, 1955-1960; Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, 1961-1965; Vice-Governador do Paraná, ARENA, 1965-1966, Deputado Federal, ARENA, 1967-1971, Deputado Federal, ARENA, 1971-1975, Deputado Federal, ARENA, 1975-1979, Deputado Federal, ARENA, 1979-1983. |

Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>179</sup>

Nome Completo: Jorge Khury- VER ANEXO 1

Nome Completo: Iosio Antônio Ueno- VER ANEXO 4

Nome Completo: Hermes Faria Macedo- VER ANEXO 1

Nome Completo: Moacyr Júlio Silvestre- VER ANEXO 3

Nome Completo: José Justino Filgueiras Alves Pereira- VER ANEXO 1

Nome Completo: Agostinho José Rodrigues- VER ANEXO 4

Nome Completo: Minoru Miyamoto- VER ANEXO 4

Nome Completo: Lyrio Bertoli- VER ANEXO 2

<sup>179</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122862&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122862&tipo=0)

|   |
|---|
| Nome Completo: Mário Braga Ramos- VER ANEXO 1 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: Kalil Maia Neto- VER ANEXO 3 |
|---|

|                                 |
|---------------------------------|
| Nome Completo: Hênio Romagnolli |
|---------------------------------|

|                          |
|--------------------------|
| Local de Nascimento/ano: |
|--------------------------|

|                                  |
|----------------------------------|
| Filiação/Familiares na Política: |
|----------------------------------|

|           |
|-----------|
| Formação: |
|-----------|

|           |
|-----------|
| Ocupação: |
|-----------|

|                         |
|-------------------------|
| Reduto Eleitoral: Norte |
|-------------------------|

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Prefeito de Umuarama, PTN-PTB, 1961-1965, Deputado Federal (ARENA), 1967-1970, Prefeito de Umuarama, ARENA, 1973-1976, |
|---|

Referências: IPARDES, 1987; TRE-PR

|                                      |
|--------------------------------------|
| Nome Completo: José Carlos Leprevost |
|--------------------------------------|

|   |
|---|
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1940 |
|---|

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Ney Leprevost e Stella Surugi Leprevost. Pai: Prefeito de Curitiba, 1948 <sup>180</sup> , Procurador do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Procurador-Geral do Estado. Ney Leprevost Neto, Deputado Estadual |
|--|

|   |
|---|
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná, 1962 |
|---|

|                    |
|--------------------|
| Ocupação: Advogado |
|--------------------|

|                                      |
|--------------------------------------|
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional |
|--------------------------------------|

|  |
|--|
| Cargos Ocupados: Assistente Técnico da Presidência do Tribunal de Contas do Paraná; Chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura do Paraná. Oficial de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça do estado do Paraná; Deputado Federal (ARENA), 1967-1970, Deputado Federal (ARENA), 1971-1974, |
|--|

Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2012, p.236

## DEPUTADOS ESTADUAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: Arnaldo Faivro Busato- VER ANEXO 4 |
|---|

|  |
|--|
| Nome Completo: Aníbal Khury- VER ANEXO 5 |
|--|

|  |
|--|
| Nome Completo: Luiz Carlos Coutinho Cruz |
|--|

|  |
|--|
| Local de Nascimento/ano: Avaré, SP, 1934 |
|--|

|  |
|--|
| Filiação/Familiares na Política: Luiz Carlos Cruz e Lygia Coutinho Bastos Cruz |
|--|

|                   |
|-------------------|
| Formação: Direito |
|-------------------|

|                    |
|--------------------|
| Ocupação: Advogado |
|--------------------|

|                         |
|-------------------------|
| Reduto Eleitoral: Norte |
|-------------------------|

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Assessor Técnico da Secretaria de Agricultura, comandada por Paulo Cruz Pimentel; Diretor-Superintendente da CAFE do Paraná, chefe de gabinete |
|---|

<sup>180</sup> <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>

|                               |
|-------------------------------|
| do governador Paulo Pimentel. |
|-------------------------------|

Referências: NICOLAS, 1984, p.651, IPARDES, 1987;

|   |
|---|
| Nome Completo: João de Mattos Leão- VER ANEXO 4 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: João Mansur- VER ANEXO 4 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: Odilon Túlio Vargas- VER ANEXO 4 |
|---|

|                                |
|--------------------------------|
| Nome Completo: Roberto Galvani |
|--------------------------------|

|   |
|---|
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1935 |
|---|

|  |
|--|
| Filiação/ Familiares na política: César Galvani e Lucrécia Galvani |
|--|

|  |
|--|
| Formação: Engenharia Civil, UFPR, 1957 |
|--|

|                            |
|----------------------------|
| Ocupação: Engenheiro Civil |
|----------------------------|

|                                      |
|--------------------------------------|
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional |
|--------------------------------------|

|  |
|--|
| Cargos Ocupados: Diretor-Geral do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná, 1965, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Deputado Federal, ARENA, 1975-1978; Deputado Federal, PDS, 1983-1986. |
|--|

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>181</sup>

|                               |
|-------------------------------|
| Nome Completo: Ivo Thomazzoni |
|-------------------------------|

|  |
|--|
| Local de Nascimento/ano: Joaçaba, SC, 1931 |
|--|

|  |
|--|
| Filiação/ Familiares na política: Alduino Thomazzoni e Ermelinda Thomazzoni, |
|--|

|           |
|-----------|
| Formação: |
|-----------|

|                      |
|----------------------|
| Ocupação: Radialista |
|----------------------|

|                            |
|----------------------------|
| Reduto Eleitoral: Sudoeste |
|----------------------------|

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Prefeito de Pato Branco, UDN, 1961-1964; Diretor do Departamento de Trabalho, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970. Vice- Prefeito de Pato Branco, ARENA, 1973-1974, Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; Juiz do TCE-PR, |
|---|

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; TRE-PR, ALEP<sup>182</sup>, ALMEIDA, 1968, p.298

|                                     |
|-------------------------------------|
| Nome Completo: Fabiano Braga Côrtes |
|-------------------------------------|

|   |
|---|
| Local de Nascimento/ano: Lapa, PR, 1933 |
|---|

|   |
|---|
| Filiação/ Familiares na política: Napoleão Côrtes e Maria Braga Côrtes. Primo do Governador do Paraná Ney Braga. Primo de Mário Braga Ramos, Deputado Federal. Primo de Caetano Braga Côrtes, presidente do BANESTADO. Família Histórica na classe dominante paranaense desde meados do século XIX. |
|---|

|  |
|--|
| Formação: Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito de Curitiba, 1959 |
|--|

|                                 |
|---------------------------------|
| Ocupação: Advogado e Procurador |
|---------------------------------|

<sup>181</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123020&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123020&tipo=0)

<sup>182</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/104-ivo-thomazzoni>

|  |
|--|
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Curitiba, PDC, 1964-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; |
| Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, , 2000, p.386-387; OLIVEIRA, 2012, p.226, ALEP <sup>183</sup>   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Wilson Figueiredo Fortes  |
| Local de Nascimento/ano: Jacarezinho, PR, 1935   |
| Filiação/ Familiares na política: Cândido Berthier Fortes e Dácia Figueiredo Fortes  |
| Formação: Agronomia, Universidade Federal do Paraná  |
| Ocupação: Agricultor   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974. Presidente da ALEP, 1971-1972, Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; Deputado Estadual, PDS, 1983-1986; |
| Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; ALEP <sup>184</sup>   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Armando Queiroz de Moraes- VER ANEXO 4 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: David Federmann  |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1922   |
| Filiação/ Familiares na política: Leão Federmann e Pacha Federmann  |
| Formação: Medicina, Universidade Federal do Paraná  |
| Ocupação: Médico  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional  |
| Cargos Ocupados: Vereador, Ponta Grossa, PR, UDN, 1952-1955; Vereador, Ponta Grossa, PR, UDN, 1963-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; |
| Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA 1968, p.122  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Paulo Poli- VER ANEXO 1 |
|--|

|  |
|--|
| Nome Completo: Arthur Gotuzzo de Souza   |
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, 1922  |
| Filiação/ Familiares na política: Arthur dos Santos de Souza e Diva Gotuzzo de Souza   |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná, 1952  |
| Ocupação: Radialista   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, PSP, 1955-1958; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974 |
| Referências: NICOLAS,1984; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.289   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Benedito Pinto Dias- VER ANEXO 4 |
|---|

<sup>183</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/105-fabiano-braga-cortes>

<sup>184</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/102-wilson-fortes>



|   |
|---|
| Nome Completo: Gabriel Manoel   |
| Local de Nascimento/ano: Piraí do Sul, PR, 1923   |
| Filiação/ Familiares na política: João Manoel e Helena Manoel.<br>Miled Manoel, Prefeito de Joaquim Távora, ARENA, 1977-1980  |
| Formação: Secundário  |
| Ocupação:   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Joaquim Távora, PR, PSD, 1952-1955; Vereador em Joaquim Távora, PR, PSD, 1956-1959; Prefeito de Joaquim Távora, PR, PTB, 1960-1963; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; Deputado Estadual, PDS, 1983-1986; |

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987

|   |
|---|
| Nome Completo: Jorge Miguel Nassar- VER ANEXO 3 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: Olavo Garcia Ferreira da Silva   |
| Local de Nascimento/ano: Santos, SP, 1921   |
| Filiação/ Familiares na política: Waldomiro Ferreira da Silva e Esbelta Ferreira da Silva   |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná, 1954                                     |
| Ocupação: Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina                       |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Londrina, PSD, 1960-1963, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.286.

|  |
|--|
| Nome Completo: Francisco Escorsin- VER ANEXO 1 |
|--|

|  |
|--|
| Nome Completo: João Leopoldo Jacomel   |
| Local de Nascimento/ano: Piraquara, PR, 1911   |
| Filiação/ Familiares na política: Mathias Jacomel e Maria Zeni Jacomel. Lírio Jacomel, Prefeito de Piraquara, UDN, 1964-1968.  |
| Formação:  |
| Ocupação:  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Piraquara, UDN, 1956-1959, Vereador em Piraquara, UDN, 1964-1967, Superintendente da CAFÉ do Paraná, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1974-1977. |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.154

|  |
|--|
| Nome Completo: Erondy Silvério   |
| Local de Nascimento/ano: Guarapuava, PR, 1923.   |
| Filiação/ Familiares na política: Edmundo Silvério e Iolanda Almeida.  |
| Formação: Economia   |
| Ocupação: Presidente do Sindicato de Consultores Autônomos de veículos rodoviários do Paraná. Empresário do Transporte Público de Curitiba |

|  |
|--|
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Diretor do DETRAN, Vereador em Curitiba, PSD, 1956-1959, Vereador em Curitiba, PSD, 1960-1963; Vereador em Curitiba, PSD, 1964-1966, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982; |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALEP<sup>185</sup>

|  |
|--|
| Nome Completo: Constantino João Kotzias  |
| Local de Nascimento/ano: Florianópolis, SC, 1924   |
| Filiação/ Familiares na política: João Demetrio Kotzias e Cristina Kotzias   |
| Formação: Ensino Médio   |
| Ocupação: Comerciante  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Paranaguá, PTB, 1960-1963; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1968; Prefeito de Paranaguá, ARENA, 1969. Cassado pelo AI-5. Vereador em Paranaguá, PSC, 1989-1992. |

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968 p.161; HELLER, 1988; TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Olívio Belich- VER ANEXO 5 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: Jorge Sato   |
| Local de Nascimento/ano: Lins, SP, 1926   |
| Filiação/ Familiares na política: Ziro Sato e Hina Sato. Dirceu Sato? Vereador em Maringá, PFL, 1989-1992.  |
| Formação: Medicina, Universidade Federal do Paraná, 1952  |
| Ocupação: Médico  |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Maringá, UDN, 1957-1960, Vereador em Maringá, UDN, 1961-1964; Deputado Estadual, ARENA, 1966-1970; Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, ARENA, 1975-1978; |

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.274, TRE-PR

|   |
|---|
| Nome Completo: Abrahão Miguel   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, 1928   |
| Filiação/ Familiares na política: Miguel Abrahão Jamile Elias Hakin   |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná, 1955   |
| Ocupação: Advogado  |
| Reduto Eleitoral:   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Astorga, PSD, 1965-1966; Deputado Estadual, ARENA, 1966-1970; Líder do Governo na ALEP, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e Corregedor Geral da Justiça do Paraná (1985-1986) e presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (1989/1990) |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.205, TJ-PR<sup>186</sup>

<sup>185</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/99-erondy-silverio>

|   |
|---|
| Nome Completo: Paulo Afonso Alves de Camargo- VER ANEXO 5 |
|---|

|   |
|---|
| Nome Completo: Igo Iwant Losso- VER ANEXO 5 |
|---|

|  |
|--|
| Nome Completo: Luiz Renato Malucelli   |
| Local de Nascimento/ano: Morretes, PR, 1937  |
| Filiação/ Familiares na política: Luiz Malucelli e Jandira B. Malucelli. José Luiz Malucelli, Vereador em Morretes, 1964-1968. Família Política  |
| Formação: Contabilidade e Direito  |
| Ocupação: Empresário   |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Assessor do governador Ney Braga, Técnico em Planejamento na Secretaria de Viação e Obras Públicas Governo Paulo Pimentel, Suplente de Vereador em Curitiba, PL, 1963, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Procurador do Estado do Paraná <sup>187</sup> |

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.191.

|  |
|--|
| Nome Completo: Aginaldo Pereira Lima   |
| Local de Nascimento/ano: Tomazina, PR, 1937  |
| Filiação/ Familiares na política: José Lima e Maria Bernardina Pereira   |
| Formação: Ensino Médio   |
| Ocupação: Agricultor   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Siqueira Campos, PR, pelo PSP, 1956-1959; Vereador em Siqueira Campos, PR, pelo PDC, 1960-1963; Prefeito de Siqueira Campos, PR, pelo PDC, 1964-1967; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982 |

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.170; TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Ovídio Luiz Franzoni  |
| Local de Nascimento/ano: Batatais, SP  |
| Filiação/ Familiares na política: Luiz Franzoni e Tereza Possa   |
| Formação: Medicina   |
| Ocupação: Médico   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Cianorte, Paraná, UDN, 1956-1960; Vereador em Cianorte, UDN, 1960-1963; Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.128

|   |
|---|
| Nome Completo: Renato Loures Bueno- VER ANEXO 4 |
|---|

<sup>186</sup> [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-abrahamo-miguel/397262/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_viewMode=print&\\_101\\_INSTANCE\\_V8xr\\_languageId=pt\\_BR](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-abrahamo-miguel/397262/pop_up?_101_INSTANCE_V8xr_viewMode=print&_101_INSTANCE_V8xr_languageId=pt_BR)

<sup>187</sup> <http://apep.org.br/home/procuradores-inativos/>

|   |
|---|
| Nome Completo: Mamédio Seme Scaff   |
| Local de Nascimento/ano: Botucatu, SP, 1943   |
| Filiação/ Familiares na política: Abdo Scaff e Adib Maluf Scaff.<br>Chaquib Scaff, Prefeito de Marilândia do Sul, ARENA, 1969-1972              |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná   |
| Ocupação: Tabelião em Araruna   |
| Reduto Eleitoral:   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Ararua, Paraná, PSD, 1960-1964; Vereador em Marilândia do Sul, PDC, 1965-1966, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970 |
| Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; TRE-PR   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Fuad Nacli   |
| Local de Nascimento/ano: Magdal Chemes, Síria, 1925   |
| Filiação/ Familiares na política: Jorge Nacli e Abujanmra Nacli.  |
| Formação:   |
| Ocupação: Agricultor  |
| Reduto Eleitoral:   |
| Cargos Ocupados: Assistente da SUPRA no Paraná, Vereador em Centenário do Sul, PTB, 1953-1956, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, Deputado Estadual, ARENA, 1971-1974; Deputado Estadual, 1975-1978; Deputado Estadual, ARENA, 1979-1982, Deputado Estadual, PDS, 1983-1986 |
| Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.212   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Haroldo Bianchi   |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba, PR, 1923  |
| Filiação/ Familiares na política: Guilherme Bianchi e Adelaide Bianchi   |
| Formação: Medicina, Universidade do Paraná   |
| Ocupação: Médico   |
| Reduto Eleitoral:  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Jacarezinho, PTB , 1960-1963, Vereador em Jacarezinho, PTB, 1963-1966; Vice-Prefeito de Jacarezinho, Deputado Estadual, ARENA, 1967-1970, |
| Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987;   |

|   |
|---|
| Nome Completo: Miran Pirih- VER ANEXO 3 |
|---|

|  |
|--|
| Nome Completo: Emílio Humberto Carazzai- VER ANEXO 2 |
|--|

|   |
|---|
| Nome Completo: Miguel Dinizo- VER ANEXO 3 |
|---|

## APÊNDICE 7- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS - MDB- ELEIÇÕES DE 1966

### DEPUTADOS FEDERAIS

|  |
|--|
| Nome Completo: Léo de Almeida Neves  |
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, 1932  |
| Filiação/Familiares na Política: Francisco Fay Neves e Noemia de Almeida Neves   |
| Formação: Direito, Universidade Federal do Paraná  |
| Ocupação: Advogado   |
| Reduto Eleitoral:  |
| Cargos Ocupados: Suplente de Deputado Estadual, PTB, Diretor da CREAMI- Sul do Banco do Brasil, Deputado Federal, MDB, 1967-1969. Mandato Cassado pelo AI-5. Deputado Federal, PMDB, 1985-1986 |
| Referências: NICOLAS, 1977; IPARDES, 1987; CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>188</sup> ; HELLER, 1988  |

Nome Completo: Renato Celidônio- VER ANEXO 3

Nome Completo: José Richa- VER ANEXO 4

Nome Completo: Fernando da Gama e Souza- VER ANEXO 3

Nome Completo: Antônio Annibelli- VER ANEXO 3

### DEPUTADOS ESTADUAIS

|   |
|---|
| Nome Completo: Jacintho Simões  |
| Local de Nascimento/ano: Freixianda, Portugal, 1932                       |
| Filiação/Familiares na Política: José Simões Pipa e Rosália Joaquina      |
| Formação: Direito   |
| Ocupação: Advogado em Pato Branco   |
| Reduto Eleitoral:   |
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, MDB, 1967-1969. Mandato Cassado, 1969 |
| Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; HELLER, 1988.                  |

|   |
|---|
| Nome Completo: José Alencar Furtado                     |
| Local de Nascimento/ano: Araripe, Ceará, 1952           |
| Filiação/Familiares na Política:                        |
| Formação: Direito, Faculdade de Direito do Ceará, 1952  |
| Ocupação: Advogado da Prefeitura Municipal de Paranaíba |
| Reduto Eleitoral:                                       |

<sup>188</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123228&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123228&tipo=0)

|   |
|---|
| Cargos Ocupados: Deputado Estadual, MDB, 1967-1970, Deputado Federal, MDB, 1971-1974, Deputado Federal, MDB, 1975-1977. Mandato Cassado em 1977, pelo AI-5. |
|---|

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; HELLER, 1988

|  |
|--|
| Nome Completo: Valmor Santos Giavarina   |
| Local de Nascimento/ano: Capinzal, SC, 1933  |
| Filiação/Familiares na Política: Octacília Bittencourt Giavarina e Ignácio Giavarina   |
| Formação: Odontologia, Universidade Federal do Paraná, 1956  |
| Ocupação: Professor e Radialista   |
| Reduto Eleitoral:  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Apucarana, PL, 1963-1966, Deputado Estadual, MDB, 1967-1970, Prefeito de Apucarana, ARENA, 1969-1972, Deputado Federal, PMDB, 1983-1987 |

Referências: NICOLAS, 1984; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.139, CÂMARA DOS DEPUTADOS<sup>189</sup>; TRE-PR

|  |
|--|
| Nome Completo: Silvio Barros   |
| Local de Nascimento/ano: Aiuruoca, MG, 1927  |
| Filiação/Familiares na Política: José Magalhães Barros e Olga Giffoni C. Barros. Filhos: Silvio Barros, Prefeito de Maringá; Ricardo Barros, Secretário da Indústria e Comércio, Prefeito de Maringá, Deputado Federal. Nora: Cida Borghetti Barros, Deputada Estadual, Deputada Federal e Vice-governadora do Paraná. Neta: Maria Victória Borghetti Barros, Deputada Estadual. |
| Formação: Ensino Médio   |
| Ocupação: Empresário   |
| Reduto Eleitoral:  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Maringá, PTB-PSP-PR, PRP, 1964-1967, Deputado Estadual, MDB, 1967-1970, Deputado Federal, MDB, 1971-1973, Prefeito de Maringá, MDB,   |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; OLIVEIRA, 2012, p.223.

|   |
|---|
| Nome Completo: Sinval Martins Araújo  |
| Local de Nascimento/ano: Clevelândia, PR, 1924  |
| Filiação/Familiares na Política: Piragibe Araújo e Jaci Martins de Araújo. Piragibe de Araújo foi Deputado Estadual, Secretário de Estado dos Negócios da Saúde, Prefeito de Clevelândia <sup>190</sup>   |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná   |
| Ocupação: Advogado  |
| Reduto Eleitoral:   |
| Cargos Ocupados: Prefeito de Clevelândia, PSP, PTB, UDN, 1952-1955, Diretor do Departamento de Fronteiras, governo Moysés Lupion, Prefeito de Clevelândia, PSD, 1960-1963, Deputado Estadual, MDB, 1967-1969, Secretário-geral do MDB, Mandato Cassado em 1969. |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.45

<sup>189</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123325&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123325&tipo=0)

<sup>190</sup> <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/566-piragibe-de-araujo>

|   |
|---|
| Nome Completo: Nelson Buffara   |
| Local de Nascimento/ano: Paranaguá, 1925  |
| Filiação/Familiares na Política: Cezário Buffara e Adel Zattar Buffara. Irmão: Miguel Buffara, Deputado Estadual (PTB), 1955-1958. Secretário Estadual do Trabalho (1956-1958). Deputado Federal (PTB), 1959-1962. Deputado Federal (PTB), 1963-1966. |
| Formação: Direito, Universidade do Paraná   |
| Ocupação: Comerciante de Café   |
| Reduto Eleitoral:   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Paranaguá (PTB), 1951-1963 (3 legislaturas). Deputado Estadual (MDB) de 1967 a 1982 (4 legislaturas consecutivas) e Deputado Estadual (PDS), 1983-1986.  |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.72.

|  |
|--|
| Nome Completo: Lázaro Servo  |
| Local de Nascimento/ano: Joaquim Távora, 1930  |
| Filiação/Familiares na Política: Belisário Mendes de Moraes e Carolina Mendes de Moraes. Filho: Nilton César Servo, Deputado Estadual, PTB.                  |
| Formação: Ensino Médio   |
| Ocupação: Comerciante  |
| Reduto Eleitoral:  |
| Cargos Ocupados: Vereador, Mandaguaçu, PSP-PSD, 1961-1964, Vereador, Mandaguaçu, PTB, 1965-1966, Deputado Estadual, MDB, 1967-1969. Mandato Cassado em 1969. |

Referências: NICOLAS, 1984; TRE-PR; IPARDES, 1987; ALMEIDA, 1968, p.282

|  |
|--|
| Nome Completo: Eurico Batista Rosas- VER ANEXO 3 |
|--|

## APÊNDICE 8- QUADROS SÓCIO BIOGRÁFICOS DOS SENADORES COM MANDATO NA DÉCADA DE 1960

|   |
|---|
| Nome Completo: Nelson Maculan   |
| Local de Nascimento/ano: Santana do Parnaíba (SP), 1915   |
| Filiação/ Familiares na política: Anselmo Maculan e Ada Maculan   |
| Formação: Ensino Médio  |
| Ocupação: Cafeicultor   |
| Reduto Eleitoral: Norte   |
| Cargos Ocupados: Vereador em Londrina, UDN, 1956- 1959, Presidente do IBC, 1963-1964. Senador, 1960-1967, Deputado Federal, MDB, 1975-1978. |
| Referências: NICOLAS, S/D; IPARDES, 1987; SENADO <sup>191</sup> , CÂMARA DOS DEPUTADOS <sup>192</sup>                                       |

|  |
|--|
| Nome Completo: Amaury de Oliveira e Silva  |
| Local de Nascimento/ano: Rio Negro (PR), 1924  |
| Filiação/ Familiares na política: Elpídio Caetano da Silva e de Juracy Maia de Oliveira e Silva. Elpídio Caetano da Silva <sup>193</sup> foi Prefeito de Mallet, Paraná. Casado com Circe Bueno e Silva, família tradicional, cunhado do deputado estadual Renato Loures Bueno |
| Formação: Direito  |
| Ocupação: Advogado   |
| Reduto Eleitoral: Norte  |
| Cargos Ocupados: Vereador em Londrina, Partido Republicano, Deputado Estadual, PR, 1954-1958; Deputado Estadual, PR, 1959-1962, Senador, 1963-1964, Ministro do Trabalho, 1963-1964. Mandato cassado pelo AI-1.  |
| Referências: NICOLAS, s/d; IPARDES, 1987; GRANATO, 2013.   |

|  |
|--|
| Nome Completo: Adolpho de Oliveira Franco  |
| Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa (PR), 1915   |
| Filiação/ Familiares na política: João de Oliveira Franco e Hilda Faro Oliveira Franco   |
| Formação: Direito  |
| Ocupação: Banqueiro e Professor  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Diretor da Caixa Econômica Federal, diretor do Banco Comercial do Paraná, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, diretor da Carteira de Crédito Rural e Industrial do Banco do Brasil, Governador do Paraná, UDN, 1955, Senador, UDN, 1963-1970 |
| Referências: NICOLAS, s/d; IPARDES, 1987; CASA CIVIL <sup>194</sup>  |

|  |
|--|
| Nome Completo: Rubens de Mello Braga         |
| Local de Nascimento/ano: Curitiba (PR), 1910 |

<sup>191</sup> [http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2138&li=41&lcab=1959-1963&lf=41](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2138&li=41&lcab=1959-1963&lf=41)

<sup>192</sup> [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122821&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122821&tipo=0)

<sup>193</sup> [http://www.mallet.pr.gov.br/Site\\_mallet/historiademallet.asp](http://www.mallet.pr.gov.br/Site_mallet/historiademallet.asp)

<sup>194</sup> CASA CIVIL: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=69>



|  |
|--|
| Filiação/ Familiares na política: José de Mello Braga e Maria José Brandão   |
| Formação: Ensino Médio   |
| Ocupação: Proprietário de imobiliária, comerciante, agricultor e dirigente sindical.   |
| Reduto Eleitoral:  |
| Cargos Ocupados: Deputado Federal, PTB, 1947-1950; Deputado Federal, PTB, 1951-1954. Licenciou-se para ocupar, no governo Bento Munhoz da Rocha Netto, a Secretaria de Governo, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria do Interior e Justiça. Delegado da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, 1957-1959; Delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, 1959-1962, suplente de Senador, ocupando a vaga de Amaury de Oliveira e Silva, que foi nomeado Ministro do Trabalho (junho 1963-março 1964). Senador, ocupando a vaga de Amaury de Oliveira e Silva, em decorrência da cassação de seu mandato. Filiação à ARENA. |

Referências: NICOLAS, s/d, p.42-43, IPARDES, 1987;

|  |
|--|
| Nome Completo: Ney Aminthas de Barros Braga  |
| Local de Nascimento/ano: Lapa (PR), 1917   |
| Filiação/ Familiares na política: Antônio Lacerda Braga e Semírames Barros Braga. Primo do Deputado Federal Mário Braga Ramos.. Primo de Fabiano Braga Côrtes, Deputado Estadual. Primo de Caetano Braga Côrtes, presidente do BANESTADO. Família Histórica na classe dominante paranaense desde meados do século XIX.   |
| Formação: Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia, Escola Militar do Realengo, 1937; Escola de Comando do Estado Maior do Exército, 1948   |
| Ocupação: Militar  |
| Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional   |
| Cargos Ocupados: Chefe de Polícia, 1952-1954; Prefeito de Curitiba, Paraná, PSP-PR, 1954-1958, Deputado Federal, PDC, 1959-1960; Governador do Paraná, PDC, 1961-1965; Ministro da Agricultura, governo Castelo Branco 1965-1966, Senador, ARENA, 1967-1974, Ministro da Educação, governo Ernesto Geisel, 1974-1975, Governador do Paraná (nomeado), ARENA, 1979-1982, Presidente da ITAIPU, 1985-1990. |

Referências: NICOLAS, s/d; IPARDES, 1987; TRE-PR, KUNHAVALIK, 2004b; OLIVEIRA, 2000.

**APÊNDICE 9: ELEIÇÕES PARA PREFEITO NOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA, LONDRINA, FOZ DO IGUAÇU, PONTA GROSSA, PARANAGUÁ, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, GUARAPUAVA, CASCAVEL E MARINGÁ (1947-1964).**

|                      |                                  |                                  |   |                                  |   |
|----------------------|----------------------------------|----------------------------------|---|----------------------------------|---|
| Cidade/<br>Ano       | 1947                             | 1951                             | 1954                                    | 1958                             | 1962  |
| Curitiba             | Nomeado pelo governador          | Nomeado pelo governador          | Ney Braga (PSP-PR)                      | Iberê de Mattos (PTB)            | Ivo Arzua (PDC)                                   |
| Cidade/<br>Ano       | 1947                             | 1951                             | 1955                                    | 1959                             | 1963  |
| Londrina             | Hugo Cabral (PL)                 | Milton Menezes (UDN)             | Antônio Fernandes Sobrinho (PSD/PR/PSP) | Milton Menezes (UDN/PTB)         | José Hosken de Novais(UDN/PL/PRP)                 |
| Foz do Iguaçú        | Julio Pasa (UDN)                 | Sem dados site TRE-PR            | Dirceu Lopes (PSD/PTB)                  | Emílio Henrique Gomes (PTB)      | Osires Santos (UDN)                               |
| Ponta Grossa         | João Vargas de Oliveira (UDN/PL) | Petrônio Fernal (PTB)            | José Hoffman (PTB)                      | Eurico Batista Rosas (PSP)       | José Hoffman (PTN)                                |
| Paranaguá            | João Eugênio Cominese (PSD)      | Roque Vernalha (PSD/PTB)         | João Eugênio Cominesi (PDC/PTB/PSB)     | Joaquim Tramuja (PTN/PSB/PR/PDC) | Brazilio Abud (PTB)                               |
| São José dos Pinhais | Elpidio Espínola (UDN)           | João Nestor (PTB)                | Benjamin Barbosa (UDN)                  | Flávio Zetoes (PTB)              | Atílio Talamini (UDN)                             |
| Guarapuava           | Juvenal Machado (PSD)            | José de Matos Leão (UDN/PRP/PTB) | Joaquim Prestes (PSD)                   | Moacyr Júlio Silvestre (PTB/PRP) | Nivaldo Passoa Kruger (PRP/PTB)                   |
| Cidade/<br>Ano       | 1947                             | 1952                             | 1956                                    | 1960                             | 1964  |
| Cascavel             | Sem dados TRE-PR                 | José Formighieri (PTB)           | Helberto Schwarz (PSD)                  | Octacílio Mion (PTB/UDN/PDC)     | Odilon Damasco Reinhardt (PTB)                    |
| Maringá              | Sem dados TRE-PR                 | Inocência Vilanova (PTB)         | Américo Dias Ferraz (PSP)               | João Paulino Vieira Filho (PSD)  | José Moreira de Carvalho (PDC/PSD/PTB/PR/PSP/PRP) |

Dados retirados de TRE-PR. Tabela elaborada pela autora

**APÊNDICE 10- DADOS ELEITORAIS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1962, 1963 E 1964**

| Município             | Prefeito eleito                                    | Ano  | Partido/coligação           |
|-----------------------|--|------|-----------------------------|
| Abatiá                | Everaldo Reis da Rocha                             | 1963 | PSD                         |
| Almirante Tamandaré   | Domingos Stocchero                                 | 1963 | PDC- UDN                    |
| Alto Paraná           | Agostinho Stefanello                               | 1965 | PDC-PTB-UDN<br>PDC-PSD-PTB- |
| Alvorada do Sul       | Antônio de Souza Lemos                             | 1964 | UDN<br>PSD-                 |
| Andirá                | Mauro Cardoso de Oliveira                          | 1963 | PDC<br>PTB-                 |
| Antonina              | Manoel Alves da Nóbrega<br>Álvaro Aníbal           | 1963 | PDC                         |
| Apucarana             | Lutenchlager                                       | 1963 | PDC-PTB-UDN                 |
| Arapongas             | José Colombino Grassano                            | 1963 | PTN<br>PTB-                 |
| Arapoti               | Emílio Carneiro Kluppel                            | 1963 | UDN                         |
| Araruva               | Evangalista Dal Santo                              | 1963 | PDC                         |
| Araucária             | Aleixo Grebos<br>Frederico Prudêncio de<br>Andrade | 1963 | PTB                         |
| Assaí                 | Ricieri Resquetti                                  | 1964 | UDN-PDC-PSP<br>UDN-         |
| Astorga               | Moacyr Castanho                                    | 1963 | PDC                         |
| Bandeirantes          | Afonso Sanvido                                     | 1964 | UDN                         |
| Barracão              | Edgard Bezerra Valente                             | 1963 | PSD<br>PTB-PDC-PTN-         |
| Bela Vista do Paraíso | Avelino Roveda                                     | 1963 | UDN-PSD                     |
| Bituruna              | Gilbero Cescato Moraes                             | 1963 | PDC                         |
| Bocaiúva do Sul       | Raul Carlesso                                      | 1963 | PDC                         |
| Bom Sucesso           | Joviniano Miranda                                  | 1964 | PDC                         |
| Borrazópolis          | José Soares da Silva Neto                          | 1963 | PDC                         |
| Cafeara               | Adelino Candêo                                     | 1963 | PSP                         |
| Califórnia            | Milton Paschoalino                                 | 1963 | PDC-UDN-PSD                 |
| Cambará               | Jacídio Correia                                    | 1963 | PTB-PSP                     |
| Cambé                 | Dacyr Trevisan                                     | 1964 | PR                          |
| Campina Grande do Sul | Newton Puppi                                       | 1963 | PDC<br>PDC-                 |
| Campo Largo           | Milton Luiz Pereira                                | 1963 | UDN<br>PDC-                 |
| Campo Mourão          | Ary Borba Carneiro                                 | 1963 | UDN                         |
| Cândido de Abreu      | Marcelino Ampessan                                 | 1964 | PDC                         |
| Capanema              | Elson Soares                                       | 1963 | PDC                         |
| Carlópolis            |  |      |                             |

|                   |                           |      |              |
|-------------------|---------------------------|------|--------------|
| Cascavel          | Odilon Reinhart           | 1964 | PTB          |
|                   | Libânio Estanislau        |      | PDC-         |
| Castro            | Cardoso                   | 1963 | PTB          |
|                   |                           |      | UDN-PTN-PSD- |
| Centenário do Sul | José de Oliveira Castilho | 1964 | PTB          |
|                   |                           |      | PDC-         |
| Cerro Azul        | Athanagildo de Souza Laio | 1963 | PTB          |
| Chopinzinho       | Mário Ceni                | 1963 | PSD-PL       |
|                   |                           |      | UDN-         |
| Cianorte          | Ramon Máximo Schulz       | 1963 | PDC          |
| Clevelândia       | Arival Antônio Zardo      | 1963 | PSD-PL       |
|                   |                           |      | PSD-         |
| Colombo           | Manoel Costa Curta        | 1963 | PTB          |
| Colorado          | Rafael Gil                | 1963 | PDC-PR       |
| Congonhinhas      | Jaime Pedro Ferreira      | 1963 | PDC          |
| Contenda          | Carlito Baumel            | 1964 | UDN          |
| Cornélio Procópio | Rosário Pitelli           | 1963 | PSD          |
|                   |                           |      | PSD-PDC-PSP- |
| Coronel Vivida    | Hetto Fleck               | 1963 | UDN          |
| Cruz Machado      | Antônio da Silva Filho    | 1964 | PTN          |
|                   | João Cavalcante de        |      |              |
| Cruzeiro do Oeste | Menezes                   | 1963 | PDC          |
|                   |                           |      | PTB-         |
| Cruzeiro do Sul   | João Esteves Parra        | 1960 | PDC          |
| Curitiba          | Ivo Arzua Pereira         | 1962 | PDC-UDN-PL   |
| Curiúva           | Leoni Mainardes Rosas     | 1963 | PTB          |
|                   | João Cavalcante de        |      | PTB-         |
| Engenheiro Beltão | Menezes                   | 1963 | PDC          |
| Faxinal           | Ismael Pinto de Siqueira  | 1964 | UDN-PDC-PTN  |
| Floraí            | onório Fagan              | 1964 | PDC          |
| Florestópolis     | Nicanor Ravagnani         | 1964 | PTN          |
| Foz do Iguaçu     | Osíres Santos             | 1963 | UDN          |
|                   | Antônio de Paiva          |      | PTB-         |
| Francisco Beltrão | Cantelmo                  | 1964 | UDN          |
| Goioerê           | Gil Marques de Almeida    | 1964 | PDC-PSD-PTN  |
| Guaíra            | Kurt Walter Hasper        | 1964 | PSP          |
| Guaraci           | João de Giuli             | 1963 | PDC-PSP-PTB  |
| Guaraniaçu        | Olavo Della Torre         | 1964 | PSD          |
|                   |                           |      | PTB-         |
| Guarapuava        | Nivaldo Passos Kruger     | 1963 | PRP          |
|                   |                           |      | PDC-         |
| Guaraqueçaba      | Laerte Weishemeimer       | 1963 | UDN          |
|                   |                           |      | PDC-         |
| Guaratuba         | Orlando Bervenvanso       | 1963 | UDN          |
| Ibaiti            | José da Silva Reis        | 1963 | UDN          |
| Ibiporã           | Ciro Ibira Barros         | 1963 | PTB          |
| Iguaçu            | Armando Schiavinato       | 1964 | PDC          |
| Imbituva          | José Buhner Júnior        | 1963 | PTB          |

|                    |                                |      |                        |
|--------------------|--------------------------------|------|------------------------|
| Ipiranga           | José Marques Portella          | 1963 | PTB                    |
| Irati              | Idelfonso Zanetti              | 1963 | PDC                    |
| Itaguagê           | Helio Gordin Borges            | 1963 | PTB-PSP                |
| Itambaracá         | Antônio Lune                   | 1963 | PSD                    |
| Jaboti             | Joaquim Faustino Filho         | 1963 | PSD                    |
| Jacarezinho        | Nelson Gomes de Oliveira       | 1963 | PTB<br>PTB-            |
| Jaguapitã          | Júlio Jacob                    | 1963 | PSD<br>PTB-            |
| Jaguariaíva        | Silas Gerson Ayres             | 1963 | UDN                    |
| Jandaia do Sul     | João Pagliarini                | 1964 | PDC-PR-UDN             |
| Japira             | Wilson Leite dos Santos        | 1964 | PDC<br>PSD-            |
| Jataizinho         | Antônio Brandão de<br>Oliveira | 1963 | PTN                    |
| Joaquim Távora     | José Bueno Mendes              | 1963 | PTB                    |
| Jundiá do Sul      | Relim Gonçalves                | 1963 | PTB                    |
| Jussara            | Manoel José Soares             | 1963 | UDN<br>PDC-            |
| Lapa               | Pedro Favaro Cavallin          | 1963 | PSD                    |
| Laranjeiras do Sul | Nadel de Camargo               | 1963 | PSD                    |
| Leópolis           | João Thomás de Aquino          | 1964 | PDC-UDN-PTB<br>UDN-    |
| Loanda             | Francisco de Assis<br>Pinheiro | 1963 | PTN                    |
| Lobato             | Waldevino Carvalho             | 1964 | PDC-PSD-PTB            |
| Londrina           | José Hosken de Novais          | 1963 | UDN-PL-PRP             |
| Lupionópolis       | João Antônio Xavier            | 1964 | PDC<br>PDC-            |
| Mallet             | Julio Bilek                    | 1963 | PTB<br>PDC-UDN-PTB-    |
| Mandaguaçu         | Hilton Antunes Mendes          | 1964 | PTN                    |
| Mandaguari         | Manoel Donha Sanches           | 1963 | PDC                    |
| Mangueirinha       | Ozório Félix de Siqueira       | 1963 | PTB                    |
| Manoel Ribas       | Lauro Muller                   | 1963 | PDC                    |
| Marialva           | José Olympio Franco            | 1964 | PDC                    |
| Marilândia do Sul  | Jurandir Lima Reis             | 1964 | PDC<br>PDC-PSD-PTB-PR- |
| Maringá            | Luiz Moreira de Carvalho       | 1964 | PSP-PRP<br>PDC-        |
| Morretes           | Sidney Antunes de<br>Oliveira  | 1963 | PSD                    |
| Munhoz de Mello    | Manoel de Almeida              | 1964 | PDC                    |
| Nova Esperança     | Pedro Arthur Sampaio           | 1964 | PDC-PTB-PTN<br>PDC-    |
| Nova Fátima        | Ramiro Martinez                | 1964 | PSD                    |
| Nova Londrina      | Olivier Grandene               | 1963 | PDC<br>PSD-            |
| Ortigueira         | Antônio de Oliveira Motos      | 1964 | PDC                    |
| Palmas             | Ubiratan José de Araújo        | 1963 | PTB-PL                 |
| Palmeira           | Daniel Mansani                 | 1963 | PTB-                   |

|                              |  |                          |
|------------------------------|--|--------------------------|
|                              |  | PDC                      |
| Paraíso do Norte             | Jaime Lemes de Toledo                      | 1963 PTB<br>PTB-         |
| Paranacity                   | Alidi Ropelato                             | 1963 UDN                 |
| Paranaguá                    | Brazílio Abud                              | 1963 PTB                 |
| Paranavaí                    | José Vaz de Carvalho                       | 1964 PDC-PSD-PR-UDN      |
| Pato Branco                  | Astério Rigon                              | 1964 PTB-PDC-PSD         |
| Paulo Frontin                | Antônio Pavelski                           | 1964 PTB                 |
| Peabiru                      | Eleotério Andrade                          | 1964 UDN                 |
| Pinhalão                     | Sebastião Dias Chaves                      | 1964 PSD- PTB-PTN        |
| Piraí do Sul                 | Samuel Milléo                              | 1963 PTB                 |
| Piraquara                    | Lirio Jacomel                              | 1963 UDN                 |
| Pitanga                      | Reinaldo Petrechem                         | 1963 PDC                 |
| Ponta Grossa                 | José Hoffman                               | 1963 PTN                 |
| Porecatu                     | Bento Pereira Louzada                      | 1963 PTN                 |
| Porto Amazonas               | Alcides Gomes da Costa                     | 1963 PSD-PTN-PTB         |
| Primeiro de Maio             | Fortunato Casanova                         | 1964 PDC-PTB-UDN         |
| Prudentópolis                | Antônio Witchemichen                       | 1963 PDC<br>PTB-         |
| Quatiguá                     | Antônio Saad Gebram                        | 1963 PSD                 |
| Querência do Norte           | Paulo Konrath                              | 1963 PL-PR               |
| Rebouças                     | Jerônimo Perussolo                         | 1963 PDC<br>PDC-         |
| Reserva                      | Albano Guimarães Martins                   | 1963 UDN                 |
| Ribeirão Claro               | Egídio Storti                              | 1963 PSD                 |
| Ribeirão do Pinhal           | Fernando César de<br>Oliveira              | 1963 PTB                 |
| Rio Azul                     | Albino Iznoski                             | 1963 PDC-PSD-PSP<br>UDN- |
| Rio Branco do Sul            | José Pioli                                 | 1963 PTB<br>PRP-         |
| Rio Negro                    | Maximiniano Pfeiffer                       | 1963 PDC                 |
| Rolândia                     | Primo Lepre                                | 1963 PDC                 |
| Rondon                       | Primo Mangiolardo                          | 1963 PR                  |
| Sabáudia                     | Jácomo Masquette                           | 1963 PDC<br>PSD-         |
| Santa Amélia                 | Francisco Demício<br>Gumercindo Pereira de | 1964 PDC                 |
| Santa Cruz do Monte Castelo  | Mello                                      | 1963 PDC                 |
| Santa Fé                     | Airton Trevisan                            | 1964 PDC                 |
| Santa Isabel do Ivaí         | Leônidas Pires                             | 1963 PTB                 |
| Santa Mariana                | Antônio Pereira de Lima                    | 1963 PDC                 |
| Santo Antônio da Platina     | Benedito Lúcio Machado                     | 1963 PTB                 |
| Santo Antônio do<br>Sudoeste | Pedro Correia                              | 1964 PDC<br>PTN-         |
| Santo Inácio                 | Braulio Ribeiro Sobrinho                   | 1964 PTB                 |
| São Carlos do Ivaí           | Amado Pereira dos Santos                   | 1964 PRT                 |

|                           |                                  |      |                     |
|---------------------------|----------------------------------|------|---------------------|
| São Jerônimo da Serra     | Jerônimo Teixeira de Ávila       | 1963 | PTB                 |
| São João do Caiuá         | Santo Pedrazzoli                 | 1963 | UDN-PDC-PSD         |
| São João do Triunfo       | Elias Demétrio Hanagge           | 1963 | PTB-<br>PTB-        |
| São Jorge do Ivaí         | Raul Martins                     | 1963 | UDN                 |
| São José dos Pinhais      | Attilio Talamini                 | 1963 | UDN<br>PDC-UDN-PTN- |
| São Mateus do Sul         | José Zampier Filho               | 1963 | PTB-PSD<br>PTN-     |
| São Pedro do Ivaí         | Miguel Carneiro                  | 1963 | PDC<br>PTB-         |
| São Sebastião da Amoreira | Antônio Francschini              | 1964 | UDN<br>PTB-         |
| Sengés                    | Michel Dib                       | 1963 | PDC                 |
| Sertaneja                 | Waldemar Scardazzi               | 1964 | PSD                 |
| Sertanópolis              | Amâncio Secco                    | 1963 | PDC                 |
| Siqueira Campos           | Aguinaldo Pereira Lima           | 1963 | PDC                 |
| Tamboara                  | Setembrino Fernandes             | 1963 | PTB                 |
| Teixeira Soares           | Ovídio Gubert                    | 1963 | PDC<br>UDN-         |
| Terra Boa                 | Henrique Alves Pereira<br>Júnior | 1963 | PDC                 |
| Terra Rica                | Rui Gimenes                      | 1963 | PTB                 |
| Tibagi                    | Homero Campos                    | 1963 | PTB                 |
| Tijucas do Sul            | Marcílio de Oliveira             | 1964 | UDN                 |
| Toledo                    | Avelino Campagnolo               | 1964 | UDN<br>PDC-         |
| Tomazina                  | Plínio Vieira                    | 1963 | PTN                 |
| União da Vitória          | Domício Scaramella               | 1963 | PTB-PSD-PSP<br>PSD- |
| Uraí                      | Susumo Itimura                   | 1963 | UDN<br>PTN-         |
| Wenceslau Braz            | José Silva Reis                  | 1963 | UDN                 |

Fonte: TRE- PR. Dados brutos disponíveis em: <http://apps.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/index.jsp>

## APÊNDICE 11- DADOS ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1968

| Município             | Prefeito Eleito               | Partido |
|-----------------------|-------------------------------|---------|
| Abatiá                | Victor Joaquim de Souza       | ARENA   |
| Almirante Tamandaré   | Antônio Johnson               | MDB     |
| Alto Paraná           | Walcir Gomes                  | ARENA   |
| Alvorada do Sul       | Jayme Alves                   | ARENA   |
| Andirá                | Alarico Abib                  | ARENA   |
| Antonina              | Romildo Gonçalves Pereira     | ARENA   |
| Apucarana             | Vitor Santos                  | ARENA   |
| Arapongas             | Sadaho Yokomizo               | ARENA   |
| Arapoti               | Bianor Nunes                  | ARENA   |
| Araruva               | Antônio de Souza Pereira      | ARENA   |
| Araucária             | Rizio Wachowicz               | ARENA   |
| Assaí                 | Domingos Julião               | ARENA   |
| Astorga               | José Carlos da Anunciação     | ARENA   |
| Bandeirantes          | Luiz Meneguel                 | ARENA   |
| Barracão              | Nomeado                       |         |
| Bela Vista do Paraíso | Gumercindo Ribeiro de Souza   | ARENA   |
| Bituruna              | Farid Abrahão                 | ARENA   |
| Bocaiúva do Sul       | Olivir de Oliveira Santos     | MDB     |
| Bom Sucesso           | José Eduardo Scandalo         | ARENA   |
| Borrazópolis          | Idelfonso Senna Filho         | ARENA   |
| Cafeara               | José Mendes Maina             | ARENA   |
| Califórnia            | Antônio Martinelli            | ARENA   |
| Cambará               | Benedito Moreira              | MDB     |
| Cambé                 | Archimedes Mozer              | MDB     |
| Campina Grande do Sul | Ary Alves Bandeira            | ARENA   |
| Campo Largo           | Emigdio Pianaro               | ARENA   |
| Campo Mourão          | Horácio Amaral                | ARENA   |
| Cândido de Abreu      | Clemente Adamowicz            | ARENA   |
| Capanema              | Nomeado                       |         |
| Carlópolis            | Omar Ramos de Oliveira        | ARENA   |
| Cascavel              | Otacílio Mion                 | ARENA   |
| Castro                | Rivadavia Menarim             | ARENA   |
| Centenário do Sul     | Suliman Felício               | ARENA   |
| Cerro Azul            | Nivaldo Ênio de Moura e Costa | MDB     |
| Chopinzinho           | José Armin Matte              | ARENA   |
|                       | Ricardo de Queiroz            |         |
| Cianorte              | Cerqueira                     | ARENA   |
| Clelândia             | José Guerreiro de Paula       | ARENA   |
| Colombo               | Pedro Guarise                 | ARENA   |
| Colorado              | Olívio Dias                   | ARENA   |



|                    |                             |       |
|--------------------|-----------------------------|-------|
| Congonhinhas       | Geraldo Bochis de Oliveira  | ARENA |
| Contenda           | Zacarias de Paula           | ARENA |
| Cornélio Procópio  | Rolando Marussi             | ARENA |
| Coronel Vivida     | Ângelo Mezzomo              | ARENA |
| Cruz Machado       | Valdomiro Apolinário        | ARENA |
| Cruzeiro do Oeste  | João Ferreira               | MDB   |
| Cruzeiro do Sul    | Sérgio Bernardes da Cunha   | ARENA |
| Curitiba           | Omar Sabagg- nomeado        | ARENA |
| Curiúva            | Berto Bot                   | ARENA |
| Engenheiro Beltão  | Joaquim Viana Pereira Filho | ARENA |
| Faxinal            | Dealcides Bahs              | ARENA |
| Floraí             | José Venino Peixoto         | ARENA |
| Florestópolis      | José Ribeiro Rosa           | ARENA |
| Foz do Iguaçu      | Prefeito nomeado            |       |
| Francisco Beltrão  | Deni Lineu Schwartz         | ARENA |
| Goioerê            | Acyr Araújo                 | ARENA |
| Guaíra             | Prefeito nomeado            |       |
| Guaraci            | Marcílio de Oliveira        | ARENA |
| Guaraniaçu         | Gervásio Pinto Pereira      | ARENA |
| Guarapuava         | Moacyr Júlio Silvestre      | ARENA |
| Guaraqueçaba       | Gabriel Ramos da Silva      | ARENA |
| Guaratuba          | Miguel Jamur                | ARENA |
| Ibaiti             | Antônio Rocha Silveira      | ARENA |
| Ibiporã            | Mauro José Pierro           | ARENA |
| Iguaraçu           | Alberto Brunetti            | ARENA |
| Imbituva           | Miguel Pedroso Schoreder    | ARENA |
| Ipiranga           | Nelson Silveira de Macedo   | ARENA |
| Irati              | Edgard Andrade Gomes        | ARENA |
| Itaguagê           | Waldomiro Stangarlin        | ARENA |
| Itambaracá         | Servillho Cherubim          | ARENA |
| Jaboti             | Donald Ribeiro              | ARENA |
| Jacarezinho        | Francisco Cersósimo         | ARENA |
| Jaguapitã          | Paulo Rosetto               | ARENA |
| Jaguariaíva        | Mário Fonseca               | ARENA |
| Jandaia do Sul     | Hermínio Vinholi            | ARENA |
| Japira             | César Oliveira              | ARENA |
| Jataizinho         | Evilázio Cordeiro           | ARENA |
|                    | Hermenegildo Barbosa        |       |
| Joaquim Távora     | Mendes                      | MDB   |
| Jundiá do Sul      | Francisco Albano            | ARENA |
| Jussara            | Geraldo Scramin             | ARENA |
| Lapa               | Sérgio Augusto Leoni        | ARENA |
| Laranjeiras do Sul | Amândio Babinski            | ARENA |
| Leópolis           | Geraldo Velério             | ARENA |
| Loanda             | Ugo Accorsi                 | ARENA |
| Lobato             | João do Souto Melo          | ARENA |

|                    |                            |       |
|--------------------|----------------------------|-------|
| Londrina           | Dalton Paranaguá           | MDB   |
| Lupionópolis       | Salvador Lopes             | ARENA |
| Mallet             | José Mátioski              | ARENA |
| Mandaguaçu         | Hino Vieira                | ARENA |
| Mandaguari         | Jair da Costa              | ARENA |
| Mangueirinha       | Juracir Araújo             | ARENA |
| Manoel Ribas       | Antônio Stipp              | ARENA |
| Marialva           | Armando Moura              | ARENA |
| Marilândia do Sul  | Chaquibe Scaff             | ARENA |
| Maringá            | Adriano José Valente       | MDB   |
| Morretes           | Alcídio Bortolin           | ARENA |
| Munhoz de Mello    | Salvador Hidalgo Grego     | MDB   |
| Nova Esperança     | Armando de Lima Uchoa      | MDB   |
| Nova Fátima        | Nicaor Ferreira de Mello   | MDB   |
| Nova Londrina      | Halim Maaraoui             | ARENA |
| Ortigueira         | Nilson Gorski              | ARENA |
| Palmas             | Oscar Rocker               | MDB   |
| Palmeira           | Benjamin Malucelli         | ARENA |
| Paraíso do Norte   | Oscar Fritche              | ARENA |
| Paranacity         | Antônio Tortado            | ARENA |
| Paranaguá          | Constantino Kotzias        | ARENA |
| Paranavaí          | Dionísio Dal-Prá           | ARENA |
| Pato Branco        | Alberto Cattani            | ARENA |
| Paulo Frontin      | Pedro Skibinski            | ARENA |
| Peabiru            | Lary Razolinni             | ARENA |
| Pinhalão           | Djalma Nogueira            | ARENA |
| Piraí do Sul       | Rodinei Kalil Jaime        | MDB   |
| Piraquara          | Manoel Alves Pereira       | ARENA |
| Pitanga            | Dirceu Diogo Portugal      | ARENA |
| Ponta Grossa       | Cyro Martins               | ARENA |
| Porecatu           | Dario Lunardelli           | ARENA |
| Porto Amazonas     | Não Disponível             |       |
| Primeiro de Maio   | Raul Garcia                | ARENA |
| Prudentópolis      | Gilberto Agilbert          | ARENA |
| Quatiguá           | Acyr Volpato               | ARENA |
| Querência do Norte | Osvaldo Bertozzi           | ARENA |
| Rebouças           | Kemel Mellen               | ARENA |
| Reserva            | Augusto Szatrowski         | ARENA |
| Ribeirão Claro     | Francisco Paladino         | ARENA |
| Ribeirão do Pinhal | Marcionilio Reis Serra     | ARENA |
| Rio Azul           | Nestor Leonildes Martynetz | ARENA |
| Rio Branco do Sul  | José Pedroso de Moraes     | MDB   |
| Rio Negro          | Alvaro César Júnior        | ARENA |
| Rolândia           | José Maria Galvão          | ARENA |
| Rondon             | Alcindo Sisti              | ARENA |
| Sabáudia           | Paulo Manueira             | ARENA |

|                             |                             |       |
|-----------------------------|-----------------------------|-------|
| Santa Amélia                | Paulo Baptistone            | ARENA |
| Santa Cruz do Monte Castelo | Paulo Libâneo               | ARENA |
| Santa Fé                    | Anésio Sandrini             | ARENA |
| Santa Isabel do Ivaí        | Marcos Velozzo              | ARENA |
| Santa Mariana               | Albertino Delamuta          | ARENA |
| Santo Antônio da Platina    | Alício Dias dos Reis        | ARENA |
| Santo Antônio do Sudoeste   | Prefeito nomeado            |       |
| Santo Inácio                | Genésio Borges Teixeira     | ARENA |
| São Carlos do Ivaí          | Cezarino Tessaro            | MDB   |
| São Jerônimo da Serra       | Luiz Lemos                  | ARENA |
| São João do Caiuá           | Leonidio Ventrini           | ARENA |
| São João do Triunfo         | Stênio Agner de Oliveira    | ARENA |
| São Jorge do Ivaí           | João Bovo                   | ARENA |
| São José dos Pinhais        | Francisco Ferreira Claudino | ARENA |
| São Mateus do Sul           | Thadeo Sobocinski           | ARENA |
| São Pedro do Ivaí           | José Bernardes              | ARENA |
| São Sebastião da Amoreira   | José Cândido Ribeiro        | ARENA |
| Sengés                      | Jaime Jorge                 | MDB   |
| Sertaneja                   | Antônio Stelatto            | ARENA |
| Sertanópolis                | Santo Soriani               | ARENA |
| Siqueira Campos             | Luiz de Oliveira Ribeiro    | ARENA |
| Tamboara                    | João Alexandre              | ARENA |
| Teixeira Soares             | Romeu Neves                 | ARENA |
| Terra Boa                   | Orlando Peraro              | MDB   |
| Terra Rica                  | Neuto Galdino               | ARENA |
| Tibagi                      | Irineu Gobo                 | ARENA |
| Tijucas do Sul              | João Bonieck                | ARENA |
| Toledo                      | Egon Pudell                 | ARENA |
| Tomazina                    | Juvenal Prestes Pires       | ARENA |
| União da Vitória            | Tancredo Benghi             | ARENA |
| Uraí                        | Marcio Celso Sandoval       | ARENA |
| Wenceslau Braz              | Lauro Carneiro de Siqueira  | ARENA |

Fonte: TRE- PR. Dados brutos disponíveis em: <http://apps.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/index.jsp>

**APÊNDICE 12- ORGANOGRAMA GOVERNO DO PARANÁ- GESTÃO NEY BRAGA (1961-1965)**

